

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Natália Alves Cardoso Orlandi Silveira

“Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta”

**Um estudo antropológico dos debates feministas em meio às
possibilidades de sociabilidade online**

Porto Alegre
2013

NATALIA SILVEIRA

“Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta”

Os debates feministas em meio às possibilidades de sociabilidade online

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Maria Eunice Maciel

Porto Alegre
2013

Silveira, Natalia

Titulo: “Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta” Os debates feministas em meio às possibilidades de sociabilidade online. / Natalia Silveira -- 2013. 000 f.

Orientador(a): Maria Eunice Maciel

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Porto Alegre, BR-RS, 2013.

1. Feminismo. 2. Sociabilidade online. I. Silveira, Natalia, II. “Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta” Os debates feministas em meio às possibilidades de sociabilidade online.

CIP - Catalogação na Publicação
Elaborada pelo Sistema de Geração Automática de Ficha Catalográfica da UFRGS com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

NATALIA SILVEIRA

**“OS ASSUNTOS QUE DISCUTIMOS SÃO A CARA
DA NOSSA LUTA”**

Os debates feministas em meio às possibilidades de sociabilidade online

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Antropologia Social.

Orientadora: Maria Eunice Maciel

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof. Dra. Débora K. Leitão
UFSM

Prof. Dra. Jussara Prá
UFRGS

Prof. Dra. Patrice Schuch
UFRGS

Porto Alegre, março 2013.

AGRADECIMENTOS

A Selena, Luciano e Letícia.

A professora Maria Eunice Maciel, pela acolhida, pelo apoio sem o qual nada poderia ter sido produzido.

As professoras Débora Leitão, Jussara Prá, e Patrice Schuch, pelo aceite em compor a banca de avaliação, pela disponibilidade e atenção.

A professora Soraya Fleischer, pela disposição inexplicável de ouvir e aconselhar, e as professoras Antonádia Borges e Sayonara Leal, pelo aprendizado dos últimos meses.

A todxs xs Blogueiras Feministas, em especial à Bianca Cardoso, alguém que sem dúvida é responsável não só pela existência do “Blogueiras Feministas” mas também dessa dissertação.

A toda a minha turma de mestrado, todas aquelas 20 pessoas que um dia tiveram, diante de uma correnteza, coragem de parar e pensar, e quando da retomada do trajeto tiveram a força necessária para enfrentar águas turvas e dissimuladas.

A Maria Cristina e Hortêncio, pelo mar, pelo carinho.

Aos amigos de perto que estiveram longe, Giovanna Paiva Aguiar, Marcela Ulhoa, Thamires Castelar, Cintia Engel, Barbara Amaral, Valeria Borges, Leticia Cruvinel, Juliana Amorim, Gabriel Catta Preta, Hermano Vasconcellos, Mariana Tokarnia, Ana Beatriz Esteves, Flavio Eiró, Lucas Lima, Clara Cunha.

Aos amigos de longe que se fizeram próximos, Luiza Flores, Renan Santos, Rodrigo Dornelles, Luana Emil, Gabriela Sevilla, Caetano Sordi, Caio Coelho, Rodrigo Maciel.

A Tauvana Yung e Stephanie Bexiga, que de lugares e formas distintas foram o espelho melhorado, almejado, admirado. Pelas incontáveis palavras e gestos, agradeço.

A Porto Alegre pelo sufoco, a Florianópolis pelos intervalos, e a Brasília pelo céu, pelo alívio.

“Talvez eu deva aqui protestar contra o fato de os antropólogos escreverem livros sobre as pessoas. Um certo grau de abstração é sem dúvida necessário, ou não se chega a lugar algum, mas será que é realmente necessário fazer de seres humanos – um livro? Acho os relatórios comuns de pesquisa de campo tão chatos que chegam a ser ilegíveis (...) Raramente se tem a impressão de que o antropólogo alguma vez sentiu-se em comunhão com o povo sobre o qual está escrevendo. Se isso é romantismo e sentimentalismo, bem, aceito a pecha.”

Evans-Pritchard
Bruxaria, oráculos e magia entre os azande;
2005 [1976]

RESUMO

Este trabalho se propõe a analisar a intersecção entre o feminismo e o mundo virtual, a partir da análise qualitativa de um coletivo feminista que abrange uma lista de discussão online e um blog coletivo, denominado Blogueiras Feministas. Partindo do pressuposto de que a internet abre caminhos e novas possibilidades de sociabilidade, pretendendo avaliar o quanto esse aspecto foi aproveitado por este coletivo virtual a partir de suas discussões e produções textuais. Indo de encontro ao ideário propagado no senso comum e em alguns setores de que o feminismo já seria um movimento morto ou relegado ao próprio fracasso, inicia-se a análise a partir de referenciais teóricos feministas que foram encontrados em campo, em especial Susan Faludi e sua conceituação de backlash, abordando a forma como a internet propicia novas formas de enfrentamento a esse retrocesso percebido. Passando, então, para a perspectiva do Sofrimento Social, por meio da Antropologia da Experiência, pretende-se investigar como tal auto atribuição identitária e mobilização política se inter cruzam nos meios online e offline, deixando entrever como a violência estrutural de gênero ainda permeia o compartilhamento de experiências; e como de determinada perspectiva inclusiva passa-se à formativa, de novos conhecimentos e formas de reivindicação. Finalizando, com a abordagem de novas pautas que emergem e são assimiladas por esse movimento cuja preocupação com a inclusão se mostra basilar.

palavras chaves: feminismo, internet, backlash, sofrimento social

ABSTRACT

This paper aims at analyzing the intersection between the feminist world and the virtual world, through a qualitative analysis of a feminist group that comprises an online discussion list, and a collective blog, called “Blogueiras Feministas”. Starting from the assumption that the internet opens paths and new sociability possibilities, intending to evaluate how much this virtual group took advantage of this aspect through its discussions and text productions. Going against the idea, spread by common sense and by some sectors of society, that feminism is already either dead or relegated to its own failure, the analysis starts from some feminist theoretical references that were found in field, specially Susan Faludi and her conceptualization of backlash, addressing the manner in which the internet allows new forms of facing this perceived throwback. Thereafter, the perspective of the Social Suffering is treated. Through the Antropology of the Experience it is investigated how such identity auto attribution and political mobilization meet in both online and offline environments, allowing a glimpse of how the structural gender violence still permeates the sharing of experiences; and how a certain inclusive perspective gives place to a formative one, of new knowledges and new means of claim. Finally, there is the approach of new agendas that are emerging and that are assimilated by this movement whose concern about inclusion is basic ground.

key words: feminism, internet, backlash, social suffering

LISTA DE FIGURAS

Ilustração 1: Imagem retirada da lista de discussão que apresenta o horário de postagem de algumas mensagens. Deixando perceber o fluxo contínuo entre elas.	31
Ilustração 2: Figura apresentada por Guimarães Jr. (1999) para ilustrar as idéias de plataforma de sociabilidade virtual, ambiente de sociabilidade virtual e comunidade virtual.....	35
Ilustração 3: Banner elaborado por uma BF, divulgado e disponibilizado na lista.....	60
Ilustração 4: Relação de blogagens coletivas realizadas ao longo de 2010, 2011 e 2012.....	69
Ilustração 5: Seção "Quem Somos", do blog Blogueiras Feministas.....	73
Ilustração 6: Blogueiras Feministas com Iriny Lopes e Kamayura Saldanha, coordenadora de gênero e etnia da ABRAÇO (Foto publicada no blog, post do dia 9/12/2011.....	75
Ilustração 7: Blogueiras Feministas, juntamente com Kamayura Saldanha, coordenadora de gênero e etnia da ABRAÇO (Foto publicada no blog, post do dia 12/12/2011).....	76
Ilustração 8: Blogueiras Feministas e a ministra Eleonora Menicucci no dia de sua posse na SPM (Foto publicada no blog, post do dia 14/02/2012).....	78
Ilustração 9: Gráficos que ilustram a quantidade de tópicos e fios topicais ao longo do ano de 2012.....	80
Ilustração 10: Nota sobre as BF publicada na revista Caros Amigos, fotografada por uma participante e enviada à lista.....	81
Ilustração 11: Meme elaborado por uma participante e divulgado na comunidade das BF da rede social Facebook.....	101
Ilustração 12: Post com a chamada para a blogagem coletiva da Campanha pelo Fim da	

violência contra a mulher de 2011.....107

Ilustração 13: "O que é essa terceira onda feminista?" "Pró-sexo? Pró-diversão? Feminista pró-marcha-das-vadias?" "Obrigada, obrigada, obrigada." "Vocês são antiquadas/os." Quadrinho que ilustra a mudança de algumas questões feministas frente à corrente anti-pornografia, por exemplo.....111

Ilustração 14: Imagem divulgada na lista. "Feminismo não é um livro de regras. Há, é claro, alguns princípios básicos, mas também espaço para interpretações. Uma feminista não fala por todas, se você discorda de uma feminista a respeito de algo, por favor não deslegitime todo o movimento ou julgue outras idéias feministas! Nós nem sempre concordamos em tudo, e isso é bom, faz parte do processo de entendimento. Feminismo é uma discussão, uma conversa, uma comunicação, um processo!".....116

Ilustração 15: Imagem divulgada na lista. Simula um bingo do "mau aliado" (bad ally).....125

ABREVIATURAS E SIGLAS:

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
SPM	Secretária de Políticas Especiais Para as Mulheres
BF	Blogueiras Feministas
CFEMEA	Centro Feminista de Estudos e Assessoria
AGENDE	Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento
LMP	Lei Maria da Penha

SUMÁRIO

Introdução _____	12
1 A Internet como campo de pesquisa social	
1.1 Novos conceitos para novos contextos _____	21
1.2 Novas comunidades para novos ambientes de sociabilidade? ____	27
1.3 Novos termos, de quantos se tem necessidade? _____	30
1.4 A Conectividade em Fluxo, e o fluxo de conectividade _____	32
2 Escrutínio acadêmico da posição: o ser nativo em campo _____	37
3 Ativismo Político à Distância: e qual a natureza desse ativismo? _____	47
3.1 Jamais Fomos Pós-feministas, do enterro prematuro ao <i>backlash</i> _____	54
3.2 O Backlash _____	60
4 A trajetória: A cara e a forma da (nova) militância _____	65
5 O dizer de si e dos outros: Considerações acerca do sofrimento social, violência estrutural e feminismo	
5.1 Da Antropologia da Experiência ao Sofrimento Social _____	91
5.2 O cotidiano e as diversas formas e dinâmicas da violência _____	98
6 “Os assuntos que discutimos são a cara da nossa luta”	
6.1 Desvendando privilégios: o cissexismo _____	119
Considerações Finais _____	134
Referências Bibliográficas _____	139
Anexos	
A – Michelle Bachelet Fala Sobre Internet Às Blogueiras Feministas _____	148
B – Blogueiras Feministas na posse de Eleonora Menicucci _____	150

C – Nosso Brasil se escreve com “s” e nosso movimento não é assim não _____	154
D – Carta a Femen Br _____	156
E - A Resistência dos Guarani-Kaiowá e de Outros Povos Indígenas _____	159
F – O Estupro E A Ameça Aos Guarani-Kaiowá _____	162
G – Matriarcado.com? _____	165
H – Presente de natal de mau gosto da presidenta para as mulheres: MP 557 _____	167
I – Mp557: Quando o Nosso Corpo é Moeda De Troca Eleitoral __	169
J – Conversa Com A Ministra Iriny Lopes _____	170
K – Estatuto Do Nascituro: Como Garantir Uma Mulher- Incubadora _____	172
L – Ciberativismo feminista – Por que continuar? _____	175

1. INTRODUÇÃO

“It goes without saying that my interest in the problem is more than academic: I wish to see genuine change come about, the emergence of a social and cultural order in which as much of the range of human potential is open to women as to men”

Sherry Ortner, *Is Female to Male as Nature is to Culture?*, (1972: 5)

Assim inicio este texto, com dois objetivos principais, o primeiro deixar claro que também para além da academia está o *meu* interesse na questão, o segundo chamar a atenção, a partir da epígrafe de Sherry Ortner, para a mudança, pois o trecho é proveniente de um texto hoje considerado pela autora como texto morto, algo que não escreveria novamente. (Debert, Almeida; 2006:442). O motivo principal apresentado pela autora seria a discordância com a universalidade da dominação masculina propagada até então, algo que transformou-se em função principalmente dos chamados feminismos do terceiro mundo e das minorias, um feminismo das múltiplas diferenças nas palavras de Ortner. A abertura para a diversidade de pautas e composições é o que remete à questão de como, então, entender o feminismo enquanto algo que ainda é passível de novas proposições e ações criativas, portanto não chato, capaz de abarcar diferentes subjetividades, portanto não fechado, e que reconhece seus privilégios e não mais se pretende englobante, portanto não hegemônico.

De que forma é possível pensar as ações engendradas por grupos que se remetem a alcunha “feminista” a partir das novas composições, pautas e meio de reivindicação de tais grupos? Ao se focar, por exemplo, um coletivo feminista online, em especial sua lista de discussão, percebe-se a emergência de terminologias, ideários e pautas reivindicatórias e identitárias até então invisibilizadas.

A ideia embrionária do que aqui se tentou fazer teve inicio ainda em junho de 2009, quando de uma palestra de Tania Navarro Swain em um seminário intitulado: Estudos Feministas e de Gênero de Brasília – Estudos Interdisciplinares. Nela, a historiadora chamava a atenção para a utilização do termo feminista logo no título do evento, algo que teria sido de extrema coragem, segundo ela. O estranhamento frente àquela colocação me foi imediato, pois eu enquanto feminista jamais havia atentado para o tabu do termo até o momento. Não o era mais bem quisto, podia-se

dizer estudos de gênero, estudos de mulheres, ou variantes, mas a palavra “feminista” fora obscurecida. A partir da observação da emergência de diversos coletivos e pautas denominadamente feministas em minhas próprias redes sociais na internet, passei a estar mais atenta ao fenômeno que posteriormente seria transformado em meu objeto de pesquisa. Qual não foi a surpresa quando a mesma preocupação com a linguagem foi exposta logo em um dos meus primeiros contatos presenciais com as pessoas do campo, no primeiro dia do I Encontro Nacional de Blogueiras Feministas, realizado em São Paulo em 2011. Em uma das mesas temáticas programadas para o evento, Bia Barbosa inicia sua fala cujo tema seria o direito à comunicação, mas em sua abertura toca no ponto que Tania Navarro tocara, qual seja: a coragem de se autoafirmar feminista, e não fugir das possíveis interpretações pejorativas do termo.

Essa consciência da importância do termo, da autoafirmação e da defesa militante de determinados ideais, ainda que heterogêneos, é o fio condutor da narrativa que se desenvolverá a seguir. Foi ela que demonstrou o que estava em jogo em campo. Foi a partir dela que minhas interlocutoras e interlocutores demonstraram teorizar por si mesmas/os o movimento do qual faziam parte. Tal como Bruno Latour (2006) relatava, ao expor o objeto de estudo como algo “vivo”, com atores que não só refletem sobre si mesmos mas também quanto às atividades que exercem. Assim, o campo demonstrou a percepção de um retrocesso frente a determinadas demandas que levava à ação. A ação, agora, contudo, não se restringia às ruas, abarcava a rede internacional de computadores.

A mobilização social em torno de um projeto comum foi e continua sendo beneficiada pela internet, seja por meio de comunidades virtuais, pelo empoderamento dos indivíduos, pelo maior acesso à informações e pela capacidade de se tornar ele ou ela mesmo/a o polo difusor da informação. Em outras palavras, um cidadão conectado pode contar a própria história, seja a sua ou a sua versão da história de outrem. A forma da narrativa também se amplia, de forma que pode ser veiculada em vídeo, imagem ou texto. Houve, portanto, com a ascensão da rede internacional de computadores uma reestruturação dos papéis entre os envolvidos em um processo de comunicação, receptor e emissor interagindo e por vezes invertendo os papéis. Esse é o ambiente virtual.

A pertinência de movimentos sociais de cunho feminista é o tema norteador de todos os questionamentos aqui explorados. A partir de dois movimentos opostos e concomitantes, percebe-se o crescimento do ativismo feminista online e offline, enquanto no plano do discurso, afirma-se um desaparecimento paulatino tanto do movimento quanto das reivindicações, sempre embasado em algumas mudanças do contexto social contemporâneo, o direito ao voto e a legislações de proteção

de direitos específicos, como a Lei Maria da Penha, por exemplo. Dessa forma, impõem-se a pergunta acerca da força de ambos os processos: o de crescimento da participação de agentes que se denominam como feministas, e quais são suas demandas e formas de agência atuais.

O advento de novas formas de interação permeadas pela tecnologia lhes fornece uma outra esfera de atuação de larga escala e amplo alcance. Partindo de alguns referenciais teórico da teoria feminista, que desde seu principio colocava no cerne das preocupações as dicotomias construídas entre os espaços público/privado, e público/doméstico (Okin, 2008), questiona-se, agora, quais as novas possibilidades de agência de grupos sociais que se auto proclamam por esta alcunha, a de feministas, a partir do uso da tecnologia.

Tem-se, então, o interesse frente a tal renovação do ativismo político feminista dentro dessas redes. Enfoca-se, assim, as atualizações e apropriações do feminismo a partir da internet e da formação de coletivos online, com o propósito de levarem a cabo seu projeto de defesa ideológica, e de vivenciarem em rede tal experiência vista como coletivamente compartilhada. Padrões de sociabilidade, representações acerca do movimento no qual se inserem, e possibilidades de agencia são, a priori, o que se pretende elucidar pela investigação de um coletivo nacional denominado “Blogueiras Feministas”. Tal universo empírico conta com a participação de diversas mulheres em diferentes partes do país que, a partir de um ideário político defendido, acaba por criar uma teia de relações sociais que supera esses espaços e contextos de interação. A própria dinâmica da internet, e de participação do grupo que consta com novos participantes diariamente e também com a saída de tantos outros ao longo do tempo, não permitiu traçar um perfil fechado do grupo. De forma que há participantes brancas/os e negras/os; cissexuais e transexuais; heterossexuais, homossexuais e bissexuais; em diferentes níveis de formação educacional; pertencentes a classes sociais distintas, com histórias e experiências ora semelhantes ora díspares que foram sendo expostas ao longo das discussões tomadas.

O ideal do feminismo enquanto concepção difundida e defendida na rede, permitiu também relacionar à ideia de sagrado, como concebida por Emile Durkheim no clássico “As formas elementares da vida religiosa” (1996), e sua noção de efervescência, tal como exposto por Raquel Weiss durante o seminário “As Formas Elementares: 100 Anos de um Clássico”, realizado na Universidade Federal do Rio Grande do Sul já ao fim de 2012. Raquel Weiss, proferiu uma palestra no segundo dia do evento, fazendo menção a um texto de sua autoria, ainda no prelo¹, que arguia

¹ Apesar de ter tido acesso ao texto, até o momento de finalização desta dissertação não havia recebido autorização da autora para que este fosse citado, como era de desejo da autora. De forma que, aqui, me reportarei às ideias apresentadas em sua fala quando do evento “As Formas Elementares: 100 Anos de um Clássico”, realizado na

em relação ao “sagrado” na obra de E. Durkheim, e sua ontogênese enquanto fenômeno real. Sua abordagem girava em torno do conceito de “efervescência” usado por Durkheim na referida obra. Durante sua fala, Raquel Weiss sugeriu várias acepções possíveis acerca do conceito durkheimiano de efervescência, tais como formas de eletricidade, excitação, amplificação dos sentimentos coletivos, caráter arrebatador, o indivíduo, então, percebendo seu “eu” de outra forma, acrescentando aos dados do real seus sentimentos ou mesmo uma espécie de delírio. A autora traçou duas distinções importantes, duas grandes tipologias: (1) efervescência das experiências individuais (seria o caso de pessoas individualmente sob o efeito de substâncias psicoativas ou derivada de criação intelectual/artística) – que podem ser de interesse sociológico, mas não o era para Durkheim; (2) efervescência cuja origem depende da vida coletiva pra existir – podendo ocorrer de duas maneiras: (a) aproximação puramente física ou puramente mental (b) as duas combinadas. Para Durkheim, o interesse recairia na efervescência coletiva em função do fluxo energético gerado por situações da vida coletiva, decorrentes de situações de interação (física, mental, ou as duas).

Mas em que consistiria uma interação puramente mental? Raquel Weiss, então oferece o exemplo de um intercâmbio de ideias/representações sem que as pessoas estejam no mesmo espaço, como as redes sociais na internet. Relata, então, uma experiência pessoal que realizou, decidiu pesquisar pela hashtag “mensalão” na rede social Twitter, e avaliar o que estava sendo proferido. Segundo ela, sempre que há uma situação polêmica, é interessante percorrer as redes sociais por ser uma maneira de observar a polarização de posições éticas – além de notar a opinião de uma pessoa exercendo influência sobre a de outra. Esse exacerbamento de posições em que fica nítido que não é só uma opinião defendida, mas sim uma *crença* o que está em jogo. Os sites ajudam a concentrar a opinião das pessoas em torno de uma certa ideia comum, um processo de efervescência que independe da coexistência física. Penso que tal ideia é profícua tanto para pensar como para justificar a proposta que aqui se apresenta de se estudar uma “comunidade virtual”, da mesma forma que permite construir uma “observação participante” independente da fisicalidade.

Outro ponto elencado por Weiss foi em relação a essa nova possibilidade de formação de comunidades, com laços semelhantes ao de uma comunidade física. Surgimento de indivíduos que antes eram desviantes em sua sociedade, agora podem se unir e compartilhar ideais comuns, tornado sagrado pelo processo efervescente de conexão mental. Um aspecto fundamental da efervescência: é um fenômeno que traz uma sensação de força para os indivíduos que a

experienciam. Podendo estar ligada a ideias “normais” (aqui as feministas, por exemplo) ou “patológicos” (machistas, ou neonazistas, por exemplo – que ameaçam a vida social como um todo).

Assim, por esse enfoque, a efervescência coletiva – tem um impacto no próprio indivíduo, que quando repassado à sociedade pode ser positivo ou negativo, pois a efervescência não se constitui enquanto um bem em si mesmo. O conceito está na base dos ideais sociais – grandes valores que norteiam a vida dos outros, ideias de certo ou errado, que a sociedade considera desejável. Sua importância advém de sua capacidade para criar ideais morais – dimensão emotiva e racional do homem, elementos que possuem uma dimensão social – coletivos que se exprimem de forma individual, e são dependentes da interação. Um fenômeno coletivo que extrai sua eficácia do impacto individual, e cuja eficácia e fundamento, na concepção durkheimiana, são extraídos da própria natureza humana. Efervescência, portanto, empresta a essas ideias o caráter de valor absoluto incondicionado: o sagrado. Para citar o próprio autor:

Vimos com efeito que, se a vida coletiva, quando atinge um certo grau de intensidade, desperta o pensamento religioso é porque determina um estado de efervescência que muda as condições da atividade psíquica. As energias vitais superexcitadas, as paixões ficam mais intensas, as sensações mais fortes; há algumas inclusive que só se produzem nesse momento (Durkheim, 1996:466)

O sagrado como postula Durkheim, é anterior à própria religião, sendo algo superior, de caráter inviolável, em que se crê. A formação de tal ideal, contudo, “não constitui um fato irreduzível, que escapa à ciência; depende de condições que a observação pode alcançar; é um produto natural da vida social” (Durkheim, 1996:466), a manutenção de sua crença, por outro lado, só se efetiva quando partilhada, na comparação realizada pelo autor, uma filosofia pode ser elaborada e desenvolvida individualmente, como fruto de uma meditação interior, uma fé, não.

Raquel Weiss termina sua fala caracterizando a sociedade moderna, a seu ver, por uma diminuição da efervescência, ou ao menos das situações em que ela ocorreria. Tem-se um convívio social mais intenso, porém, doutro lado, nossa solidariedade se dá mais pela independência (divisão social do trabalho) do que por uma “solidariedade orgânica”, mantendo-se no vocabulário durkheimiano. Faz alusão à formação de novos tipos de sagrado, em meio a uma época de intenso pluralismo, em que inúmeras micro sociedades que conferem identidade muito particular a seus membros gerariam uma solidariedade mecânica muito similar às das sociedades tradicionais. Essas micro sociedades provocando efervescências, experiências distintas do sagrado.

Tais experiências distintas a partir de noções também diversas de sagrado podem ser percebidas quando contrastadas, por exemplo, a pesquisa aqui exposta com a produzida por Adriana Abreu Magalhães Dias (2007), em sua dissertação de mestrado. A autora realizou um longo trabalho etnográfico de duração de 5 anos acompanhando sites de cunho racistas, neonazistas e revisionistas. Seu interesse principal era o de entender como a rede de computadores era empregada por este movimento social percebido como subversivo – o cyber-racismo, em suas palavras – e como a internet se construía enquanto espaço preferencial para a divulgação de suas ideias. Tomando o postulado acima exposto de que a efervescência por si só não é positiva ou negativa, sendo necessário então a avaliação semântica do que se propõe a partir dessa nova possibilidade de sociabilidade, digo nova possibilidade e não novas formas, pois assim como Guimarães Jr.

(1997), não percebo os códigos e estruturas de sociabilidade provenientes de um universo online como completamente inéditos, mas sim como reformulações e ressemantizações que se adaptam a esse novo formato, a essa nova temporalidade e espacialidade online.

Outro exemplo é o de Télia Negrão (2006) que, em sua dissertação de mestrado, sustenta que os ambientes do ciberespaço são de interesse feminino muito em função dos recursos de poder por elas detido a partir do acesso à informação e ao conhecimento. O modelo que propõe a partir de sua pesquisa, com usuárias de telecentros da cidade de Porto Alegre, prega uma relação direta entre a maior crença no feminismo e maior transformação em conhecimento a partir do acesso a determinados portais feministas ou voltados para a mulher. As novas tecnologias da informação, portanto, fomentam o interesse de incursão das mulheres nos ambientes online, à medida em que vão se constituindo, também, como políticas públicas de inclusão digital. Em sua pesquisa, ficou claro que principalmente às mulheres menos favorecidas, que não detinham recursos e meios necessários para um acesso frequente a ambientes digitais, as redes feministas nacionais e internacionais representavam uma forma de articulação, e também se apresentavam como alternativa ao cotidiano vivido. A autora faz ainda algumas ressalvas quanto a esse empoderar-se via ambiente digital, visto que ainda haveria uma cisão entre as instâncias feministas online, pois para determinado segmento das mulheres pesquisadas por ela impunha-se ainda como dificuldade à constituição de um cenário integrado entre ferramentas, habilidades e linguagem comum (Negrão, 2006:117).

Hoje os cenários de conquistas são, necessariamente, aqueles capazes de assegurar a visibilidade e as trocas individuais ou coletivas e, ao mesmo tempo, proporcionar o crescimento social e político. Em relação a esses cenários, devemos apontar que a rede mundial de computadores aparece como uma destas possibilidades a se apresentar às mulheres (Negrão,2006:14)

O coletivo aqui focado denomina-se Blogueiras Feministas. Surgiu inicialmente como uma lista de discussão via e-mail quando das eleições de 2010. Das primeiras 50 pessoas inscritas logo no primeiro dia de existência, *a lista* – como as/os participantes costumam chamar o grupo de discussão – contava ao fim do período de campo com 797 membros. Com o tempo, tiveram a impressão de a lista não mais abarcar seus interesses, e então um blog foi criado com o intuito de disseminar e produzir informação que fosse pautada pela ótica feminista, ainda que sob várias perspectivas, já que desde o início jamais levantaram uma bandeira específica acerca de qual feminismo era esse, era múltiplo, variável, aberto. Apenas tinham a consciência da oposição de que falava Donna Haraway (2009), sem que haja uma naturalização pressuposta de uma consciência identitária, emerge a coalizão consciente, o parentesco político, as afinidades. Essa passagem de uma lista de discussão para um blog coletivo, fez com que tais universos fossem aqui focalizados, sem englobar outros espaços que vieram a posteriori, como as comunidades e perfis em redes sociais, tais como twitter e facebook. Dessa forma serão considerados aqui o blog e a lista de discussão das Blogueiras Feministas, cujas falas e trechos quando referenciadas serão identificadas como pertencentes a um ou outro universo, da mesma forma que todos os posts aqui referenciados diretamente constam como anexos, ao fim deste trabalho. As imagens que serão apresentadas, contudo, por vezes foram retiradas de outros espaços e não somente do blog ou da lista, mas tem mero caráter ilustrativo de como o Blogueiras Feministas passou a fazer parte do cotidiano de quem dele participa, seja por meio de comentários em páginas pessoais ou pela divulgação de algum conteúdo que fazia referência ao coletivo.

Assim, ao decorrer do texto, pretende-se, inicialmente, abordar o campo das pesquisas que englobem comunidades situadas no universo da internet. Tendo consciência de que as considerações traçadas não se pretendem exaustivas, mas que é um dos tantos panos de fundo que poderiam enredar a pesquisa exposta. Nesse ponto, o conceito principal que emerge é o de Gustavo Lins Ribeiro (1999) de ativismo político à distancia, algo que teria sido propiciado pela rede mundial de computadores e que ao juntar testemunhos compartilhados daria àqueles indivíduos envolvidos a noção de comunidade. Passando então para o enfoque de qual é a natureza desse ativismo.

Procurou, ainda, tecer rápidas considerações acerca da minha posição em campo. Retomando um conceito exposto logo no capítulo 1, quando se pensava a respeito da posição do pesquisador que realiza pesquisas na internet, em função de também ser ele um nativo em campo, produto desse meio que passa, então, a olhar criticamente. O chamado escrutínio acadêmico da posição me é imposto duplamente, portanto, não só me inseri em um universo de pesquisa que me era familiar em

função de seus suportes tecnológicos, mas também o era em função de sua base ideológica.

Ao longo do trabalho de campo foi perceptível a tentativa por parte de minhas/meus interlocutoras/es de elaborar uma compreensão do momento que viviam, da emergência desse ativismo propriamente. Em muito baseavam-se no conceito de “backlash” de Susan Faludi (2001), de forma que eu também o farei, procurando seguir a lógica apresentada por Bruno Latour de tentar “seguir as ligações que eles [e elas] fazem entre estes elementos, que pareceriam incomensuráveis se você seguisse as categorias acadêmicas usuais do social” (Latour, 2006:339). Com isso Latour pretende demonstrar que as ligações encontradas em campo devem ser seguidas, é esse o tecido construído pelas pessoas em campo, não fazendo sentido ignorá-lo, portanto. Assim, a descrição das conexões de uma possível rede não necessariamente é igual às conexões descritivas dessa rede, a primeira é a representação de algo, enquanto a segunda é este algo, de forma objetiva – no sentido de se voltar a atenção ao objeto, como expõe Latour, a partir da perspectiva única do pesquisador em determinado momento.

Backlash, um conceito cuja tradução para o português não foi encontrada em apenas uma palavra, mas que se refere a um refluxo antifeminista, um movimento de retrocesso a garantias conquistadas a fim de que essas mesmas sejam revistas e que novas não sejam alcançadas. Impondo-se a necessidade de um contraponto, independente da forma de ação. Mas diferentemente do que Faludi enunciava, para o contexto estado-unidense de fins do século passado, agora não mais se empreenderia essa luta de forma individual e silenciosa. A abrangência da reação e também sua faceta coletiva são os aspectos distintivos da reação ao backlash que hoje aquelas/es que fazem parte do Blogueiras Feministas entendem vivenciar. Pode-se dizer que um argumento central da obra de Faludi dá origem à própria mitologia de origem do grupo, segundo a autora os momentos de eclosão do backlash estudados por ela são a escolhidos em momentos que coincidem com sintomas de que as mulheres estão a ponto de vencer. As Blogueiras Feministas só se reuniram, por sua vez, com o intuito de combater os boatos que percebiam ser espalhados sobre a então candidata à presidência, boatos esses que não só eram percebidos como contrários à Dilma Rousseff, mas como à luta feminista que empreendiam, com especial ênfase à maneira como a questão do aborto estava sendo superexplorada por setores da mídia. Grande parte da argumentação empreendida por Faludi, com algumas ressalvas, lhes faz sentido, e traçar este paralelo é um dos objetivos que aqui se tentou elaborar com base nas discussões levadas a cabo ao longo desses dois anos. “As discussões que temos são a cara da nossa luta”, disse Andrea Batista², uma das participantes mais ativas da lista.

² Todos os nomes aqui utilizados quando de referência à lista são pseudônimos. Não uso os nomes reais das/dos envolvidos, por ser uma discussão em uma lista fechada. Para seus integrantes, contudo, não haverá qualquer

Da necessidade de luta para o acolhimento e formação. Esse foi o trajeto do grupo, tal como muitas participantes do II Encontro Nacional de Blogueiras Feministas mencionaram por diversas vezes ao longo do evento – que marcou o fim do trabalho de campo. O mesmo percurso fora traçado também pela minha pesquisa, de forma que também o será do texto. Assim, após a apresentação o grupo, passo a ter a literatura do Sofrimento Social como base de análise da entrada das participantes na lista e de algumas de suas ações empreendidas em conjunto como são as blogagens coletivas. Tal perspectiva fora a primeira abordagem teórica ensaiada ao longo do campo, e assim o fora em função do momento em que a lista e o blog se encontravam, visto que em seu início as narrativas pessoais tomavam grande parte das mensagens da lista, seguindo então para as mensagens de apoio e solidariedade, formando algo semelhante às comunidades de sofrimento expressas por Victor Turner (1974). Autor este por quem inicio o apanhado teórico dessa abordagem que engloba dimensões estruturais e cotidianas de sofrimento compartilhadas por determinado segmento.

Em seguida, abordo uma questão que quando de seu surgimento tomou grande parte do interesse da lista, e que foi preponderante para a reconsideração que elas/eles próprias/os tinham acerca da militância que empreendiam. O termo cissexismo³ lhes fora apresentado, e com ele levantada a questão da transexualidade, agora levada a sério enquanto bandeira e luta que apresentava aproximações e distanciamentos, que passavam a ser questionados. A questão do cissexismo, foi abordada por uma das transexuais que fazem parte da lista. Um termo novo entrava no vocabulário, um termo que refletia privilégios até então não constatados, que lhes fazia repensar a capacidade de inclusão que o feminismo que defendiam até então alcançava.

dificuldade em identificar individualmente a quem me refiro. Quando se tratar, contudo, de postagem no blog, o nome da autora será divulgado, visto que é de possível acesso a qualquer um.

3 O prefixo cis- em latim significa desse lado (opondo-se a trans-, que significa do outro lado). Sendo assim, cisgênero ou cissexual são palavras que “denotam uma pessoa que se identifica como do gênero ou sexo, respectivamente, que lhe foram atribuídos quando ainda estava em período de gestação ou no nascimento. Ou seja, a partir do momento que o médico vê a genitália do bebê, durante um exame ultrassonográfico ou após o nascimento, a criança é categorizada, geralmente como menina ou menino, e esse passa a ser o seu sexo. A medida que você cresce, aprende e incorpora valores atribuídos a esse sexo e pode ou não se identificar com ele” (Jarid Arraes, 22/07/2012, blog)

2. A internet como campo de pesquisa social

2.1 Novos Conceitos para Novos Contextos

Deslocamento: mudança de posição em relação a um referencial. O deslocar-se, algo que faz parte do ofício antropológico, coloca uma questão quanto ao movimento interno na disciplina, o deslocamento que implica a mudança de referencial, de enfoque, de abordagem, e o quanto tal transição é bem quista, bem vista, ou não. A antropologia conta com uma série de divisões passíveis de serem vistas como parte da chamada Grande Divisão, problematizadas por exemplo a partir de diversos autores que tratam de binarismos como mente/corpo (Csordas,2008), natureza/cultura (Levi-Strauss,2003; Ingold,2000), tradição/modernidade (Latour,1994), público/privado (Okin,1995), ou humano/máquina (Haraway,2009). Nessas perspectivas binárias reposicionam-se discursos de forma evolucionista e dualista, a partir de uma dada inovação; da mesma forma, com a tecnologia não fora, e não o é diferente. Elucidar tal aspecto a partir da relação entre a ideia de que com o advento de uma nova tecnologia, a fotografia, por exemplo, a pintura tornar-se-ia obsoleta, é a proposta de Lewgoy (2009). Para isso, o autor utiliza o conceito de aura de Walter Benjamin, para quem há uma relação de transcendência e separação entre aquele que sucede e o que é sucedido, a este último sendo atribuído um caráter de superioridade. A aura se perdendo quando do borramento dessas fronteiras entre um e outro.

Desejo traçar um paralelo entre o novo status atribuído às velhas tecnologias e a percepção de domínios anteriores da antropologia, agora tidos como “mais-reais” em face do surgimento do ciberespaço como novo e polêmico campo de pesquisa etnográfica, reproduzindo com argumentos novos uma espécie de aura formadora de sensibilidade, desde sempre conferida ao trabalho de campo (Lewgoy, 2009:187)

Em relação à divisão entre materialidade/imaterialidade, incorreria, assim, sobre a virtualização, tal qual como concebida por Pierre Levy (1996), a perda da aura, a atribuição de um caráter profano. Quando transpõe-se tal lógica ao trabalho antropológico, tem-se a valorização da tarefa quando corporificada e fenomenologicamente presente: a prática etnográfica tradicional, em que há o mínimo possível de intermediações. No polo oposto, estaria, assim, justamente aquela forma de etnografia mediada por algo, o computador, no caso. A própria ideia de antropologia de sociedades complexas pode ser pensada por esse viés, compartilhando, inclusive, com o virtual essa instabilidade no que concerne sua legitimidade. Logo em seu início, a Antropologia Urbana

oferecera novas questões, novos aportes e ferramentas teórico-metodológicas, mas nem por isso passou impune a quem dela não se afeiçoava inicialmente, criticava-se o olhar sobre o familiar. Esse paralelo entre as mudanças ocorridas na disciplina nos anos 1970 e 1980 e a emergência de pesquisas no ciberespaço (Rifiotis, 2010; Maximo, 2010) sugere, ainda, o aproveitamento destes vários aportes conceituais provenientes da Antropologia Urbana quando do exame das interações em ambientes virtuais. Tal como ocorrera no deslocamento da disciplina antropológica ao contexto urbano, um certo pesar ou mesmo descrença reside por um lado, enquanto de outro paira uma espécie de temor em relação à pesquisa no ciberespaço. Lewgoy (2009) aponta para como alguns antropólogos ainda se atém à dualidade material/imaterial para se opor à realização de etnografias virtuais, pois o núcleo sólido da disciplina estaria justamente na interação presencial face-a-face. Uma posição metodológica ferrenha, indicando possivelmente que tais pesquisadores que ingressam nesta empreitada de pesquisar o virtual não passariam de adultos cuja infância residual os levaria à prática de pesquisas com nada mais do que brinquedos, sem a seriedade deles esperada. Não resta dúvida, contudo, que a Internet e o ciberespaço se apresentem hoje como locus privilegiado de reflexão para as Ciências Sociais, em função de sua capacidade de multiplicar relações sociais (Maximo,2010:147).

É possível perceber a complexidade inerente à internet a partir da trajetória de seu desenvolvimento, pois foi pensada e criada inicialmente no formato da Arpanet⁴ a partir da intersecção improvável entre a pesquisa militar, a cultura libertária e a chamada *big science*, aspectos esses que, segundo o Castells (2003), tiveram lugar em instituições governamentais, centros de pesquisas e universidades. Em pouco tempo os jovens que faziam parte do desenvolvimento da Arpanet a transportaram para a cultura estudantil, de forma que rapidamente a rede de computadores interligados se tornou meio de comunicação livre, e manifestação política. Foram eles, também, que criaram uma das primeiras listas de correspondência temática, chamada SF-lovers, destinada à amantes da ficção científica. Outro aspecto fundamental para sua rápida expansão diz respeito à forma de aprendizagem e apropriação de seus préstimos, de forma que seus usos e modificações são repassados em tempo real, diminuindo, assim o intervalo entre produção, aprendizado, difusão e aperfeiçoamento. Dessa forma, citando Castells:

enquanto a cultura hacker forneceu os fundamentos tecnológicos da Internet, a cultura comunitária moldou suas formas sociais, processos e usos. [...] As comunidades on-line tiveram origem muito semelhante à dos movimentos

4 Sigla em inglês para Advanced Research Projects Agency Network. Conexão entre quatro centros de pesquisa estadunidenses (referentes às universidades da Califórnia/Los Angeles (UCLA), de Stanford, de Santa Barbara e de Utah).

contraculturais e dos modos de vida alternativos que despontaram na esteira da década de 1960 (Castells, 2003:47)

A partir tanto da expansão quanto do alcance do ciberespaço e da Internet⁵, discursos proféticos de cunho diferenciado surgiram. Uma dicotomia de interpretações foi colocada, em que a divisão agora era pautada entre tecnofobia/tecnofilia, tal dicotomia conhecida como posições apocalípticas e apologéticas, os primeiros atribuindo um perigo iminente à mudança em curso enquanto os segundos supervalorizando as transformações dela decorrentes (Ribeiro, 2000; Lewgoy, 2009; Hine, 2000; Wertheim, 2001; Rifiotis 2010). A abrangência da tecnologia da Internet foi interpretada diversas vezes como sendo mais um efeito do já a caminho processo de desvinculação entre sociabilidade e localidade na formação de uma comunidade, ou como algo que levaria ao isolamento social, ou como um intercambio social baseado na representação de papéis e identidades falsas (Castells, 2003). Tais concepções de utilização da internet foram responsáveis pela distorção de diversos aspectos utilitários da rede de computadores, como se esta fosse mero terreno para fantasias individuais.

Os números apontados por Castells (2003) são referentes basicamente à Europa e aos Estados Unidos, entretanto, demonstram que majoritariamente seu uso é pautado por questões instrumentais, vinculados a trabalho, família e vida cotidiana. “A internet foi apropriada pela prática social, em toda a sua diversidade, embora essa apropriação tenha efeitos específicos sobre a própria prática social” (Castells, 2003:99). Os apontamentos do autor chamam a atenção para a mudança de percepções acerca do ciberespaço, da mesma forma como houve mudanças na observação acerca desse fenômeno por parte das Ciências Sociais. Vai ao encontro dessa perspectiva de Castells o panorama dos estudos de internet traçado por Frago et al (2010). Utilizando-se, principalmente, da perspectivas de dois autores principais, Barry Wellman e John Postill, uma linha cronológica é estabelecida. Iniciando-se pelos estudos apriorísticos, passando então para uma análise mais empírica, em seguida para uma reflexão pautada por questões teórico-metodológicas. A primeira fase, assim, estaria marcada pela dicotomia real/virtual, online/offline, de forma que a internet sob este prisma se configurava enquanto esfera autônoma, distinta do real, as observações, portanto, estavam centradas na própria emergência da internet, em seu próprio caráter *hype* – em seu próprio modismo (2010:35). A segunda fase, tendo início entre meados e fim dos anos 1990, com a

5 Uma diferenciação se faz necessária quanto à utilização errônea de internet e web enquanto sinônimos. Em uma nota de rodapé Frago et al expõem que “Vale a pena destacar, mais uma vez, que muitas pessoas utilizam as palavras internet e web como sinônimos, mas essa equivalência é errada: a internet é uma rede de hardware e software, cujos primeiros nós foram estabelecidos nos EUA, no final dos anos 1960. A world wide web foi criada bem mais tarde e corresponde a apenas uma parcela das informações disponíveis na internet, cujo acesso depende de softwares específicos geralmente denominados navegadores ou browsers (...)” (Frago et al, 2010:139”

popularização da internet e aumento em termos de acessibilidade, os estudos passam a considerar a internet como algo incorporado ao cotidiano, dentro, portanto, da dimensão ordinária, sendo dessa dimensão da trivialidade de onde emergiria seu poder e eficácia. O foco da observação, agora, sendo direcionado às diferentes formas de apropriação da internet por diferentes grupos a depender de suas classes sociais, faixas etárias ou gênero, por exemplo. Já a terceira fase poderia ser caracterizada, de maneira geral, pela forma como os padrões de comunicação e conexão se estabelecem, dando atenção à descrição e compreensão dos objetos a partir de suas próprias lógicas, com especial cuidado referente à explicitação metodológica dos trabalhos.

Uma ressalva, contudo, é importante, pois a periodicização acima é referente ao contexto anglo-saxão, de forma que deve ser problematizada e repensada quando se parte do contexto brasileiro. Fragozo et al (2010) pontuam que somente na segunda metade dos anos 2000, os estudos empíricos da internet ganharam corpo no Brasil, associados em sua maioria aos estudos de cibercultura. Não considerando, contudo, que desde 1997 já existisse para citar apenas um exemplo, o GrupCiber, grupo de pesquisa da Universidade Federal de Santa Catarina com enfoque no ciberespaço, de onde surgiram trabalhos como o de Mario Guimarães Junior (2000), Maria Elisa Máximo (1998, 2002, 2006) e Teophilo Rifiotis (2002, 2010). Este último inclusive creditando aos pesquisadores do ciberespaço intuição e sensibilidade em função deste interesse no porvir (Rifiotis,2010:18), e demarcando ainda o olhar fronteiro de onde se parte, visto que são também nativos de seus próprios campos, a observação e a própria experiência sendo, assim, tenuemente distinguidas. Tal alerta também fora feito por Fragozo et al(2010) utilizando-se o termo de “escrutínio acadêmico da posição”, pontuando a necessária cautela para não se interpretar os dados de campo exacerbando a esfera da experiência, e não a da observação, uma dubiedade que pode surgir a partir da generalização das experiências pessoais quando da utilização da rede. Sobre este mesmo ponto, Lewgoy (2009), por sua vez, ressalta que há de se ter cuidado com certa ingenuidade que pode acometer pesquisadores que dão início à tarefa, para evitar a superficialidade de análise, ignorando todas as possíveis vinculações semânticas com a esfera offline. Nas palavras do autor há por parte de pesquisadores neófitos no campo virtual “certa tendência à ingenuidade etnográfica misturada a um evolucionismo tecno-utópico” (2009:190). Mais uma dicotomia, portanto, está posta, a dos perigos de interpretação, os tecno-utópicos possivelmente recaindo no erro de considerar que necessariamente aquilo que tem como campo de pesquisa virtual corresponderá ao histórico teórico do tema; os tecnofóbicos, por sua vez, que não conseguem superar sua concepção de relações e estruturas sociais provenientes exclusivamente do universo offline, sendo, reducionistas e funcionalistas perante o virtual, portanto.

O duplo aspecto do pesquisador pode ser, também, relacionado ao duplo aspecto da própria Internet. Cristine Hine (2000), por exemplo, defende sua proposta metodológica de uma etnografia do virtual a partir do pressuposto de que a internet é tanto cultura quanto artefato/produto cultural, dessa forma ela esperava fornecer dois campos a partir dos quais se pensar o ciberespaço. O que Hine entende por Internet enquanto cultura é sua faceta distintiva do universo offline, o contexto próprio dos fenômenos ocorridos exclusivamente no virtual, partindo de conceitos tais como o de vida virtual, descorporificação e desterritorialização por exemplo, e tendo como potenciais universos de pesquisa aqueles possíveis de serem abordados exclusivamente em tela, como comunidades virtuais ou IRCs. (Fragoso et al,2010:46). De forma complementar, portanto, pensar-se-ia a internet, também, enquanto artefato cultural, sendo, justamente, a inserção desta tecnologia na vida cotidiana agora o interesse; a internet representando, assim, um elemento a mais da cultura. Um acréscimo expansivo e no mesmo nível, e não algo sobreposto em níveis distintos. Podendo, então abordar o fenômeno por meio de outras noções, pois superaria a “tela”, de modo que representações de identidades, por exemplo tornam-se possíveis de serem abordadas por meio de websites e páginas pessoais, ou os chamados mundos virtuais. Tal perspectiva é endossada posteriormente, por diversos autores e autoras, como Wilson e Peterson (2002) para quem a tecnologia, compreendendo tanto a internet, como seus textos e mídias nela contidas são produtos culturais, sendo do encargo da Antropologia, portanto, a investigação mais aprofundada desse fenômeno que se figura enquanto novidade à época. Airton Jungblut (2004), a esse respeito, se remete ao caráter de heterogênesse do virtual remetendo ao pensamento de Pierre Levy para quem a virtualização é pensada como um dos fatores fundamentais de criação da realidade, um processo de “devir outro”, uma indeterminação ininterrupta entre processo e invenção de modo que novos fatos que não eram previamente esperados emergem.

Do imbricamento entre essas múltiplas facetas, as novas tecnologias devem ser entendidas em conjunto com o contexto urbano, as teorias da sociedade moderna e as dinâmicas da globalização como avanta Sarmiento (2006). A mudança tecnológica sendo ecológica como aponta Angrosino (2010), no sentido de ser ramificada por todas as partes do sistema do qual faz parte, aqui podendo ser traçado um paralelo ao que Bateson (2000) manifesta sobre o entendimento de qualquer faceta do comportamento humano, que deveria seguir o princípio cibernético, em que se trata de circuitos complexos e completos. Essa conexão dos subsistemas conectados ciberneticamente revelando, assim, a limitação da ideia de evolução centrada em um único ponto, no caso considerado por ele, o indivíduo isoladamente.

Em relação à comunicação houve, portanto, com a ascensão da rede internacional de computadores uma reestruturação dos papéis entre os envolvidos, receptor e emissor interagindo e por vezes invertendo os papéis. Castells (2003) chegou, inclusive, a comparar a internet a uma rede elétrica, em função de sua capacidade de distribuição da informação. A comunicação de muitos com muitos é um dos principais pontos de destaque da internet, ressaltando ainda que sua influência vai além da quantidade de usuários⁶, diz respeito também à qualidade de seu uso. Novamente fazendo uso da metáfora da eletricidade, diz ainda que a partir da internet a prática já antiga de formação de redes teria adquirido novas roupagens, tornando-se redes de informação energizadas. Segundo o autor, as redes formadas neste ambiente detêm uma natureza revolucionária em razão de sua flexibilidade e adaptabilidade, em contraste com as redes de outrora, que segundo o autor funcionam em cadeias verticais e centralizadas, exercendo assim certo controle, de forma que tanto o poder como a produção eram centralizados nas hierarquias vigentes. A internet, assim, se configura na visão de Castells (2003), como a alavanca de transição para uma nova forma de sociedade, a sociedade de redes.

A elasticidade da internet a torna particularmente suscetível a intensificar as tendências contraditórias presentes em nosso mundo. Nem utopia, nem distopia, a internet é a expressão de nós mesmos através de um código de comunicação específico, que devemos compreender se quisermos mudar nossa realidade (Castells, 2003:11)

Dessa forma, a cibercultura enquanto um conjunto de técnicas, práticas, modos de pensamento e valores se desenvolve juntamente ao próprio ciberespaço, enquanto mais uma dimensão da vida social (Maximo, 2010).

Com a multiplicação das modalidades de comunicação mediada por computador, (CMC) o “ciberespaço”, já conhecido na ficção científica, ganha visibilidade, caracterizando-se enquanto um espaço socialmente construído pelas interações que se estabelecem na Internet do qual emergem novos agrupamentos sociais e no qual se atualizam outras redes já estabelecida em outras dimensões da vida social contemporânea. (Maximo, 2010:147)

2.2 Novas comunidades para novos ambientes de sociabilidade?

O estudo empreendido por Maximo (2002,2010) aborda a internet – cultura/artefato cultural – a partir de uma lista de discussão. Com o objetivo inicial de identificação de padrões de

⁶ Neste ponto, ainda que o autor ressalte o número crescente de usuários da internet, ressalva com atenção o diferente grau de alcance e desaceleração da difusão da internet quando considerada em lugares de miséria e atraso tecnológico. “A internet é uma rede de comunicação global, mas seu uso e sua realidade em evolução são produto da ação humana sob as condições específicas da história diferencial.” (Castells, 2003:12)

comportamento na utilização da Internet, sua observação a levou a um outro patamar, revelando que a dinâmica social encontrada ia além, dando lugar a uma nova dimensão, a da sociabilidade virtual e a ideia de um pertencimento enquanto comunidade, visto que havia um compartilhamento de códigos sociais específicos, juntamente a uma estrutura de regras simbólicas. A partir dessa constatação – informada por E. Reid que em 1991 apontava, a partir de pesquisas com IRC a constituição de uma cultura comum e daí a possibilidade de serem pensados enquanto comunidades – Maximo se interroga acerca da forma de manutenção desses grupos além da forma de orientação de suas ações e relações em função das especificidades do meio de interação. Para isso sendo necessária a escolha de uma lista que a permitisse a observação continuada de sua dinâmica, elegendo, então, uma cujo interesse de discussão aglutinador era a própria cibercultura. Sua estratégia analítica é desenvolvida a partir da Etnografia da Fala, pautada, assim, nas competências comunicativas necessárias para a interação dos membros de dada comunidade. De um material bruto de mais de 2 mil mensagens em um intervalo temporal de 5 anos, a autora elabora uma classificação de situações comunicativas, em que aparecem determinados **fios topicais**, que darão origem às **teias topicais**. Um fio topical, assim, é o desenvolvimento de certo assunto por meio de uma cadeia de respostas. Os fios topicais, posteriormente se ramificam, mas ainda permanecem ligados entre si pela sua relação inicial, dessa maneira, formam uma teia topical, cada teia, assim, podendo ser interpretada enquanto evento comunicativo independente dentro de um universo semântico que compreende o conjunto de discussões da lista. Daí apreende-se a importância da linguagem enquanto aquilo que relaciona valores culturais e sociais do grupo dentro do seu próprio registro de atuação.

Sendo as listas de discussão modalidades de comunicação mediada por computador nas quais o texto é o principal meio de expressão, a tendência é que os participantes de cada lista criem, no cotidiano de suas interações estratégias de linguagem específicas que contornem algumas limitações do meio e, ao mesmo tempo, caracterizem os grupos. Orientada por códigos essencialmente textuais, a dinâmica de interação da [lista] Cibercultura dá origem a um sistema simbólico que, em última instância, deve ser apreendido pelos participantes como indicador de pertença ao grupo. (Maximo, 2010:150)

O que se fala, quando se fala, como se fala, talvez até mesmo o porquê se fala, inserem-se dentro das competências comunicativas que regem quem é inserido ou excluído de dada comunidade de fala, a partir da posse de certos comportamentos expressivos esperados de seus membros. Dessa forma, “[a lista] passou a ser vista, então, como uma pequena comunidade de fala na qual se desenvolvem eventos comunicativos cuja unidade básica é a mensagem” (Maximo,

2010:152). Ao se considerar a mensagem como o centro de referência, tem-se a questão de sua pertinência dentro do escopo de discussão que se pretende, dessa forma costuma-se designar como *off-topic* os assuntos abordados que não tratem do tema central da lista em questão, em contraste com os *topic*, assuntos ligados diretamente a ele. Essa busca constante pela delimitação temática da lista revela os processos de negociação envolvidos, visto que há a possibilidade de desvio (a existência do *off-topic* é a comprovação em si dessa contingência), mas este está sob vigilância, podendo incorrer em uma *flame* – momento de conflito ocorrido nos espaços interativos da internet – a qualquer minuto. Tais situações, as *flames*, são marcadas pela intensa negociação temática, atraindo, outrossim, participantes que não costumam participar, denotando, assim, a relevância da manutenção da lista enquanto comunidade. Destarte, longe de ser algo desintegrador, a partir das *flames* é possível resgatar o sentido de comunidade que lhes é tão caro, é o momento negociação explícita da identidade, algo que não é expresso no plano do dia a dia. Considero este conceito um dos mais profícuos na interpretação do trabalho que, aqui, proponho.

Não se pode dizer, contudo, que haja um sistema coerente e homogêneo de normas e valores sociais dentro do universo virtual como um todo, visto que os mais diversos grupos se aproveitaram do potencial comunicativo e interativo da rede, tanto para a divulgação de ideias como para vinculação e articulação, indo de grupos ambientalistas à grupos de extrema direita. Castells (2003), contudo, identifica dois valores passíveis de serem considerados partilhados pelas diversas redes, são eles, a comunicação livre e horizontal – fazendo frente, inclusive, aos grandes conglomerados midiáticos – e a formação autônoma das redes (seja por meio de uma lista de discussão como o exemplo acima, ou um grupo em determinada plataforma como as Redes Sociais Online), ou seja a possibilidade que qualquer pessoa têm de se juntar a dada rede, ou mesmo de iniciar a sua própria.

A diferenciação entre ambientes de sociabilidade virtual e comunidades virtuais é empreendida por Guimarães Jr. (1999), Sarmiento (2006) e também por Rifiotis (2010b), sendo importante retomar, aqui, a questão. O primeiro postulando um "ambiente de sociabilidade" como um espaço simbólico criado no interior do ciberespaço a partir de programas específicos voltados à comunicação de seus usuários. Desta sociabilidade surge a possibilidade de formação de uma comunidade virtual estável, ainda que não sua exigência ou corolário. Tal como define Sarmiento (2006), o ambiente de sociabilidade virtual é simplesmente o lócus criado para tal interação, enquanto a comunidade é definida a partir da relação entre seus integrantes, normalmente vinculadas a um tópico de interesse comum (Angrosino,2010).

Tal como em alguns momentos tem-se a necessidade de definição conceitual do que vem a ser ciberespaço (Jungblut,2004) visto que por diversas vezes é tomado como um termo autoevidente, o mesmo ocorre com a ideia de sociabilidade e comunidade. Rifiotis (2010b) questiona o entendimento de ambas as dimensões enquanto a priori analíticos, a fim de se evitar o excesso de generalizações. Três interpelações principais são evocadas, quais sejam, por que ainda tematizar acerca da noção de comunidade, qual a econômica conceitual ainda possível? Qual o referente implícito dos discursos analíticos? E por fim, o que, de fato, significa a reflexividade imperativa do pesquisador enquanto sujeito e objeto? Destas provocações, o autor reforça a ideia do uso do vocábulo comunidade como referência simbólica e também como estratégia discursiva, por vezes tendo, inclusive, objetivos políticos envolvidos, daí sua preocupação da utilização do termo enquanto categoria êmica, e portanto, ela própria objeto da análise⁷, adquirindo, assim, importante dimensão analítica, que acaba por implicar na própria condição paradoxal do conhecimento acerca do ciberespaço. O que Rifiotis empreende aqui é, sob minha perspectiva, análogo ao projeto de Marilyn Strathern (2006) em mostrar a natureza contextualizada dos construtos nativos, tanto quanto dos construtos analíticos utilizados pelos pesquisadores. A partir de seu trabalho de campo na Melanésia, a autora inicia seu percurso pelo conceito de sociedade, seu ponto de partida, pois representava uma metáfora ocidental para organização, e acabava por, também, organizar a maneira pela qual os antropólogos pensam. Dessa forma, uma pergunta se impõe ao próprio conceito, qual seja, em que espécies de contextos culturais as autodescrições das pessoas incluem uma representação delas próprias como uma sociedade? A ideia de sociedade fazia, de fato, sentido além das fronteiras do pensamento ocidental? Tais perguntas, segundo ela, não eram feitas com frequência, pois ter-se-ia a assunção de que eram verdadeiras. O contexto geral da sociedade melanésia é pressuposto pela dimensão do “eles”, e portanto só é de interesse para o “nós”. O que importa para Strathern é chamar a atenção para o fato de que esses contextos devem ser contrastados, e não confundidos, já no caso de Rifiotis é levar ao máximo os limites da modernidade enquanto discurso que não questiona seus próprios pressupostos.

O encontro com o “outro” e a seriedade em seu enfoque, de maneira a se considerar os significados a partir de seu próprio registro é bem exemplificado quando da consideração de Sarmiento (2006) a respeito da utilização dos indivíduos ou de suas personas como de seu interesse

7 “A especificidade crítica da ciência social com o saber está em descrever com categorias que, sendo pré-existentes e criadas num código fora da experiência nativa produzem um aprisionamento que, sob a tutela descritiva, circunscreve os conteúdos que parece estar identificando a partir da observação. Assim, é com as “comunidades virtuais”, e a ausência do universo referencial do analista, cuja objetividade depende estritamente de manter-se o equilíbrio precário da construção de um “outro” e da capacidade de traduzi-lo em categorias científicas.” (Rifiotis, 2010b:80)

de pesquisa. Segundo ele “A Antropologia não está necessariamente preocupada com as pessoas enquanto indivíduos, mas sim enquanto sujeitos de relações sociais no contexto sob estudo” (Sarmiento,2006:4). Sua pesquisa aborda perfis *fakes* (falsos) de usuários da rede social orkut, mas ao invés de buscar por uma suposta verdade que poderia residir por trás da máscara de seus interlocutores, o autor direciona seu exame à própria sociabilidade intrínseca ao nível das máscaras, debruçando-se então sobre as personas – as identidades construídas no interior do ciberespaço – e seus avatares.

2.3 Novos termos: de quantos tem-se necessidade?

Ao objeto de investigação acrescenta-se uma camada de virtualidade, fazendo com que a efemeridade própria das relações sociais se torne ainda mais visível. E não só, acrescenta também mais informações, amplia o escopo, de forma a se considerar ainda mais remota a possibilidade de observação em grandes escalas. A maior complexificação da realidade, este excesso de uma coisa boa, assim, se apresenta tanto como um presente aos pesquisadores como algo que lhes impõe uma obrigação, a de construir as lentes adequadas que lhes forneçam instrumentos e métodos capazes de enxergar; tal como Galileu outrora construía seu próprio telescópio a fim de observar e compreender um mundo natural que de outra forma não lhe era visível (Fragoso et al,2010:13). Cristine Hine em sua obra “Virtual Ethnography” (2000) postula sua tese da internet enquanto cultura e também artefato cultural como fora exposto acima, seu entendimento acerca da metodologia utilizada era chamada de etnografia virtual, nas palavras de Fragoso et al “a etnografia virtual se dá no/de e através do online e nunca está desvinculada do offline, acontecendo através da imersão e engajamento intermitente do pesquisador com o próprio meio” (Fragoso et al,2010:173). Uma outra possibilidade de enquadramento metodológico foi postulada por Robert Kozinets com o termo *netnografia*, um neologismo surgido em torno dos anos 1990. A defesa do autor em relação ao termo se pauta na necessidade de demarcar e pontuar as diferenças sofridas pelo método etnográfico quando da sua transposição e adaptação aos ambientes digitais, tanto na forma de coleta de dados, como na sua descrição e nas implicações éticas desse modelo de pesquisa. Essa demarcação também propiciaria uma maior similitude e padronização dos procedimentos metodológicos, visto que a abundância de possibilidades terminológicas (como *webnografia*, *ciberetnografia*, e outras oriundas a partir da incorporação) incorreria em uma confusão epistemológica e também política. Dai sua defesa de unificação no termo *netnografia*, pois padrões diferentes dificultavam inclusive a avaliação dos resultados obtidos pelos próprios pares. Ao longo do transcorrer de nove anos,

Cristine Hine reformula sua questão em relação à antropologia, passando então a se interpelar acerca do surgimento e funcionalidade de tantos termos, propondo uma retomada da utilização simplesmente de “etnografia”, sem quaisquer outras adjetivações ou decomposições, visto que os termos que vinham surgido mais aludiam a uma suposta distinção entre os ambientes online e offline, do que propriamente a uma relação de contiguidade entre eles. Sua nova questão podendo ser caracterizada como se a etnografia virtual antes por ela defendida tivesse de alguma forma sucumbido de volta a ser etnografia somente. A autora, contudo, não é ingenua e defende a cautela tanto nos momentos de planejamento como de descrição da pesquisa, de forma que os procedimentos e fases estejam claramente dispostos. Fragoso et al posicionam-se favoráveis a tal perspectiva de retorno ao termo etnografia, tentando extrapolar a noção da internet enquanto dimensão autônoma e desvinculada das práticas sociais cotidianas e triviais, incorrendo, assim, tal como apontado por Hine (2009) em uma transferência e remodelamento do objeto de pesquisa, partindo do limite do local como limite organizador e passando, agora, para o fluxo de conectividade. Mas sugerem:

Assim, compreendemos que o termo “etnografia” possa ser retomado, desde que tais diferenças em termos de coleta de dados de observação sejam descritas e problematizadas em suas distintas fases, com indicações das variações de níveis entre online e offline. O momento atual ainda exige uma reflexão mais densa com vistas a práticas de pesquisa consistentes e responsáveis que ultrapassem o nível de mera observação e coleta de dados utilizando ambientes digitais (Fragoso et al,2010:178)

A cautela referente a esse ponto se faz necessária, mais uma vez, em função do duplo caráter do pesquisador do ciberespaço, e do perigo pontuado acima por Lewgoy (2009) em relação a pesquisador ingenuo, que credita à ferramenta em si a capacidade de realizar uma pesquisa empírica.

2.4 A Conectividade em Fluxo, e o fluxo de conectividade

Tal como exposto acima, é interessante pensar a etnografia a partir dos fluxos de conectividade, sendo possível por meio deste ponto de partida argumentar em favor de se lançar o olhar para o universo online. Como aventa Dorneles (2006) a questão é menos a de se questionar acerca da existência de relações sociais via Internet, e mais de uma tomada de opiniões a



respeito do tema. O intuito, portanto, de formação e adensamento do debate qualificado acerca da questão demonstram a validade da prática científica nesses campos. Mantendo sempre a noção de solidariedade existente entre as dimensões online e offline (Rifiotis,2010). A observação de um blog a partir de seus posts, e a articulação e interação entre autores e comentadores, ou mesmo a interação e sociabilidade em uma lista de discussão apontam para um dispêndio de energia por parte de seus membros que há alguns anos talvez não fosse presente. Dessa forma podendo-se conferir tanto um novo fluxo de conectividade como uma conectividade em fluxo, já que a internet propicia essa gama vasta de caminhos passíveis de serem percorridos no ciberespaço, tal como em outros ambientes da vida social.

Destarte, a observação e análise da lista de discussão que será aqui enfocada justifica-se por dois aspectos que a princípio podem ser entendidos como contraditórios, mas não o são porque dialéticos, visto que não tendo particularidades, de fato, originais, como a formação de redes ou de comunidades, acabam por gerar-se a si mesmos em formas de padrões específicos, em forma da cibercultura, como já dito acima, mais uma dimensão da vida social, um acréscimo e não um contraponto.

Partindo dessa ideia de acréscimo, pode-se agora atentar para o que Gustavo Lins Ribeiro (2000) aborda como sendo uma das características primordiais da internet, o chamado ativismo político à distancia. Ribeiro trata da diferenciação entre globalização e transnacionalismo a fim de identificar neste último um caráter eminentemente político e ideológico, que assim ocasionariam a organização de pessoas dentro de comunidades imaginadas. “De uma perspectiva simbólica a dinâmica da virtualidade é o núcleo duro da comunidade transnacional”, diz ele (Ribeiro,2000:173), e para que ela assim ocorra tem-se como base a própria rede mundial de computadores. A internet, assim, tendo se tornado o meio simbólico transnacional mais poderoso de troca de informações e comunicação interativa. Seu enfoque é, portanto, o de tomar a internet como suporte tecno-simbólico de uma comunidade transnacional. Conquanto ainda resida em sua perspectiva datada uma certa tendência a se desvincular o online do offline, algo que já fora criticado acima, considero relevante o decorrer de seu raciocínio de que a escala da diversidade da internet não se é tão grande quanto se poderia imaginar, visto que a introdução e difusão de novas tecnologias não decorrem em um vazio, mas sim em um sistema de poder seja político ou econômico, com tendencias tanto de transformação quanto de replicação. Mas

Sem dúvida que pese [a internet] ainda ser um meio de interação quase exclusivo da classe média e da elite técnica intelectual e política, a Internet permite uma alta

capacidade de manipulação individual de uma vasta rede global de informações e comunicação. O Exército Zapatista de Liberação Nacional (Chiapas, México), por exemplo, conseguiu parar uma ofensiva do exército mexicano ao divulgar via internet a eminência do ataque. Mensagens de todo o mundo chegaram ao governo mexicano demonstrando o poder da opinião pública internacional mobilizada por meio da comunidade transnacional imaginada-virtual. Esse poder é o que chamo de “ativismo político a distancia”, uma forma de atuação política que só pode existir graças à capacidade que as tecnologias de comunicação tem, cada vez mais de produzir “testemunhos à distância” (Ribeiro, 2000:184)

Dessa forma, pode-se dizer que o ativismo político à distancia, que é operado por esses testemunhos múltiplos, que formam um dos fatores elencados pelo autor⁸ é um dos responsáveis pela fascinação que se tem pelo virtual, visto que representa a confluência entre o discurso e a ação.

Pretende-se abordar aqui, portanto, uma categoria desse ativismo político à distancia, pelo enfoque sobre um coletivo virtual de cunho feminista, cuja principal forma de expressão é justamente o testemunho e expressão textual por meio de um blog coletivo e uma lista de discussão, o Blogueiras Feministas. Mas antes uma pequena incursão no universo da blogosfera.

Em 1997 o termo weblog foi utilizado pela primeira vez, o “diário em rede”, designando sites que, independentemente da especificidade de seus conteúdos, privilegiavam a experiência pessoal, aquelas relacionadas à navegação na Web ou à vida cotidiana em geral. A padronização e automatização do processo de criação e manutenção de um blog, por meio de uma ferramenta específica, instituíram um modelo típico para essas publicações pessoais que se consolidavam, então, como uma modalidade diferenciada das demais formas de publicação “on-line”. Foi a partir desse modelo que se teve a definição técnica, digamos assim, do que é um blog: uma hierarquia de textos, imagens e dados multimídia, arranjados em ordem cronológica inversa e visualizados através de um browser, ou navegador⁹. (Winer, 2003). Cada post¹⁰, portanto, é individualizado por uma URL, e seus leitores tem, normalmente, a oportunidade de comentarem a postagem. A depender do blog tais comentários podem ser ou não moderados, de forma que após a apreciação do autor determinado comentário seja publicado na rede. Por meio de tais comentários, referências, e links na lista de favoritos, forma-se uma rede interconectada, a blogosfera. (Schimdt, 2007)

De acordo com Maria Elisa Máximo (2006):

8 São seis os fatores elencados por Ribeiro: 1. expansão do sujeito 2. expansão do corpo e atividades sensoriais 3. a confluência entre o discurso e a ação 4. o gnosticismo tecnológico 5. a assunção da fragmentação e da descentralização 6. a assunção do descentramento

9 Um navegador, também conhecido pelos termos em inglês web browser ou simplesmente browser, é um programa de computador que habilita seus usuários a interagirem com documentos virtuais da Internet.

10 Cada publicação, entradas de texto cronológicas em websites/blogs.

Hoje, estima-se que existem aproximadamente cinquenta milhões de blogs na Internet e cerca de setenta e cinco mil novos blogs são criados a cada dia. Por volta de 68% destes blogs são escritos em inglês; outros 12% nas línguas catalão, francês, espanhol e português, nessa mesma ordem; e os outros 20% estão amplamente distribuídos em outras línguas, dentre elas o alemão, o italiano, o japonês, o persa, etc. Colocando esses números em relação ao quadro geral da Internet, é possível enxergar alguns aspectos diferenciais relativos à disseminação dos blogs.

Tudo passou a ser compreendido pelo mesmo termo: blog. Os próprios blogueiros se tornaram os leitores privilegiados de blogs, buscando saber como outros estavam experienciando e se posicionando diante dos mesmos acontecimentos e temas ou de acontecimentos e temas correlatos. O repertório de blogs favoritos de cada blogueiro passou a constar nos blogs, em listas de links fixadas geralmente às margens dos posts. Criavam-se, com isso, redes de blogueiros que se “visitavam” e se comentavam com frequência, onde a experiência de um acrescentava-se à experiência do outro promovendo reflexão e criando vínculos sociais. Ligando-se aos princípios fundadores dos “softwares livres”, pela ideia do “conteúdo aberto” e da “livre expressão”, e constituindo-se como uma esfera marcada pela troca de experiências (de expressões das experiências, como veremos adiante), o universo dos blogs se colocava, assim, diante da possibilidade de ser pensado sob a perspectiva da reciprocidade nos termos da clássica teoria de Marcel Mauss (1974). Participar de circuitos de trocas, colocando experiências e pontos de vistas pessoais em circulação é, nesse universo, um modo de se colocar na direção da aliança, da comunicação, dos vínculos sociais. (Maximo, 2006:56)

Como aponta Schimdt (2007) a rápida expansão do número de blogs foi acompanhada pelo interesse de pesquisa nesse fenômeno, apontando para o fato de adolescentes e mulheres serem as/os autoras/es mais expressivos quantitativamente, e que os blogs de tipo diário ainda são os mais frequentes na rede. Contudo, ainda que tais blogs individuais e pessoais possam dar a impressão de isolamento por parte de seus autores, a interação que ocorre entre leitoras/es e blogueiras/os é, na verdade, um fator de emergência e sustentação de uma comunidade que se identifica e possui uma gama de interesses compartilhados. O autor traz um grande apanhado de possibilidades de estudos a partir dos blogs e da blogosfera realizados a partir de blogs de língua inglesa, como a combinação de blogs e jornalismo, ou o enfoque em determinado assunto, como blogs políticos; ou como ferramenta utilizada corporativamente – em casos de blogs empresariais, por exemplo – ou como canais de expressão especializados e profissionais, como os blogs acadêmicos; ou mesmo o estudo dos blogs a partir da perspectiva da análise de redes sociais. Somente o grande número de referências apontadas por ele já é um indicativo das variadas formas de uso, contexto e padrão de utilização dos blogs, que surgiram e continuam surgindo à medida que a plataforma se institucionaliza. Dessa forma, falar a respeito do fenômeno da emergência dos blogs de forma generalizada seria deveras superficial, sendo necessário, assim, optar por determinada abordagem e elucidá-la logo de início da pesquisa, pois a depender da escolha práticas diferentes serão analisadas. E tais práticas consistem em rotinas e expectativas acerca da utilização do blog no que

concerne à objetivos de comunicação, e que assim, levam à formação não só de redes hipertextuais, como também de redes sociais.

Tais redes podem vir a se considerar enquanto uma comunidade, como exposto acima, mas a forma de utilização de diferentes plataformas dentro de um ambiente de sociabilidade virtual é necessária. Mario Guimarães Junior (1999) abordou a diferenciação entre ambientes e plataformas de sociabilidade virtual. Segundo ele, é fundamental atentar que os grupos que se formam no ciberespaço não restringem sua ação à utilização de apenas uma plataforma, mas as utilizam de acordo com o contexto. Por plataforma, o autor compreende, determinados elementos de software ("programas") que dão sustentação às relações, sendo mais comum que uma plataforma constitua-se de um programa principal, havendo, contudo, casos em que estas constituem-se por diversos programas.

O relevante é o pertencimento ao grupo, independente da plataforma utilizada para realizar este pertencimento. (...) Portanto, caracterizo como "ambiente de sociabilidade" o espaço simbólico criado no Ciberespaço por programas específicos orientados à comunicação de dois ou mais usuários, povoado por personas que estabelecem uma atividade societária por um determinado tempo. A partir desta sociabilidade podem ou não se desenvolver comunidades virtuais estáveis. (Guimarães Jr, 1999)

O autor sintetiza sua proposta analítica pelo seguinte gráfico abaixo, que também acredito ser válido utilizar como ilustração final. Segundo Guimarães (1999) ainda, é frequente que se parta da perspectiva de uma plataforma inicial e preferencial, a partir da qual determinado grupo se forma, e é também o maior espaço de interação; considerando os outros, assim como coadjuvantes. Esse ponto é importante considerar, pois a descrição da trajetória do grupo aqui analisado demonstra não só a utilização de uma gama de plataformas, mas também a opção metodológica pelo enfoque em apenas duas delas, uma lista de discussão e um blog coletivo, ainda que outras plataformas também sejam utilizadas tais como as redes sociais facebook e twitter, etc.

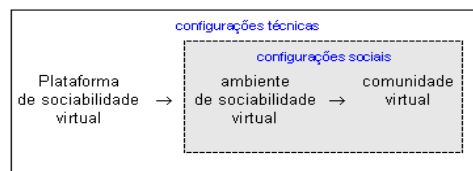


Ilustração 2: Figura apresentada por Guimarães Jr. (1999) para ilustrar as idéias de plataforma de sociabilidade virtual, ambiente de sociabilidade virtual e comunidade virtual

3. Escrutínio acadêmico da posição: o ser nativo em campo

“A antropologia das sociedades urbano industriais exige que o estabelecimento de fronteiras, tênues do ponto de vista geográfico e social, sejam estabelecidas simbolicamente pela pessoa que faz a pesquisa, já que os contatos com o universo de estudo e, sobretudo, com as pessoas que transformamos em nativas, não cessam nunca – desde o *insight* inaugurador do próprio projeto até o derradeiro momento de finalização da escrita.” (Tornquist:2007:44)

Escrutínio acadêmico da posição é o termo utilizado por Fragoso et al (2011) quando faz referência ao cuidado necessário por parte da/do pesquisadora/or para não deixar que sua experiência se sobreponha à pesquisa realizada. Também Riffiotis (2010) faz menção ao duplo caráter da/do pesquisadora/or de universos online visto que ela/ele porta também um olhar fronteiro, ou seja, não deixa de ser nativa/o de seu próprio campo, aqui significando que mais que a observação, também a própria experiência compõe sua análise. O que dizer então do imbricamento de mais uma faceta nativa na análise? No caso, minha intimidade com o movimento feminista enquanto militância nunca fora demasiada, ainda que tal como Eliane Gonçalves (2011), também credito ao feminismo grande parte da minha formação intelectual, acadêmica, política e pessoal. Como então separar tais noções? Seria necessário fazê-lo? “Como lidar com as simpatias às causas dos grupos pesquisados? Quais os limites do engajamento solicitado aos/às pesquisadores/as?” (Bonetti; Fleischer, 2007:37) São essas algumas questões já colocadas por diversas/os pesquisadoras/es. A discussão das propostas de Gregory Bateson, Tim Ingold e Roy Wagner aqui faz-se pertinente, pois acredito que a própria noção de cultura entra em debate quando pressupõe-se tal estranhamento como inerente a qualquer atividade antropológica.

Em *Naven*, Gregory Bateson (2008) faz uso de três abordagens para analisar a relação entre o irmão da mãe (wau) e o/a filho/a da mãe (laua), e o contraste entre os sexos, são elas, a dimensão estrutural, etológica e sociológica. Três pontos de vista a partir dos quais qualquer “fragmento cultural” poderia ser focado e analisado. Dessa forma, tanto estrutura como ethos ou sociologia seriam formas de abordar as relações estabelecidas em sociedade. As disciplinas, tal como a Antropologia, utilizam-se de “etiquetas”, cunham seus termos que acabam por fracionar os fenômenos sociais, tendo apenas a visão de certa parte, portanto. O termo que Bateson, então, propõe é o de *cosmogênese*, referindo-se aos processos de diferenciação nas normas do

comportamento individual a partir da interação cumulativa dos indivíduos. Tal interação acumulativa, portanto, tende à mudança progressiva, ainda que possam se caracterizar como cosmogênese complementar, em que um comportamento estimula o outro dentro de um contexto de dominação, ou cosmogênese simétrica, dentro de um contexto de concorrência e competitividade. Ambas sendo encontradas dinamicamente combinadas.

É importante frisar que o autor trata, inicialmente em seu primeiro epílogo que data de 1936, a obra como um experimento, pois a proposta seria a análise de diferentes aspectos da vida Iatmul a partir de diferentes etiquetas teóricas. Assim, também os próprios conceitos teóricos seriam classes de explicações, e não a explicação de algo em si. A ideia de cismogênese é pensada então como um modelo formal de mudança, mas como intermediar a continuidade ou descontinuidade desta mudança progressiva? Ou seja, como a cismogênese progressiva não acabava por eliminar a cultura enquanto tal? A questão se impõe, visto o caráter dirigido da mudança desde a aprendizagem dos padrões de relações. Deste ponto, emerge também a ideia de autocorreção do sistema, este tendo seu equilíbrio mantido em função da relação entre seus componentes e das mudanças reciprocamente propiciadas. Transpõe, então, a relação de cismogênese ao problema da evolução, realizando a defesa da ideia de que no cerne do fenômeno evolutivo residiria a relação organismo/ambiente, também em mudança contínua, e que mudanças em um elemento ocasionariam mudanças em outro.

O entendimento de qualquer faceta do comportamento humano deveria seguir o princípio cibernético, em que se trata de circuitos complexos e completos. Essa conexão dos subsistemas conectados ciberneticamente revelando, assim, a limitação da ideia de evolução centrada no indivíduo isoladamente. O mesmo quanto à separação da ideia de mente interna e mundo físico externo. Segundo Bateson, a mente seria imanente ao mundo, espalhando-se por meio de circuitos contextuais. Neste sentido é que evolução e mente se encontram como sistemas cibernéticos. Sob esta perspectiva não há separação entre uma ecologia dos organismos em seus ambientes e uma ecologia das ideias, da mente imanente ao mundo. Ambas integram uma ecologia da mente, que evita a arrogância de um ser que se vê fora do mundo – este também dotado de mente. Bateson, ainda que não endossando, constata essa separação existente entre as duas formas de ecologia, do organismo de um lado e ambiente de outro. Sua proposta de ecologia da mente portanto é de uma ecologia que perpassa a ambas, a partir da ideia da mente como imanente no mundo.

Buscando responder à mesma questão que Bateson se propôs, ou seja, que tipo de coisa é essa que chamamos de organismos mais ambiente? Tim Ingold, chega à ideia de que é necessário reformular nosso entendimento de vida e alcançar uma abordagem propriamente ecológica.

Argumenta que Bateson não teria sido capaz de se livrar da oposição fundamental entre forma e substância, insistindo em duas ecologias, uma informacional e uma bioenergética.

Em *The Perception Of The Environment* (2000) reúne 23 ensaios produzidos ao longo de quase uma década, conformando a obra exemplar de seu esforço sintético. O ponto de partida é a busca por uma antropologia que não partilhe o humano em camadas que o aborde como pessoa-organismo que cresce, que se desenvolve, num engajamento perceptivo ativo com aquilo que o cerca com seu ambiente. Mesmo tendo se mantido dentro dos limites do que é em geral aceito como antropologia, incorpora no núcleo de seu projeto teórico a busca por diminuir a distancia entre as humanidades e as ciências naturais, passando por uma integração com uma nova biologia (uma ecologia da vida) e uma nova abordagem ecológica.

Ingold busca um pensamento relacional como inspiração, emergente em seus estudos entre povos caçadores e coletores e pastoralistas – talvez o ponto de convergência em sua proposta teórica mais ampla.

Uma abordagem propriamente ecológica para a vida não pode se dirigir àquela questão proposta por Bateson considerando o *mais* – do organismo mais ambiente – como simples adição de entidades mutuamente excludentes. Desenvolvendo, assim, a noção de *skill*. A ideia do skill como propriedade emergente do humano enquanto sistema vivo em desenvolvimento passa, portanto, pela ideia de corporificação sendo central para a noção do humano enquanto pessoa-organismo, O processo de aprendizagem nesse sentido é também um processo biológico, que se dá nos contextos relacionais da pessoa-organismo em um ambiente. O mesmo argumento se aplica para duas outras skills, comumente consideradas também em separado: a fala e a escrita. Para Ingold ambas seriam propriedades emergentes de sistemas em desenvolvimento. Tanto a fala quanto o caminhar não seriam atributos universais humanos devido a capacidades inatas mas sim técnicas do corpo no sentido maussiano. Ou seja aquisições do organismo humano total. Isto leva Ingold a questionar a ideia de que haveria uma capacidade para a cultura, um dote biológico universal da especie humana, a ser moldado por algo chamado cultura.

Ingold defende que a unidade evolutiva é o organismo em seu ambiente. Sua grande contribuição é a maneira pela qual leva esta visão adiante, questionando as separações entre biologia e cultura, por um lado, e evolução e história por outro. Ingold propõe que, assim, como na biologia o genótipo como um plano de especificação para o desenvolvimento do organismo não existe em outro lugar a não ser na mente do biólogo, na antropologia a cultura como um corpo de

conhecimentos tradicionais, regras transmitidas independentemente do contexto não existe em outro lugar a não ser na mente do antropólogo como abstração de comportamentos observados.

Mudando o direcionamento, mas também a fim de visibilizar o que vinha a ser a cultura, e como era entendida e tratada, tem-se a obra de Roy Wagner em *A Invenção da Cultura* (2010). Inicia seu texto relatando que a Antropologia estuda o fenômeno do homem (mente, corpo, evolução, origens, arte, grupos) como elementos ou aspectos de um padrão geral que recebe o nome de cultura. Mas o faz de forma que emergem duas possibilidades de entendimento do termo, quais sejam, quando falamos como se houvesse apenas uma cultura, a “cultura humana” se refere amplamente ao fenômeno do homem; quando é sobre “uma cultura” ou “culturas da África”, se refere a tradições geográficas e históricas definidas. Dessa forma, o antropólogo pode ser definido como alguém que usa o conceito de cultura habitualmente. Essa dependência do conceito de cultura é algo similar a uma experiência de conversão, de modo que o antropólogo é alguém que usa o conceito de cultura com esperança, com fé. Como se de alguma forma, a cultura, conceito criado historicamente, tenha nos tornado subservientes a ele. Ainda assim, a perspectiva do antropólogo é grandiosa e de longo alcance: o fenômeno do homem implica uma comparação com outros fenômenos do universo (com sociedades e animais de espécies vivas, à vida, à matéria, ao espaço, etc).

Wagner utiliza o sentido forte da palavra cultura, que diz respeito à redução das ações e propósitos humanos ao nível de significância mais básico, a fim de examiná-lo em termos universais para tentar compreendê-los. Isso coloca uma questão particular para o antropólogo. Como, por exemplo, o psicólogo que pensa sobre como as pessoas pensam, o antropólogo usa sua própria cultura para estudar outras e para estudar a cultura em geral. O antropólogo está, portanto, em pé de igualdade com seus objetos de estudo. Cada cultura é uma manifestação específica do fenômeno humano (um caso). Cada cultura é equivalente a qualquer outra. A combinação entre objetividade relativa e relatividade cultural leva a uma proposição geral concernente ao estudo da cultura:

“Como sugere a repetição da raiz ‘relativo’, a compreensão de uma outra cultura envolve a relação entre duas variedades do fenômeno humano; ela visa a criação de uma relação intelectual entre elas, uma compreensão que inclua ambas.” (Wagner,2010:29)

Conclui, então, que a ideia de relação é mais apropriada a conciliação de entidades equivalentes do que as de “análise” ou “exame”. O antropólogo, portanto, relaciona entidades

através da experiência. Ele é membro de uma dessas entidades, portando de seus significados para comunicar aos membros de sua cultura a compreensão da outra.

O que se pode entender pelo projeto de Roy Wagner de tornar a cultura visível? Inicialmente, esclarece a tensão existente entre a convenção e a invenção, para em seguida demonstrar a dependência da disciplina antropológica frente tal conceito. Para Roy Wagner, a cultura em si não existiria, mas emergiria a partir do choque cultural. Assim, quando a sensação de inadequação se deflagra no contexto etnográfico ambas as “culturas” se tornam reais. Os suportes e paralelos de sentido se perdem, e a necessidade de se manter o controle é tamanha que toda a relação é objetificada e simplificada às suas características essenciais (ou percebidas como tais). Essa objetificação do outro é a própria invenção da cultura, este algo a que o antropólogo deve se ater e apreender. Essa invenção da cultura se faz a partir da utilização de certos significados que lhe façam sentido, já que a imagem dessa outra cultura deve lhe ser passível de entendimento. O resultado sendo um conjunto de analogias que façam sentido em ambos os sistemas de significados – assim como ele, antropólogo, está imerso em ambos os universos de significação.

A invenção é bilateral, portanto, pelos choques das competências discrepantes exigidas pela “cultura” desse outro, mas pensadas a partir desse conjunto de atribuição de sentidos e símbolos do antropólogo, da sua própria “cultura” como pensada e formulada por ele.

A Antropologia, assim, sendo o estudo dos homens “como se” a cultura existisse. Mas o próprio interesse pela cultura já é um traço cultural ocidental, lugar da origem antropológica – enquanto disciplina, ao menos. O culto ao cultivo, ao acúmulo, à formação de um acervo de conhecimento, de fatos, de estratégias científicas, artísticas, tecnológicas e outras. É a cultura “como nós a conhecemos”. Essa cultura “institucional” e o conceito mais universal de cultura do antropólogo não é evidente, ainda que seja disfarçada nos museus, e biblioteca, por exemplo. O cerne da “nossa cultura” é guardado nessas instituições (maneiras de fazer as coisas, soma do conhecimento, etc). Essa cultura em um sentido amplo existe com um sentido marcado e outro não marcado. Em relação ao primeiro, diz:

O trabalho [*work*] dotado de significado, produtivo, que também é chamado de "labor" [*labor*], é a base do nosso sistema de crédito, de forma que podemos computá-lo em termos monetários. Isso possibilita avaliar outras quantidades, tais como tempo, recursos e trabalho [*labor*] acumulado, ou mesmo "direitos" e "obrigações" abstratos. Essa produtividade, a aplicação e implementação do refinamento do homem por ele próprio, consiste no foco central de nossa civilização. Isso explica o alto valor atribuído à "Cultura" no sentido restrito, marcado, "sala de ópera", pois ela representa o incremento criativo, a produtividade que cria trabalho e

conhecimento ao fornecer-lhes ideias, técnicas e descobertas, e que em última instância molda o próprio valor cultural (Wagner, 2010:56).

Seu trabalho de campo com os Daribi deixando clara a imprecisão quando da universalização desses conceitos e preceitos, seus nativos demonstravam uma ausência desse culto à cultura. Ao mesmo tempo realizavam atividade similar a que ele, Wagner, fazia. Os nativos também o problematizavam, o antropologizavam, dando ênfase ao que lhes parecia digno de nota, as questões matrimoniais, por exemplo. Questões essas que o antropólogo-não-casado ali representava. A metaforização deles, daribi, sendo carga, a de Roy Wagner, cultura.

Por essa linha de raciocínio, leva-se à máxima radicalidade da dessubstancialização da cultura, visto que ela não existindo fora da relação também não existe como entidade subjetiva, da mesma forma como não existe encontro de culturas. O que existe seria o encontro, de onde emergiriam culturas. O estranhamento faz precipitar a cultura, lhes dá visibilidade.

O que dá visibilidade às possíveis culturas por mim enfocadas aqui é justamente o contrário, é o não estranhamento, por vezes pressuposto, mas seu compartilhamento¹¹. Um bom exemplo da problemática envolvida a partir dessas questões é o de Suzana Tornquist em sua contribuição ao livro “Saias justas e jogos de Cintura” (2007). Tornquist trata sobre as questões concernentes a sua subjetividade quando da experiência de seu trabalho de campo, principalmente quanto àquelas subjetividades que eram então compartilhadas entre ela e aqueles com quem pesquisava e que ao longo do tempo foram desconstruídas. A autora se questiona logo de início, como estranharia ela um contexto em que vivia, que lhe parecia tão familiar, com diversas questões defendidas também por ela, a partir de um referencial de certa esquerda alternativa, como chama – não-autoritária, pacifista, ecologista e feminista. Consistia, portanto, em um projeto não só acadêmico, como também existencial, pois era o seu próprio modo de vida, que aos poucos ela mesma problematizava. Deveria ela, então, forjar as fronteiras simbólicas que a separavam do campo, ainda que o contato com ele, jamais cessasse, de fato.

11 O compartilhamento de ideais é algo que na pesquisa que resultou nessa dissertação foi encontrado, o que não pressupõe, de forma alguma, que o seja para todos os casos de pesquisas em ambientes virtuais. Um exemplo é o de Adriana Dias (2007) que enquanto realizava sua pesquisa com sites racistas e neonazistas, relatou que sua maior dificuldade em campo era conter a própria indignação diante de seus interlocutores, em função do contraste de concepções, tendo, inclusive, de tomar uma decisão moral, frente aos dados que encontrava, de forma que optou, por se tratar de um crime tipificado no Código Penal, em sempre levar a cabo a denúncia aos órgãos competentes. Sua decisão por denunciar leva em conta, também sua perspectiva de considerar como reais tanto “dor dos que foram atingidos por seus informantes, como a rede que os sustenta, alimenta e exorta seus atos de violência. Tomar como real, neste caso, fazendo referência a Viveiros de Castro (2002), quando atenta para a importância de levar a sério aqueles com quem se faz pesquisa, não neutralizá-los, de forma que a Adriana Dias, por não neutralizar, por tomá-los a sério, denunciava-os.

A tendência recorrente na forma de organização de movimentos sociais contemporâneos é, segundo a autora, a articulação de grupos e pessoas partindo do âmbito local até chegar ao internacional. Formação esta que era seguida pelo movimento social em que fez etnografia, que junto com a observação de outros dois contextos, deu corpo à sua tese de doutorado sobre o Parto Humanizado. Também em relação aos movimentos sociais, Tornquist utiliza um interessante termo para referir-se às suas dinâmicas que seriam segundo ela ditadas pela temporalidade da urgência. De forma que ela, mesmo depois de finalizado seu campo teve dificuldade em distanciar-se, mesmo que simbolicamente, visto que sempre era chamada a agir quando alguma situação emergencial surgia, e sempre surgia. Como relata a autora:

Muito mais do que relações abstratas com ideias de mudança e de direitos, as relações entre antropólogos e movimentos sociais são muito concretas: os ativistas são sujeitos de carne e osso, conhecem nossas agendas, e contrapõem a estas as urgências da prática e as vicissitudes da política. Estamos num contexto permeado pela lógica da reciprocidade: o trabalho de campo nos endivida. (Tornquist, 2007: 48)

Minha entrada em campo se deu de forma diferente à de Tornquist, mas minha permanência de forma muito semelhante. A distinção da entrada foi em função da minha ingenuidade à época do início, pois ainda que eu soubesse de minha posição feminista de fala, não me via enquanto blogueira. Entrei na lista em 22 de junho de 2011, vislumbrando um possível projeto de pesquisa em função de uma necessária mudança súbita de tema para a dissertação de mestrado. Assim, não há como negar que o primeiro *insight* fora decorrência do meu contato anterior com certo grupo de pessoas ou coletivos que colocavam em circulação determinado conteúdo feminista, conteúdo este que percebia como cada vez mais frequente, e sempre lincado a outras páginas pessoais e coletivas que militavam. No pedido de aceite à lista, apesar de ainda não ter sequer a certeza de estudo, me identifiquei como pesquisadora e expus o interesse de pesquisa, tendo como resposta um e-mail em que me autorizava desde que eu expusesse minha intenção na própria lista, coisa que o fiz no dia 7 de julho de 2011 em um tópico tradicional de “Apresentação” que contou com mais três blogueiras se apresentando e 48 postagens, de boas vindas a mim e às outras, de 28 pessoas das mais de 400 pessoas que compunham a lista à época.

Passei, então, a acompanhar as discussões da lista e as postagens do blog de forma não sistemática pois a ideia era à época acompanhar uma possível rede de coletivos feministas e não só as Blogueiras Feministas. A observação da lista, contudo, se mostrou fértil o suficiente para me fazer crer que não só seria impossível acompanhar esse número crescente de articulações entre diferentes coletivos, mas também que as Blogueiras Feministas (doravante BF) em função do fluxo

de conectividade, frequência de postagens, variedade de conteúdo, além de serem um importante nó dessa rede, consistiria meu universo de observação. Um percurso em que a linha que costurava o raciocínio foi adquirindo e ganhando contornos ao longo de seu proceder, tal como exposto por Vagner Gonçalves da Silva:

Projeto de pesquisa, trabalho de campo e texto etnográfico não são fases que se concatenam sempre nessa ordem e de forma linear. Na prática essas etapas são processos que se comunicam e se constituem de forma circular ou espiral. Às vezes é somente no final da pesquisa que se encontra o que se procurava. Também pode acontecer de, não se encontrando o que se procura, “remodelar-se” o texto, de modo a valorizar o que se encontrou (Silva, 2006:27)

Assim como Suzana Tornquist, permiti-me, então, uma observação participante que se escondia no ativismo (2007:62), um ativismo contudo que, inicialmente, não me colocava enquanto Blogueira Feminista. O quanto eu era, de fato, nativa em campo foi algo que me foi exposto logo em uma de minhas primeiras idas a campo offline durante o I Encontro das Blogueiras Feministas. Nessa ocasião durante o almoço que ocorreu antes das apresentações individuais, uma blogueira me questionou pois eu não havia colocado em minha etiqueta de identificação a minha arroba (@), de forma que meu perfil no twitter não estava sendo identificado, portanto. Diante de sua surpresa, me identifiquei virtualmente como ela havia solicitado, mas ressalvei que “eu não era uma blogueira feminista, eu estava ali fazendo pesquisa”. Seu espanto se superou ao meu, pois de acordo com ela, se eu era feminista, fazia parte da lista, lia o conteúdo produzido no blog, o compartilhava e disseminava nas minhas próprias redes, não interessava minha pesquisa porque sim, eu era uma blogueira feminista. Minha afetação deu-se naquele momento, no sentido de ser agitada pelas percepções, pensamentos e afetos de quem ocupa dado lugar em um sistema de posições (Favret-Saada, 2005). Um lugar que ainda que eu inicialmente tentasse negar, ocultar, ou me desvencilhar não seria permitido.

Dessa forma, à temporalidade da urgência eu, também, não passei incólume. Estive presente, como representante das Blogueiras Feministas quando da entrevista à imprensa concedida durante à mudança ministerial da Secretária de Políticas Especiais para as Mulheres (SPM). Um tópico intitulado “Urgente - Brasília - Entrevista Coletiva com a Nova Ministra” foi lançado às 9:30 da manhã do dia 7 de fevereiro de 2012, nele Bianca Cardoso informava que uma assessora de imprensa da SPM havia entrado em contato com as BFs convidando para a entrevista que seria às 10:30h daquela mesma manhã. A urgência estava lançada, e eu, estando em Brasília, e acreditando que outras pessoas compareceriam me dirigi à SPM imediatamente, avisando que o faria. Acompanhando a troca dos 92 e-mails que se seguiram naquele intervalo de menos de 60 minutos,

depois que eu já me encontrava na SPM aguardando o início da entrevista, percebi que somente eu poderia comparecer. Ainda assim, haveria a presença de alguém, haveria a representatividade, e isto foi comemorado como demonstrado um dos e-mails:

“Ai, eu amo essa inclusão das BF!! Nosso espaço conquistado a duras e muitas teclas...

Vão lá, meninas! À tarde chego em bsb.

Beijos.” (Suely Oliveira, 07/02/2012, lista)

Eu não só marcaria presença como, em seguida, poderia fazer um relato, coisa que o fiz no mesmo dia transcrevendo meu caderno de campo e enviando a elas. Dois dias depois haveria a posse oficial, ocasião em que também houve o convite às BFs, assim como uma blogueira de Curitiba teve sua passagem para Brasília paga pela própria SPM. Nesse dia, estiveram presentes 5 representantes das Blogueiras Feministas, que em conjunto escreveram um post publicado no blog no dia 14 de fevereiro de 2012.

Meu escrutínio acadêmico da posição, portanto, me remete a um lugar de fala de alguém que ainda que não fosse ativa na lista, esteve presente em situações importantes offline, foi coautora de um texto publicado, e participou da comissão de organização do II Encontro Nacional de Blogueiras Feministas realizado em Brasília em dezembro de 2012. O motivo desse esclarecimento quanto ao posicionamento remetendo ao que foi dito por Donna Haraway quando de sua defesa por uma objetividade feminista pautada por saberes localizados. “A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.” (Haraway,1995:21)

O segundo encontro nacional marcou o término de meu trabalho de campo, com a tranquilidade de que minha posição de pesquisadora, ao menos para as pessoas ali presentes, ainda estava clara, podia ser borrada, mas era conhecida. Já ao fim do evento, quando algumas pessoas agradeceram nominalmente a quem havia ajudado a organizar o encontro, quando meu nome foi citado foram dois os comentários “ela fica aí só no caderninho, escrevendo, escrevendo, escrevendo”, e “não basta participar, tem que pesquisar.”

4. Ativismo Político à Distância: e qual a natureza desse ativismo?

Um grande número de comunidades online é voltado ao público feminino, a *La Neta*, por exemplo, uma rede feminina de computadores criada pelo Institute for Global Communication, fora utilizada desde o início da atuação online dos zapatistas mexicanos. O grande número de coletivos feministas que surgem no universo online levam a questionar aquilo que tanto Gagnebin (2008) Pinto (2003) e Hawkesworth (2003) apontaram no termo desta última autora de “enterro prematuro” do feminismo. Segundo a autora, diversas correntes do pensamento ocidental produziram discursos tais que os movimentos de mulheres foram relegados à imagem mítica daquelas que morreram, após enterradas vivas, em outros tempos como em Roma e no Egito Antigo, pois suas demandas deixaram de fazer sentido em um mundo em que se prega a igualdade entre os gêneros como já alcançadas. Esse mesmo discurso de igualdade fora questionado por Susan Faludi (2001) quando trata a respeito do backlash, um conceito que ainda que não tenha tradução é gramatical para as/os participantes das BF.

Tentando resgatar fragmentos da memória de luta por reconhecimento social e igualdade de gênero, Jussara Reis Prá (2012) analisa o conhecimento acadêmico sobre mulher e gênero ao longo dos últimos anos, em especial os últimos 30 anos do séc. XX tanto nos contextos estado-unidense, latino-americano e brasileiro. Visto que

ressalvadas as semelhanças encontradas na trajetória dos estudos feministas nas sociedades ocidentais em termos de princípios e projetos, o processo de institucionalização dos estudos de mulher e gênero não segue desenvolvimento igual, nem a mesma cronologia em todos os países. (Prá, 2012:143)

Sendo seu eixo analítico o feminismo acadêmico institucionalizado, a autora não enfoca a chamada primeira onda do movimento feminista, representados pelos movimentos de emancipação da mulher no sé. XIX, iniciando, assim, com o ano de 1969, ano que marca a fase de criação como matéria disciplinar autônoma dos cursos e programas acerca da mulher nos Estados Unidos, a chamada segunda onda – quando há uma expansão da legitimidade e horizontalidade do campo, ainda que, em muitos casos, marginalizados e segregados nos próprios campos acadêmicos. A terceira onda sendo pautada como aquela em que a multiculturalidade ganha espaço ao longo do processo, tem-se, então a mudança dos paradigmas clássicos, e a abertura à diversidade que abarca a condição feminina. A autora defende, ainda, uma quarta fase, em que a internacionalização dos problemas concernentes às mulheres aparece. “É quando a noção de gênero passa a ser associada a temas como: globalização, neoliberalismo, fundamentalismo, dívida externa, ajustes estruturais,

tecnologias reprodutivas, racismo, família, trabalho e política” (Prá, 2012:142). O feminismo acadêmico dos Estados Unidos, portanto, é apresentado como de suma importância em função da mudança de enfoque apresentada, em que deslocou análises clássicas sempre pautadas pelo cartesianismo e androcentrismo, mas que ainda não desfruta do reconhecimento científico que ensejava desde seu início.

Os contextos latino-americanos e brasileiro, por sua vez, não poderiam ser avaliados exclusivamente quanto à trajetória institucional do movimento, pois diferentemente dos Estados Unidos não contam com um percurso que data mais de três décadas dentro das universidades. Destarte, as ondas também não tiveram prosseguimento concomitante com o que ocorria ao norte, aqui, por exemplo, a segunda onda estendeu-se, muito em função do contexto político vivido em que as lutas pela democracia ainda eram prementes. Tendo havido, ainda, certa limitação temática, com críticas direcionadas à subordinação da mulher e à estrutura hierárquica entre os sexos que colocava o feminino em posição inferior. Assim,

Na América Latina, embora os anos 1970 os novos temas sociais tenham sido privilegiados sistematicamente no plano acadêmico, na década de 1980, quando se efetivavam as preocupações com a subordinação das mulheres, as ciências sociais enfrentavam certo esvaziamento no ensino superior. Com efeito, tornava-se contingente procurar outros espaços de atuação em particular os dos movimentos sociais, para produzir e difundir novos conhecimentos. (Prá, 2012:144)

O papel das Organizações Não Governamentais (Ongs) e dos centros de referências de mulheres é imprescindível, visto que na América Latina o avanço ocorrera de fora para dentro, de baixo para cima, para usar as palavras da autora, pois o conhecimento produzido por tais instâncias fora paulatinamente introduzido na academia. Sendo semelhante ao contexto estado-unidense apenas a carência de reconhecimento institucional, obstáculo esse que o movimento feminista enfrentou estrategicamente adotando a postura de equilibrar potenciais (como a captação de recursos) e dificuldades (como a segregação institucional) dessa formalização mínima.

Também, Celi Pinto (2003) afirma que enquanto o pensamento feminista brasileiro se generalizou, o movimento, por outro lado se especializou por meio das Organizações não Governamentais. A década de 1990 tendo sido propícia para isso visto que neste período foram criadas as condições necessárias para que as demandas fossem incorporadas ao discurso público. Segundo a autora, apesar de essa crescente organização por meio das ONGs haveria na sociedade atualmente o que chama de feminismo difuso, que não possui nem organizações, nem militantes, sendo defendido muitas vezes por pessoas que sequer utilizam a palavra “feminista” para se

identificarem. Da mesma forma não se apresenta com um leque de demandas articuladas, ou mesmo posturas idênticas em relação à aspectos públicos e privados da vida, é fragmentado, não se supõe como doutrina, é livre para transitar, e o faz nas mais diferentes esferas. O pensamento feminista, portanto, resultando de expressões e teorias diferentes nunca o foi, e estaria longe de representar um todo unificado, como também postulou Piscitelli (2004).

Essa pluralização do movimento também foi tratada por Bandeira e Siqueira (1997). Tal diversificação seria, segundo elas, em função das diferentes linguagens culturais e simbólicas da opressão, assim como as maneiras de se lidar com elas. Mas apesar de toda capilarização do movimento, as autoras chamam a atenção para especificidades “metodológicas” do pensamento feminista, visto que nele haveria uma ética específica, possível de ser retratada como uma proposta que visa um saber crítico em relação a todas as formas de dominação entre os sexos. Um pensamento que parte “da realidade vivida, cotidiana, da experiência concreta das mulheres, não como abstração, mas como prática individual e social” (1997:270). As autoras também trazem uma boa definição do *feminismo*, que considero adequada:

O feminismo constitui-se em pensamento e em movimento próprio e revolucionário. Acolhe diferentes vozes de mulheres, independente de sua situação, localização território, classe, cor, etc. Retira da mulher a condição de opressão que, de maneiras diversas e particulares, atinge a todas. *É um movimento individual e coletivo simultâneos*, pois entrelaçam o público e o privado, o político e o ético, o estético e o solidário, com um objetivo fundamental, que é o de romper e superar a razão androcentrica como universal, bem como os dualismos cartesianos duvidosos. (Bandeira;Siqueira, 1997:274. grifos meus.)

Um bom contraponto a essa perspectiva apresentada por Bandeira e Siqueira (1997) nos fornece Saba Mahmood, em seu texto “ Teoria Feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito” (2006). Logo de início, relata a preocupação recente da teoria feminista, em sua diversidade de projetos, com possíveis especificidades histórico-culturais para a realização de seus projetos, enquanto análise e política feminista. Segundo a autora, aspectos como diferenças sexuais, raciais, de classe e nacionalidade foram, em certa medida, incorporados, enquanto a temática religiosa permanecia afastada. E sobre esse ponto passa a se debruçar considerando o contexto egípcio e o movimento não liberal¹² do Revivalismo Islâmico¹³, a

12 A autora utiliza o termo liberal fazendo referência “à arquitetura filosófica e política do liberalismo clássico euro-americano e à forma como esta serviu de referência para muitos movimentos emancipatórios e de esquerda, assim como para muitas linhas de investigação pelo mundo fora, que por sua vez não se identificam necessariamente com o termo “liberal”” (Mahmood, 2006:121)

13 ““Revivalismo islâmico” é um termo que se refere não só às atividades de grupos políticos institucionalizados mas também, de uma forma mais abrangente, a um *ethos* ou sensibilidade religiosa que se desenvolveu no seio das sociedades muçulmanas em geral, em particular no Egito, a partir dos anos 70 do século XX.” (Mahmood, 2006:1220)

partir de sua etnografia do movimento feminino das mesquitas no Cairo, com ênfase nas concepções de *self*, agência moral e corporificação (embodiment) presentes nas práticas deste movimento que:

é composto por mulheres de estatuto socioeconômico diversificado, que se reúnem em mesquitas para se ensinarem mutuamente sobre as escrituras islâmicas, as práticas sociais e sobre formas de comportamento corporal consideradas apropriadas para a cultivação do ser ideal virtuoso. Apesar de as mulheres egípcias muçulmanas terem tido sempre uma certa aprendizagem informal sobre o Islão, o movimento das mesquitas representa um contato inédito com materiais acadêmicos e raciocínios teológicos que, até então, apenas estavam ao alcance dos homens doutos. (Mahmood, 2006:122)

O movimento feminino das mesquitas, portanto, procura educar muçulmanas leigas nas virtudes, capacidade éticas e formas de raciocínio que as participantes consideram como tendo-se tornado indisponíveis ou irrelevantes nas vidas do muçulmano comum (Mahmood, 2006:124)

Sua proposta inicial era contrastar como o entendimento da agência humana para a teoria feminista – que atrela a autonomia moral e política de determinado sujeito em relação de oposição a um poder – limita a capacidade de empreender formas outras de concepção de *self*, tais como a das mulheres do movimento de mesquitas egípcias. Suas concepções, pois, representam aspirações e projetos não compreendidos dentro das tradições liberais; de forma que, as esferas da agência e resistência não são necessariamente aglutinadas. Tal relação não seria problematizada, segundo ela, em função da universalização do “desejo de ser livre das relações de subordinação” presente nas análises do pensamento liberal e progressista, a resistência seria, assim, não só autorizada como pressuposta frente a essas estruturas de dominação, e no caso específico das mulheres, da dominação masculina. Para Mahmood, esse ponto de fusão entre resistência às dominações e a naturalização da liberdade seria o que faz do feminismo um projeto dual, tanto analítico como politicamente prescritivo. Em suas palavras:

Esta postulação da agência feminina como sendo cosubstância à resistência às relações de dominação, e a concomitante naturalização da liberdade como um ideal social é, do meu ponto de vista, um produto do caráter dual do feminismo, como um projeto simultaneamente *analítico e politicamente prescritivo*. Apesar das várias tendências e diferenças no seio do feminismo, aquilo que atribui uma coerência analítica e política a esta tradição é a premissa de que, ali onde a sociedade é estruturada para servir os interesses masculinos, o resultado será uma negligência, ou simplesmente supressão, dos interesses das mulheres. O feminismo, portanto, oferece simultaneamente um *diagnóstico* do estatuto

das mulheres nas diversas culturas e uma *diretiva* para a mudança da situação das mulheres, que são vistas como marginais/subordinadas/oprimidas. Neste contexto, a articulação das condições de relativa liberdade que permitem à mulher formular e colocar em prática objetivos e interesses autodefinidos constitui o objeto das teorizações e políticas feministas. Tal como acontece no liberalismo, a liberdade é normativa para o feminismo (...)"(Mahmood, 2006:128)

Mahmood sugere então um afastamento dessa concepção de agência como sinônima de relações de dominação, passando, assim, a considerar agência enquanto “capacidade para a ação criada e propiciada por relações concretas de subordinação historicamente configuradas” (Mahmood, 2006:123). Faz ainda a ressalva de que a ênfase analítica acerca de tais ações baseadas em função das tentativas frustradas ou bem sucedidas no que tange à transformação de dada realidade nada mais seria que uma análise reducionista e superficial frente a heterogeneidade da vida, de forma que levaria a construir uma narrativa pueril, alicerçada meramente em narrativas que ora sucumbem, ora resistem às relações de dominação.

Mary Hawkesworth inicia sua argumentação em “A semiótica de um enterro prematuro: o feminismo em uma era pós-feminista” (2006) apontando para o aumento da abrangência do feminismo, pois nas últimas décadas teria havido não só um aumento de autoidentificação enquanto feminista, como também um aumento de possibilidades para realização de múltiplas lutas, pois as feministas estariam hoje em uma vasta gama de posições profissionais, por exemplo. Não mais restritas à grupos autônomos, agora também em arenas culturais, sociais e políticas diversas, como instituições não governamentais (Ongs), órgãos vinculados à aparelhagem estatal, e organismos internacionais. A proliferação de Ongs feministas é pontuada pela autora, como se houvesse uma sociedade civil feminista sendo paulatinamente criada, construindo uma coalizão progressiva entre quem dela fizesse parte. Esse aumento de possibilidades, alcance e ativismo feminista é contudo acompanhado da estranha declaração por parte da mídia¹⁴ de que o feminismo morreu, e de que se vive hoje o advento da era pós-feminista. Um enterro prematuro, segundo ela, levando ao questionamento de qual seria justamente o significado de se anunciar tal morte de forma tão antecipada? De acordo com ela, tal retórica da morte faria parte de uma tentativa ininterrupta de minar suas demandas:

Esses relatos textuais da morte servem como sinais alegóricos para algo mais, um meio de identificar um suposto perigo a ser eliminado, uma forma para uma

14 A autora se baseia em uma pesquisa realizada em jornais de língua inglesa durante período de 1989 e 2001, em que foram encontrados números significativos de artigos em que referiam-se à morte do feminismo, 86 deles, ou à era pós-feminista, 74.

comunidade se definir através daqueles que ela simbolicamente escolhe para matar. O enterro prematuro do feminismo, então, precisa ser mais bem examinado. (Hawkesworth, 2006:739)

Segundo a autora, seriam dois os mecanismos utilizados para produzir em vida esse discurso de morte, quais sejam, o obituário e a extinção evolucionária. No primeiro caso constroem-se narrativas que levam o leitor a não só aceitar a morte do movimento, como a pensar que processos e contendas internas levaram a tal destino, uma morte anunciada, portanto. Já a extinção evolucionária é construída como o passar a um estágio mais avançado dentro de uma linha evolutiva preestabelecida, que tem como a igualdade perante a lei o ponto máximo, o ponto limite feminista. Discursos midiático, acadêmico e modos de consciência individual que caracterizam o chamado pós-feminismo. Hawkesworth expõe, a partir de Judith Stacey, como, na verdade, trata-se de uma simultânea revisão e despoltização da segunda onda feminista, de forma que a aceitação de tal imaginário do feminismo enquanto cadáver corresponderia a aceitação da assimetria das relações de poder, um obstáculo insuperável visto que natural. Outro corolário da morte do feminismo seria o afastamento de novas pessoas ao ativismo, e concomitante ofuscamento daquelas que atuam no presente. A criação de tal intervalo funcionando como um dispositivo retórico para separar um “nós” do “elas” (Hawkesworth, 2006:60), nós que já vivemos em uma era pós feminista de um elas remetendo à imagem de um movimento social enquanto tal, que não abrangeria fenômenos diversos, e em muito diferia de preceitos morais, representações mentais, modos de ser ou formação social, em tese, vigentes. Quanto a este último ponto, retomo as palavras da autora:

Enquanto não há dúvidas de que a concepção do feminismo como movimento social é especialmente apropriada sob certas condições, uma confiança excessiva nessa estrutura analítica apresenta uma série de desvantagens. Traduzir o feminismo exclusivamente em termos de movimento social joga com a fascinação da mídia pelo espetáculo, mas tem o efeito desagradável de permitir aclamações de morte quando as mulheres não estejam mais nas ruas. Confundir o feminismo com formas de protesto e demonstrações de massa mantém uma representação do feminismo como um perpétuo *outsider*. Já que esse status de *outsider* é fundamentalmente incompatível com o trabalho dentro do sistema, o feminismo está condenado a manifestações temporárias e fugazes pois a institucionalização dos princípios feministas e a mobilização dentro das instituições permanecem para sempre fora do alcance. (Hawkesworth, 2006:750)

As estruturas de movimento social também tendem a reduzir metas feministas àquelas mais adequadas a questões legislativas. Uma vez que estas tenham sido aprovadas, o feminismo é considerado obsoleto. Assim, enquanto a concepção de feminismo como movimento social realça uma forma de ativismo feminista em certos períodos, tem o irônico efeito de declarar o feminismo morto, muito antes de as feministas terem alcançado as transformações sociais que almejavam. O

movimento é considerado morto enquanto as feministas continuam a luta para alcançar sua agenda não concretizada.(Hawkesworth, 2006:750)

Nesta mesma linha de raciocínio, Eliane Gonçalves (2011) inicia sua reflexão e a retoma juntamente com Joana Plaza Pinto (2011) acerca do que chamam de transmissão intergeracional, ou seja, indagam quanto as possibilidades e limites da transmissão do ideário feminista. Tratam do enterro prematuro do feminismo tal como concebido por Hawkesworth (2006), concordando com a abordagem de que cresce em alguns centros urbanos principalmente de países desenvolvidos a ideia de que o feminismo é um movimento datado, cujas premissas não mais são relevantes, dando espaço, então ao pós-feminismo. “O sufixo “pós” englobaria, no caso, tanto a negação quanto sua superação, dando a entender que o ideário feminista não encontraria mais lugar nas gerações do presente.” (Gonçalves;Pinto,2011:35). As autoras passaram de uma inquietação a um objeto de investigação quando percebem certo “esvaziamento do ninho” tanto de organizações como de grupos feministas, e fazendo coro a alguns estudos feministas que já incorporavam a geração como marcador relevante, seja referente ao envelhecimento quanto ao rejuvenescimento do movimento, passam então a se questionar quanto ao que chamam de transmissão geracional do feminismo, ou seja, à capacidade de continuidade do movimento frente às “jovens feministas” que pareceriam emergir e reivindicar espaços de fala.

De acordo com as autoras a geração é percebida em dois terrenos distintos, o primeiro sendo o acadêmico com suas análises sobre fenômenos sociais distintos, como a sexualidade, ou a transição demográfica; o segundo sendo o terreno da prática política, da militância propriamente dita em que a cada dia emergem novas reivindicações de fala. Utilizam o termo transmissão geracional, portanto, para se referirem ao processo de multiplicidade do feminismo, pautado por uma variada marcação identitária, temporal e espacial. Uma complexidade de experiências que se articulam em relações sociais, subjetividades e identidades coletivas de forma a produzir novas vozes feministas. Contudo, também estão cientes junto com as autoras expostas acima, de que para se “compreender este cenário requer conhecer algumas características do feminismo enquanto um movimento político coletivo, internacional, não unívoco e multifacetado, e elaborar perguntas capazes de nortear uma análise do contexto brasileiro.” (Gonçalvez;Pinto,2011:29). Passam, assim, a uma apreciação crítica das chamadas ondas do movimento feminista, em especial a segunda, cujas contribuições teriam sido mais vultosas no feminismo brasileiro.

Gonçalves e Pinto destacam como principais pontos da segunda onda a formação de grupos de reflexão pautados pela horizontalidade, sem qualquer estrutura hierárquica formal, cuja

centralidade de temas discutidos eram referentes à vida privada (o famoso slogan “o pessoal é político”), defendendo uma noção de sororidade feminina a partir de formas coletivas de organização. Tendo, assim, um potencial não só terapêutico, como advogavam seus críticos, como também de transformação (Gonçalves;Pinto,2011:32). A influência dessa chamada segunda onda podendo ser percebida nos encontros nacionais e latino americanos, que até os anos 1990 se configuravam como o principal espaço de debate coletivo; os anos 2000 tendo oportunizado os fóruns e redes que acrescentavam mais marcadores identitários de raça, classe, etnia, geração e sexualidade, por exemplo, questionando, assim, o ideário da irmandade que supostamente vincularia todas as mulheres, como defendido pelo feminismo radical americano dos anos 1970.

4.1 Jamais fomos pós-feministas: do enterro prematuro ao backlash

Bruno Latour dá início a obra “Jamais fomos modernos” trazendo a imagem de um homem que lê o jornal diário, segundo ele, a reza do homem moderno. Nesse jornal diversas notícias se entrecruzam fazendo ver a permeabilidade dos fatos ditos naturais, dos ditos fatos políticos e dos discursos que se entrecruzam. Atores diversos e não comparáveis são envolvidos nas mesmas histórias, fazendo que o jornal seja o representante de uma multiplicação de artigos híbridos em que cultura e natureza são diariamente revirados. Nenhum de seus leitores, contudo, parece se importar com isso. Dessas histórias confusas, emerge a noção de rede, um fio condutor que ligaria todas elas. Esse fio, porém, fora diversas vezes cortado arbitrariamente, a cada vez que uma disciplina “pura” se instaura e puxa para si algo como seu conhecimento específico e legítimo tem-se a separação de domínios, ilusoriamente rompendo a passagem deste fio da rede. As categorias usualmente discerníveis na ruptura deste fio são concernentes à natureza, à política e ao discurso. A modernidade assim se definiria por esse tecido que não mais é pensado como inteiriço. Latour objetiva chamar a atenção justamente para o contrário, perguntando: “Será nossa culpa se as redes são ao mesmo tempo reais como a natureza, narradas como o discurso e coletivas como a sociedade?” (Latour,1994:12). Segundo ele tal alerta não seria de fato novidade, visto que a Antropologia já estaria acostumada a tal emaranhado, tomando como exemplo as etnografias clássicas em que não se pretendia separar de antemão tais esferas. Retoma ao longo de todo o texto a importância de se atentar para isso que chama de a velha matriz antropológica.

Abaixo segue um trecho que elucida seu raciocínio:

A hipótese deste ensaio – trata-se de uma hipótese e também de um ensaio – é que a palavra “moderno” designa dois conjuntos de práticas totalmente diferentes que, para permanecerem eficazes, devem permanecer distintas, mas que recentemente deixaram de sê-lo. O primeiro conjunto de práticas cria, por “tradução”, mistura entre gêneros de seres completamente novos, híbridos de natureza e cultura. O

segundo cria por “purificação”, duas zonas ontológicas inteiramente distintas, a dos humanos de um lado e a dos não humanos de outro. [...] Qual o laço existente entre o trabalho de tradução ou mediação e o de purificação? Essa é a questão que eu gostaria de esclarecer. A hipótese, ainda muito grosseira, é que a segunda possibilitou a primeira: quanto mais nos proibimos de pensar os híbridos, mais seu cruzamento se torna possível; este é o paradoxo dos modernos (...) (Latour, 1994:17)

Para a modernidade se concretizar seria necessário um texto comum que definisse tal acordo de separação entre tais partes pensadas como opostas, a esse acordo Latour denomina Constituição, a objetificação da ideologia moderna. A modernidade, assim, seria tributária da ideia de Constituição, com todas as suas características e garantias. Definições de prerrogativas e condições de possibilidade. Constituição moderna definindo os humanos e os não-humanos, suas propriedades e suas relações, suas competências e seus agrupamentos. Para esclarecer a construção de tal Constituição moderna toma como exemplo Boyle e a bomba de vácuo, e Hobbes e o Leviatã, segundo ele, ocorreria uma construção no laboratório de um objeto e de um contexto, respectivamente. Dessa forma foram construídas duas formas de representação dissociadas, a científica e a política. Mas para que houvesse tal construção, a Constituição provê garantias essenciais ao seu sucesso de forma que o pensamento moderno torna-se quase invencível, crê-se em uma natureza transcendente, uma sociedade livre, e na ausência de qualquer divindade. Os espaços vazios entre essas separações tão rígidas era domínio dos híbridos.

A Constituição explicava tudo mas esquecia tudo que estava no meio. 'Não é nada, nada mesmo', dizia sobre as redes, 'um simples resíduo'. Mas os híbridos, os monstros, os mistos cuja explicação ela abandona são quase tudo, compõem não apenas nossos coletivos mas também os outros, abusivamente chamados pré-modernos. (Latour,1994:51)

Donna Haraway é famosa por seus escritos em teoria feminista, ciência e tecnologia. Centrada nas metáforas utilizadas pela ciência, e na forma como estas determinam a formação de redes de poder que são capazes de controlar o mundo contemporâneo, o trabalho de Donna Haraway envolve desde primatólogos até epistemólogos, sendo aproveitado por pesquisadores da área da saúde à tecnologia. Haraway identificou um movimento social e cultural que partiu de uma sociedade orgânica e industrial para uma caracterizada pela informação polimorfa, em que, segundo ela, uma série de transformações reestruturaram as redes de poder a partir de uma política de ciência e tecnologia. Assim, as relações entre ciência e tecnologia estariam redefinindo categorias de raça, sexo e classe, nesse ponto, atentando, inclusive, para a necessidade de as feministas disso estarem cientes e conscientes.

Em seu famoso ensaio *O Manifesto Ciborgue* (2009), Donna Haraway se propõe à construção do que chama de um irônico mito político. O sentido de ironia que imprime ao texto é o

de blasfêmia por colocar juntas esferas que então são consideradas separadas e incompatíveis, daí surgindo a imagem do ciborgue. “Um ciborgue é um organismo cibernético, um híbrido de máquina e organismo, uma criatura de realidade social e também uma criatura de ficção” (Haraway, 2009:36). Criatura da realidade social pois dele se extrairia um mapa da realidade, e ficção por ser um recurso imaginativo frutífero acerca dos acoplamentos. Imagem condensada da imaginação e da realidade material.

O ciborgue estaria no centro de uma guerra de fronteiras da contemporaneidade, fronteiras essas importantes na definição das políticas de produção, reprodução e imaginação. O intento d'*o manifesto ciborgue*, portanto, sendo a confusão destas fronteiras, e pela responsabilidade quando de sua construção.

Não mais estruturado pela polaridade do público e do privado, o ciborgue define uma *pólis* tecnológica baseada, em parte, numa revolução das relações sociais do *oikos* – a unidade doméstica. Com o ciborgue, a natureza e a cultura são reestruturadas: uma não pode mais ser objeto de apropriação ou de incorporação pela outra. Em um mundo de ciborgues, as relações para se construir totalidades a partir das respectivas partes, incluindo as da polaridade e da dominação hierárquica são questionadas. (id.ibid.:39)

Assinala três quebras de fronteiras decisivas para prosseguimento do seu raciocínio, quais sejam, a dissolução da separação entre humano e o animal; o animal-humano e a máquina; e por fim, o físico e o não-físico. Segundo ela, tal transgressão de limites dariam lugar a fusões com grande potencial, e possibilidades perigosas frente às dualistas narrativas de origem do Ocidente. Como coloca Tadeu Tomaz (2009) são justamente os processos de transformação do corpo humano que nos obrigam a repensar a alma humana, em outras palavras, a ontologia do que anima o animado, a humanidade e a subjetividade é posta em cheque.

A narrativa de origem do ocidente, referida acima, é situada em um corpo masculino, seu discurso parte daí. Donna Haraway, então, passa a discorrer acerca da trajetória do feminismo, e de como o seu discurso foi sendo transformado pelas mudanças e fracionamentos de identidades. De acordo com Marília Rodrigues da Silva (2009) o empreendimento de Donna Haraway é o de “buscar saídas para a atuação feminista na construção de uma ciência da vida/dos organismos que esteja de acordo com os princípios de liberdade e respeito à diversidade. Ela quer construir não apenas novas teorias, mas também novas práticas críticas para a produção científica.” (2009:19)

Tem se tornado difícil nomear nosso feminismo por um único adjetivo – ou até mesmo insistir na utilização desse nome, sob qualquer circunstância. A consciência da exclusão que é produzida por meio do ato de nomeação é aguda. As identidades

parecem contraditórias, parciais e estratégicas. Depois do reconhecimento, arduamente conquistado, de que o gênero, a raça e a classe são social e historicamente constituídos, esses elementos não podem mais formar a base da crença em uma unidade “essencial”. (...) Mas existe também um reconhecimento crescente de uma outra resposta: aquela que se dá por meio da coalizão – a afinidade em vez da identidade (Haraway, 2009, 48)

A forma tomada pela identidade, portanto, é construída de forma autoconsciente, e não referenciada a qualquer base tomada como natural de antemão. Assemelhando-se a um parentesco político a coalizão é realizada de forma informada, sem que haja naturalização das matrizes identitárias. É a chamada consciência da oposição. Ainda assim, Haraway aponta para a necessidade que continua se apresentando de uma unidade política no enfrentamento das dominações de raça, gênero e classe. Mas sempre lembrando que nenhuma construção é uma totalidade, construção não é naturalização. As conexões são parciais. A dispersão sendo o fator predominante, e a “sobrevivência na diáspora” a nova tarefa.

O interesse pela implosão das fronteiras se dá em função do controle, visto que esse não se dá no interior dos polos opostos, sejam eles quais forem, mas sim nas liminaridades. “As estratégias de controle irão se concentrar nas condições e nas interfaces de fronteira, bem como nas taxas de fluxo entre fronteiras, e não na suposta integridade de objetos supostamente naturais” (Haraway, 2009: 62) Isto porque a naturalidade é construída por uma linguagem comum capaz de processar os sinais de sagrado e profano referentes a cada uma das esferas. As dicotomias são a ideologia em questão. Juntamente com os opostos de mente-corpo, animal-humano, organismo-maquina, publico-privado, natureza-cultura, primitivo-civilizado o par referente a homem-mulher está em disputa, e em relação a este a autora traça o que chama de “informática da dominação”, a nova rede de relações envolvendo as áreas da ciência e da tecnologia em que se baseiam as novas formas de dominação. Dentro dessa informática da dominação, cito apenas três transições dessa hierarquia de dominação que me parecem ser representativas, são elas: a passagem de público/privado para cidadania ciborgue; a passagem de natureza/cultura para campos de diferença; e a passagem de cooperação para reforço na comunicação.

A organização material “multinacional” da produção e reprodução da vida cotidiana, de um lado, e a organização simbólica da produção e reprodução da cultura e da imaginação, de outro parecem estar igualmente implicadas nesse processo. As imagens que supõem uma manutenção das fronteiras entre a base e a superestrutura, o público e o privado ou o material e o ideal nunca pareceram tão frágeis. (Haraway, 2009:67)

Dois são os termos utilizados pela autora para elucidar a relação entre as forças da reestruturação da ciência e tecnologia perante à situação das mulheres. O primeiro deles seria a

nova condição de “mulheres em um circuito integrado”, termo cunhado por Rachel Grossman, e conjugado por Haraway com a ideia de “relações sociais da ciência e da tecnologia”, para assim fugir da ideia de um determinismo tecnológico, e elucidar o fato de a ciência e a tecnologia ser mais um sistema histórico determinado por relações estruturais entre pessoas. Dessas relações estruturais surgem os corpos, mapas de poder e identidade, que delimitam a fronteira. O ciborgue, por sua vez, é a possibilidade de se expressar de forma fluída entre a linha fronteira, desafiando o gênero e toda a sua profundidade histórica. Em outro momento, Haraway (2004[1991]) elucidava o porquê da importância do conceito de gênero, tanto de sua constituição como de sua implosão, como expõe ao final d'*O Manifesto Ciborgue*, um mundo sem gênero como a utópica esperança de um mundo monstruoso, pois híbrido no sentido de Bruno Latour.

Finalmente, e ironicamente, o poder político e explicativo da categoria “social” de gênero depende da historicização das categorias de sexo, carne, corpo, biologia, raça e natureza, de tal maneira que as oposições binárias, universalizantes, que geraram o conceito de sistema de sexo/gênero num momento e num lugar particular na teoria feminista sejam implodidas em teorias da corporificação articuladas, diferenciadas, responsáveis, localizadas e com consequências, nas quais a natureza não mais seja imaginada e representada como recurso para a cultura ou o sexo para o gênero.” (Haraway, 2004:246)

Já Sadie Plant (1999) propõe o termo ciberfeminismo, pois segundo a autora desde o início do desenvolvimento da computação, a presença das mulheres era verificada de forma considerável e importante, mesmo perante à hegemonia masculina. Cristina Tavares Rocha (s/d) relata diversos casos de mulheres consideradas brilhantes entre seus pares dentro do universo digital e computacional. Rocha (s/d.) também acerca do termo ciberfeminismo, para melhor elucidá-lo se reporta a Sadie Plant (1999), quem teria começado a

usar o termo ciberfeminismo para identificar toda e qualquer problemática relacionada às mulheres e à tecnologia. Portanto, o movimento ciberfeminista tem, em sua base, a cooperação entre mulher, máquina e novas tecnologias, objetivando a liberação da mulher de tradicionais injustiças e assimetrias de valores e poderes em que vivem. Em síntese, o computador seria uma espécie de epicentro de ações visando a mudanças no mundo globalizado, a atividades alternativas através da necessária fusão entre tecnologia e cultura, na tentativa de eliminação de poderes centralizados, hierarquizados e androcêntricos, em favor de comunicações também mais horizontais, possíveis pela liberdade de informação. (Rocha, s/d.)

Tal acesso à informação, quase uma década antes já havia sido mencionado por Ruth Perry e Lisa Greber (1990), como um dos principais aspectos concernentes à intersecção de gênero e tecnologia. Como uma tática para se ter acesso a informações passíveis de serem utilizadas em um processo de mudança social almejado por certo grupo, no caso as mulheres. Também Bruckman (1996) advogava acerca do caráter inovador da internet e das comunidades virtuais, de maneira que

as pessoas estivessem abandonando seu lugar passivo de receptor de informação, para o lugar de participantes e líderes ativos no processo de criação da mesma. Outra faceta positiva do avanço da tecnologia, da internet, e da comunicação mediada por computador seria o avanço das organizações não governamentais ou coletividades da sociedade civil, visto que:

Tais tecnologias no futuro podem não só ligar organizações ativistas mas também ajudar a criá-las. A comunicação mediada por computador poderá ser usada por quem trabalha para comunicação entre si, possivelmente em um nível internacional, com o propósito de se alcançar fins libertários (Perry; Greber, 1990:99. tradução minha)¹⁵

Um importante caso dessa intersecção entre comunidades reais e ativismo virtual, e utilização para veiculação de informações online é Chiapas e a luta indígena mexicana, com sua intermediação pela Zapanet a fim de ampliar a voz indígena, criar e distribuir textos que se apresentam como símbolos de resistência. Esse processo de mediação entre os/as indígenas de Chiapas e a cultura hegemônica tem sido fundamental na visibilização da questão e na tomada de consciência de tais corpos resistentes, como advoga Abdel-Moneim (2002). Um ponto importante abordado pela autora é referente ao corpo virtual, material e discursivo dos enunciadores do discurso indígena¹⁶. Assim, não se poderia desvincular o corpo do universo cibernético, do corpo referenciado materialmente, visto que suas condições de referência são determinadas, por diversas vezes, pela forma como questões de identidade de raça e/ou gênero são inscritas. (2002:49). Nesse ponto, Abdel-Moneim se reporta à Anne Balsamo (1995), teórica feminista, que defende a mútua interdependência entre a faceta discursiva e material do corpo, apesar do crescente discurso do desaparecimento da base material do corpo a partir da chamada pós-modernidade. Assim, a partir da tecnologia, surge uma forma de corporeidade tecnológica, capaz de mobilizar terceiros independente do território. O trecho abaixo esclarece a questão, e trago novamente o conceito de Ribeiro para demonstrar sua pertinência:

A idéia de que essas comunidades marginalizadas podem, dentro do contexto de luta por autonomia, articular as rupturas no discurso de globalização econômica e subverter processos de alienação pós-modernos, no sentido de transformá-los em processos de rearticulação de comunidade e de realidade material em um nível global, mostra os paradoxos presentes nesse espaço discursivo tecnologicamente

15 “Such technology in the future might not simply link activist organizations but also help to create them. It might be possible for computer-communication channels to be used by workers to communicate with each other, possibly on an international level, and thus serve liberatory ends.” (Perry; Greber, 1990:99)

16 Aqui aproveito para retomar a fala da professora Antonádia Borges quando do evento Antropologias da América Latina, realizado em agosto de 2012 na UFRGS. Na ocasião Borges ressaltava o ponto de que discordava de afirmações que remetiam aos levantes coletivos como uma reunião de corpos apenas, como se a lógica real/virtual se invertesse nesses casos. Para ela, o que ocorria não era uma reunião de corpos, mas sim de pessoas, e todos os discursos que as perpassa. Da mesma forma, aqui, com as/os zapatistas em que os discursos se encontravam mas sempre em referência a corpos muito bem situados.

mediado. Zapatistas virtualizados são uma lembrança das condições materiais da vida humana. (Abdel-Moneim, 2002:52)

As redes de computadores aumentam as capacidades dos ativistas políticos. Elas permitem coalizões virtuais, são um meio mais rápido e menos caro de comunicação com capilaridade global e disponibilidade de dados que multiplicam as capacidades que indivíduos e grupos têm de denunciar, articular e promover campanhas. As comunidades virtuais que essas redes criam são armas poderosas para gerar solidariedade transnacional com relação a muitas problemáticas. (Ribeiro, 2000, p.489)

A partir dessa reflexão, podemos dizer que a comunicação mediada por computador serve de suporte para uma reformulação no modo como os indivíduos se organizam em torno de projetos de interesse comum em redes híbridas, cuja cultura e natureza são constantemente questionadas, tensionadas, flexibilizadas e criadas.. Aqui, o interesse comum seria lutar contra o backlash percebido, e a própria trajetória do grupo, deixa entrever como a concepção desse conceito lhes fez sentido com suas demandas, ações e discussões.

4.2 O Backlash

Ser mulher nos Estados Unidos neste fim-de-século: que maravilha! Pelo menos é o que se diz o tempo todo. Os políticos garantem que as barricadas já caíram. As mulheres "chegaram lá". O mundo da publicidade se regozija. A revista Time proclama que a luta da mulher pela igualdade "foi amplamente vencida" [...] Por trás desta celebração da vitória, por trás das afirmações, alegres e continuamente reiteradas, de que a luta pelos direitos femininos foi vencida, a mensagem que salta aos nossos olhos é outra. Você pode ser livre e igual o quanto quiser, ela diz às mulheres, mas nunca se sentiu tão infeliz. (Faludi, 2001:9)

A exaltação discursiva da batalha já conquistada é a forma como Susan Faludi inicia sua obra "Backlash: o contra-ataque na guerra não declarada contra as mulheres" publicado no Brasil em 2001, em que argumenta que apesar desse elogio à cidadania plena finalmente obtida pelas mulheres, a mensagem que se passava, na verdade, seria outra, a de que a infelicidade, contudo, seria sua marca principal. Um boletim de desespero, para utilizar suas palavras, cuja ideia era a de que o movimento de mulheres era o principal causador de todas as mazelas contemporâneas enfrentadas por aqueles e aquelas que um dia ou fizeram parte do movimento e hoje o recusavam, ou ainda o endossavam, ou jamais tiveram qualquer contato ou proximidade. O feminismo, assim, carregava nas costas o peso do infortúnio generalizado da sociedade estado-unidense do fim do século XX. A reboque uma pergunta se impunha, tal como impunha-se a Hawkesworth acima citada, que igualdade era essa de que a mídia, o discurso político, o discurso humorístico, e algumas vertentes da academia faziam referência?

A autora, então, passa a abordar um enorme número de pesquisas americanas, umas veiculadas pela mídia e outras realizadas por algumas pesquisadoras feministas, de forma a mostrar que a metodologia empreendida em muito modificava os resultados obtidos. Considerar, portanto, que as mulheres teriam atingido um patamar de igualdade tendo por base tais pesquisas divulgadas pela mídia nada mais seria que parte do processo que chama de contínuo feedback de perpetuação da imagem feminina. Segundo a autora, a base para tais inverdades seriam os mitos existentes de que crises femininas seriam em função de uma epidemia de infertilidade ou de uma pretensa falta de homens para relacionamento e matrimônio, quando o que ocorria era a persistente luta das mulheres por direitos ainda não alcançados tais quais como “igualdade de salários e oportunidades de emprego, uma emenda pela igualdade de direitos, direito de aborto sem interferência do Estado, uma lei federal garantindo a licença-maternidade, um sistema assistencial decente para as suas crianças” (Faludi, 2001:14). O que faltava às mulheres, portanto, não eram alianças de casamentos, ou berços como a mídia propagava, mas sim justiça, acesso à direitos. O protesto feminino, assim, não era uma hipersensibilidade atizada pelo movimento feminista, mas sim consciência de sua própria desigualdade. Refutando, assim, o argumento midiático de que a igualdade seria a causa da infelicidade feminina, jogando a ideia para o polo oposto, a de sua incessante busca, e não só por novos direitos, mas pela manutenção daqueles arduamente conquistados.

É importante ressaltar que a obra de Faludi dizia respeito a um período não só datado mas geograficamente localizado, tinha como referência os Estados Unidos a partir da década de 1970, quando essa contra corrente teria iniciado seu processo, tendo persistido na década seguinte e adentrado os anos 1990 com aceitação e legitimidade política institucional. Mas em todos os casos, os episódios de fenômenos característicos do backlash foram coincidentes com momentos em que as mulheres estavam prestes a angariar espaços de poder. O momento em que nos situamos, contudo, é temporalmente outro, mas as ligações contextuais eram percebidas, como a fala de Sarah Santos abaixo.

“Já tem alguns anos que essa onda conservadora e misógina está vindo com força. Vejo as imagens estilo anos 50 sendo glamurizadas, o discurso da independência sexual performática (que incentiva as meninas a transarem igual filme pornô e agradarem o homem, e elas mesmas ficam a ver navios - e algumas acham até ok fingir orgasmo), o aumento de blogs com conteúdo misógino, o grande destaque a blogs de "moda" e "beleza" como os únicos representativos das mulheres... ao mesmo tempo, estamos tendo a institucionalização de políticas para mulheres (Lei Maria da Penha, SPM, Mulheres da Paz...) e a eleição de uma presidenta. Anotem aí: o clima vai piorar MUITO nos próximos anos.” (Sarah Santos¹⁷, 4 de dezembro de

17 Todos os nomes aqui utilizados quando de referência à lista são pseudônimos. Não uso os nomes reais das/dos envolvidos, por ser uma discussão em uma lista fechada. Para seus integrantes, contudo, não haverá qualquer

2010, lista)

De acordo com Faludi o próprio fato de se perceber um backlash é a comprovação mesma de um avanço em relação às demandas, o que contudo não assegura a manutenção da situação recém-adquirida. Esse movimento oscilatório entre avanços e recuos são comumente descritos por meio de metáforas territorialistas e militares, como batalhas perdidas e vencidas, posições e territórios conquistados. A ideia do combate está presente. Esse fato me relembra a discussão ocorrida ao longo do I Encontro Nacional de Blogueiras Feministas. Ao fim do último dia das mesas e debates, todas as pessoas presentes no evento se dirigiram a um café para uma confraternização. Em meio aos debates ora acalorados ora fortuitos relativos ou não ao tema do feminismo, foi proposto que pensassem em uma nova logo para o blog, visto que a que mantinham até o momento dava justamente essa ideia de combatitividade, o que não era apreciado por todas/os. A figura foi jogada em pauta, aquelas que trabalhavam com designer gráfico logo se prontificaram para redesenhar a logo, que também serviria como novo banner do blog. Muito tempo foi gasto com essa discussão, incontáveis guardanapos utilizados para esboços de possíveis desenhos, mas ao fim e ao cabo, a logo permaneceu, não só porque não chegaram a um consenso mas porque, de fato, perceberam em algum momento a importância do punho em riste. Indo ao encontro da ideia aqui apresentada por Faludi. O banner apresentado abaixo foi produzido por uma das BF, disponibilizando-o em diversos tamanhos para que cada uma o utilizasse da forma que quisesse em suas páginas pessoais.



Ilustração 3: Banner elaborado por uma BF, divulgado e disponibilizado na lista.

Um dos pontos mais ressaltados por Faludi é o de que o backlash não se trata de uma conspiração, com um conselho organizado de onde se partam as ordens. Se assim o fosse seria inclusive mais fácil combatê-lo do que propriamente combater a ideia de uma suposta teoria da conspiração por parte das feministas, como ainda hoje alguns defendem. É sutil, partindo, inclusive, daquelas e daqueles que podem por vezes considerarem serem feministas elas/eles próprios. O sucesso do backlash é, ainda, proporcional ao tanto que ele não se mostra e não é encarado enquanto político, podendo ser tudo menos uma luta, mas sim um arcabouço de falsos mitos, que se passam por fatos novos pelo apelo à razão.

O programa feminista é muito simples: pede que as mulheres não sejam forçadas a dificuldade em identificar individualmente a quem me refiro. Quando se tratar, contudo, de postagem no blog, o nome da autora será divulgado, visto que é de possível acesso a qualquer um.

"escolher" entre justiça pública e felicidade privada. Pede que as mulheres sejam livres para definir a si mesmas - em lugar de terem a sua identidade definida pela cultura e pelos homens que as cercam. O fato de estes assuntos continuarem sendo tão incendiários deveria bastar para mostrar que a mulher ainda tem um longo caminho a percorrer antes de entrar na terra prometida da igualdade. (Faludi, 2001:22)

Mas haveria então alguma diferença entre o que Faludi descrevia estar acontecendo nos Estados Unidos àquela época e agora, quase 20 anos mais tarde? A diferença que se pode entrever é justamente à resposta dada, sua forma. Uma forma coletiva, que em nada se parece com o que Faludi descrevia quanto às possibilidades de enfrentamento. Dizia ela:

Quando o feminismo está em baixa, as mulheres assumem o papel reativo - lutando isoladamente e quase sempre às escondidas para se afirmarem contra a onda cultural dominante. Mas quando o próprio feminismo se torna a onda, para a oposição a recíproca não é verdadeira: ela finca o pé, agita os punhos, constrói muralhas e represas. E a sua resistência cria traiçoeiras ressacas e conflitantes correntezas. (Faludi, 2001:20)

Em entrevista com Bianca Cardoso, logo ao fim do trabalho de campo a questioneei quanto às reais mudanças do movimento feminista hoje. Ela disse justamente isso, a falta de centralidade ainda que unidas na diferença, não há mais um centro, não existem grandes líderes, as antigas acadêmicas não mais assumem a posição de referência quanto ao lutar por um ideário. Hoje é um feminismo difuso mas não no formato descrito por Celi Pinto acima, tem-se a retomada da palavra, do termo, lembrando que nomear é importante. Nomear é dominar, mas aqui é a dominação de si mesmo, da liberdade de não mais se esconder sobre um véu de fumaça do pós-feminismo. Tal difusão talvez possa ser pensada justamente a partir da criação de tantas comunidades, fóruns e listas de discussão de cunho feminista nas redes sociais, as BF sendo apenas mais uma delas¹⁸.

O deslizamento de sentido proposto por Soares (2008) também mostra-se útil aqui. Citando o autor, ““Viva as diferenças” pode significar que elas, as diferenças, estão vivas: e, por deslizamento do sentido, que estão vivos também aqueles que vivem as diferenças sem fazer distinção dessas diferenças.” (Soares:2008:35). Sua análise é referente a uma propaganda ligada à Associação Internacional de Lésbicas e Gays que foi veiculada nas redes de televisão portuguesas. No anúncio, tinha-se o pedido pelo direito à indiferença, ou seja, ainda que a diferença fosse celebrada por um campo em que se exalta, por conseguinte, também os diferentes, em determinados

18 Para citar apenas algumas comunidades da rede social Facebook, temos: “Machismo chato de cada dia”, “Feministas em rede”, “Moça, você é machista”, “Uberaba Feminista”, “Marcha das Vadias”, “Feministas ácidas”, “Feministas negras”, “FQC- Feminismo que Cola”, “Cara, sua namorada é machista”, “Moça, seu namorado é machista”, “Quem precisa do feminismo?”, “Eu preciso do feminismo porque”, “Femstagram”, “Feministas do Cariri”, “Feminismo na rede”, “Você é cissexista”.

contextos tais diferenças não faziam qualquer sentido, e daí o direito à indiferença. Quando transportado ao feminismo que aqui se aborda, o deslizamento do sentido proposto por Soares é possível de ser vislumbrado, pois tem-se a empolgação de um ideário vivo, seu corolário sendo justamente essas pessoas viventes, as feministas.

5. A trajetória: A cara e a forma da (nova) militância

Quem são e como reivindicam seus pontos de vista dentro de um contexto virtual, cujos meios de luta são diversificados? Ao acompanhar a trajetória das Blogueiras Feministas (BF) percebe-se que logo de início houve uma transição entre plataformas, como uma das participantes uma vez comentou ainda antes de completar 3 meses de formação do grupo de discussão “acho que por enquanto estamos na fase "laboratório" dessas mídias. para experimentarmos e descobriremos qual(is) dela(las) nos supre.” À época discutiam a possibilidade de criarem perfis em redes sociais para que assim pudessem “ver as caras” de quem proferia as falas, mas como diversas iniciativas que serão abordadas ao longo da descrição, a criação dessa possibilidade de interação só foi efetuada muito a posteriori, e não na rede pensada inicialmente. Mas ainda assim, as BF ampliaram as mídias utilizadas ao longo de sua história, de forma que passaram de uma lista de discussão para um blog, mudaram sua hospedagem, o transformaram em um portal, criaram um perfil no Twitter e no Facebook além de outras redes sociais. Exploraram o laboratório.

Em relação a pergunta inicial, não se pretende responder completamente, mas em alguma medida são as nuances internas e também os meios adotados e a mudança entre eles que indica o caminho. A forma esperada por quem participava do grupo sempre foi importante em relação a escolha desses meios, também o que se esperava delas por parte de pessoas externas ao grupo foi predominante para o formato adotado, essas questões internas, externas e também estruturais – referentes ao meio de transmissão da mensagem – levaram tanto o grupo a se constituir enquanto tal, como as discussões aqui abordadas. Outra questão está posta: o que de fato muda, apenas os meios ou também as questões e a forma de lutar? Um dos fatos preponderantes foi a rotulação, o peso da alcunha “feminista”, o que significava e qual o seu alcance. A formulação de alguns estereótipos foi constante durante a trajetória do grupo, inicialmente o foram por pessoas de fora do grupo, em episódios que serão expostos abaixo, em polos opostos entre feministas barraqueiras e feministas de alto nível; por fim tem-se às feministas “limpinhas”, termo êmico que aparece quase ao fim do trabalho de campo.

A lista de discussão foi criada a partir do intuito de discutir o período eleitoral por que o país passava. Algumas mulheres que já se conheciam por relações offline ou por meio da blogosfera trocavam e-mails discutindo o que consideravam ser boatos espalhados por determinado segmento da imprensa, averiguando-os e considerando possíveis alternativas de fazer com que outra versão

dos fatos também chegasse ao público. Foi então que uma delas, Sarah Santos¹⁹, lançou o questionamento ao grupo quanto ao poder dessa luta individual da escrita nos blogs, e o quanto isso não poderia ser potencializado se considerado como um grupo, ou seja, ter posicionamentos em conjunto, atuarem em bloco, coletivamente direcionarem suas críticas. Sendo importante pontuar que esse e-mail inicial outrossim já deixava claro que a intenção de adotar determinada postura tentava não apenas na formação de uma unidade fictícia, mas também de mostrar as diferenças internas entre as próprias feministas, sem que isso representasse uma falta de união ou de objetivos comuns. Após aprovação e entusiasmo das destinatárias, uma delas, Clara Cintra, se prontifica como voluntária a ser a moderadora da então embrionária lista.

Destarte, um grupo de discussão²⁰ no googlegroups foi criado a fim de facultar a comunicação entre as participantes. Com a criação dessa plataforma, cada uma das envolvidas passou, sem alarde, a divulgar em suas redes sociais. Todas as interessadas e todos os interessados em participar, inclusive as já referidas destinatárias do e-mail em que a ideia surgiu, deveriam encaminhar um e-mail solicitando participação à criadora do grupo, solicitação recebida, participação autorizada. Um processo que até o último dia da minha observação foi mantido, ainda que como mera forma de “filtro” para saber quem entrava, pois a ninguém era negada a participação.

Ao fim do dia poucas solicitações. O dia seguinte, contudo, traria uma surpresa, uma das participantes da troca de e-mails acima trata-se de uma famosa blogueira dentro do universo da blogosfera feminista, Amanda Assis. Seu post do dia 19 de outubro de 2010 trazia o resultado de um concurso²¹ que lançara dias atrás com o tema “As origens do meu feminismo”, de forma que elencava todas as 32 publicações participantes, e logo ao fim de seu texto, comentando o concurso, faz referencia à criação da lista de discussão, comunicando os passos que deveriam ser tomados por possíveis leitoras e leitores interessadas/os. Mais de 50 pedidos de inscrição foram realizados somente neste dia, e diversas falas de apresentação faziam referencia ao post de Amanda como a forma de conhecimento e razão de entrada no grupo²². Sarah, na própria lista diz estar surpresa com

19 Todos os nomes aqui utilizados são pseudônimos. Não faço referencia aos nomes reais das/dos envolvidos nem de seus respectivos blogs pessoais, visto que, desde o início tratou-se de uma lista fechada. Para as/os integrantes, contudo, não haverá qualquer dificuldade em identificar individualmente a quem me refiro.

20 Utilizo, aqui, “lista” e “grupo de discussão” como sinônimos, o primeiro é o termo ênico utilizado para fazer referencia ao grupo que utilizam para discutir.

21 O concurso aqui referido faz parte de uma prática comum no universo dos blogs. Trata-se de lançar um tema específico em que as pessoas devem escrever a respeito, estes então serão disponibilizados por links para os blogs individuais de cada autor. Em seguida, uma votação é realizada a fim de declarar o post preferido dos leitores.

22 O blog individual de Amanda permaneceria por muito tempo como a principal origem tanto leitoras do que viria a ser o blog coletivo, como de integrantes da lista.

a quantidade de pessoas inscritas apenas um dia após a criação do grupo, dizendo, ainda, que se fosse de seu conhecimento número tão grande de blogueiras feministas dispostas a se reunir já teria tomado essa iniciativa há tempos.

Grupo criado, discussões abertas. Primeiramente, uma mensagem de boas vindas foi enviada por Sarah, convidando a todas/todos que se identificassem, coisa que o fizeram prontamente. Esse formato de apresentação persiste ainda hoje, um e-mail é enviado a cada nova/o participante, a/o instruindo a apresentar-se, e deixando clara as diretrizes seguidas pela lista e algumas regras que prezam pela boa convivência no ambiente online (o não envio de correntes e spams; a não realização de jabá – autopromoção sem qualquer relação com os tópicos da lista; não utilização dos emails das/dos participantes para malas diretas ou outras ações não-solicitadas; e, por fim, não proferir ofensas às/aos participantes da lista). Quando do envio da primeira versão dessa mensagem de apresentação, a lista contava com 115 participantes, apenas dois do sexo masculino. De início, percebe-se que nem todas/os estavam acostumadas/os com a utilização da plataforma do grupo de discussões, e se surpreendiam com as dezenas de novas mensagens que chegavam em suas caixas de entrada de e-mail, questionavam na lista a respeito das possibilidades de leitura e utilização. Uma delas, inclusive, já em sua mensagem inicial de apresentação propõe algumas regras de utilização para que as mensagens não fossem perdidas ou confundidas. Segue uma discussão acerca da possibilidade de não mais se utilizar o grupo de e-mails, e sim uma rede social específica, sendo que o motivo pelo qual se defendeu mais enfaticamente a permanência do uso do grupo de e-mails seria a acessibilidade em locais de trabalho, visto que algumas redes sociais são bloqueadas nesses espaços. O e-mail, enviado no dia 21 de outubro de 2010 segue abaixo:

“Olá Meninas,

meu nome é Clara, junto com a Sara coordeno essa lista. Pelo volume de e-mails dá para ver que algumas pessoas estão perdidas, então vou tentar esclarecer algumas coisas:

O Grupo

Este grupo já conta no momento com 115 membros, incluindo 2 homens. Essa avalanche de e-mails no início é normal, pois muitas pessoas que entraram estão entusiasmadas. A tendência é a quantidade de e-mails diminuírem com o tempo.

Lista ou Rede? Os dois.

A Bruna propôs que fosse feita uma rede social para termos mais recursos. Eu e a Sara não pretendemos acabar com o grupo de e-mails, pois nossa intenção desde o início era utilizar esse meio por já participarmos de outras listas. Então, não há o que escolher, tanto o grupo de e-mails como a rede social podem existir juntos. O que é importante acabará chegando aos dois. As informações que nos interessam sempre

acabam chegando até nós na internet, seja por um amigo, seja por um blog, ou por uma rede social, basta estarmos conectadas interagindo.

Então, quem quiser usar só a lista de e-mails use, quem quiser usar só a rede social use e quem quiser usar os dois também. Acho válido a Bruna continuar com o grupo até para explorar a ferramenta.

Quem quiser criar um tumblr. coletivo ou outras formas de interação fique a vontade, a idéia da lista é justamente conectar pessoas.

Outra iniciativa surgida aqui é a da Julia que propôs agrupar as meninas numa lista do twitter.

Para quem quer ser incluída na lista da Julia peço para avisar a ela pelo próprio twitter.

Para quem quer seguir a lista da Fabiana o caminho é o seguinte:

Seguir uma lista no twitter não significa que seu perfil está incluído na lista, só quem pode incluir as pessoas nessa lista é a Julia.

Então, participa quem quer usando as ferramentas que preferir.

Quantidade de e-mails.

O google groups permite que você organize a forma como deseja receber os e-mails deste grupo, para isso você entra na página do grupo:

<http://groups.google.com/group/blogueirasfeministas> (Lembrando que é preciso estar logada na sua conta google.)

Na barra lateral há a opção "editar minha participação" em inglês deve ser algo como "edit my preferences" eu acho.

Lá você tem 4 opções: Pode não receber e-mails e ler acessando apenas a página do grupo na web. Pode receber resumos dos assuntos discutidos, compilações das discussões diárias ou pode receber todos os e-mails.

Veja o que se adapta melhor a você.

Uso de tags.

A Sara já deu a dica de como o uso de tags pode facilitar a organização dos e-mails. Vamos usar tags identificando o local de um evento por exemplo. Procurar ser bem específico no campo assunto facilita a vida de todo mundo.

Para quem usa gmail.

Quem usa gmail pode utilizar filtros, basta ir em "configurações", "filtros" e determinar que todas as conversas enviadas de "blogueiras...@googlegroups.com" devem ser enviadas para a pasta de sua preferência. É interessante criar uma pasta para os e-mails do grupo. Dessa maneira os e-mails não vão se amontoar na sua caixa de entrada e você poderá lê-los na hora que preferir.

Perdeu alguma coisa.

O google groups guarda todas as conversas do grupo, então se você perdeu alguma informação basta ir até a página do grupo e fazer uma busca:

<http://groups.google.com/group/blogueirasfeministas>

Regras.

Eu e a Sara estamos tendo alguns problemas para publicar as regras do grupo lá na página do grupo, mas as regras existem apenas para prezar pela boa convivência, então:

- ▲ não envie correntes;
- ▲ não faça spam;
- ▲ não faça jabá (autopromoção sem qualquer relação com os tópicos da lista);
- ▲ não use os emails d@s participantes para malas diretas ou outras ações não-solicitadas por elas;
- ▲ não ofenda @s participantes da lista.

Mais alguma dúvida é só perguntar ou me mandar um e-mail...@gmail.com

abs." (Clara Cintra, 21 de outubro de 2010)

Ainda que com algumas participantes confusas, a dinâmica e proposição de tópicos é criada. A temática que lhe deu origem, a discussão política, é enfocada sob o prisma da campanha eleitoral da então candidata à presidência Dilma Roussef, e como o aborto estava sendo retratado pela mídia, e pelos próprios candidatos. A mídia online, e a publicação em blogs é o que alimenta, em grande medida, as discussões, algo é abordado de forma que seja do conhecimento de todos com a divulgação de um link de referência, e então tem-se o debate a respeito. Os temas que foram priorizados ao longo deste fim de ano de 2010, foram as eleições (campanha e vitória da candidata do Partido dos Trabalhadores – que se não era apoiada por todas/os as/os participantes, o era por todas/os que se pronunciaram até o momento de sua vitória nas urnas), a publicidade machista, a violência familiar, a culpabilização das vítimas de estupro, o parto e a gestação, e a sexualidade feminina.

A passagem de uma lista de discussão para a construção de um blog foi decorrência de uma notícia publicada na lista, e da necessidade que sentiram de fazer com que mais pessoas tivessem acesso não só ao fato, como também às críticas tecidas por elas/es, de forma que chamaram uma blogagem coletiva. O incidente, em questão, foi o agressivo trote de estudantes na Unesp (Universidade Estadual Paulista) durante seus jogos universitários realizados em Araraquara, de 09 a 12 de outubro de 2010. O episódio era denominado “Rodeio das Gordas”²³. É interessante notar, contudo, que uma discussão que teve início na lista por um tópico sobre a Campus Party²⁴ e a

23 A discussão teve início um dia depois da matéria ter sido publicada no jornal Folha de São Paulo. Disponível pelo link <<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/820901-alunos-universitarios-agridem-colegas-da-unesp-em-rodeio-de-gordas.shtml>> <último acesso em 4/01/2013>

24 “A Campus Party é o maior acontecimento tecnológico do mundo! Criada há 16 anos na Espanha, ela atrai anualmente geeks, nerds, empreendedores, gamers, cientistas e muitos outros criativos que reúnem-se para acompanhar centenas de atividades sobre Inovação, Ciência, Cultura e Entretenimento Digital.” <<http://www.campus-party.com.br/2013/index.html>> <último acesso em 04/01/2013

ausência de blogueiras mulheres no evento transformou-se em uma discussão acerca do ocorrido na Unesp. A chamada para uma blogagem coletiva de um assunto completamente diferente do referido no tópico leva a crer que elas e eles estivessem começando a ter contato com a plataforma e, assim, as mensagens entrecruzavam-se, misturavam-se declarações de repúdio ao caso, comentários, divulgação de posts que tratavam a respeito, com notícias acerca do evento sobre tecnologia, e comunicados de algumas/uns participantes que lá estariam. Segue uma amostra da sequência de mensagens trocadas.

“Oi gurias!

Eu vou estar na Campus Party, e me proponho a participar dos debates referentes ao tema 'blog'.

Não sei como podemos nos organizar a respeito, mas fico à disposição, sempre que posso falo sobre o papel das mulheres no desenvolvimento de software livre também, e esse tipo de coisa.

Meu blog é: <http://...com.br> “ (Marcela Fá, 27/10/2010)

“Cara, o que assusta é o quão reais são essas histórias surreais... E depois ainda vêm me dizer que a luta feminista é uma luta menor!

Meninas, acho que divulgar pelo twitter é super importante, mas como a Ana Carolina falou, será que não tem nada mais concreto que possamos fazer pra cobrar providências?” (Débora Lins, 27/10/2010)”

“e tava aqui pensando naquilo que a Sara disse, que temos que estar mais presente na internet. essa discussão que estamos tendo aqui, via e-mail, fica apenas entre a gente, as iniciadas (falar para convertidos). enquanto que na rede outras pessoas de fora têm acesso. e podemos linká-la, por exemplo, no twitter, para atrair mais pessoas para dentro da discussão. o que acham de levar esses comentários para lá? assim, deixamos algumas conversar somente aqui entre a gente, mas algumas, como essa por exemplo, devem ser abertas, divulgadas, publicadas. o que acham?

(tô chocada com esse caso. acho que devemos fazer barulho em torno dele) “
(Cintia Dias, 27/20/2010)

“Olá Meninas,

Esse caso me causa asco, mais uma vez atitudes machistas são tratadas como brincadeira. Acho mto interessante dar visibilidade ao caso e principalmente demonstrar a total reprovação com que essa atitude é recebida por nós mulheres e a cobrar um posicionamento. Porque na internet é assim, as coisas so tomam visibilidade qto são disseminadas. Dito isso proponho uma blogagem coletiva que tal? Todas as que tem blog,

poderiam publicar um post comentando a tal notícia, aquelas que não tem utilizar o twitter, comentar nos lugares em que encontrar essa notícia, em outras rede sociais que participem... Eu acredito que a melhor maneira de disseminar os ideais feministas é essa, divulgar, espalham, não se cansam de soprar aos quatro ventos as verdades que a sociedade minimiza.

Abraços," (Fernanda Dutra, 27/10/2010)

Uma blogagem coletiva consiste em um blog assumir o papel de agregador de posts publicados relacionados a um tema proposto, de forma que os autores devem encaminhar o link de seu blog pessoal a esse agregador para que este então o publique em conjunto na data estipulada. As blogagens coletivas são eficazes no que concerne a dar visibilidade a determinada questão, pois aglutinam diversas opiniões sobre o assunto em um mesmo dia (ou período) de postagem. O blog coletivo das Blogueiras Feministas, assim, teve suas duas primeiras postagens no formato de blogagem coletiva, e não no formato padrão que se espera de um blog em que a publicação de um texto é seguida de outros textos, como fora ilustrado acima por Máximo (2006). Ao longo dos anos de 2010, 2011 e 2012 foram realizadas 18 blogagens coletivas com os temas que seguem abaixo, com a referida data de convocação e posterior publicação. As primeiras quatro blogagens coletivas foram discutidas apenas na lista, de forma que não constou uma convocatória no blog, diferentemente das outras 14 blogagens que se seguiram que, com intuito de aglutinar outros blogs e não só de participantes da lista passaram a lançar convocatórias públicas, com um calendário pré-estabelecido.

BLOGAGENS COLETIVAS			
#	Chamada	Convocação	Publicação
1	Criticando o "Rodeio das Gordas" da Unesp	*	28/10/10
2	Pelo fim da violência contra a mulher	*	25/11/10
3	Campanha 2ª vermelha – Celebrando a Menstruação	*	02/05/11
4	Slutwalk – Marcha das Vadias	*	26/05/11
5	Dia Internacional da Saúde da Mulher	21/05/11	28/05/11
6	Slutwalk – Marcha das Vadias	21/06/11	28/06/11
7	Mitos do Feminismo	25/07/11	29/07/11
8	Lei Maria da Penha	04/08/11	08/08/11
9	Dia da Visibilidade Lésbica	26/08/11	29/08/11
10	Pela descriminalização e legalização do aborto	25/09/11	28/09/11
11	Infância, consumo e sexismo	08/10/11	13/08/11
12	Dia da Consciência Negra	15/11/11	21/11/11
13	Fim da Violência Contra mulher	20/11/11	25/11/11
14	Dia da Visibilidade Trans	25/01/12	30/01/12
15	Repudio ao caso de estupro como presente de aniversário	16/02/12	17/02/12
16	Por mais respeito às pessoas na propaganda e no marketing brasileiro	31/07/12	01/08/12
17	Pela Legalização do Aborto	26/09/12	28/09/12
18	Mulher Negra	20/11/12	20 a 25/11/12

Ilustração

4: Relação de blogagens coletivas realizadas ao longo de 2010, 2011 e 2012

Isto posto, no dia 28 de outubro de 2010, o blog foi criado pela plataforma do *wordpress*²⁵,

25 WordPress é um aplicativo gratuito de sistema de gerenciamento de conteúdo para web, voltado principalmente para a criação de blogs via web, é uma das mais famosas ferramentas de criação de blogs, em disputa direta com a opção Blogger disponibilizada pelo Google. Uma de suas diferenciações, e consequente crescimento, é a forma de

sendo somente em março de 2011 a adoção de um domínio próprio. Assim, em sua primeira postagem foram disponibilizados links para blogs individuais de seis participantes que comentavam o incidente do “Rodeio das Gordas”, mas sem qualquer texto adicional por parte de qualquer uma das participantes no blog agregador. O mesmo ocorreu quase um mês depois, no dia 25 de novembro, quando mais uma vez houve uma blogagem coletiva, agora pelo fim da violência contra a mulher. A data não fora fortuita, pois 25 de novembro é o Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher, e data de início da campanha “16 dias dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher” com término no dia 10 de dezembro, Dia Internacional dos Direitos Humanos.²⁶ Desta vez, a blogagem coletiva contou com um número de 13 participantes, talvez pela campanha já estar sendo discutida e organizada na lista, desde o dia 4 de novembro.

Estes foram os únicos posts publicados até o dia 14 de dezembro, quando houve a publicação do primeiro texto elaborado e inédito de uma das participantes. Era referente a essa postagem, e ao que se passou até que ela se concluísse que o parágrafo inicial deste capítulo dizia respeito. Passo agora à descrição do primeiro atrito importante na blogosfera para as BF.

A ideia de se postar textos produzidos por autoras/es das BF no blog foi decorrência de um conflito que envolveu o colunista de um portal de notícias de esquerda, Luis Nassif. O conflito teve início no twitter, a partir da publicação de um comentário de um seguidor contendo o termo “feminazi”. Tal expressão é extremamente combatida, pois a ela vincula-se todo um conteúdo pejorativo. O twitter não possui registro histórico de livre acesso e no blog não foi citado o conflito em si, como se todas as esferas da blogosfera estivessem conectadas e acompanhando em tempo real o ocorrido. O episódio foi comentado à exaustão na lista, tendo então passado de uma discussão acerca do ocorrido para como a lista podia influenciar a blogosfera como um todo, daí a percepção da necessidade de não só divulgar mas de também produzir conteúdo. A lista seguia sua dinâmica habitual, com a enxurrada de centenas de e-mails diários, divididos entre os tópicos. Um deles retomou dois aspectos abordados acima, tratava-se novamente de Luis Nassif, e novamente da utilização do termo “feminazi”. No blog pessoal de Nassif fora publicado um texto de autoria de um de seus leitores habituais que não só defendia a sua interpretação do termo, como novamente opunha feministas pretensamente radicais, a quem a alcunha de referência ao nazismo faria sentido, e as outras, as de bom senso. Sarah Santos, então, divulga o

sua licença, de código aberto.

26 Essa é uma campanha internacional criada pelos movimentos feministas e de mulheres e vem sendo realizada desde 1991 pelo Centro para Liderança das Mulheres - Center for Women's Global Leadership, dos Estados Unidos, acontecendo em mais de 159 países. Por muito tempo, no Brasil, tal ação foi coordenada pela OnG feminista Agende - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento, junto à várias entidades dos movimentos feministas e com apoios governamentais e de empresas privadas. Diversas atividades são realizadas nesses 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher de 2011, pelos movimentos sociais e pelo poder executivo, possível de ser conferido no endereço eletrônico do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero. http://www.observatoriodegenero.gov.br/eventos_listar

referido texto do blog explicando a história de sua publicação, e divulga também um texto de sua autoria em seu blog pessoal. Finaliza o e-mail de abertura do tópico, tecendo algumas conclusões:

“Moças, não é de hoje que fico indignada com os idiotas que chamam feministas de feminazi. Antes eu relevava, pra não bater boca com gente que não merece, e que só quer tumultuar. Até a última terça-feira só tinha visto/ouvido "feminazi" vindo de conservadores. hoje foi inaugurado o termo "feminazi" em um blog considerado de esquerda e progressista.

Em um post do Luis Nassif (<http://www.advivo.com.br/blog/luisnassif/a-resposta-de-dilma-sobre-o-ira>) um tal de André fez um comentário (é o 3º comentário) sobre "feminazis". Foi corrigido em seguida pela Barbara, e a discussão entre eles continuou nos comentários. Aí o Luis Nassif pegou um dos comentários do André e colocou como post na página principal do portal, fazendo o absurdo de intitular o "comentário que virou post" de "O poder das mulheres". <http://www.brasilianas.org/blog/luisnassif/o-poder-das-mulheres>

Quando vi, fiquei furiosa e acabei publicando às pressas um post sobre a estupidez do termo feminazi. Mandeí por e-mail para o Nassif, torcendo para ele publicar no blog como contraponto ao "post" do André. Não publicou.

Do episódio, concluo duas coisas:

1. blogosfera intitulada progressista é só marketing. Direitos das mulheres não estão incluídos. Querem nossos links e aplausos, mas nos ouvir ou trabalhar pra melhorar a situação das mulheres, que é bom, nada.
2. estamos tendo um backlash pesado. Quando até blog de esquerda inventa de dar voz para termos idiotas como feminazi, estamos mal...

E agora? O quê podemos fazer?" (Sarah Santos, 10/12/2010)

“Acho que temos que nos manifestar sim, porque homens e mulheres tem a opinião formada por esses babacas, e muita gente é ignorante ao ponto de levar esses posts a única verdade sobre os assuntos tratados, já que as pessoas se identificam com idealismos, e passam a abraçar a causa de gente que tomam como âncora de suas opiniões.

Eu sei o que a gente tem que fazer, oras.

- 1 - notas de repúdio em todos os blogs das mulheres cadastradas nessa lista;
- 2 - hashtag no twitter #NassifFedorento ou #FeminaziNoCuDessesPalhaços ... tá, não isso, mas isso: #FeministasSimFeminaziNão
- 3 - lançamento oficial do nosso blog, oras
- 4 - conseguir as entrevistas com a Dilma - ora essa, pra quê temos uma presidenta se ainda somos rebaixadas a termos como feminazi e somos excluídas de coletivas de blogueiros progressistas com o (ex) presidente???
- 5 - fazer um video, hehe.

mas né gentez, fazer esse video e postar amanhã, no mais tardar!" (Marcela Fá,

10/12/2010)

“gente, acho que isso só mostra que temos que fortalecer nossa atuação como grupo na internet. essa seria uma chance, mas infelizmente, não acontece de uma hora pra outra. mas precisamos resolver isso do blog! pelo menos como começo, antes de discutir outras coisas. nem que no começo a gente poste no blog textos já publicados em nossos próprios blogs, pra quem não tem tempo, só pra ir andando as coisas. sei lá, a gente poderia dividir por categorias, seções e ir distribuindo entre quem quisesse escrever lá, qquer coisa do tipo. bom, não sei, mas esse tipo de coisa me mostra que é urgente termos um lugar único de expressão como resposta a esse tipo de coisa.” (Daniela Abrão, 10/12/2010)

A partir desse entendimento, o movimento foi rápido, mensagens com intervalos de menos de um minuto entre elas eram trocadas a fim de por em prática o que agora se vislumbrava como um projeto coletivo. Ao fim, ficou combinado uma agenda de posts semanais, que foi seguida à risca, inclusive com duas postagens em alguns dias a depender da disponibilidade das autoras, de forma que algumas elegeram dias específicos e fixos da semana para publicarem seus textos e outras contribuiriam esporadicamente²⁷. À medida que a primeira semana de postagens transcorreu, as dúvidas que por ventura surgiam (como a linguagem html utilizada, ou senha para postagem, ou mesmo a forma de utilização de imagens) eram sanadas na lista de discussão. Importante ressaltar que, nesse momento, nenhuma das moderadoras se pronunciou, ainda que para que cada autora publicasse seu texto fosse necessária a autorização de uma das moderadoras, mas a partir de então elas tinham livre acesso a todo o conteúdo e ferramentas do provedor utilizado na época. O primeiro intervalo nas postagens deu-se entre os dias 24 e 26 de dezembro, retornando as atividades com duas postagens no dia 27.

No e-mail enviado por Sara, o termo *backlash* aparece pela primeira vez, o entendimento de seu conteúdo pareceu ser de perfeito entendimento, em função de que em nenhuma das 127 mensagens que se seguiram qualquer questionamento ter sido feito em relação a este ponto. O que se viu foi um debate novamente sobre a ocupação do espaço dessa chamada blogosfera, de formas e estratégias de utilizá-la individualmente, um diálogo que mesclava a atuação individual por meio de seus respectivos blogs e o proceder do, agora já em atuação, blog coletivo das BF. Durante os primeiros meses, a discussão muito se pautou nessa ocupação do espaço dentro da blogosfera progressista, circulavam informações de outras listas que as participantes também acompanhavam, e o clima de desânimo mesclado com consciência da necessidade da militância. E naquele momento já estava dada, estabelecida a postura nomeadamente de esquerda que passavam a adotar²⁸.

²⁷ Quando as autoras que não poderiam participar regularmente perguntaram à moderadora se a participação poderia ser esporádica, tiveram como resposta que se isso não fosse possível sequer ela poderia contribuir.

²⁸ Um episódio ocorrido no I Encontro Nacional é ilustrativo. Nessa ocasião, uma das mediadoras das mesas de

O grupo, assim, passou a se constituir como um espaço tanto de acolhimento como de formação para as participantes. De forma que testemunhos não só eram expressos como eram compreendidos com base em uma mesma chave explicativa. Uma das falas, inclusive, passaria a ser parte da descrição do blog posteriormente, foi a fala de Nina Assis

“Somos cerca de 190 mulheres, de várias partes do Brasil, com experiências de vida distintas. Em comum, o feminismo. E outras cositas más que vamos descobrindo no caminho. E pra gente essa experiência de ser feminista tem a ver por um lado com escrever posts sobre o assunto, apontar as manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer videos, fazer manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa ideia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade”

(Nina Assis, 07/02/2011).

A descrição que consta no blog sofreu algumas modificações ao longo do tempo. Inicialmente apenas o texto abaixo constava da seção “Quem somos”, sendo hoje como ilustra a figura abaixo.

“Este blog existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista. Escrever posts, apontar manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer videos, publicar fotos, organizar manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa idéia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade.”

Quem Somos

Somos de várias partes do país, com diferentes experiências de vida. Somos feministas.

NOSSA MEMÓRIA

Durante o primeiro turno das eleições de 2010, Maria Frô enviou um e-mail para várias colegas feministas com o objetivo de colher opiniões sobre questões políticas relacionadas a mulher. As conversas por e-mail foram tão produtivas que Cynthia Semiramis decidiu criar um grupo de discussão, onde feministas poderiam trocar informações e debater sobre assuntos diversos. O grupo cresceu e surgiu a necessidade de se criar um blog, para espalhar nossas ideias e mostrar o quanto o feminismo é um movimento plural.

Como bem disse a Tica Moreno: *Este blog existe porque queremos vivenciar na rede a experiência de ser feminista. Escrever posts, apontar manifestações do machismo na sociedade, twittar, fazer videos, publicar fotos, organizar manifestações nas ruas e na rede, entre outras formas de espalhar essa ideia de que ainda tem muita coisa pra mudar nas relações entre homens e mulheres. Por outro lado, tem a ver com uma reflexão constante sobre a nossa própria vida, sobre como a gente pode enfrentar as nossas contradições, como a gente constrói as nossas relações com mais autonomia e liberdade.*

COMO PARTICIPAR

Você não precisa ser blogueira para entrar no grupo. Se quiser fazer parte do nosso coletivo deve requisitar sua participação em nosso grupo de discussão: <http://groups.google.com.br/group/blogueirasfeministas>

Se quiser apenas publicar um texto, envie-o para o endereço: asblogueirasfeministas@arroba@gmail.com

As regras para publicação são:

- O texto deve ser inédito.
- O texto passará por uma avaliação do grupo, que decidirá se ele deve ser publicado ou não.

DÚVIDAS, INFORMAÇÕES OU CONTATO

Para falar com a administração do blog ou do grupo de discussão, envie um e-mail para: asblogueirasfeministas@arroba@gmail.com

Ilustração 5: Seção "Quem Somos", do blog *Blogueiras Feministas*.

debate antes da introdução das participantes, convida-as a se apresentarem à frente brincando quanto à escolha de seus lugares à mesa, diz “Vocês podem escolher se querem ficar à esquerda, ou extrema esquerda”. Todas/os presentes riem no momento.

Também passaram a se identificar e representar um coletivo que agora era legitimado, visto que esteve presente em diversas ocasiões, ultrapassando o universo online. Karla Avanço²⁹ fez uma retrospectiva da trajetória das Blogueiras Feministas a partir de eventos que se tornaram posts no blog na qual me baseio agora para citar alguns dos eventos em que estiveram presentes enquanto representantes das Blogueiras Feministas, como o Encontro da Rede Feminista de Saúde, o Encontro Nacional da Articulação de Mulheres Brasileiras e a 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Me atendo rapidamente a este evento, pois foi durante tal Conferência que entrevistaram Michelle Bachelet, como relata o trecho do post (Anexo A) do dia 15 de dezembro de 2011, de autoria de Cynthia Semiramis³⁰ juntamente com Bianca Cardoso:

“Maíra Kubik e eu enfrentamos o sufoco criado por diversos jornalistas, fotógrafos e fãs que avançaram sobre Michelle Bachelet na sua saída do palco. No meio da confusão tivemos a oportunidade de perguntar sobre a importância da internet para mobilizar as mulheres. Confira o áudio com a resposta de Bachelet e abaixo a transcrição:

“É uma ferramenta moderna, que pode chegar aos jovens de uma maneira atrativa e interessante para uma mensagem muito importante, como a da liberdade da mulher. Mas também para informar, para denunciar, para democratizar a informação. Vimos um processo político na África do Norte, onde tive a oportunidade de estar com jovens da Praça Tahir, onde eles usaram meios novos e além disso, tinha uma reunião com elas e estavam mandando Twitter a todos os seus amigos e amigas. A reunião foi muito maior” [tradução de Maíra Kubik]³¹

Nesta mesma ocasião, também concederam entrevista à Radio Abraço no Ar³² que fazia a cobertura do evento, falando sobre as dificuldades encontradas ao longo do tempo no campo da comunicação pública no Brasil. O primeiro contato com a ABRAÇO - Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária, havia ocorrido poucos dias antes da Conferência em uma conversa que tiveram com a ministra Iryni Lopes em seu gabinete para esclarecer alguns pontos referentes à Conferência que estavam um pouco conturbados, como o motivo pela manutenção da data do evento.³³

29 Karla Avanço foi uma das primeiras participantes da lista. Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Goiás, também tem como universo de pesquisa as BF.

30 Os nomes de autores e autoras de textos publicados no blog aqui são referenciados sem a utilização de pseudônimos por se tratar de material divulgado em rede, e não na lista.

31 O áudio encontra-se disponível em <<http://blogueirasfeministas.com/2011/12/michelle-bachelet/>> < último acesso em 05 de janeiro de 2013 >

32 Disponível em <http://www.abraconacional.org/radio-abraco-no-ar-conversa-com-blogueiras-feministas/> <<último acesso 05 de janeiro de 2013 >>

33 “Dez dias antes do evento, para o qual são esperadas 3 mil mulheres de todas as partes do país, a empresa que venceu a licitação para cuidar de hospedagem, alimentação e transporte para as participantes desistiu de fazer o serviço. Com isso, foram perdidas todas as reservas em hotéis. As soluções emergenciais deixaram muitas delegações insatisfeitas e, durante a abertura da Conferência houve protestos. Muitas delegadas apontaram a distância (a uma hora do local do evento) e a falta de condições dos alojamentos conseguidos pela Secretaria de



Ilustração 6: Blogueiras Feministas com Iriny Lopes e Kamayurã Saldanha, coordenadora de gênero e etnia da ABRAÇO (Foto publicada no blog, post do dia 9/12/2011)

Também estavam presentes na Marcha das Margaridas e a decorrente Frente Nacional contra a Criminalização das Mulheres e pela Legalização do Aborto, na 2ª Conferência Nacional de Políticas Públicas e Direitos Humanos de LGBT, na Marcha da Liberdade, na 10ª Caminhada de Lésbicas e Mulheres Bissexuais de São Paulo, e nas Marchas das Vadias³⁴ realizadas em diversas cidades do Brasil.

Políticas para Mulheres. Para algumas, a Conferência deveria ter sido adiada, para ser realizada futuramente, em condições mais adequadas.” (Bárbara Lopes, 13/12/2011)

34 “Tudo começou em Toronto, Canadá. Numa universidade, um policial palestrava sobre segurança no campus e afirmou que as estudantes do sexo feminino deveriam evitar se vestir como “vagabundas” ou “sluts”, para não serem vítimas de assédio sexual. As estudantes então resolveram protestar contra essa declaração. Pois o que está implícito é a cultura que responsabiliza a vítima feminina pela agressão e o conceito de mulher estuprável. Quantas vezes já ouvimos: “usando aquele short estava pedindo para ser estuprada”? Acredite, isso não é um convite para me estuprar. A primeira “Marcha das Vadias” aconteceu no início de maio [2011] e espalhou-se pelo mundo, mostrando que há muitas mulheres que não aceitam o controle social sobre seus corpos.” Trecho do post “Slutwalk – A Marcha das Vadias”, publicado no blog no dia 26/05/2011, de autoria de Bianca Cardoso. Disponível em: <<http://blogueirasfeministas.com/2011/05/slutwalk-marcha-vadias/>> <último acesso em 24/01/2012>



Ilustração 7: Blogueiras Feministas, juntamente com Kamayura Saldanha, coordenadora de gênero e etnia da ABRAÇO (Foto publicada no blog, post do dia 12/12/2011)

Quando da mudança do cargo de ministra da Secretária de Políticas Especiais para Mulheres (SPM) de Iriny Lopes para Eleonora Menicucci, também houve o convite por parte da SPM às Blogueiras Feministas. Nesta situação foram duas participações distintas, visto que houve primeiramente uma coletiva para a imprensa, e foi enquanto tal que a SPM fizera o convite, e no dia seguinte a posse oficial de Eleonora Menicucci. Durante a coletiva de imprensa eu fui a única participante presente, pois em meio às trocas de e-mail de última hora ocorridas no início da manhã poucas pessoas chegaram a ficar sabendo do convite feito às pressas para a entrevista coletiva chamada para às 10:30 da manhã do mesmo dia. Já na solenidade oficial, outras blogueiras puderam participar, tendo direito a uma entrevista em seu gabinete ao fim de todos os compromissos oficiais, juntamente com mais duas jornalistas, uma da Folha de São Paulo e outra do Correio Braziliense. Um post foi publicado em conjunto acerca dessa conversa com Eleonora Menicucci, relatando a experiência de participar do evento, e de terem sido reconhecidas pela ministra quando tiveram a oportunidade de a interpelarem. O do post “Blogueiras Feministas na posse de Eleonora Menicucci” (Anexo B), publicado do dia 14 de fevereiro de 2012, também trazia na íntegra a rápida entrevista que fizeram, alguns trechos dessa publicação seguem abaixo:

“Da solenidade de posse, seguimos para o almoço no palácio do planalto, e participamos na SPM da cerimônia de transmissão de cargo. No evento, Eleonora novamente discursou e em homenagem ao movimento feminista disse que fez questão de se vestir de lilás. Concluídas as formalidades, conseguimos cumprimentar a nova ministra nos apresentando como blogueiras feministas. E para a nossa feliz surpresa, a ministra que parecia exausta, em meio ao assédio da multidão, abriu um sorriso pra gente, levantou os braços e vibrou: “eeeeeee, as blogueiras.

Finalmente chegamos ao auge do nosso dia, conseguimos participar de uma coletiva com a nova ministra. Segue a entrevista na íntegra:

(...)

BF: Nós gostaríamos de saber se tem alguma coisa que a senhora não falou ainda e que gostaria de falar para todas as pessoas.

Ministra Eleonora: Primeiramente gostaria de dizer que vocês são muito simpáticas e que as portas estarão sempre abertas para vocês. Gostaria também de dizer que continuem fazendo o controle social. Vocês estão entendendo o que eu estou falando? O bom controle social.

Sáimos confiantes da entrevista. O dia 10/02 é um dia que ficará marcado para nós Blogueiras Feministas, como um dia de esperança muito especial. Estamos na torcida e desejamos muito sucesso e realizações à nova ministra!”.

O bom controle social. Essa foi a expressão utilizada pela nova ministra ao se referir à atividade das Blogueiras Feministas. Aquelas Bfs que ali se encontravam sabiam das diversas polêmicas midiáticas que a SPM havia enfrentado em 2012, sabiam de todo o esforço que tiveram quando, por exemplo, do posicionamento da SPM frente à peça publicitária da marca Hope³⁵, da defesa pela MP 557³⁶, e do posicionamento contrário frente ao Estatuto do Nascituro³⁷. Em todas essas situações e em outras tantas, a participação da blogosfera feminista foi intensa, servindo como contraponto.

35 A peça publicitária da empresa de lingerie, a modelo Gisele Bündchen “ensina” como as mulheres devem comunicar más notícias. Representando a cena com roupa, sendo essa a forma errada, e apenas de lingerie, a forma correta. A SPM entrou com pedido de suspensão da peça ao CONAR – Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária, pedido este que após análise não foi acatado.

36 No dia 27 de dezembro de 2011, a Medida Provisória 557 foi publicada no Diário Oficial, com objetivo de instituir o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento de Gestante e da Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna. A medida foi duramente criticada por diversos setores do movimento feminista principalmente em função da inclusão do termo nascituro em sua redação.

37 “Tramita na Câmara dos Deputados o Projeto de Lei 478/2007, que cria o Estatuto do Nascituro. Sua base ideológica é a de que, desde a fecundação do óvulo pelo(s) espermatozóide(s), o amontoado de células geradas nesse primeiro estágio deve ser considerado como um ser humano. Definido como: ”o ser humano concebido, mas ainda não nascido”, incluindo os seres ”concebidos in vitro, mesmo antes da implantação no útero da mulher” Trecho do post “Estatuto do Nascituro: como garantir uma mulher-incubadora”, publicado em 21/06/2012. Disponível em : <<http://blogueirasfeministas.com/2012/06/estatuto-do-nascituro-como-garantir-uma-mulher-incubadora>> último acesso em 20/01/2013.



Ilustração 8: Blogueiras Feministas e a ministra Eleonora Menicucci no dia de sua posse na SPM (Foto publicada no blog, post do dia 14/02/2012)

Essas foram suas principais participações offline, além dos dois Encontros Nacionais realizados, o primeiro encontro ocorreu em São Paulo, nos dias 23 e 24 de outubro de 2011, o segundo em Brasília, já ao fim de 2012, nos dias 1 e 2 de dezembro. Ambos seguiram a mesma dinâmica, em que o primeiro foi dedicado à mesas temáticas, o segundo à discussão interna somente entre as participantes presentes, o objetivo desse segundo dia foi no primeiro encontro destinado principalmente a estabelecer metas de atuação para dali em diante, seja na rede ou fora dela; já no segundo foi marcado por uma avaliação das ações engendradas e de possíveis modificações internas ao grupo.

A programação do primeiro dia do evento segue abaixo:

Mesa 1 – Comunicação: A Voz das Mulheres

- Bia Barbosa (Intervozes)³⁸
- Lurdinha Rodrigues (Instituto Patricia Galvão)³⁹
- Natalia Viana (Publica)⁴⁰

38 Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação Social é uma organização que trabalha pela efetivação do direito humano à comunicação no Brasil. www.intervozes.org.br

39 O Instituto Patricia Galvão é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, sediada na cidade de São Paulo e que tem por objetivo desenvolver projetos sobre direitos da mulher e meios de comunicação de massa. www.patriciagalvao.org.br

40 A Pública é uma agência independente de jornalismo investigativo sem fins lucrativos e de livre reprodução de conteúdo (creative commons). www.apublica.org

- Sueli Carneiro (Geledés)⁴¹

Mediação: Maria Frô

Mesa 2 – Políticas Públicas: Feminismo é política!

- Tatau Godinho (SPM)⁴²

- Laura Cymbalista (PSOL)⁴³

- Fabiane Pitanga (Casa Viviane dos Santos)⁴⁴

Mediação: Cynthia Semiramis

O segundo encontro foi realizado em Brasília no início de dezembro de 2012. Foi um momento importante de reflexão quanto ao progresso e desenvolvimento que ambos os espaços estavam tomando. Uma das principais resoluções desse momento foi a decisão de moderação dos 3 primeiros posts publicados por novas/os autoras/es, para que a publicação não fugisse do controle em relação aos feminismos que ali se pretendia adotar. Ou seja, o grupo estava crescendo e podia-se perder o controle do conteúdo publicado, visto que o aceite ao grupo, e a disposição para escrever em determinada data eram até então os únicos pré-requisitos para se publicar no blog.

Mas dentro do ciberespaço continuavam atuando, a lista de discussão seguia como de costume com uma quantidade exorbitante de postagens por dia, os posts continuavam sendo publicados, e as blogagens coletivas organizadas.

A lista é o espaço de maior dinamicidade, de interação cotidiana cujo fluxo de conectividade já foi exposto acima. Uma média de quase 100 e-mails por dia são enviados, como início ou resposta aos tópicos abertos, que vão desde discussões de cunho pessoal, como ajuda em determinadas questões familiares ou profissionais, passando pelo debate de atualidades como notícias veiculadas na mídia, até discussões de cunho acadêmico em que se discutem autores e obras. Inicialmente as mensagens tinham um tom bastante confessional, situações pessoais eram expostas e tinha-se o apoio e solidariedade por parte das/dos outras/os participantes. Ao longo do tempo tais mensagens diminuíram, mas não perderam a força ou presença. Eram elas que

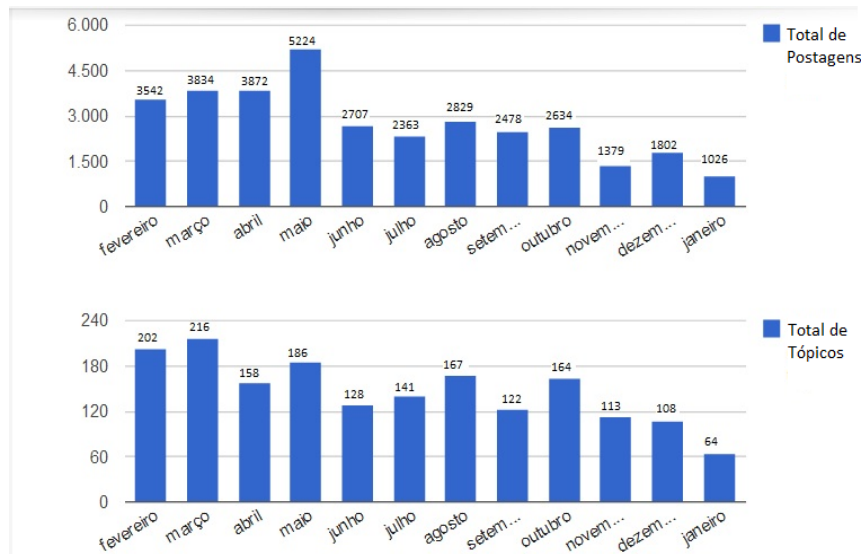
41 Geledés Instituto da Mulher Negra é uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral. www.geledes.org.br

42 Secretária de Políticas para as Mulheres

43 Partido Socialismo e Liberdade

44 Instituído com o propósito de combater, prevenir e enfrentar a violência doméstica contra as mulheres.

comunicavam a faceta que de outra forma não seria possível, a de se conhecer os meandros offline de quem ali participava online. Essas mensagens confessionais serão abordadas no capítulo seguinte. Por ora, segue um gráfico gerado pela própria plataforma do *Google Groups* sobre o grupo, referente ao ano de 2012, deixando ver a quantidade de tópicos e fios topicais (aqui como total de postagens)⁴⁵.



II

ustração 9: Gráficos que ilustram a quantidade de tópicos e fios topicais ao longo do ano de 2012.

Tal como fora falado acima as Blogueiras Feministas são apenas mais uma possibilidade de comunidade virtual feminista criada ao longo desses dois anos de campo. Seja em formato de comunidades no Facebook ou de listas de seguidoras do Twitter, ou mesmo blogueiras que individualmente teceram e constituíram sua rede. A comunicação entre essas redes contudo acontece, de forma que o coletivo Blogueiras Feministas por vezes é chamado a se posicionar enquanto unidade, e não como soma de pluralidades como exposto acima quando da análise das novas possibilidades de enfrentamento do backlash. Nesses momentos, contudo, aparecem algumas dissonâncias, visto que o discurso por vezes é focado como um grupo capaz de atuar em bloco, por outras faz-se o esforço para novamente comunicarem sua proposta tanto de feminismo plural proveniente do desejo pelo debate visto que criado como um grupo de discussão. Os momentos em que são chamadas a se posicionarem, a emitirem notas de repúdio ou a publicarem posts enfocando a questão que seja da ordem do dia, portanto, deixa claro algo que nem sempre é vislumbrado da

⁴⁵ O *Google Groups* não permite que sejam gerados gráficos tais como esse para períodos maiores que 12 meses de forma que os dados referentes a 2011 não poderiam ser atingidos com tanta clareza.

mesma proporção por todos, como seria de fato, impensável. Para muitos, portanto, exercem uma função jornalística, inclusive, como demonstra a nota abaixo que foi publicada na revista Caros Amigos. A foto foi enviada por uma das participantes à lista.

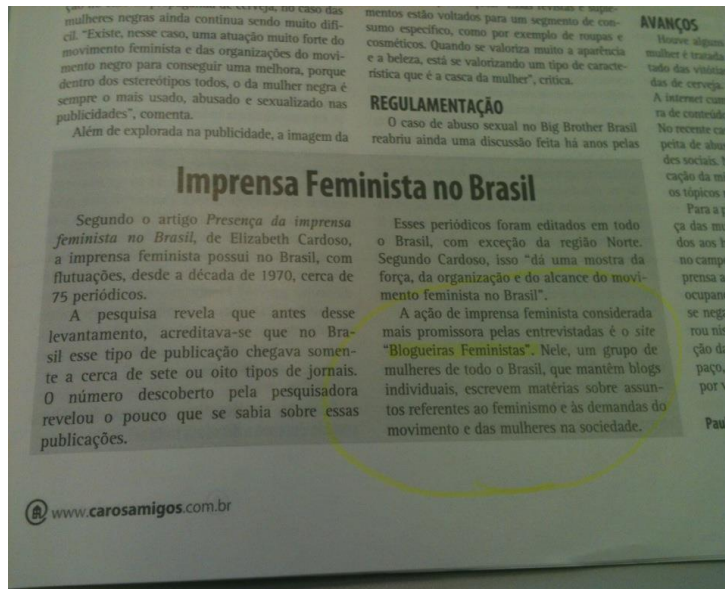


Ilustração 10: Nota sobre as BF publicada na revista Caros Amigos, fotografada por uma participante e enviada à lista.

Nina Madsen, representante do CFEMEA – Centro Feminista de Estudos e Assessoria, foi uma das palestrantes que compunham a mesa do primeiro dia de debates do II Encontro Nacional, Nina chamou a atenção para o eco produzido pelas BF, questionando se elas⁴⁶ tinham ciência da dimensão do que era produzido. Em suas palavras:

“Primeiro queria agradecer o convite. Eu leio vocês, eu não sei se vocês tem consciência da dimensão do que vocês estão produzindo. Vocês estão produzindo uma militância de um jeito diferente, vocês estão construindo um feminismo de uma maneira diferente, uma maneira diversa e super atual pela rede, de uma maneira horizontal, aberta, com possibilidades de dissonâncias e dissidências, eu acho isso muito bacana. E tem um eco, o que vocês estão produzindo ecoa de uma maneira muito forte nos movimentos e em uma militância mais clássica, digamos assim” Nina Madsen, II Encontro Nacional, 2/12/2012.

Para além dos possíveis efeitos do que Nina chama de militância segundo os padrões clássicos, cabe aqui questionar os efeitos frente a militância realizada nos mesmos moldes, a militância via internet. Dois exemplos são bastante interessantes para elucidar essa perspectiva

⁴⁶ Utilizo aqui apenas o feminino pois na ocasião haviam apenas mulheres presentes.

unitária percebida eventualmente, uma necessidade de se posicionar, mas uma necessidade que parte de outrem, pois lhes é demandado determinada posição. O primeiro exemplo é referente ao *Femen Brazil*⁴⁷ e o outro diz respeito ao caso de estupro ocorrido entre índias guarani kaiowas. Foram dois casos de *flames*, ou seja de momentos de conflitos, que como exposto acima no capítulo 1, acabam incorrendo na discussão propriamente do sentido do grupo.

O tópico intitulado “Femen Brasil” contou com um fio topical de 217 mensagens de 48 pessoas, e iniciou-se a partir da publicação de uma matéria jornalística comentando o ritual de iniciação do coletivo oriundo da Ucrânia. A primeira resposta ao tópico foi dada por Liliane Gusmão, moderadora da comunidade das BF no Facebook, relatando que um outro coletivo dessa mesma plataforma teria entrado em contato, via comunidade do Facebook, questionando quanto ao posicionamento e opinião das BF em relação ao *Femen Brazil*. Ao fim de seu e-mail perguntava: “Vamos nos posicionar quanto a esse assunto?”, e logo em seguida colava a mensagem que fora recebida sem assinatura, segue abaixo:

“Olá Blogueiras!

Acompanho sempre vocês e admiro muito as postagens!

Minha mensagem é para saber se vocês tem alguma posição em relação ao Femen BR e a Sara Winter, percussora do movimento no Brasil.

Há uma entrevista com ela no programa De frente com Gabi e outra que aconteceu no dia 13/08/2012 no programa Super Pop que ainda não ficou disponível no youtube.

No nosso grupo, discutimos muito sobre os dizeres da Sara e sobre os objetivos do Femen, chegamos a conclusão de que o Femen tem sido exposto como representante legal do Feminismo brasileiro, sem mesmo ninguém te-lo elegido como tal. Caso queiram ver toda repercussão que teve, acessem [aqui](#)

O fato é que eu gostaria de saber a posição do Blogueiras feministas quanto a este fato (se tiverem). Todas as publicações tanto aqui [página do Facebook] quanto no blog mesmo surtem muito efeito, e acho que se faz necessário um bom entendimento quanto ao Femen BR. Espero ter passado minha ideia de forma esclarecedora. Fico à disposição para uma resposta positiva ou negativa.

Desde já, obrigada!”

Abaixo seguem algumas mensagens trocadas:

⁴⁷ Femen é um grupo de ativistas originalmente criado em 2008 na Ucrania, o movimento se espalhou mundialmente, e seus protestos são marcados por apresentarem os seios nus e terem como uma de suas principais bandeiras o fim do turismo sexual. O Femen Brazil constituiu-se em 2012, após uma brasileira ter tido contato com o grupo e se anunciado como porta-voz do mesmo no país. www.femenbrazil.com

“Liliane, acho que não rola da gente ter uma posição sobre o Femen, porque o BF é enorme, né? E como a gente costuma respeitar as opiniões individuais das participantes, acho que não cabe uma opinião do grupo.” (Bianca Cardoso, 15/08/2012)

“Agora, ainda sobre o que disse a Bia, tem uma diferença ENORME entre o BF e o Femen Br em termos de gestão: nós somos um grupo aberto, assumidamente diverso em relação a nossas opiniões, e autogestionado. O Femen Br é um grupo fechado, com uma linha muito clara de argumentação/etc., personalista, hierárquico e gestionado de outra forma. Sendo assim, acho que nossas conclusões e críticas podem e DEVEM ser direcionadas ao Femen Br enquanto grupo (melhor até do que continuar personalizando na Sara, me parece).

Bia, eu acho que por mais que a gente seja um grupo diverso, tem duas coisas que todas nós consideramos intoleráveis e que eu não vi até hoje ninguém discordar no grupo: homofobia e racismo. O Femen Br tem dado declarações homofóbicas e racistas. Se é consenso entre as BF que isso é problemático e merece crítica pública, vejo muito sentido sim na gente soltar uma nota falando em nomes das BF enquanto grupo.

Ou então nada do que a gente fez até agora enquanto grupo valeu, já que somos tão diversas assim a ponto de aceitarmos racismo e homofobia.

Beijo” (Tamara Freire, 15/08/2012)

“Mas, como a Marília disse, o primeiro passo é distinguirmos o Femen do Femen BR. Isso é fundamental. E levando em consideração o espírito (esprit?) de grupo que xs BF's têm, eu diria que não faz sentido nos posicionarmos, enquanto grupo, sobre se a achamos "A" ou "B" do Femen, mas sim, podemos e devemos tocar no assunto em posts (Deborah, se você quiser, super topo participar do post de segunda).” (Maíra Kubik, 15/08/2012)

Ao longo da discussão, uma postagem a respeito do posicionamento de algumas integrantes das/dos BF era pensado. E diversas vezes foi pautado a desconfiança frente à visibilidade dada pela mídia ao FemenBr como se não houvessem outros coletivos feministas, e se o FemenBr fosse, assim, o representante legítimo do feminismo atual no Brasil. Surge, então, a dúvida: em que consiste esse neofeminismo que dizem as integrantes do FemenBr propagar? Depois de várias mensagens com indicações de algumas perguntas que poderiam ser enviadas a representante do movimento ucraniano no Brasil, e em seguida publicadas junto ao post como contraponto, decidem que o melhor a fazer era não tocar no assunto, não aumentar a visibilidade conferida ao grupo que não era consenso apoiar. Os comentários então passam a divergir de forma mais radical, como Marília que diz que pessoas com posturas tais como a da representante do FemenBr jamais serão

suas companheiras, e outras como Nessa Guedes que a acham apenas ingênua, cabendo às BF, por exemplo, pegá-la pela mão e mostrar outras possibilidades do feminismo, opinião endossada por Tâmara Freire:

“Ainda assim, obviamente que é um perigo ter alguém assim sendo representante de um grupo feminista que tem ganhado tanto espaço na mídia, mas eu acho que o que nos cabe enquanto grupo é questioná-la, tentar entender do que ela está falando, se tivermos abertura, convidá-la para partilhar das nossas reflexões (o "pegar pela mão" que alguém aí citou) e apontar em uma carta, um texto no nosso blog, porque o femembr não nos representa.” (Tamara Freire, 16/08/2012)

Em seguida, citando uma mensagem já enviada Marília se questiona acerca da razão mesma de existência de um grupo tal como o BF, visto que fora colocado por uma das participantes que militância não se faz de modo online, somente offline. Diz ela:

““Eu sou das antigas, acho que ações, marchas, intervenções a gente se organiza com diversos setores para poder fazer, acho que isso fortalece e ajuda na luta pela emancipação das mulheres, acho que debate político não se faz com tuíte cam, via email e afins, se faz em congresso, encontros etcetcetcetc, por que aí tu consegues elaborar e organizar os debates, do jeito que está fica só o ataque e afins.” [Citação mensagem enviada pela Luka, (14/08/2012)]

Daí eu tenho que discordar da Luka. Debate político se faz em congresso, encontro, assembleia, partido, mas se faz TAMBÉM em twitcam, email, listas, FB. Ou então estamos fazendo que catzo aqui? Rs” (Marilia, 16/08/2012)

As mensagens seguem, dialogam sobre a representatividade ou não que o FemenBr pode apresentar às diferentes mulheres. pois se o Femen não as representa, não significa que outros modelos de feminismo o façam. De forma que preferem, então, esperar para soltar qualquer nota que as posicione de alguma forma, pois são conscientes de que ainda que tal grupo não as represente, ele pode, sim, representar a outras, e segundo Jeanne “As pessoas se identificam com diferentes formas de militar, não dá pra gente dizer o que é mais ou menos feminista.” (16/08/2012). Apesar de nenhuma nota oficial, nenhum posicionamento enquanto grupo ter sido tomado, algumas e alguns participantes chegam a publicar em seus blogs pessoais considerações acerca do grupo, de sua concordância ou não com determinados ideais e posturas adotados. Divulgam, assim, o que escreveram na lista, por vezes, agradecendo como o faz Maíra Kubik que atesta que sem as discussões que participou na lista não teria sido possível formular seu texto publicado em seu blog pessoal. Marília e Jeanne dão prosseguimento:

““Eu já acho complicado as BF darem uma resposta ao Femen não por que elas são um grupo fechado, mas porque nós somos um grupo aberto. Portanto, um comunicado dessa natureza em nome do coletivo não é muito a cara de como nós,

enquanto grupo, costumamos agir.” (Jeanne, 16/08/2012)

“Total de acordo (...) . Tem muitos feminismos por aí (e por aqui, entre as BF) que não me representam, rs.

"eu sou do Blogueiras Feministas, mas não acho que o grupo deveria ser responsabilizado pelo que falo no meu blog pessoal."

Mas aí é que eu acho que o Femen Br e o BF são diferentes. Porque o BF não publica declarações, não tem estrutura centralizada/hierarquizada, não tem uma linha definida mesmo que haja consenso (ou quase isso) em alguns pontos e bandeiras. E a proposta do BF é justamente essa. Isso está longíssimo de ser o caso do Femen Br. No Caso do Femen Br, me parece, faz sentido sim criticar essa pessoa que até agora tem sido o próprio Femen Br, pelo que publica pessoalmente e tal. Se você, Bia, fosse "a cara das BF pro mundo", e escrevesse notas em nome das BF, etc. daí eu acho que caberia o mesmo tipo de crítica, manja? Mas não é. A nossa forma de agir e a proposta do grupo são outras, então acho que sua comparação não funciona...

Beijocas” (Marília, 16/02/2012)

A ideia de flame exposto acima é útil de ser aplicada nesse momento, e é visível nessa última mensagem de Marília, pois segundo sua conceituação diz que é de uma discórdia que iniciam-se discussões acerca do que vem a ser o próprio grupo, e o que aqui se parece estar tentando fazer é justamente isso, tentam conceituar-se a si mesmas. O tópico foi ativo por mais de um mês, com postagens quase diárias que discutiam histórias e estórias⁴⁸ do grupo Ucraniano que eram divulgadas pela mídia. Após um longo intervalo, no dia 3 de outubro, a discussão é retomada, mas não mais com o mesmo entusiasmo e urgência de posicionamento. Isso já havia sido pauta, e a decisão fora a de nada fazer em função da natureza diferente de ambos os grupos, não cabendo, assim, qualquer tomada de posição como coletivo naquele momento. Seis meses depois, nos dias 17 de agosto, e 20 de agosto de 2012, contudo, em função do grupo FemenBr continuar recebendo grande atenção midiática com uma superexploração da imagem da pessoa que tinham como líder, as Blogueiras Feministas decidem, então, pela publicação de dois posts, cujos títulos são “Nosso Brasil se escreve com S, e nosso movimento não é assim não”⁴⁹ (Anexo C), e “Carta a Femen Br”⁵⁰ (Anexo D). Nesses dois escritos, questionam o propagado discurso neofeminista defendido pelo grupo de matriz ucraniana, e na carta, se posicionam de forma outra, de forma a se diferenciar, pois havia o

48 Estórias, pois um falso sequestro de uma das integrantes do Femen Br ocupou grande espaço da mídia à época, sendo desvelado em seguida.

49 Disponível em <[http://blogueirasfeministas.com/2012/08/nosso-brasil-se-escreve-com-s-e-nosso-movimento-nao-e-
assim-nao](http://blogueirasfeministas.com/2012/08/nosso-brasil-se-escreve-com-s-e-nosso-movimento-nao-e-assim-nao)> último acesso em 20/01/2013

50 Disponível em <<http://blogueirasfeministas.com/2012/08/carta-ao-femenbr/>> último acesso em 20/01/2013

medo de serem relacionadas a um movimento tido por elas e eles das BF, como confuso e contraditório ao que defendiam como feminismo.

Outro exemplo de uma solicitação externa que resultou em uma flame interna foi o caso divulgado pela grande mídia dos estupros em aldeias guarani-kaiowas, próximas da cidade de Iguatemi, no Mato Grosso do Sul⁵¹. Com relação a este caso o trajeto das cobranças se deu da seguinte forma, o caso foi divulgado por alguns setores da mídia, alguns posts foram escritos em blogs pessoais de militantes feministas ou não, participantes ou não das BF. Um desses blogs publicou o post intitulado “O silêncio feminista sobre o estupro da índia Kaiowá e Guarani”⁵², neste texto havia uma crítica em relação ao suposto silêncio que a blogosfera feminista estava apresentando diante dos fatos divulgados, algo que contrastava com o habitual. Em suas palavras:

“Amanhã completa 8 oito dias do ocorrido e 8 dias de silêncio feminista nas redes sociais. Somos conhecidas por sermos aguerridas e barulhentas, por vezes obsessivas diante de casos que nos revoltam. (...) Infelizmente, para o caso de Maria as feministas parecem não ter nada a dizer. Talvez o feminismo que estamos construindo por meio das redes sociais, das "Marchas", dos grupos de gêneros, em fim, este “feminismo inovador”, tão celebrado por seus métodos, não tenha nada a dizer às indígenas, às negras, às moradoras de rua, às dependentes químicas (...). Talvez tenhamos inovado no método, mas continuamos com deficiência de conteúdo e de diversidade.

As protagonistas do ciberfeminismo (na sua maioria branca, universitária de classe média) reclamam do machismo, ficam revoltadas quando humilhadas por algum troll-testosterona que as desqualifica no facebook. Se canga do machismo é pesada pra você, se coloque na pele das índias, das negras e outras mulheres que vivenciam e conhecem a face letal do machismo e da intolerância.

(...) Esta mulher sobre a qual nós "feministas modernas" estamos nos calando, cuja biografia não é marcada por contribuições intelectuais ao discurso feminista, como a da Simone Beauvoir, nem pelas controvérsias em torno do neofeminismo da desinformada Sarah Winter (Femen Brazil); mas cuja trajetória de luta e violência diz muito sobre nossas origens e nossas ambições feministas. (...)” (Blog Geni Joga Pedra, 30/10/2012)

Um dia após publicação desse post no blog Geni Joga Pedra, um tópico é iniciado na lista, divulgando uma carta que demandava por assinaturas, essa carta seria entregue à SPM e ao governo federal denunciando os casos de estupro que seguiam acontecendo nos arredores das aldeias guarani kaiowas. Bia questiona à lista quanto a possibilidade de publicarem a carta no blog das BF, visto que, diversas mensagens, por e-mail e pela página do facebook, foram enviadas questionando se as

51 http://www.cimi.org.br/site/pt-br/?system=news&conteudo_id=6583&action=read <<acessado em 20/01/2013>>

52 <http://genijogapedra.blogspot.com.br/2012/10/o-silencio-feminista-sobre-o-estupro-da.html> <<acessado em 20/01/2013>>

BF haviam lido o post exposto acima, e qual seria então a atitude tomada diante do caso. Expõe ainda seu desconforto frente a tais críticas, que são endossadas por algumas outras mensagens enviadas à lista em seguida:

“Confesso, que sempre me dá preguiça esse tipo de crítica, porque ao invés da pessoa chegar com uma proposta de blogagem coletiva ou de divulgação de um texto como essa carta, ela reclama do silêncio de um movimento que não é unificado e nem tem porta voz. Porém, vi muita gente aqui do grupo reproduzindo e compartilhando o texto, então acho que para algumas pessoas isso pode ser mesmo uma maneira de fazer um mea culpa, não sei.” (Bia, 01/11/2012)

““Sabem, eu fico #chatiada com esse tipo de críticas que fazem em relação a nós... fica parecendo que somos só umas meninas brancas de classe média brincando de fazer feminismo...”

Sou muito privilegiada -- nunca sofri violência doméstica, nunca sofri "de fato" a ameaça de um estupro, nunca precisei fazer um aborto, e, na área em que trabalho, praticamente não há diferenças salariais entre homens e mulheres. Fora o fato de eu ser branca, de classe média, cis e hétero. Que motivos eu teria para estar na luta? Só o fato de eu achar um absurdo as mulheres serem assediadas na rua e no ambiente de trabalho? Não, não é isso. Estou na luta muito mais pelas outras mulheres do que por mim. Por todas as que sofrem com a opressão machista. Estou na luta por uma sociedade melhor, para tod@s.

Então por favor não venham me falar sobre o meu "silêncio" em um caso específico (sobre o qual nem tomei conhecimento), como se eu não me importasse com as mulheres índias, ou negras, ou trans*, ou quaisquer outras que são mais oprimidas do que eu.” (Le Howes, 01/11/2012)

Uma participante questionou, ainda, se ela poderia assinar o documento enquanto parte das BF, visto que não estava vinculada a nenhuma outra instituição ou grupo organizado.

“Eu acho legal publicar no blog, até para dar mais visibilidade para o caso, porque a maioria das pessoas que eu vi no Facebook não estava sabendo disso.

PS: Teria problema assinar como das Blogueiras Feministas? Porque eu vi alinos nomes que geral está colocando as instituições de que participam, e eu não participo de nenhuma instituição. Poderia colocar Paula Penedo, Blogueiras Feministas ou seria melhor só o meu nome mesmo?” (Paula Penedo, 01/11/2012)

O silêncio que em tese estavam corroborando não parecia ser endossado pelas participantes, seja por estarem elas vinculadas a outros coletivos que há muito acompanhavam a situação das mulheres indígenas, ou por estarem cientes da situação por que passava a população guarani kaiowas daquela região⁵³. No próprio blog das BF havia sido publicado o post “A resistência dos

⁵³ A ameaça de despejo da comunidade indígena Guarani-Kaiowá, da aldeia de Pyelito Kue/Mbarakay, que vive no município de Iguatemi, Mato Grosso do Sul (MS), resultou em uma carta de resistência dessa comunidade. O caso tomou grandes proporções nas redes sociais, ao ponto de diversas pessoas passarem a assinar “Guarani Kaiowa”

guarani-kaiowá e de outros povos indígenas” (Anexo E) no dia 25 de outubro de 2012⁵⁴, antes dos casos de estupro serem divulgados, mas já demonstrando que a situação não estava sendo completamente ignorada como estavam sendo criticadas. De toda forma, no dia 2 de novembro um outro post foi publicado “O estupro e a ameaça aos Guarani-Kaiowá”⁵⁵,(Anexo F), que levava ao fim a carta e as assinaturas obtidas até então.

Caracterizadas e concebidas enquanto horizontais e não hierárquicas, as BF pretendem, assim, não só discutir, como divulgar, e agir frente o que seja da ordem do dia. E quando não o fazem prontamente são chamadas a fazê-lo. Ações que propaguem a ideia e que desnudem o termo. Ainda no início da formação do grupo houve a tentativa de se mudar o nome do grupo, visto que o entendimento ainda era em função de se ter um blog pessoal, como no início dessa breve trajetória exposta. A ideia foi descartada quando se entendeu que potencialmente todas são blogueiras e que o termo “feminista” tinha de estar presente como ação política. O comentário de Mariana Alves deixando claro:

“Só faço questão que continue feminista. Eu preciso que a minha filha de 16 anos se sinta confortável em se denominar feminista. Preciso que o termo seja usado seriamente, responsavelmente.

Por mim podia ser simplesmente Feministas. Se vocês quiserem complemento, ótimo. Mas o que me trouxe aqui foi a militância feminista e a pecha negativa do termo, que eu estou disposta a trabalhar pra mudar.” (Mariana Alves, 12/12/2010)

Hoje, surgiram a partir das discussões na lista, algumas ramificações, como os blogs: FemMaterna, que reúne mães que se questionam a respeito da educação de suas filhas e filhos a partir de uma perspectiva feminista, o Feministas na Cozinha, blog de troca de experiências culinárias sustentáveis, e o Biscate Social Club que se apresenta mais como experimento literário de algumas autoras, em prol da liberdade sexual feminina.

junto de suas identificações online, a fim de dar visibilidade ao caso.

54 <<http://blogueirasfeministas.com/2012/10/a-resistencia-dos-guarani-kaiowa/>>

55 <<http://blogueirasfeministas.com/2012/11/o-estupro-e-a-ameaca-aos-guarani-kaiowa/>>

6. O dizer de si e dos outros: considerações acerca do sofrimento social, violência estrutural e feminismo

6.1 Da Antropologia da Experiencia ao Sofrimento Social

A formulação do que pode ser chamado de *Antropologia da Experiência* data de 1982 a partir de considerações de Victor Turner acerca da obra do pensador alemão Wilhem Dilthey (Bruner; Turner, 1986). À época, Turner escrevia de forma independente sobre o tema e foi, dessa forma, por muitos interpretado como uma continuação de sua trajetória, contrária à ortodoxia do modelo estrutural funcionalista, com seus modelos estáticos dos sistemas sociais. Dilthey exerceu influencia sobre Turner a partir do seu conceito de experiência, como aquilo que *has been lived through*, ou seja, a realidade experienciada de forma primeira, a partir tanto da cognição e da razão como também da expectativa e dos sentimentos, sem esquecer da própria reflexão acerca das ações e sentimentos. Considera-se, portanto, um *self* ativo, um indivíduo que não só se engaja, mas modela suas ações. Dessa forma, a Antropologia da Experiencia lida com a forma como os indivíduos experienciam suas culturas, como os eventos são recebidos pela consciência. (1986:4)

Mas como seria possível ultrapassar a barreira da individualidade da consciência? De acordo com Dilthey, por meio das expressões da vida social, que nada mais seriam que a experiência encapsulada de outrem, ou nas palavras de Turner secreções cristalizadas de uma experiência humana outrora vivida (1986:5). A fim de melhor definir o que vinha a ser tais expressões, Dilthey diferenciou “experiencia” de “uma experiência”, a primeira sendo uma experiência individual dentro de um fluxo temporal, enquanto a segunda era caracterizada como uma articulação intersubjetiva da experiência, tendo, assim começo e fim, podendo, então, ser moldada enquanto uma forma de expressão como um artesanato, poesia, narrativas, festas dentre outros.

Uma outra pergunta, contudo, se impôs, como seria a relação estabelecida entre experiência e formas de expressão? Segundo Dilthey, elas formariam um círculo hermenêutico de mútua dependência, uma relação dialógica e dialética, pois a experiência é culturalmente construída, enquanto o entendimento que se faz dela pressupõe a própria experiência. É importante frisar, como faz Dilthey que alguns textos (ou outras formas de expressões) são mais esclarecedoras que os eventos cotidianos no entendimento da experiência, justamente por serem mais complexos, ou mais intensos, que a vida ordinária; nesse ponto Dilthey dá o exemplo de Hamlet.

A partir do fragmento abaixo é possível entender a distinção que se almejava estabelecer

entre a realidade, a experiência, e sua expressão, assim como sua importância para as Ciências Sociais:

A distinção crítica aqui é entre realidade (o que está realmente lá fora, o que quer que seja), experiência (como esta realidade se apresenta para a consciência), e expressões (como a experiência individual é enquadrada e articulada). Em uma história de vida, como eu indiquei em outro lugar (...), a distinção entre a vida como foi vivida (realidade), a vida como foi experimentada (experiência), e a vida como foi contada (expressão). (...) Existem lacunas inevitáveis entre realidade, experiência e expressões, e a tensão entre elas se constitui em uma problemática chave na antropologia da experiência. (Bruner,Turner 1986:6) (Tradução minha)⁵⁶

Pegando novamente o exemplo de um texto, este jamais poderia ser considerado como algo isolado, pois nele estaria contido uma atividade processual, seja na forma verbal ou na ação narrada. É, de fato, real, a partir de pessoas e situações reais em determinada cultura de dado período histórico. As expressões, assim, são pequenas unidades da experiência socialmente construídas por unidades de significados. Ainda que seja importante considerar os limites das formas de expressões já que são arbitrariamente delimitadas dentro do fluxo mnemônico, de forma que aspectos são enfatizados enquanto outros são esquecidos.

Na vida real todo começo tem seus antecedentes, e um fim não significa que o tempo parou ou que o acontecimento acabou. Nós criamos unidades de experiência e significado a partir da continuidade da vida. Toda narrativa é uma imposição arbitrária de significado no fluxo da memória, em que nós enfatizamos algumas causas e descontamos outras; isto é, toda narrativa é interpretativa. O conceito de uma experiência, então, tem uma dimensão temporal explícita em que nós vivemos ou passamos por uma experiência, e que depois se torna autorreferencial na narrativa.” (Bruner,Turner 1986:7)(Tradução minha)⁵⁷

Mesmo a experiência temporal não pode ser assim experienciada, visto que a própria observação do tempo fixa a atenção, interrompendo o fluxo da experiência e levando à reflexividade, momentos estes em que a mente torna-se consciente de si. Conquanto, a vida seja um fluxo, experienciá-la dessa forma não é possível pois todo momento observado torna-se um momento lembrado. (1986:8) O fato de serem isolados, e conterem início e fim é justamente o porquê de as formas de expressões serem mais acessíveis ao etnógrafo, ainda que não signifiquem,

56 “The critical distinction here is between reality (what is really out there, whatever that may be), experience (how that reality presents itself to consciousness), and expressions (how individual experience is framed and articulated). In a life history, as I have indicated elsewhere (...), the distinction is between life as lived (reality), life as experienced (experience), and life as told (expression). (...) There are inevitable gaps between reality, experience and expressions, and the tension among them constitutes a key problematic in the anthropology of experience.” (Bruner,Turner 1986:6)

57 “In real life every beginning has its antecedents, and an ending does not imply that time has stopped or that the event is over. We create the units of experience and meaning from the continuity of life. Every telling is an arbitrary imposition of meaning on the flow of memory, in that we highlight some causes and discount others; that is, every telling is interpretive. The concept of an experience, then, has an explicit temporal dimension in that we go through or live through an experience, which then becomes self-referential in the telling.” (Bruner,Turner 1986:7)

necessariamente, um fácil início de trabalho e análise. Outro ponto importante acerca das formas de expressão é a significação nativa atribuída, visto que são articulações, representações e/ou formulações da própria experiência. As unidades básicas de análise são assim estabelecidas emicamente, coerentemente baseadas em significados compartilhados.

Mesmo se os acontecimentos em uma expressão não são contíguos no tempo e no espaço, eles têm uma coerência baseada em um significado comum. O processo interpretativo, entretanto sempre opera em dois níveis distintos: as pessoas que estudamos interpretam sua própria experiência em forma de expressões, e nós, por nossa vez, por meio do nosso trabalho de campo, interpretamos estas expressões para um público de outros antropólogos. Nossas produções antropológicas são as nossas histórias sobre as histórias delas; nós estamos interpretando as pessoas assim como elas estão interpretando elas mesmas. (Bruner;Turner 1986:10) (Tradução minha)⁵⁸

A antropologia da experiência, assim, se opõe aos binarismos, pois considera as pessoas como agentes ativos do processo histórico do qual fazem parte. Logo, apesar de o volume organizado por Victor Turner e Edward Bruner (1986) tratar de expressões “em grande escala”, não se pode esquecer, como pontua Bruner no capítulo inicial, de que as pequenas performances da vida cotidiana são também possíveis de serem problematizadas a luz dessa perspectiva.

Indivíduos, organizações sociais e culturas não são óbvios mas são problemáticos e estão sempre em produção. Mudança cultural, continuidade cultural, e transmissão cultural ocorrem simultaneamente nas experiências e expressões da vida social.” (Bruner;Turner:12) (Tradução minha)⁵⁹

A temática da diferenciação entre o ordinário e o extraordinário é abordada por Roger Abraham (Bruner;Turner,1986). Na sua perspectiva, o fato de se considerar seriamente a experiência eleva o domínio do ordinário a um novo universo, em que o aqui e o agora são legítimos, e não mais precisam ser relacionados a um planejamento sancionado, a partir da figura do divino. A cultura, assim, atingiria um outro patamar de significação, visto que estaria presente em qualquer ato de sociabilidade, na experiência em si, como acima exposto naquilo pelo que se passa.

O termo experiência é problematizado pelo autor, pois haveria, segundo ele, a necessidade de se encontrar uma outra linguagem que desse conta de celebrar o espírito humano, e de se ter

58 “Even if the events in an expression are not contiguous in time and space, they do have a coherence based on a common meaning. The interpretive process, however always operates on two distinct levels: the people we study interpret their own experiences in expressive forms, and we, in turn, through our fieldwork, interpret these expressions for a home audience of other anthropologists. Our anthropological productions are our stories about their stories; we are interpreting the people as they are interpreting themselves.” (Bruner;Turner 1986:10)

59 “Selves, social organizations and cultures are not given but are problematic and always in production. Cultural change, cultural continuity, and cultural transmission all occur simultaneously in the experiences and expressions of social life.” (Bruner;Turner:12)

sempre em conta o monitoramento dos termos e conceitos básicos utilizado por uma disciplina profissional, no caso a Antropologia. Por muito tempo, *civilização*, *progresso*, e mesmo *cultura* levaram esse fardo, e ainda que diversos autores tais como Erving Goffman e o próprio Victor Turner tenham buscado por esse termo capaz de provar a própria vitalidade, ele não viria a partir de cima, não seria dado, viria do platô, do vivido. E a experiência daria conta desse continuum da ação, da própria continuidade do vivido tal como registrado e filtrado contextualmente.

Tais palavras chaves, ou metáforas de raiz (usar alguns nomes pelos quais tais termos sagrados foram discutidos no passado), devem conter tanta integridade e valor que podem ser empregadas, defendidas em seu uso, resgatadas e re-resgatadas pelo espírito que reside nelas. Se tivermos tal termo, ele é definitivamente “experiência. (Bruner;Turner:47) (Tradução minha)⁶⁰

Ainda assim, vale ressaltar, como o faz o autor, que a própria noção de experiência e a procura pela realização de uma Antropologia da experiência só é possível em função dos códigos com que surgiu, provenientes da modernidade, em especial da modernidade como vivida nos Estados Unidos da América. É crucial o entendimento e a clareza com que são expostos os argumentos, pois deixa ver o quão lúcido é o começo da empreitada. Assim, segundo Abrahams, a “experiência” do contexto estadunidense é tomada como aquela em que há certa representatividade. E é esse o perigo. Pois não se poderia expandir tal percepção de forma que desse conta de qualquer contexto, assim ter-se-ia um consenso não acordado, que serviria apenas aos hedonistas, por exemplo, pois considerariam a experiência apenas em situações de êxtase. O que se defende sendo justamente o contrario, voltar o interesse para a experiência cotidiana, até mesmo para os fatos mais entediantes. Pois a experiência contém ações ordinárias, das que perpassam a casualidade à fatalidade, a cultura estando, assim, não somente nas atividades singulares, mas em suas conexões entre o cotidiano e essas práticas mais enquadradas, intensas e estilizadas - ainda que gravitem por uma “tipicalidade”, de forma que seja possível tomar a experiência individual não como especial ou original, mas como parte de um processo que permite, inclusive o reconhecimento como membro de um grupo geracional, uma rede, uma comunidade.

Tal delonga na explicação da abordagem da Antropologia da Experiência se faz necessária, visto que ela servirá de base à proposta do Sofrimento Social, ainda que, contudo, não seja tratada em detalhes pelos autores que a ela fazem referência, como Veena Das, Athur e Joan Kleinman. Outra perspectiva interessante e de suma importância é o paradigma do *embodiment* tal como abordado por Thomas Csordas.

60 “Such key words, or root metaphors (to use some names by which such god terms have been discussed in the past), must contain such integrity and value that they can be employed, defended in their use, redeemed and re-deemed for spirit that resides within them. If we have such term, “experience” is surely it” (Bruner;Turner:47)

Aproveitando do que fora pensado na teoria da prática por Bourdieu e pela fenomenologia de M. Ponty, Thomas Csordas, em seu livro *Corpo/Significado/Cura* (2008), procura por meio de alguns ensaios testar um paradigma para a interpretação dos sentidos de “ser humano” que seja capaz de dar conta tanto do vivido e suas transformações quanto do culturalmente estabelecido, do compartilhado e dos significados já sedimentados. Em outros termos, o autor busca um paradigma que englobe tanto o que é sentido quanto o que é refletido e, mais ainda, o faça de uma posição aquém das dicotomias clássicas entre experiência e linguagem, sujeito e objeto, corpo e mente. Entendendo por paradigma uma perspectiva metodológica consistente que visa encorajar a releitura de dados existentes e propor novas questões para a pesquisa empírica, Csordas argumenta que o corpo humano é um importante objeto de estudo para a antropologia, mas que o paradigma da corporeidade pode ser elaborado para o estudo da cultura e do sujeito. Propõe, assim, uma abordagem que vai da antropologia psicológica em direção à fenomenologia, partindo da premissa metodológica de que o corpo não é um objeto a ser estudado em relação à cultura, mas é o sujeito da cultura; em outras palavras, a base existencial da cultura. A partir dessa perspectiva é possível diluir a dualidade comumente erigida entre estrutura e prática, e mesmo, corpo e intelecto de forma que “os objetos culturais (incluindo sujeitos) são constituídos e objetivados, não nos processos de ontogênese e socialização das crianças, mas no fluxo e na indeterminação em curso da vida cultural adulta.” (Csordas, 2008:146). É a consciência através do corpo, um corpo socialmente informado.

Como, então, relacionar *embodiment* e a Antropologia da Experiência? Tomando o corpo como base existencial da cultura, infere-se que a evolução cultural e corporal são simultâneas, de maneira que a cultura propriamente é em função do corpo. Todos os sentidos informando a forma de percepção do objeto, a experiência. O Sofrimento Social parte deste ponto, pois é justamente porque há uma existência que se propõe a maneira de abordagem do sofrimento através da etnografia da experiência. A compreensão do sofrimento, assim, pretende-se integral e não dicotômica, perpassada por todos os sentidos. O vivido tentando romper com as ideias das representações, ou mesmo até com a perspectiva estruturalista de análise. Ao invés de se focalizar as estruturas elementares do pensamento, focaliza-se o dia a dia, a forma específica com que se dá a ordinariade do cotidiano. E o meio de acesso a tais questões que importam dar-se-ia somente pela etnografia. Podendo-se, assim, traçar uma linha entre corpo-existência-etnografia da experiência.

Arthur Kleinman e Joan Kleinman (1991) argumentam nesse sentido, definindo sofrimento como:

Sufrimento pode ser definido pelo registro histórico e trans-cultural como um aspecto universal da experiência humana no qual indivíduos e grupos tem que suportar ou passar por certas formas de fardos, problemas e sérios ferimentos ao

corpo e ao espírito que podem ser agrupados de diversas formas. (Kleinman,Kleinman;1991:280) (Tradução minha)⁶¹

Acrescentam, ainda, o quanto os antropólogos teriam acesso privilegiado à forma como as doenças são uma realidade socialmente construída. Tal acesso privilegiado por meio da etnografia, contudo, não os diferenciaria da trivialização da experiência de outrem – como o fariam alguns profissionais da área da saúde tanto criticados. O autor e a autora chamam a atenção para o fato de que da mesma maneira como outras áreas de pesquisa se apropriam da experiência alheia, o mesmo se faz na Antropologia (apesar do esforço presente da desconstrução). Haveria uma pretensa superioridade moral da disciplina, sem perceber que ela também trabalha com classificações, que muitas vezes articula questões que não dizem respeito a certo contexto. A transformação dessa experiência efetuar-se-ia pelos exemplos etnográficos narrados, deslocando as pessoas à teoria, de forma a fazer caber, incorrendo, assim, em uma caricatura da experiência (1991:276). Para escapar de tal ameaça, deveria o pesquisador manter o foco contextual nas categorias de experiência próxima. Definir quais são as características de máxima relevância, qual o aspecto cuja relevância se sobrepõem nos processos e formas da experiência. Perceber o que está vitalmente em jogo. A diferença estaria, também, na proposta e não só na forma ou processo da etnografia. Saber, por exemplo, que o sofrimento está dentro de uma perspectiva que pode ser ampliada sem desconsiderar as subjetividades individuais. Processos que estão interconectados, não podem ser abarcados como fenômenos isolados⁶².

Isso significa dizer, o fluxo de experiência não é o produto de uma natureza humana (personalidade, instinto, etc.), mas a condição para seu surgimento tanto como compartilhada como culturalmente particular, e portanto longe da agência determinativa que foi alegada por psicanalistas, behavioristas cognitivos, ou a maioria dos demais teóricos psicológicos. (Kleinman, Kleinman, 1991: 278) (Tradução minha)⁶³

Em suma, então, o que está em jogo para certos homens e mulheres em mundos morais locais oferece um exemplo do tipo de categoria que consideramos crucial para avançar uma etnografia da experiência. (...) Estes aspectos identificáveis da experiência sugerem outras categorias que devem informar nossas etnografias. (op.cit.:279) (Tradução minha)⁶⁴

61 “Suffering can be defined from the historical and cross-cultural record as a universal aspect of human experience in which individuals and groups have to undergo or bear certain forms of burdens, troubles and serious wounds to the body and the spirit that can be grouped into a variety of forms.” (Kleinman,Kleinman;1991:280)

62 Quanto a este ponto, Ceres Victora (2011b) alerta para o perigo ético, pois “um dado descontextualizado fica corrompido no seu significado e compromete a validade na pesquisa qualitativa, o que é eticamente inaceitável.” (idem,p.110)

63 “That is to say, the flow of experience is not the product of a human nature (personality, instinct, etc.) but the condition for its emergence as both shared and culturally particular, and therefore far from the determinative agency that has been claimed by psychoanalysts, cognitive behaviorists, or most other psychological theorists.” (Kleinman, Kleinman, 1991: 278)

64 “In sum, then, what is at stake for particular men and women in local moral worlds offers an example of the type of category we regard as crucial for advancing an ethnography of experience. (...) These

Para uma etnografia da experiência, o desafio é descrever a elaboração processual do sofrimento, do suportar, do agüentar a dor (ou perda ou outra tribulação) no fluxo vital de compromissos intersubjetivos em um mundo local particular. O etnógrafo precisa prender-se à relevância prática primordial da experiência para aqueles que participam dela, para quem algo crucial está quase sempre em jogo. Ao mesmo tempo, o etnógrafo precisa lutar para não desumanizar o fluxo sentido das experiências vividas por meio de desconstruções profissionais que são totalistas e desse modo alegam um conhecimento absoluto, não posicionado a respeito de determinantes e efeitos. (...) O etnógrafo deve ter cuidado para não criar um fim que é artificial, uma ilusão de uma finalidade que não deve ser encontrada no espaço intersubjetivo, onde os ecos de memórias corporificadas reverberam mesmo depois de uma morte. O ícone do construtivista cultural pode ser uma caracterização da experiência desumanamente produzida, assim como uma lâmina histológica de um patologista. (Kleinman,1994:190) (Tradução minha)⁶⁵

Em outro momento, Arthur Kleinman (2006) volta sua atenção ao mundo moral, àquele que incorpore os comprometimentos específicos de cada contexto, à moralidade implícita de éticas locais determinadas. Tomando como exemplo a ética estadunidense, como Abrahams fizera acima, chama a atenção para como é constante a negação dos limites e da vulnerabilidade existencial, como se de alguma forma essa ficção construída pela modernidade fosse materializada. A mensagem seria, portanto, para voltar-se à dimensão ordinária da incerteza, do infortúnio, da carência⁶⁶.

Neste ponto, uma questão é colocada, pois qual seria a contradição existente em se pensar o sofrimento tanto enquanto dimensão ordinária, como base existencial da cultural tal como Csordas, e também como construída, como agora é colocado por Kleinman? A resposta é a de que não há propriamente uma contradição, há apenas uma terceira dimensão que aponta para a experiência cotidiana que acaba por constituir algo real. O que está no corpo não representa uma marcação, mas uma vinculação da experiência culturalmente informada. A construção em si se coloca como dimensão ordinária, ainda que por vezes seja negligenciada na análise. Dessa forma, dever-se-ia rechaçar a ideia de somatização, no que concerne à doenças e sofrimento, por exemplo,

recognizable aspects of experience suggest other categories that must inform our ethnographies.” (op.cit.:279)

65 “For an ethnography of experience, the challenge is to describe the processual elaboration of the undergoing, the enduring, the bearing of pain (or loss or other tribulation) in the vital flow of intersubjective engagements in a particular local world. The ethnographer needs to fasten onto the overriding practical relevance of experience for those who engage in it, for whom something crucial is almost always at stake. At the same time, the ethnographer must struggle not to dehumanize the felt flow of lived experience through professional deconstructions that are totalistic and thereby claim an absolute, unpositioned knowledge of determinants and effects. (...) The ethnographer must be cautious about creating an end that is artificial, an illusion of a finality that is not to be found in intersubjective space, where the echoes of embodied memories reverberate even after a death. The cultural constructionist's icon can be inhumanely artifactual a characterization of experience, then, as is pathologist's histological slide.” (Kleinman,1994:190)

66 Teresa Carreteiro (2003) também atenta para o que chama de “lógica da invisibilidade do sofrimento”. Em que “Os afetos, frutos do processo de exclusão, são relegados a passar por um processo que pretende apagá-los, anulá-los, enfim, torná-los inaudíveis” (2003:60). Esse processo de silenciamento dos afetos contaria também com a participação das instituições e dos sujeitos individuais e grupais.

pois a a própria ideia de somatização pode ser vista como uma apropriação profissional dos sujeitos, mantendo ainda a dicotomia da psiche e do corpo. A mesma crítica pode-se fazer à perspectiva das representações sociais, por elas se afastarem das práticas de forma a se configurar como coisas distintas. (Coker, 2004).

6.2 O cotidiano e as diversas formas e dinâmicas da violência

Em um volume intitulado *Violence and Subjectivity* (2000), organizado por Veena Das e Arthur Kleinman, a forma como forças sociais acabam se convertendo em violência política e como isso afeta as subjetividades é abordada em diversos artigos que versam sobre áreas consideradas propensas à violência. Buscando tratar acerca dos processos de atualização da violência, esse conjunto de artigos pode ser pensado como exposição da não linearidade entre um dado enredo social e as ações sociais que nele se desenvolvem. A violência, além de produzida, é também consumida e, a partir de então, desse contínuo corrente de violências, surgem novas noções de limite em dado mundo moral local. Sendo importante, contudo, ressaltar que tais localidades não são naturalmente imunes à violência, mas sim que diante da situação presente, um futuro comum para tais pessoas se impõe forçosamente como proveniente de uma recriação da própria ideia de violência.

A criação contínua de novos contextos e a remoção súbita do acesso a contextos estabelecidos definem a maneira pela qual violência e subjetividade tendem a se tornar mutuamente implicadas no mundo contemporâneo. (Das;Kleinman, 2000:2) (Tradução minha)⁶⁷

Tomando o sofrimento social como os resultados dos prejuízos causados por forças sociais sobre a experiência humana, o sofrimento em si é encarado como efeito de uma violência social, violência sobre uma ordem moral, portanto. Essa perturbação pode vir, contudo, também dos agente e instituições que, em tese, são pensados, criados e organizados para aplacar problemas, assim, situações de conflito podem, igualmente, advir do próprio governo. E também nas respostas agenciadas à tais problemas causados de cima encontramos, outrossim, o sofrimento social. Assim sendo, pode-se pensar o sofrimento social como uma abordagem para um fato que pode se caracterizar tanto quanto sofrimento coletivo como também individual, que estabeleça conexões com dimensões outras, econômicas, políticas, culturais, etc. O fenômeno enfocado como sofrimento social pode ora recair sobre a vida de um ou de muitos. Sendo a contribuição da antropologia olhar

⁶⁷ “The continuous creation of new contexts and the sudden removal of the access to established contexts frame the manner in which violence and subjectivity tend to become mutually implicated in the contemporary world.” (Das;Kleinman, 2000:2)

para este fenômeno e chamar a atenção para as vinculações entre diferentes esferas que levem a esse grande apanhado que se denomina como sofrimento social.

O próprio modo com que se lida com o sofrimento é também construído, é variável, e está dentro de moral e éticas próprias. O sofrimento social constrói inconscientemente um discurso de viabilidade de existência no presente. Uma mostra disso são as comunidades quilombolas, passíveis de serem pensadas tanto no registro do extermínio (por aqueles contrários a demarcação de suas terras, por exemplo) como também no registro de sua permanência e resistência (por parte daqueles que lutam pelos seus direitos); ou mesmo o terror estadunidense que se fez presente nos últimos anos frente à expectativa de ameaça terrorista. Um outro caso exemplar é examinado por Ceres Victora (2011) no que concerne à comunidade Charrua em Porto Alegre, que se constrói sobre uma narrativa que vai contra o extermínio e que enfatiza a sobrevivência, por sua vez. Neste último caso, ao tomar o contato travado entre os indígenas e as instituições e agentes sociais e políticos, a autora chama a atenção para o que denomina como políticas e economias da vida, o mundo social (2011:5).

A ideia de políticas e economias da vida (...) parte do pressuposto de que as questões políticas e econômicas estão interligadas inexoravelmente e não podem ser dissociadas da saúde, da doença e do sofrimento, sugerindo assim a impossibilidade de dissociação das dimensões públicas e privadas da experiência. (Victora,2011:16)

De acordo com Victora, tais instituições e agentes do Estado ao passo que representam faceta importante na procura pelo cumprimento de direitos básicos dessa população, um outro lado se mostra como mais um polo de tensão, incorrendo assim em mais violência e sofrimento dela decorrente. Tal resposta burocrático-institucional e seus efeitos na vida das pessoas, sendo por vezes, ainda mais prejudicial, é algo que já havia sido tratado por Veena Das e Arthur Kleinman (2001), como aponta a autora.

Já Paul Farmer (1997) diz que é sabido que o sofrimento existe, ainda que este seja individualmente percebido, sentido e reconhecido. Alguns tipos de sofrimento são, contudo, tido como consensuais, tal como aqueles advindos da tortura, da doença, ou de um estupro por exemplo, assim como aqueles derivados de injustiças institucionalizadas tal como o racismo e o sexismo. A partir desse consenso acerca de algumas formas de sofrimento, colocam-se algumas indagações, quais sejam, é possível, definir, então, se há, e quem são aqueles e aquelas mais vulneráveis a eles? Há como se comparar as formas de sofrimento? Quem é mais resistente a ele? Qual forma é mais perniciosa? De acordo com o autor, o/a cientista social que toma para si tais questionamentos como

norteadores de suas pesquisas enfocam, assim, tanto experiências individuais como matrizes de larga escala social que, a posteriori, são percebidas como problemas na esfera individual.

Outra pergunta, então emerge, de que forma tais forças sociais – desde a pobreza ao racismo – são corporificadas nas experiências individuais? Segundo ele, ainda que as experiências de sofrimento sejam percebidas por todos, não há como transpô-las em estatísticas ou gráficos, dessa forma a "textura" dessas aflições seriam melhor percebidas por meio dos detalhes extraídos da história individual, de biografias pessoais. Tais histórias ilustrariam alguns dos mecanismos pelos quais as forças de larga escala são capazes de moldar a superfície do sofrimento individual de forma dura e afiada. Essas formas de sofrimento são estruturadas historicamente e, por diversas vezes, economicamente. Uma espécie de conspiração entre processos históricos e forças sociais que se expressam rigidamente seja por meio de rituais ou do cotidiano, de forma a submeter a agência. Para muitos dos interlocutores do autor, as escolhas ao longo da vida foram estruturadas pelo racismo, pelo sexismo, pela violência política e pela pobreza extrema. Os pobres, segundo ele, seriam, assim, não só são aqueles mais vulneráveis ao sofrimento decorrente da violência estrutural, como também aqueles cujo sofrimento mais é silenciado.

Enquanto algumas formas de sofrimento são facilmente observáveis, outras formas, como a decorrente da violência estrutural, tem como faceta mais visível sob QUEM mais facilmente recaem. Quem são os indivíduos que melhor descreveriam tal forma de violência. De acordo com Farmer, é, justamente, o sofrimento daqueles "distantes", seja pela geografia, pelo gênero, pela raça, ou pela cultura. É o sofrimento que menos afeta o outro, digamos, visto que este não faz parte desse universo. Um sofrimento que não só não pode ser objetificado, pois não pode ser traduzido em fatos puros, como também pertence àqueles cujas vozes não foram e não são ouvidas, ou há tempos são continuamente silenciadas. O estudo de alguns casos em particular revela o sofrimento individual, nos remetem ao ocorrido a uma ou a muitas pessoas, mas para explicar tal forma de sofrimento, a biografia individual em detalhes deve ser contraposta ao pano de fundo maior da cultura, da história e da política econômica específica. Essa é a única forma de se atribuir representatividade aos casos que a princípio são percebidos como isolados, é no entendimento dessas forças maiores, globais, que o caso individual pode ser apropriadamente interpretado. Todo esse entendimento do contexto local deve, portanto, ser levado em consideração quando da descrição do local do trabalho de campo do pesquisador.⁶⁸

68 Um bom exemplo dessa descrição do trabalho de campo, de biografias individuais e da relação com violências estruturais pode ser encontrado em outro escrito do próprio Paul Farmer (2009b).

Em outro momento, Paul Farmer (2009a) chama a atenção para a variedade das trajetórias de violência estrutural e para como definições estreitas de violência focada somente na força física ou ações coercitivas estatais podem acabar omitindo outras formas de violência. Essas que são excluídas da vista são falsamente interpretadas como não tendo relação direta com a vida diária de pessoas e comunidades, apesar de terem efeitos perversos seja nas chances de sobrevivência de alguns indivíduos, como também nas oportunidades de bem estar seja emocional ou físico. Como os trechos abaixo descrevem:

A trajetória da violência estrutural varia de nação para nação, de localidade para localidade, assim como o mix de forças de larga escala responsáveis por estruturar o acesso desigual a bens e serviços, impedindo os meios para manter ou até mesmo melhorar o destino de alguém, e sistematicamente operando para produzir desconforto, doença e morte. (Farmer;2009a:158) (Tradução minha)⁶⁹

A história de Daniel, sua mãe e irmão⁷⁰, e seus sonhos e reais tentativas de vir para o norte refletem o drama de forças sociais que os esmagam, forças que eles suportam, mas mal conhecem, exceto visceral e emocionalmente. Para aqueles privilegiados em considerar e contextualizar como essas grandes forças estruturais se articulam complexamente com indivíduos comuns e com a vida comunitária, é necessário fornecer um diagnóstico, mas também apoiar esforços para acabar com estas estruturas de opressão. (id.ibidem:178) (Tradução minha)⁷¹

Atendendo para o termo “áreas propensas à violência” como a introdução da obra referida acima (Kleinman;Das,2000) expõe, é relevante pensar acerca dessa dita propensão, ou exposição à violência, para daí refletir sobre as diversas formas em que esta pode se apresentar. Arthur Kleinman (2000) no artigo “The Violence of Everyday Life” discute as terminologias utilizadas para tratar da violência. Considera necessária a reanálise das taxonomias correntes que ainda dicotomizariam a experiência, sendo, assim, inadequadas no trato dos múltiplos efeitos e experiências do sofrimento.

Taxonomias atuais da violência – pública versus doméstica, usual versus violência política extrema – são inadequadas para entender tanto os usos da violência no mundo social quanto a multiplicidade de seus efeitos nas experiências de sofrimento, coletivo ou individual. A etnografia da violência social também envolve as dinâmicas sociais de práticas diárias como o local apropriado para entender como ordens maiores de forças sociais vêm junto com micro contextos de

69 “The trajectory of structural violence varies from nation to nation, from locale to locale, as does the mix of large-scale forces responsible for structuring unequal access to goods and services, forestalling the means to maintain or even better one's lot, and systematically operating to produce discomfort, illnesses, and death” (Farmer;2009a:158)

70 Neste artigo (2009a), Farmer aborda algumas trajetórias de pessoas que em função da situação insustentável em que vivem na Nicarágua optam pela migração, Daniel é um deles.

71 “The story of Daniel, his mother and brother, and their dreams and actual attempts to come north reflect the drama of titan social forces pummeling them about, forces they endure but can scarcely know except viscerally and emotionally. For those privileged to consider and contextualize how these large structural forces complexly articulate with ordinary individual and communal life, it is necessary to provide a diagnosis but also to support efforts to chip away at such structures of oppression.” (id.ibidem:178)

poder local para dar forma aos problemas humanos de forma que são resistentes à abordagem padrão de políticas e programas de intervenção. (Kleinman, 2000:227) (Tradução minha)⁷²

Segundo Kleinman, o termo violência estrutural é comumente utilizado para designar aqueles que experienciam situações de violência causadas por situações de pobreza extrema, fazendo referencia às violências cotidianas decorrentes das mais diversas privações. Kleinman faz referencia a autores tais como Paul Farmer, Nancy Scheper-Hughes, e Pierre Bourdieu. Propõe, contudo, uma pequena mas substancial modificação terminológica, passando de “violência cotidiana” (*violence of everyday life*) para “violências da vida cotidiana” (*violences of everyday life*). Considerar a violência de forma plural, portanto, de maneira que abarque outras formas de violência que não aquelas sofridas somente em situação de pauperismo extremo. Argumenta ele:

Eu acredito que isto faz uma diferença, porque a violência estrutural ocorre em uma variedade de formas que afetam pessoas por toda a ordem social. Eu não contesto que a força social atinge mais brutalmente os pobres. Ainda assim as consequências violentas do poder social também afetam outros grupos sociais de formas que nem sempre são tão visíveis, talvez porque elas não são tão diretas e também, não surpreendentemente, tem menos probabilidade de serem taxadas como “violência”.⁷³ (Kleinman,2000:228) (tradução minha)

Um outro ponto acerca da violência é enfocado por Pierre Bourdieu e Loic Wacquant (2010) no que concerne ao seu caráter simbólico. Segundo os autores, assim pode-se definir como violência simbólica quando há cumplicidade. Mas é mister ressaltar o quanto o termo pode ser problemático, ao ponto de levar a questionamentos acerca da proveniência da própria violência, ou seja, se ela de fato é algo de cima, ou de baixo dentro de um sistema de hierarquia. A cumplicidade referida por eles, fora tratada inicialmente por Bourdieu na obra *O Poder Simbólico* (1998), onde enunciara que qualquer forma de dominação simbólica é baseada na pressuposição de cumplicidade por parte daqueles que são subjugados, o que não quer dizer que haja uma submissão passiva, ou um constrangimento externo que faça valer certa aderência valorativa, mas sim algo que permaneça entre esses dois polos. É uma força que há de ser reconhecida, ao passo que ignorada sua faceta arbitrária, portanto.

72 “Current taxonomies of violence – public versus domestic, ordinary against extreme political violence – are inadequate to understand either the uses of violence in the social world or the multiplicity of its effects in experiences of suffering, collective and individual. The ethnography of social violence also implicates the social dynamics of every day practices as the appropriate site to understand how larger orders of social forces come together with micro-contexts of local power to shape human problems in ways that are resistant to the standard approaches of policies and intervention programs.” (Kleinman, 2000:227)

73 “I believe, that makes a difference, because structural violence occurs in a variety of ways that affect people throughout the social order. I do not contest that social force grinds most brutally on the poor. Yet the violent consequences of social power also affect other social groups in ways that are often not so visible, perhaps because they are also not so direct and also, not surprisingly less likely to be labeled “violence”” (Kleinman,2000:228)

O reconhecimento do poder simbólico só se dá na condição de se descreverem as leis de transformação que regem a transmutação das diferentes espécies de capital em capital simbólico e, em especial, o trabalho de dissimulação e de transfiguração (numa palavra, de eufemização) que garante uma verdadeira transubstanciação das relações de força fazendo ignorar-reconhecer a violência que elas encerram objetivamente e transformando-as assim em poder simbólico, capaz de produzir efeitos reais sem dispêndio aparente de energia. (Bourdieu, 1998:15)

Bourdieu e Wacquant (2010) chamam de “falso reconhecimento” (“misrecognition”) tal aspecto da violência simbólica, visto que não se ignora o fato, mas o tem como algo pré-dado, pois ao nascer em dado mundo social, uma variedade de axiomas e postulados são automaticamente aceitos, sem qualquer necessidade de propaganda para influenciar dada situação. (2010:272). São persuasões que trabalham às escondidas dentro da dita normalidade e o são mantidas em seu nome. Segundo os autores, a dominação de gênero é a forma paradigmática de dominação simbólica.

6.3 A entrada

“Ler cada participação aqui é de máxima experiência. Ou seja, há do lado de quem lê tb a experiência, ou melhor pra mim, há “ (Sabrina Alves, 29/06/2012)

Partindo desse apanhado geral acerca do Sofrimento Social, e de sua percepção de variadas formas de violência, parto agora para as considerações acerca da entrada das pessoas na lista, por meio de suas mensagens de apresentação à lista e também durante os encontros nacionais presenciais, e em seguida à descrição de uma blogagem coletiva específica pelo enfrentamento à violência contra a mulher. Desejo com isso, retratar de forma pincelada um desenvolvimento percebido por muitas/os de suas trajetórias individuais enquanto feministas, e do próprio coletivo (lista e blog) dentro de determinada defesa feminista.

Quando da rodada de apresentações que ocorreu no segundo dia do I Encontro Nacional, uma categoria que estava diluída nos discursos de apresentação nas listas me chamou a atenção. Uma certa “chatice” era relatada em grande parte dos discursos, identificavam-se pois haviam encontrado outras/os que compartilhavam dessa mesma pecha, eram vistas/os como “chatas/os”. Um dos depoimentos nessa linha foi o de Renata Oliveira, aluna de uma das fundadoras da lista que à época lecionava um curso de formação em direitos

Ilustração 11: Meme elaborado por uma participante e divulgado na comunidade das BF da rede social Facebook

humanos, disse Renata que havia desde sempre enfrentado muita oposição frente a seus posicionamentos pessoais e sociais, não sabendo, contudo, nomear sua inquietação. A situação mudou ao ingressar no curso e descobrir que aquele incômodo tinha nome, era machismo e que sua vontade de lutar contra, sua chatice, também, era o feminismo. Já no II Encontro, outra foi a categoria de maior predominância nas falas, o aprendizado. A passagem de um momento de inclusão para outro de formação. Acredito que esse processo se deu em função do próprio desenvolvimento da lista enquanto ferramenta de discussão que progride, e avança, avançando as pautas, avançam os sujeitos que dela fazem parte, e fazem a sua parte. Pois ambos, lista e blog, são pensados enquanto auto-gestionados, ou seja, ambos são o que as/os participantes fazem dele, como muitas vezes li e ouvi em campo. Pensar o trajeto realizado entre a chatice, passando pela inclusão, chegando à formação é interessante, visto que em todas as três facetas há o elemento de difusão, pois questiona-se o incômodo comum, compartilham-se as experiências, para então aprenderem em conjunto, com o intuito de difundirem ainda mais, expandir horizontes. A percepção dessas ideias presentes nas falas leva em consideração aquilo que Joan Kleinman e Arthur Kleinman (1995:277) consideravam como o que está em jogo para as pessoas com quem convivemos ao longo de uma pesquisa. Com isso querendo dizer que:

Uma questão central de orientação na etnografia deveria ser interpretar o que está em jogo para diferentes participantes em diferentes situações. Esta orientação vai levar o etnógrafo a níveis coletivos (...) e individuais (...) de análise de interesses próximos à experiência que, nós acreditamos, oferecem um entendimento inicial mais válido sobre o que são as características sócio-psicológicas dos modos de vida nas palavras de moral local, do que as categorias profissionais sociológicas ou do que a terminologia da psicologia ⁷⁴ (Kleinman; Kleinman,1995:277) (Tradução minha)

O que estava em jogo inicialmente, quando da entrada das participantes é justamente a identificação com outras pessoas. De um estranhamento que tinham em seus círculos sociais, encontram em meio à internet a resposta, como feminismo, para suas situações de desconforto. Alguns exemplos seguem abaixo

“Olá meninas (e meninos? tem meninos nessa lista?)

Meu nome é Julia, tenho 22 anos e moro em São Paulo. :)

74 “A central orienting question in ethnography should be to interpret what is at stake for particular participants in particular situations. That orientation will lead the ethnographer to collective (...) and individual (...) levels of analysis of experience-near interests that, we hold, offer a more valid initial understanding of what are social psychological characteristics of forms of life in local moral worlds than either professional sociological categories or psychological terminology.” (Kleinman; Kleinman,1995:277)

Sempre fui "meio" feminista mas nunca havia me assumido como tal porque o senso-comum dizia que o machismo tinha morrido, blablabla, que as mulheres já tinham tudo o que queriam, blablabla, portanto não havia mais necessidade para feminismo, blablabla, e eu era uma das muitas que acreditava.

Comecei essa redescoberta há 1 ano e meio mais ou menos, ironicamente por causa de um ex-namorado machista que me fez sofrer bastante. Nunca li nenhum dos livros clássicos de temática feminista, mas acompanho vários blogs (o Blogueiras Feministas, o Blog da Lola, da Cynthia, da Mari, entre outros, esses são os que eu consigo lembrar agora), todos eles me ajudaram em vários aspectos, entre eles a dar um pé na bunda desse meu ex, a me sentir muito melhor comigo mesma, e principalmente a abrir os olhos, apurar o senso crítico e me livrar de algumas visões ditorcidas da realidade. Entretanto não sabia da existência da lista, vi hoje o link dela no blog da Cynthia. Provavelmente não vou ser uma das participantes mais ativas, mas espero conseguir participar na medida do possível. Obrigada!" (Julia, 01/04/2011)

Paula, a Renata Correa aí de cima, uma dia usou uma boa expressão para designar uma conhecida nossa: "É uma feminista que ainda não saiu do armário".

Confesso que não é simples carregar a pecha de feminista num mundo em que isso é quase um palavrão. Mas esse grupo serve principalmente para observarmos o "zoológico de feministas" (by Anarina) que estão aqui super dispostas a discutir e aprender.

Bem-Vinda! (Clara Cintra, 03/04/2011)

"Olá, pessoal!

Eu me considero feminista desde os 10 anos mais ou menos, quando comecei a ouvir Spice Girls e entender toda a ideologia do Girl Power. Resultado: passei a adolescência brigando com família e amigos porque mulheres e homens deviam dividir tarefas dentro de casa, entre outras coisas.

Mas só com este grupo eu passei a pesquisar mesmo sobre o assunto. Tenho que agradecer muito a todas vocês por tudo o que aprendi nos últimos meses. Tinha muita coisa que eu ouvia por aí e sabia que tinha algo errado, mas só com as discussões daqui eu descobri o que faltava para fechar o raciocínio. Muito obrigada mesmo.

Resumindo: estou aqui para aprender muito e me divertir com todas vocês. =)

Beijos!" (Andressa Souza, 04/04/2011)

"Olá!

Meu nome é Débora Freitas e sou de Belo Horizonte. Sou estudante de Engenharia de Computação. Faz pouco tempo que comecei a ler a respeito do feminismo e acompanho o blog desde então (aliás, já peço desculpas pela "ignorância", pois não conheço muito do assunto nem li nada das principais autoras feministas, mas estou correndo atrás! :D). Entrei nesse grupo porque quero aprender mais sobre as idéias feministas e também porque quero conversar com pessoas que pensam como eu, o que, infelizmente, é difícil de encontrar por aí... Abraços" (Débora Freitas, 01/07/2011)

"Olá,

Meu nome é Luciana Clara, conhecida geralmente só por, tenho 27 anos e moro em Belo Horizonte. Eu sou programadora e acredito e trabalho com software livre, um campo que tem muito mais homens que mulheres e desperta diversas discussões sobre interesse, preconceitos e diferenças

entre gêneros.

Eu tenho 2 irmãs pequenas, de 4 e 2 anos, e o que me deixa triste é ver que elas são influenciadas pra adotarem papéis tipicamente femininos desde já, com barbies, fantasias de bailarinas, etc além é claro da overdose de rosa.

Estou aqui porque quero discutir essas e muitas outras coisas que me afligem. Tenho gostado bastante de acompanhar o blog, principalmente porque me faz perceber que eu não estou sozinha nas minhas preocupações. Obrigada por isso!

Um abraço, Luciana Clara” (Luciana Clara, 14/02/2012)

Além de mensagens mais simples como essas que expus. Poucos não foram os casos também em que logo na mensagem inicial, um caso pessoal era, de imediato longamente exposto. Então seguindo as mensagens de apoio, por vezes sendo sugerido que um post fosse escrito, ainda que anônimo, por parte de quem relatava, para que o alcance da situação fosse maior e alguma providência de cunho mais prático pudesse ser tomado. Como o caso de Carmem, parte da corporação da PM que relata estar passando por um situação de violência institucionalizada.

“Bom dia!

Meu nome é Carmem, sou 1. tenente da Polícia Militar do Estado de São Paulo (sei que isso já vai render muita discussão e preconceito!) E por falar em preconceito, um dos pontos altos de ser PM é que eu sofro preconceito dos civis, e dentro da própria PM também! Bom, um dos motivos pra eu procurar esse grupo foi que, lendo e pesquisando na internet descobri que eu não sou o padrão de mulher "aceitável" pela sociedade e muito menos pela PM.

Eu entrei na PM em 2001 como soldado, depois prestei vestibular e em 2002 estava na Academia do Barro Branco. Lá havia muito preconceito, minha turma tem 180 homens e 33 mulheres, e, embora tenhamos prestado o mesmo concurso, fazíamos as mesmas atividades, o preconceito era nítido, mas ngm se importava, estávamos mais preocupadas em concluir o curso. Mas interessante é que toda vez que alguém ia fazer alguma matéria sobre "a mulher na PM", a orientação das Oficiais era: "existe machismo? SIM! Podemos falar? NÃÃÃÃO!"

Qdo me formei percebi que o preconceito maior era dos meus superiores. A tropa fica um pouco desconfiada, mas logo se acostuma e trata igual. Sempre rola aquele sentimento de proteção em situações mais arriscadas, mas já é uma conquista ser tratada como profissional. Mas os superiores, esses não perdoam.

Então eu fiquei grávida em 2007, obrigatoriamente passo a trabalhar na administração (restrição de serviços externos devido à exposição e ao equipamento - colete, arma, cinto preto). Fui transferida para o GRPAe (Grupamento de Radiopatrulha Aérea) e aí sim eu senti na pele todo machismo, corporativismo, preconceito, sexismo benevolente e sei lá mais quê!!!!

Eu prestei o concurso para piloto duas vezes, e nas duas fui reprovada no segundo teste psicológico (são 3). Nunca uma mulher passou dessa fase. Em 98 anos de aviação paulista e

27 anos de GRPAe nunca uma mulher pilotou. E cada vez mais eu tenho certeza que foi por machismo. Bom, mas resumindo, ano passado (2011) eu entrei com mandado de segurança contra o concurso, acabei por fazer o curso teórico, (fui retirada do curso duas vezes), fiz a prova da PM e a prova da ANAC e passei. E agora, fui TRANSFERIDA!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!!

Eles dizem que não, mas é nítido e claro que fui transferida como represália por ter sido "desobediente" e ter colocado em risco todo o concurso, a credibilidade da PM, etc e tal...

Ah, o que ninguém (na PM) entende é que eu só impetrei MS pq tinha certeza que estava apta, tinha certeza que havia algo errado no exame e depois tive certeza. Comecei a estudar o edital e aí sim descobri ilegalidades do começo ao fim! Então não acho justo que uma instituição legalista se utilize de subterfúgios para reprovar quem os "incomoda" É isso!" (Carmem, 06/02/2012)

"Carmem, bem-vinda!

Obrigada por compartilhar sua experiência. É duro saber que essas coisas existem. Por outro lado, é animador. A gente só conseguiu as conquistas que conseguiu porque mulheres corajosas deram a cara a tapa. Todo meu apoio, no que você precisar.

Abraço" (Graziela, 06/02/2011)

"Seja bem-vinda, Catherine! Parabéns pela coragem de enfrentar uma situação onde o machismo está institucionalizado. Não sei o quanto de publicidade você pode/quer dar ao caso, mas se quiser fazer um post sobre o seu caso no blog, seria ótimo. O post pode ser anônimo, mas dependendo do que você citar vai ficar claro de quem se está falando." (Viviane, 06/02/2012)

"oi, catherine! bem-vinda!

acho que tua história, assim como tantas outras aqui, só me fazem pensar como precisamos de iniciativas como esta lista. imagino que na pm as coisas não sejam fáceis para as mulheres - como em tantas outras carreiras.

puxa, espero que vc possa pilotar sim! nos deixe a par.

em são paulo temos um núcleo das blogueiras bem, hum, animado. quem sabe não nos conhecemos pessoalmente logo?

um beijo," (Ana Clara, 06/02/2012)

6.4 Blogagem Coletiva: 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher

A campanha "16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher", que tem início no dia 25 de novembro – Dia Internacional de Combate à Violência contra a Mulher –, e término no dia 10 de dezembro – Dia Internacional dos Direitos Humanos – foi criada pelos movimentos feministas e de mulheres e vem sendo realizada desde 1991 pelo Centro para Liderança das

Mulheres - Center for Women's Global Leadership, dos Estados Unidos, acontecendo em mais de 159 países. Por muito tempo, no Brasil, tal ação foi coordenada pela OnG feminista Agende - Ações em Gênero, Cidadania e Desenvolvimento, junto à várias entidades dos movimentos feministas e com apoios governamentais e de empresas privadas. Diversas atividades são realizadas nesses 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Contra a Mulher de 2011, pelos movimentos sociais e pelo poder executivo, possível de ser conferido no endereço eletrônico do [Observatório Brasil da Igualdade de Gênero](#).⁷⁵

A campanha aqui enfocada diz respeito a uma ação de intervenção online proposta pelas BF, um coletivo virtual que se configura enquanto uma comunidade especializada, na perspectiva de Manuel Castells (2003), pois trata-se de uma forma de sociabilidade construída em torno de interesses específicos. Uma forma de comunidade virtual, que como os pioneiros da análise de interações sociais na internet chamavam a atenção, mantém sua virtude de se apoiar em suportes tecnológicos que precedem a interação face a face, mas que não pode ser considerada como inferior a ela. Uma nova noção de espaço, em que físico e virtual se influenciam mutuamente, dando lugar a novas formas de socialização e organização social (2003:110). Relembrando a proposta expressa na própria página do grupo, há a intenção de compartilhar na rede a experiência de ser feminista.

O início das discussões acerca da campanha de 2011, se deu no dia 1º de novembro, quando um e-mail foi enviado pela moderadora da lista de discussões para todas as participantes da mesma com sua proposta de programação de posts⁷⁶. Uma grande discussão acerca dos temas a serem tratados, do teor, e do formato dos textos se travou a partir de então, tendo culminado em um total de 87 e-mails em 25 dias, entre 36 mulheres e 1 homem. Ao final, ficou acertado a publicação do post com a chamada para a campanha no dia 20 de dezembro, e ele segue abaixo⁷⁷.

75 http://www.observatoriodegenero.gov.br/eventos_listar

76 Os artigos, ou posts, são todos os textos publicados em um blog. São compostos por duas partes –título e corpo do artigo– e podem incluir imagens, vídeos ou outros conteúdos multimídia.

77 <http://blogueirasfeministas.com/2011/11/chamada-blogagem-coletiva-fim-violencia-contra-mulher/>

Chamada Blogagem Coletiva: Fim da Violência Contra a Mulher

No dia 25 de novembro de 1960, Pátria, Minerva e Maria Tereza, as irmãs Mirabal, foram brutalmente assassinadas a mando do ditador Trujillo. As três lideravam um movimento de libertação política da República Dominicana. Junto com seus maridos, familiares e outros participantes do movimento, **Las Mariposas** lutavam pelo fim da ditadura, da violência e pela democracia.

No Primeiro Encontro Feminista Latino-Americano e Caribenhos de 1981, a data do assassinato das Mirabal foi proposta como Dia Latino-Americano e Caribenho de luta contra a violência à mulher. Em 17 de dezembro de 1999, a Assembleia Geral das Nações Unidas declarou que 25 de novembro é o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, em homenagem ao sacrifício de Las Mariposas.

2011 foi um ano marcado pelas Marchas das Vádivas. Porém, sabemos que a violência contra a mulher não se resume apenas a violência física. Em todo mundo milhares de mulheres são vítimas de crimes e humilhações apenas por serem mulheres.

Convocamos uma **Blogagem Coletiva pelo Fim da Violência Contra a Mulher**. Dia 25 de novembro publique um post sobre o assunto em seu blog e nos envie o link. Publicaremos uma lista com todos os posts participantes na tarde do dia 25 de novembro. A hashtag que será usada nas redes sociais é: #FimDaViolenciaContraMulher



Apoiamos a campanha **Feministas em Ativismo Online Pelo Fim da Violência Contra a Mulher II** que propõe cinco dias de ativismo online. De 21 a 25 de novembro o objetivo é invadir a internet com posts, dados, artigos, fotos, vídeos e muitos mais sobre o assunto. Espalhar pelas redes a hashtag #FimDaViolenciaContraMulher. Participe da campanha! Nós participaremos no twitter e no facebook.



No blog, estamos nos organizando para publicar, a partir do dia 25 de novembro, 16 posts sobre o assunto e participar da campanha **16 Dias de Ativismo Pelo Fim da Violência Contra Mulheres**. Nossa proposta também é abarcar datas importantes dentro desse calendário:

- 25/11 – Dia Internacional Pelo Fim da Violência Contra a Mulher
- 01/12 – Dia Mundial de Combate a AIDS
- 06/12 – Campanha do Laço Branco – Homens combatem a violência contra mulheres
- 10/12 – Dia Internacional dos Direitos Humanos

Divulguem também o **Flashmob pelo Fim da Violência Contra a Mulher** que acontecerá em Porto Alegre, dia 25 de novembro.

*Imagem de destaque: **Ações do Governo da Bahia no combate à violência contra mulher**.
Foto: Delegacia de Atendimento a Mulher de Periperi de Ronaldo Silva/AGECOM no Flickr em CC, alguns direitos reservados.

Ilustração 12: Post com a chamada para a blogagem coletiva da Campanha pelo Fim da violência contra a mulher de 2011

A partir tanto da auto-apresentação do grupo como da chamada para a blogagem coletiva, pode-se perceber que tal movimentação no universo virtual se configura no que Gustavo Lins Ribeiro (2000) chamou de ativismo político a distancia. Algo que só existe em função da capacidade que as tecnologias de comunicação dispõem de produzir “testemunhos a distancia”.

Como se vê, existem duas implicações evidentes que a Internet traz para a discussão política na atualidade, ambas diferentemente vinculadas à relação informação/poder. Em primeiro lugar, pode-se fazer política internamente ao ciberespaço, política na realidade virtual. Em segundo, desde o ciberespaço a comunidade virtual pode influenciar a política no mundo real. (...) A segunda implicação traz a questão do *empowerment* de indivíduos ou grupos em face de agências e instituições políticas operando no mundo real. Aqui a grande vantagem comparativa está na flexibilidade de uma rede de 'muitos para muitos', fragmentada e disseminada em escala global. O testemunho e ativismo político a distancia de uma comunidade virtual, podem operar, independentemente, como catalisadores de uma opinião pública transnacional mobilizável rápida e simultaneamente (Ribeiro;2000:189)

Assim, no dia 25 de novembro foram divulgados 54 links para postagens individuais em blogs particulares com a temática do fim da violência contra a mulher. Essa divulgação dependia da solicitação prévia de divulgação por parte de cada blogueira ou blogueiro. Neste mesmo dia teve início a sequência de 16 posts publicados no blog coletivo das Blogueiras Feministas. Em cada texto publicado, a própria autora ou o próprio autor definia categorias que melhor descrevessem tal post, assim como determinadas *tags*⁷⁸ a ele vinculadas. As categorias listadas foram, além de

78 Tag em português significa “etiqueta”, diz respeito à palavras-chaves, ou conceitos relevantes associados à dada informação, são também conhecidos como metadados. Assim, é uma forma de organização e classificação de informações semelhantes.

violência presente em todos os 16 posts publicados: política, sexismo, corpo, sexualidade, feminismo, mídia, relacionamento, cultura, trabalho e saúde. Tendo sido “sexismos”, “sexualidade”, e “corpo” as que mais apareceram. No caso das tags a variação foi enorme, resultando em 72, cujas principais foram primeiramente “sociedade”, “televisão” e “violência doméstica”, seguidas de “estereótipo”, “preconceito”, “machismo”, “Estado”, “estupro” e “direitos humanos”, e por fim – para ficarmos somente entre os três grupos mais citados - “movimento feminista”, “fim da violência contra a mulher”, “gênero”, “lésbica”, “crime”. Outro ponto interessante diz respeito às postagens individuais divulgadas pelo blog das Blogueiras Feministas, citado acima, em que dentre os 54 links, grande maioria tratava a respeito da generalização/banalização da violência contra a mulher, sendo o segundo aspecto mais focado aquele relacionado a instituições de saúde, gravidez e puerpério.

Considerando as tags mais atribuídas, selecionei, dentre os 16 textos publicados, apenas 6, em função de sua convergência temática pautada pela mídia, seja em sua dimensão cinematográfica ou televisiva. Esta seleção busca ir ao encontro das preocupações mais eminentes do grupo, assim como prestar atenção para suas próprias categorias êmicas, tal qual a Antropologia da Experiência postula, como foi exposto acima. A mídia aqui entendida tal como Kellner (2001), cujas preocupações são tópicas e suas imagens representam “dados hieroglíficos da vida social contemporânea” (2001:9), e convergindo para o que Tania Montoro (2006) assevera acerca das imagens da vida representadas pela televisão e pelo cinema:

essas imagens, representações esparsas e fragmentadas da totalidade social, acabam construindo um todo coerente – o imaginário social por meio do qual nós percebemos os “mundos”, “as realidades vividas” dos outros, imaginariamente, reconstruímos as suas vidas e as nossas, de modo inteligível, dentro de uma totalidade vivida e vivenciada. (Montoro, 2006:21)

Gilbertas e Augustas: Violência contra transexuais

O primeiro post, que data do dia 26/11, tratou da forma como “xs transexuais só são retratads na televisão de forma agressiva e violenta”, e relatou uma cena transmitida pela Rede Record na novela “Vidas em jogo”. A cena em questão era o momento em que um filho acabara de descobrir que sua mãe (até então adotiva) era, na verdade seu pai biológico, agora uma transexual. Segundo a autora do post, foi uma cena forte, em que havia um processo de reforço da violência e do preconceito, que tendia para a espetacularização do sofrimento, deixando de lado qualquer

possibilidade de “densidade psicológica”. A autora questiona também o fato de não ter sido problematizada a reação do filho que agrediu a transexual, passando uma imagem de normalidade para o ocorrido da violência física, o extremo das formas de violência – ainda que xs transexuais passem cotidianamente por violência psicológica e simbólica. Um dos exemplos de violência simbólica pela qual passariam xs transexuais diariamente é a ausência de legislação específica que trate do nome social. Finalizando com a indagação “Por fim parece interessante, e muito representativo, que não haja um dia do orgulho trans. O que existe é o dia da 'visibilidade': elxs ainda nem são vistxs, como poderiam já se orgulhar?”

A violência da mulher pela mulher: por que é tão fácil agredir mulheres?

O segundo post, questiona o porquê da facilidade de mulheres agredirem outras mulheres, e para isso se utiliza de algumas cenas de novelas recente da Rede Globo em que “mulheres se estapeiam”. Essas cenas segundo a autora seriam aquelas que mais rendem audiência a dita emissora. Ressaltar o quanto algumas mulheres são também responsáveis por perpetuar o pensamento machista de que existem dois tipos de mulheres, em que a “direita” se sente no direito de julgar aquela que não ocupa esse lugar. Citando um trecho do texto “Ou seja, há mulheres que mereceriam vivenciar a violência e há mulheres que se sentem no direito de perpetuar a violência”. Dessa dicotomia simples, surgiriam estupradores e espancadores na visão da autora.

O papel da mídia no combate à violência contra a mulher: transgredir ou perpetuar paradigmas?

Defendendo a regulamentação dos meios de comunicação, este terceiro post expõe diversas controvérsias ocorridas em 2011. Uma linha temporal de acontecimentos de “violência velada”: Marcela Temer roubar a cena quando da eleição da presidenta Dilma Rousseff, o humorista Rafinha Bastos e sua piada sobre mulheres feias que mereceriam e deveriam agradecer quando fossem estupradas, a peça publicitária encenada pela modelo Gisele Bündchen ensinando as mulheres a utilizarem seus corpos e suas lingerie para fugirem de situações difíceis frente a seus companheiros, o quadro do programa “Zorra Total” que incita o abuso sexual em vagões do metrô, e o estereótipo da mulher mal amada, necessitada de um homem, exibida pela novela no horário nobre da televisão. “Quando pensamos em violência contra a mulher, a primeira ideia que passa

pela nossa cabeça é, certamente, a da violência doméstica. São tantas as mulheres que têm sua integridade física violada diariamente que acabamos “condicionando-nos” a conceber este tipo de violência como “padrão”. Entretanto a violência contra as mulheres é exercida de maneira bastante plural, muitas vezes camuflada em forma de propaganda, piada ou cena de novela/programa de TV. (...) As tentativas de diminuir a importância de uma mudança significativa em nossa política podem ser os primeiros passos para validar uma relação de poder norteada pela injustiça.”

Assédio sexual? Violência de gênero e relações de poder

Com a proposta de abordar o tema do assédio sexual e moral no âmbito jurídico, a autora (uma delegada de polícia mineira), faz referência ao filme estadunidense “Terra Fria”, contrapondo, então, duas críticas publicadas na internet acerca do filme. A primeira crítica é a de um blogueiro que retrata o filme como mais-do-mesmo, uma simples história do cidadão comum que busca a justiça para combater os poderosos que o subjugavam, de acordo com ele, uma das temáticas favoritas do cinema. A crítica contraposta vem de uma blogueira famosa na blogosfera que considera o filme feminista visto que denunciaria toda uma estrutura criada e usada para controle do sexo feminino. Dessa discrepância dentre as opiniões a autora do post, passa rapidamente acerca da imparcialidade das opiniões referidas, defendendo que é impossível a neutralidade quanto a isso. Em seguida, passa a descrever juridicamente o que vem a ser o assédio sexual enquanto crime penal, caracterizando todos os elementares do tipo penal a fim de completar o “quebra cabeça” que seria o crime. Elucida quais são esses elementares, discorrendo em seguida quanto às indenizações compensatórias, tradição das indenizações no país. Adiante, cita a violência moral “aquela que é mais ou menos sutil, e que coloca a carga da culpa sobre a vítima. Em certa passagem admite que já foi alvo de violência sexual, acreditando ainda que “toda mulher teria uma história de horror para contar”, ela já o tendo feito em outra oportunidade em seu blog pessoal. Dessa forma discorda do crítico que desconsidera a importância de considerar a mesma história outra vez, pois ainda há muita necessidade de debate.

Defesa pessoal: conheça sua força

“Millenium – Os homens que não amavam as mulheres” trilogia literária de Stieg Larson, cuja primeira versão cinematográfica data de 2009 na Suécia e que acabou de ser regravado, agora

em versão estadunidense é o estopim desse post que aborda a Wen Do, defesa pessoal feminista original do Canadá. Um grupo que almeja o empoderamento e a resistência das mulheres, “que elas tenham armas para se defender quando as instituições falham e a violência de gênero surge”. O lema destes grupos é: conheça sua força. Força essa que não objetiva a vitória em uma possível briga, mas sim a capacidade de desvencilhar-se de qualquer situação. Segue o texto com indicações estatísticas que demonstrariam a eficácia de se defender, uma delas, por exemplo, 68% das mulheres que se defenderam de forma física evitaram agressão sexual. Empoderamento é a palavra que delimita a narrativa do post. “Empoderamento que vem de saber-se forte, mas também saber-se ligada a outras mulheres por meio de técnicas, falas, histórias de vida. Empoderamento que, se não erradica a violência (...) ao menos dá confiança e força para seguir em frente e acreditar nos próprios recursos, sem esperar que as instituições mudem para agirmos.”

Uma série que retrata a violência contra a mulher

Um seriado que retrata histórias de crimes sexuais. Historias de crimes hediondos, que ou são baseados em fatos reais que ganharam notoriedade midiática, ou são ficções que em nada deixam a desejar à realidade. “As vítimas especiais da série não são apenas mulheres, mas não é difícil concluir que a grande maioria delas são mulheres ou meninas. Porque, bom, é assim em qualquer lugar do mundo.” Segundo a autora seria possível encontrar no programa a problematização de quase todas as formas conhecidas de violência contra as mulheres, assim como todas as formas de banalizá-la. Narra rapidamente um dos episódios exemplares, uma jovem estuprada que quando na delegacia para efetuar denúncia do caso é desacreditada pelos policiais. Ao longo da investigação, descobre-se uma testemunha do crime, uma mulher nascida no Congo, vítima de diversos estupros coletivos, que também tem seu discurso deslegitimado, pois “estaria vendo estupro em todo lugar”. Finalmente, o acusado é condenado na ficção. A autora remetendo aos seus sentimentos ao assistir o programa, de indignação pois não é só ficção, mas também realidade, faz referencia ao machismo e ao patriarcado que, segundo, ela ainda estariam presentes na sociedade ainda que esfumaçados. Mas ressalva “longe de nós querer promover um embate que coloque homens e mulheres em lados opostos, demonizando a ala masculina, mas as estatísticas não dão outros resultados, e a série, sendo baseada em situações reais, não pode retratar algo diferente”.



I
 Ilustração 13: "O que é essa terceira onda feminista?" "Pró-sexo? Pró-diversão? Feminista pró-marcha-das-vadias?" "Obrigada, obrigada, obrigada." "Vocês são antiquadas/os." Quadrinho que ilustra a mudança de algumas questões feministas frente à corrente anti-pornografia, por exemplo.

6.5 Feminismo x Sofrimento Social: articulações possíveis

Alguns trechos desses posts vieram entre aspas, para não purificar seu discurso, da mesma forma como venho tentando fazer com as mensagens trocadas na lista, a linguagem por elas/eles utilizada demonstrando ora ceticismo, ora revolta, ora empatia e por vezes esperança. Um sofrimento que não é de uma, mas de todas por todas estarem sujeitas. São elas quem melhor definem tal violência como já exposto por Farmer (1997). E da violência, tomam a luta para si, sentem a necessidade se não de contar suas próprias histórias, de se fazerem comentadoras das histórias propagadas ainda que na ficção. De combater o espúrio. Nos textos, aparecem diversos termos que não são problematizados, são expressos como do conhecimento do interlocutor, “machismo”, “patriarcado” são apenas alguns exemplos, de algo pressuposto. Podendo-se, talvez, relacionar tais mecanismos de fala com a ideia de pré-texto elaborada por Otavio Velho, valendo-se das contribuições de Paul Ricoeur, segundo ele:

Mas, como vimos, a relação entre esses vários eventos não é de mera analogia. Está mediada pelo mesmo texto e o “mesmo” *pré-texto*. É essa percepção que permite simultaneamente tratar os eventos em sua concretude – vendo-os como únicos e insubstituíveis, inseri-los na história e perceber sua relação com questões que ultrapassam as circunstâncias imediatas, as quais não são responsáveis por tudo. (Velho,1995:42)

Pode-se pensar, portanto, no feminismo como esse pré-texto informativo da interpretação do texto, nas palavras de Otavio Velho. Um feminismo não teórico, ou mais prático do que teórico, ao menos, em que a teoria talvez tenha ficado aquém do ativismo, como já questionava Adriana Piscitelli (2004). Não cabe aqui, traçar um histórico do pensamento feminista, suas ondas e reivindicações, assim como suas contendas internas. Até porque, como diz Ana Alice Costa (2009), o movimento feminista ainda que seja decretado como morto em espaços informais, ou nos meios de comunicação estariam mais vivos do que nunca. O movimento feminista, enquanto movimento social, sofreu alterações, mas essas são cotidianas, a cada enfrentamento, a cada nova demanda, em uma dinâmica que não se acompanha lado a lado por aqueles que não estão inseridos nas dinâmicas das lutas cotidianas e perenes do movimento. “No movimento feminista a dialética viaja na velocidade da luz” (Costa,2009:52). Um pré-texto que talvez se transforme em cultura política, retomando, ainda, o que Jussara Prá expôs:

Por último, é necessário enfatizar que o feminismo, por sua gênese e por suas características, situou em outros termos a questão da sociabilidade e da participação na esfera pública. A possibilidade de ter acesso a condições políticas mais igualitárias, sem dúvida gerou ampla capacidade associativa na sociedade embora nem sempre traduzida no incremento de uma intervenção política efetiva.

Seja como for, não se pode negligenciar o fato de que qualquer grupo organizado tende a ser o depositário de uma cultura política que é compartilhada e difundida por seus membros e que dá origem a uma tradição que tende a ser transmitida de geração a geração. (Prá, 2012:157)

É justamente nesse ponto referente à transmissão que se pode retomar as contribuições de Emile Durkheim (1996) no que concerne às crenças – seu caráter de sagrado, e sua gênese pela efervescência – e seu compartilhamento. E aqui, permito-me uma delonga, para demonstrar a relação pretendida entre uma forma e outra de crença e defesa.

Em “As Formas Elementares da Vida Religiosa”, Durkheim esboça uma interpretação sobre as formas de pensamento humano. Há uma articulação da teoria do conhecimento da realidade social, a qual é colocada no espaço das representações sociais para apreensão do campo simbólico. Através de uma teoria da essência da religião, Durkheim apresenta como o sistema de relações e interações compõem a realidade que define a sociedade. Esta realidade é determinada como um conjunto de fenômenos que reconhece a existência de um ser independente dos indivíduos, no qual estes estão inseridos. As categorias de entendimento são, segundo ele, o acesso às representações que os indivíduos fazem do mundo e às práticas sociais realizadas a partir de tais representações. A religião torna-se o meio pelo qual Durkheim explica a formação da representatividade social e a manutenção da ordem vigente. Ele enfatiza a necessidade de se definir um conceito de religião, para que seja possível compreender os fenômenos sociais de uma forma coerente. A religião é, portanto, exterior ao indivíduo, formada por um sistema de crenças e de práticas relativas a coisas sagradas. A compreensão da religião é possível através do entendimento primeiro de seus fenômenos elementares, seguindo para a apreensão da totalidade que tais fenômenos formam. As crenças formadoras da religião são nada mais que regras sociais que regulam as emoções e estabelecem a sociedade, sendo por esse motivo normas sagradas. A preservação das crenças ocorre através de práticas rituais, as quais promovem a coesão social e estimulam a sensação de pertencimento e de unidade nos indivíduos. Os ritos são, então, o meio pelo qual as sociedades revigoram, a intervalos regulares, suas ideias coletivas integrativas, e restauram sua moralidade.

Durkheim coloca a religião como a alma da sociedade, tendo por esse motivo a função primordial de estimular a ação, e não o pensamento. Por isso, o teórico se detém sobre as sociedades primitivas, pois considera que o fenômeno religioso se apresentará de forma menos influenciada historicamente, demonstrando o estado mais puro da religião. A religião não é redutível as características comuns que se tem em mente – por exemplo, a existência de deuses –, sua complexidade exige análises profundas para se perceber sua composição e funcionalidade. As

categorias de entendimento referidas por Durkheim são representação sociais coletivas, portanto, impessoais que revelam aquilo que é racionalizado, protegido e sacralizado pela sociedade. A razão figura como o conjunto das categorias fundamentais estruturantes da ordem social. Mas essa razão não é universal, ela está intimamente relacionada como a determinação de grupos. Cada grupo tem sua lógica de vivência e age conforme ela.

Sobre profano e sagrado, Durkheim afirma que são duas esferas antagônicas e heterogêneas. Não é possível pertencer as duas ao mesmo tempo. O sagrado é constitutivo das práticas que revestem a religião, assim sendo, o profano é afastado do homem na medida em que ele se aproxima da religiosidade. Não pretendo, contudo, fazer uma abordagem cujo enfoque seja o mesmo do adotado pelo autor, as representações sociais, o que interessa aqui são as agitações, esse estado de efervescência descrito por ele que é propício à criação e renovação de ideais. Um estado de efervescência cuja condição de possibilidade é a interação, uma interação de grande intensidade.

A única fonte de calor em que podemos nos aquecer moralmente é aquela formada pela sociedade de nossos semelhantes. As únicas forças morais que podem sustentar e fazer crescer as nossas são as que outrem nos empresta. (...) Ora, as crenças só são ativas quando partilhadas. Pode-se certamente sustentá-las algum tempo por um esforço puramente pessoal, mas não é assim que elas nascem, nem assim que se adquirem; é mesmo duvidoso que possam conservar-se nessas condições. Na verdade, o homem que tem uma verdadeira fé sente a necessidade invencível de espalhá-la; para isso sai de seu isolamento, aproxima-se dos outros, busca convencê-los, e é o ardor das convicções que suscita que vem reconfortar a sua. Ela rapidamente se estiolaria se permanecesse sozinha. (Durkheim, 1996:470)

Sendo o foco, como dito acima, as interações, há de se considerar o porquê dessas interações, portanto. O que perpassa é esse ideal, o feminismo, ainda que um feminismo divergente, em muitas situações, um feminismo plural, mas com uma matriz comum, há algo que une a lista discussão. A existência de um pré-texto na concepção de Velho (1995) é percebida, por vezes. E a renovação desse ideal, aqui, talvez possa ser considerada em momentos como o de blogagens coletivas, esse talvez seja um dos momentos rituais em que se revigora a crença, pois reforça sua necessidade, pois tratam de temas cotidianos, em que a violência insiste em aparecer. Cabendo, aqui, portanto, enfatizar alguns dos aspectos que convergem à demonstração das violências cotidianas das mulheres. E de como o feminismo ainda é percebido por muitas mulheres como uma possibilidade no enfrentamento dessas mesmas violências.

A perspectiva do Sofrimento Social, portanto, se preocupa com situações sociológicas, e recorre ao método da Antropologia da Experiência para dar conta das nuances, dualidades e contradições e incompletudes do cotidiano dos indivíduos, e dos universos morais nos quais estão

inseridos e significam o mundo. A sobreposição de camadas dando força a esse tecido analítico, é o volume que aqui dá força à fibra. O volume que não é meramente quantitativo, mas também depende do tempo para ora ofuscar, ora elucidar o que de fato está em jogo em dado contexto. As minutas da vida, as pausas também não devem ser esquecidas, pois delas também surgem tanto o significado, quanto a própria coisa. As recorrências.

Muito foi falado da importância do cotidiano, dos fatos ordinários. O ordinário, para essas mulheres e homens que se identificam como feministas dentro desse grupo, passa por uma rotina de utilização da internet composta pelo acompanhamento tanto da lista de discussão, como de seus perfis nas redes sociais, e do próprio blog. O compartilhamento é constante. E até que ponto tal superexposição das narrativas de desconforto faz com que estas pessoas se repensem no mundo? A enunciação é um engajamento, no sentido de que conecta e extrapola subjetividades, modificando-as, assim. “O novo herói da vida é o homem comum imerso no cotidiano. É que no pequeno mundo de todos os dias está também o tempo e o lugar da eficácia das vontades individuais, daquilo que faz a força da sociedade civil, dos movimentos sociais.” (Martins;2011:52)

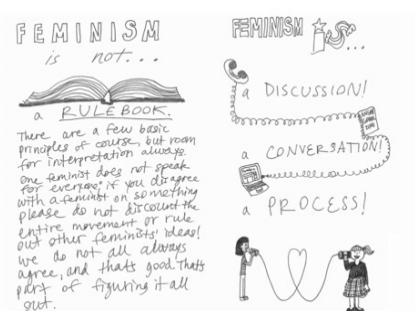
Raquel Souhiet (2009) atenta para como a imprensa em diversos casos exerceu papel de abertura de espaço, ora para a luta contra imaginário da banalidade da violência de gênero, ora, e em grande maioria das vezes, se prestou como espaço de reificação deste. Ao tratar de um caso ocorrido há alguns anos em que o humorista Millor Fernandes teria ridicularizado o movimento feminista por meio de declarações e charges, a autora relata que o que ficaria evidente é que algo aparentemente inofensivo – como a zombaria, o deboche – configura-se como forma de violência, inoculando representações com vistas à conservação do *status quo*, através da ridicularização de movimentos em prol de mudanças com relação aos papéis exercidos por mulheres e homens na sociedade. A reflexão acerca dessas formas de violência (físicas e simbólicas) que se tem desenvolvido entre os gêneros, e que incidem com maior predominância sobre as mulheres seria, portanto de suma importância. Atentar para isso diz respeito não só aos estudos de gênero, mas também ao desvendamento das relações sociais em um plano global, visto que a violência simbólica pressupõe a adesão dos dominados às categorias que embasam sua dominação, seguindo a linha bourdiana de compreensão da mesma.

O feminismo assim, “talvez tenha mudado de cara, já não “queima mais sutian”, e passou por um período de poucas manifestações nas ruas – que agora voltam a ocorrer com o entusiasmo dessas mesmas pessoas que se manifestam em rede, como ocorre na Marcha das Vadias desde o ano de 2011, por exemplo – o que não significa dizer que tenha perdido sua radicalidade, abandonado

suas lutas, se acomodado com as conquistas obtidas ou mesmo se institucionalizado”(Costa,2009:51). O post intitulado “Matriarcado.com”⁷⁹, (Anexo G), publicado no blog no dia 6 de abril de 2011, trata a respeito da porcentagem de mulheres que utilizam a internet, e de como se dá tal participação na rede. De forma que, as mulheres sendo maioria tanto na utilização da internet, como em presença nas redes sociais, e nos sites de compra online, o que, contudo, significaria essa parcela de representatividade nesse universo, pergunta a autora.

“À primeira leitura, parece empolgante. Afinal, a internet é um espaço que, por ser novo e por ser aberto, oferece uma promessa de expressão para grupos – como nós, mulheres – que não têm o mesmo espaço em ambientes tradicionais. Este blog e a lista que o originou são isso: ferramentas para a construção de uma auto-expressão feminina. Que estejamos presentes é, no mínimo, um bom começo. (...) A internet é um meio importante para a discussão, mobilização e visibilidade para as mulheres. O quadro atual pode não ser tão favorável como querem pintar – e é importante reconhecer isso para podermos mudá-lo –, mas também é preciso reconhecer algumas vitórias. Poder escrever este post é uma delas.” (Bárbara Lopes, 06/04/2011, Blog)

Talvez agora divulguem posts, discutam entre si, compartilhem suas experiências e testemunhos à distancia da tela, e nem por isso devem ser deslegitimadas/os, terem suas vozes de protestos silenciadas, menosprezadas e/ou ridicularizadas mais uma vez.



II

ustração 14: Imagem divulgada na lista. "Feminismo não é um livro de regras. Há, é claro, alguns princípios básicos, mas também espaço para interpretações. Uma feminista não fala por todas, se você discorda de uma feminista a respeito de algo, por favor não deslegitime todo o movimento ou julgue outras idéias feministas! Nós nem sempre concordamos em tudo, e isso é bom, faz parte do processo de entendimento. Feminismo é uma discussão, uma conversa, uma comunicação, um processo!"

7. Desvendando privilégios: o cissexismo

O debate feminista estende-se, para além das ciências sociais, em outro sentido. Suas premissas não são as de um projeto incompleto, de uma abertura para a diversidade da experiência social que se apresenta para ser descrita. Sua abertura é de outro tipo, sua comunidade de estudiosos constituída de maneira diversa. Afinal de contas, a ideia de um projeto incompleto sugere que a completude poderia ser possível; o debate feminista é um debate radical, na medida em que compartilha com outros radicalismos a premissa de que a completude é indesejável. O objetivo não é uma descrição adequada, mas expor os interesses que informam a própria atividade descritiva. (Strathern,2006:53)

O meu argumento será inteligível para aqueles antropólogos que há muito reconheceram que os termos que as pessoas utilizam para organizar as suas vidas não são uma mera glosa de ideologias universalmente partilhadas acerca do mundo e do lugar de cada um no seu seio, mas são de fato constitutivos de diferentes modalidades de pessoa, conhecimento e experiência. (Mahmood, 2006:132)

Uma das primeiras aparições do termo cissexismo na lista se deu ainda ao final de 2011, no tópico “As feministas e o movimento GLS”, com a participação de 23 pessoas ao longo de 65 postagens. A mensagem inicial remetia a uma dúvida de Dária Batista acerca da posição das pessoas homossexuais frente ao feminismo, iniciando sua questão com alguns relatos pessoais de situações em que notou não só uma não compatibilidade de questões, mas também uma ausência de solidariedade por parte daqueles com quem tinha tido contato, perguntava, então, à lista quais os pontos de conexão e fissura entre um movimento e outro. Deste ponto, a discussão evoluiu para a possibilidade ou não de existir homens feministas ou apenas homens com sensibilidade para a causa em função da não experiência, e então transitou-se entre os conceitos de efeminofobia⁸⁰ até o momento em que Flavia Tavares argumenta que

“o que leva ao outro comentário do Marcelo, que é dos 'gays efeminados' bem, ao meu ver o que esses gays sofrem é cissexismo porque embora não sejam pessoas que se ID como trans* são pessoas que escapam ao comportamento da sociedade cisgenera “ (Flavia Tavares, 28/11/2011)

Foi Flávia quem mais levou à frente as explicações acerca dos conceitos desde essa sua

80 “efeminofobia é um termo que está sendo cunhado agora por quem trabalha com estudos queer no Brasil e diz respeito justamente a abjeção de sujeitos de sexo biológico masculino terem atitudes/trejeitos afeminados. Tipo é aquilo: "que seja veado, que goste homem, ok, mas que desmunheque, que seja mulherzinha, dai não dá, porra!". É a estigmatização dos homossexuais afeminados e dos de preferencia passiva na relação sexual. Isso tem a ver com experiência de opressão de gênero, sim. Não é simplesmente homofobia!!!” (Francisco Borges, 28/11/2011, lista)

primeira mensagem em que introduzia cissexismo e sociedade cissexista. Apresentava tais ideias de forma, para si, bastante natural, mas suas explicações não eram compreendidas pela grande maioria de forma que achou melhor citar e recomendar um texto de sua autoria publicado em um blog gerenciado por ela que trata de temáticas ligadas à questão trans*⁸¹. Após a leitura do texto diversas mensagens foram enviadas como se, a partir de então, uma primeira compreensão houvesse sido lograda, ainda que de forma incompleta, pois dúvidas passaram a ser sanadas sempre tendo como base o texto acima citado. Mas ainda assim, nesse momento, passou a ser o texto de Flávia e suas mensagens na lista a referência de todas/os em relação ao assunto, sempre o citando em seus questionamentos. A dúvida mais premente dizia respeito a um possível novo binarismo criado com o termo, seria ou não cissexual apenas o oposto do par binário cis/trans*sexual? Segue uma de suas respostas em relação a isso:

“Relacionar com a criação de um novo binarismo ao meu ver é incoerente porque o termo logra denunciar justamente a discriminação direcionada a pessoa não binárias. O termo cissexismo existe porque existem pessoas que discriminam pessoas (em grande parte parte pessoas trans*) dentro de suas performances de gênero, para não me criar um texto muito grande, peço que leiam o texto que escrevi o qual eu explico tudo isso.

Acho que nenhum termo seja dispensável especialmente se não sabemos sobre a comunidade que o reivindica.” (Flávia, 30/11/2011)

Juliano Braga, então a questiona novamente quanto a este ponto, e me detenho aqui em algumas longas mensagens, ainda que não na íntegra, pois o meu trajeto de compreensão também se fez árduo, e me obrigou diversas vezes a retomar as mesmas discussões repetidas vezes. Pergunta Marcelo, e logo abaixo segue a resposta de Hailey:

“vou reler teu texto. Mas já adianto que já a [sua] definição que diz o seguinte:

“Uma pessoa cis é uma pessoa na qual o sexo designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de gênero, estão “alinhados” ou “deste mesmo lado” – o prefixo cis em latim significa “deste

81 Segundo o mesmo blog, a explicação para o asterisco(*) logo após a palavra trans se dá, pois “O termo trans pode ser a abreviação de várias palavras que expressam diferentes identidades, como transexual ou transgênero, ou até mesmo travesti. Por isso, para evitar classificações que correm o risco de serem excludentes, o asterisco é adicionado ao final da palavra transformando o termo trans em um termo guarda-chuva [umbrella term] – um termo englobador que estaria incluindo qualquer identidade trans “embaixo do guarda-chuva”. Daí a ideia do guarda-chuva. Além disso, o termo também pode incluir pessoas trans* que se identificam dentro e/ou fora do sistema normativo binário de gênero, ou seja, da ideia normativa que temos de “masculino” e “feminino” que forma um binário. O uso do asterisco como um termo englobador, a meu ver, é menos estigmatizador e mais fluido, de modo que elimina classificações excludentes e abre também a possibilidade da pessoa se identificar como quiser. É importante ressaltar que a identidade é soberana e as pessoas trans* tem a palavra final quanto a sua própria identificação.” [www.http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/](http://transfeminismo.com/trans-umbrella-term/)

lado" (e não do outro), uma pessoa cis pode ser tanto cissexual e cisgênera mas nem sempre, porém em geral ambos.",

me deixa confuso sobre alguns aspectos. Vou tentar exemplificar para me ajudar a ser claro.

Meu sexo designado ao nascer: masculino;

Meu sentimento interno/subjetivo de sexo: meu sentimento de sexo seria, masculino?

Gênero designado ao nascer: masculino...quando a gente nasce, a tendência é sempre/quase sempre nos designarem o gênero em "conformidade com o sexo que nos designaram. No meu caso, então, masculino;

Sentimento interno/subjetivo de gênero: masculino

quer dizer que isso tudo alinhado, me faz um cisgênero e ao mesmo tempo um cissexual? e que se houvesse alguma subversão disso, eu seria um transexual/trangênero?

Isso? e isso não é um binarismo?" (Juliano Braga, 30/11/2011)

"Juliano,

O reforço do termo cis ao binário, porque se oporia a trans* discordo novamente porque :

1) termo nasceu (também) em oposição as designações biológicas e que hoje se revelam ofensivas, falar em mulher/homem biológica é ofensivo porque queremos desconstruir o biopoder, não queremos determinismo biológico, (...) e não temos que explicar nossas identidades nos fundamentando na biologia ou genética (ou por qualquer teoria acadêmica diga-se de passagem). Logo se eu tenho uma vagina isso não me faz uma mulher biológica, me faz um sujeito com uma morfologia que convencionou-se chamar de vagina, mas pode ser chamado de outra forma (...)

entra, o que vamos ao ponto 2:

2) cissexual e cisgenero: todos os alinhamentos juntos fazem um sujeito alinhado com o sexo e gênero importante colocar aqui que a SEXUALIDADE não é em nenhum momento evocada, logo é comum ser gay e cis, ser lesbica e cis etc. o que não significa que não possam sofrer cissexismo (homem cis sofrem sexismo também afinal), mas esse alinhamento obviamente não é 100% eu utilizei um exemplo que pudesse ser ilustrativo, não tem como medir graus de cisgeneridade como não medimos graus de transgeneridade. Em última instância o cis seria o uma pessoa alinhada conforme a norma binária e mesmo que o termo esteja em uma relação aparente binária com o termo trans, foi ressignificado pela comunidade, assim como bissexualidade também o foi porque havia críticas que reforçava o sistema binário de gênero (a mesma que vc fez) por causa do prefixo bi e de 'admitir 2 gênero "opostos") (lembrando que gênero oposto é ofensivo também pq supõe também o binário e exclui outros existentes).

3) o termo também surgiu como resistência aos constantes ataques transfóbicos, transmisóginos, controles de corpo, (...) tipo todos os discursos que nos ferem, que

querem nos colocar dentro do binário, como se ser trans* é assumir compulsoriamente todos os elementos do binário; homem não chora, mulher usa maquiagem etc. só que no caso de trans* isso é cobrado 100000000000000x mais pq estamos falando (na visão cis) de pessoas 'falsas' que querem 'se tornar' ""verdadeiras"" (argh). Logo adoram dizer "nossa agora sim vc está feminina e linda" (e antes tava feia e masculina, logo, pior?) pra mim quando eu uso algo mais feminino, como se isso fosse elogio, como se eu estivesse mais próxima do padrão cis de encaixe, como se a pessoa cis fosse dona da verdade da experiencia do "genero verdadeiro" e falasse "olhe vc está mais próxima de ser uma mulher de verdade e eu aprovo". E tudo isso é um monte de cissexismo =/

3) (...)Eu acho que já respondi lá em cima, mas de novo: primeiro que eu não posso dizer o que VC É por VC, lembrando o item 9; captura⁸², MAS vamos colocar seu exemplo não como seu mas suposição, PODERIA ser trans, PODERIA ser não-binário, poderia se ID como uma das ID's que listei anteriormente (genderqueer, genderfluid, third sex etc.) ou poderia ainda se ID como cis mesmo assim. É tudo muito subjetivo, muito fluido. Como eu disse depende da pessoa que se ID. Muitas pessoas trans fazem cirurgias e vão viver como cis, se ID como tal, e o são. Daí a reivindicação de muit@s de "somos mulheres, somos homens e não "trans") porque desejam ser reconhecid@s como cis pela sociedade cis. Acho que cis está mais relacionado com a visão normativa de sexo e gênero como alinhados, mesmo dentro da transexualidade E/OU as designações compulsórias a nascer alinhadas com o gênero designado ao nascer. Mas uma pessoa cis não experienciou uma xp trans* e/ou não binária em teoria logo, a pessoa trans*/não binária está mais vulnerável ao cissexismo.

Desculpe pelo mega texto"

Após essa mensagem, tanto Juliano como outras pessoas pareceram entender melhor do que se tratava, chegando a agradecê-la pelos esclarecimentos prestados.

"hailey, queria te agradecer imensamente.

teria algum texto/livro/filme pra quem gostaria de entender melhor tudo isso?

me custou bastante entender tuas explicações - não pela tua falta de clareza, longe disto, mas pq é muito a brave new world pra mim.

me sinto mó jeca, hehe. um beijo" (Ana Bras, 01/12/2011)

A temática então passou a permear grande maioria dos tópicos, com a preocupação para que o privilégio recém-descoberto não passasse em branco, ou que quando o fosse alguém lhe apontasse o erro. No dia 15 de maio de 2012, Joana Antunes percebendo essa mudança tanto na composição das/dos participantes da lista, como nas temáticas abordadas, iniciou uma *thread*⁸³ que teve um fim

82 O item 9 do texto escrito e publicado por Haileu diz respeito ao que denomina de "captura" e se refere a "Designar arbitrariamente a identidade da pessoa. Conhecer alguém e prontamente decidir qual é a ID da pessoa baseada na imagem (visual e/ou performática) (da sua posição cis) que você tem dela. Alinhar pronomes e identidades também é cissexista." www.transfeminismo.com

83 Termo oriundo da ciência da computação, dizendo respeito a um fluxo único de controle sequencial que

inesperado. No assunto lia-se “A linda tomada transexual da lista e por que não uma tomada negra?”, a mensagem segue abaixo na íntegra:

“Gente,

eu vim compartilhar com vocês que estou absolutamente empolgada e feliz com o aumento recente na participação das colegas e dos colegas transexuais aqui na lista. O feminismo tem uma questão histórica de ser hegemonicamente branco, cissexual, classe média/intelectualizada. Como nós dizemos aos homens, que não conseguem entender os próprios privilégios a não ser que leiam, ouçam, etc. as experiências de mulheres, venho dizer que eu, como cissexual, demorei muito tempo para perceber que era cissexual e logo saquei (porque quando descobri já descobri no contexto da luta feminista e dos estudos de gênero na teoria) que era um privilégio. Então a experiência diversa de pessoas transexuais só tem a enriquecer esta lista, me parece, sobretudo porque até agora elas e eles têm se mostrado bem abertas e abertos ao debate por aqui. Eu acho massa demais.

Dito isso, me incomoda sobremaneira que militantes do movimento negro estejam tão pouco representadas e/ou tão pouco ativas na lista. Não só para fazer tópicos específicos sobre experiências de mulheres negras, mas para trazer uma perspectiva racial em todos os tópicos. É claro que eu, enquanto branca, tenho raça e posso trazer perspectivas raciais - de uma pessoa branca. Mas é difícil enxergar exatamente o tanto de privilégios e facilidades que tenho por ser branca, porque estes privilégios e facilidades são considerados... "normais", "neutros" ou "mérito" meu. Então poder contrastar essa experiência de ser branca com a experiência de ser negra eu acho que é fundamental.

Bom, aí é que vem o negócio. Eu estou matutando o que podemos fazer para aumentar a participação de militantes do movimento negro aqui na lista. Porque eu acho que a internet também é muito segregada, sabe? E que possivelmente a gente nem "esbarra" nessas pessoas em nossos círculos brancos de convivência virtual. Alguém tem alguma ideia? Parceira com Geledés? Coletar blogs de militantes do movimento negro? Não sei, estou, como branca que sempre conviveu em círculos muuuuito fechados e brancos, perdidinha pra pensar numa estratégia boa.

O que acham?

Beijos”

A primeira resposta a esta mensagem veio poucos minutos depois, se remetendo a algumas mulheres negras que ainda compunham a lista e outras que já haviam saído, uma em especial,

compartilha endereçamento dentro de um programa, nas listas de discussão seria melhor remetido a um “tópico”, em que as mensagens são direcionadas à mesma sequência de mensagens referente à um assunto específico proposto. É interessante pontuar ainda, a diferenciação que se faz entre as threads que seriam *off-topics*, ou seja, a proposições de um assunto a ser discutido entre as integrantes mas que não se remete diretamente ao seu objetivo primeiro. Essas mensagens sempre vêm identificados com “[OT]” logo em seu início.

Júnia, que quando da sua saída anunciou ao grupo seus motivos, o principal sendo que não se sentia representada, visto que as pautas tratadas por ela não reverberavam, ou que, em meio as pautas apresentadas, um racismo velado se pronunciava. À época houve grande fluxo de respostas a respeito que culminou de qualquer forma na saída de algumas mulheres da lista.

Quase concomitante à mensagem acima, Cintia Prado, mulher transexual, traz à baila suas considerações a respeito. Foi uma longa mensagem que já iniciava justificando sua participação pouco frequente na lista, pois não se sentia representada, seguindo com uma provocação de que o que fora falado por Joana havia soado para ela como *tokenização*, ou seja, quando poucos elementos de um grupo são extremamente visibilizados como demonstrativo de uma diversidade irreal, pois ainda representariam pequena porcentagem no grupo maior. Uma supervalorização de uma ainda diminuta representatividade, portanto. Cintia se remete a seu cansaço no processo contínuo em que é obrigada a passar seus pontos de reivindicação a outras pessoas, semelhante a um processo educativo que não cabia a ela. Seu ponto de argumentação era o da dificuldade de se encontrar ambientes nos quais ela pudesse se inserir, e não sofrer com as imposições sexistas e cissexistas, passando rapidamente pela questão da transmisoginia, que segundo ela recairia em um argumento falacioso de que se ter ojeriza à vulva era pensado enquanto misoginia, já a ojeriza ao pênis, não. Esse ponto é elencado por ela, pois narra uma situação em que sofreu ataques de algumas feministas lésbicas em certas ocasiões de militância. Um trecho de sua fala é representativo:

“são vários termos que se criam, pq temos necessidades específicas... não adianta chilicar com *cis tears* que 'não dá pra englobar tudo' ou 'ai são mtos termos' e xyz, pq a cada agressão nós criamos novos termos, e acreditem não é pq achamos legal é pq temos NECESSIDADE.”

O termo *cis tears* designaria um processo corriqueiro, segundo ela. Traduzindo a expressão para “lágrimas de pessoas cis”, pode-se entender que pessoas cissexuais quando expostas ao próprio termo, concepção e importância, inicialmente cairiam, de forma figurativa, em lágrimas e justificativas, como se a essas pessoas não pudesse recair a responsabilidade tanto pela ignorância do termo, de seu pertencimento a ele, ou mesmo de sua relevância. De forma geral, a mensagem foi inicialmente bem recebida, com diversas respostas de agradecimento por levantar a questão, por fazê-las pensar a respeito, por reconhecerem, assim, seu privilégios, como pessoas que não passam pela necessidade cotidiana de se auto afirmar enquanto meramente existentes e não aberrações. A invisibilidade dos homens transexuais também foi problematizada por Aurélio Martins, homem transexual, que criticou o fato de que os homens transexuais haviam dominado os ambientes de

discussão trans* em detrimento das mulheres transexuais que normalmente eram invisibilizadas, afinal passavam a imagem de meros “travecos prostituídos”.

Uma longa corrente de mensagens foi trocada até o dia seguinte, o teor das mensagens ainda não era de embate direto, mas sim de aceitação de algo novo que havia sido proposto, pelo menos, esta fora a minha leitura até então. Um momento que abalaria tanto a minha própria percepção quanto o conteúdo, tom e direcionamento das mensagens que se seguiram foi a partir de mais um pronunciamento de Cintia, respondendo diretamente à Fernanda Caz:

“Sobrer a questão da cissexualidade, nem sei o que dizer. Não consigo nem explicar o que é isso pras pessoas que são cissexuais. A impressão é que a gente fica inventando termos novos, mas nunca elimina a necessidade de caixinhas”
[Mensagem de Fernanda Caz]

Ainda bem que vc me lembrou disso pra eu incluir na minha postagem, pq é o discurso do teórico de gênero hipster "somos todos iguais"; "classificações são ruins"; "caixinhas"; "divisão" xyz. n preciso dizer, teórico de gênero hipster cis

não não somos todos iguais, pq se fossemos eu n tava sem acesso a varios recursos que pessoas cis tem, inclusive com documentação. a Facchini disse no dia da reunião "mas ninguém deve ter problema de dar RG pros policiais né" e imediatamente eu disse "então eu tenho"

meu maior medo é se presa nessas marchas por qualquer motivo tosco e acabar nas celas masc

n não somos todas iguais, n é colocar em caixinhas, é vc RECONHECER que existem outras identidades além da sua cis

isso não significa que vc vai ver ver como transexual, eu quero que vc me veja como mulher, mas esteja CIENTE que mulheres trans tem OUTRAS necessidades e problemas que vc n tem, por isso vc é privilegiada

é perceber que somos 'iguais' em termos de respeito, mas somos diferentes em termos de privilégios e acessibilidade e outras necessidades

se não vc vai cair no sofisma das cotas 'ah pq cotas discriminam' enquanto cotas = estar ciente que pessoas negras n tem acesso e dar acesso a elas na tentativa sim de igualar oportunidades

qdo vc RECONHECE q existe um grupo discriminado e busca meios de empodera-lo isso sim é respeito e vc querer ser igual

o uso do termo cis não é pra demarcar algum tipo gênero se fosse isso estaria fadado ao fracasso pq somente reproduziria os mecanismo reificadores de gênero

o uso é político, para lembrar que pessoas cis não são o 'default', e q a id cis tb é designada e 'artificial' e tb pra dar visibilidade as pessoas trans* e não cis, como tb pessoas intersexuais”

Iniciou-se, então, embates diretos, de natureza conflituosa a respeito da necessidade ou não de se rotular, e de quem defendia tal preceito. Foram dias em que a discussão foi norteadada por ofensas pessoais, em que se misturavam a necessidade de se fixar identidades para reivindicações políticas, a necessidade em si de elas existirem em um debate teórico-filosófico, a dificuldade apontada por algumas/uns de lidar com novas categorias, etc, fazendo com frequência a referencia à supracitada discussão gerada a partir da saída de Júnia. Em meio às discussões Cintia, tomou o protagonismo ao defender seus ideias e mostrar/revelar grande parte dos processos burocráticos referentes ao acesso à saúde, por exemplo, além de questionar os documentos médicos que ainda mantém o vocábulo transexualismo catalogado no CID⁸⁴ e DSM-IV⁸⁵. Seu relato indicando, assim, seu conhecimento e operacionalização de instituições e políticas públicas na área, que a muitas/os era desconhecido. O ponto controverso, contudo, fora a postura assumida por ela, o tom empregado e os argumentos utilizados. Remeto-me a outro trecho de uma de suas mensagens para melhor exemplificar:

“mas ai é que tá né, vcs só veem a agressão pq é oportunidade pra desmoralizar meu argumento por achar 'exagerado', que 'ofendo de graça' etc. etc. (qualquer similaridade com argumento machista é mera coincidência) pq die cis scum é moralmente questionavel e xyz, mas pouc@s realmente se interessaram em debater o rolê. gastaram a energia (e a minha tb) tentando contra-atacar com cis tears, cisexplicando em como era injusto ouvirem dessa forma. daí o bad ally bingo⁸⁶, pq vcs n são allies, vcs querem o tokenismo trans da diversidade de modo

84 “A Classificação Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (também conhecida como Classificação Internacional de Doenças – CID 10) é publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e visa padronizar a codificação de doenças e outros problemas relacionados à saúde. A CID 10 fornece códigos relativos à classificação de doenças e de uma grande variedade de sinais, sintomas, aspectos anormais, queixas, circunstâncias sociais e causas externas para ferimentos ou doenças. A cada estado de saúde é atribuída uma categoria única à qual corresponde um código CID 10.” Fonte: www.medicinanet.com.br <último acesso em 25/02/2013>

85 “O Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders – DSM) é um manual para profissionais da área da saúde mental que lista diferentes categorias de transtornos mentais e critérios para diagnosticá-los, de acordo com a Associação Americana de Psiquiatria (American Psychiatric Association - APA). É usado ao redor do mundo por clínicos e pesquisadores bem como por companhias de seguro, indústria farmacêutica e parlamentos políticos. Existem quatro revisões para o DSM desde sua primeira publicação em 1952. A maior revisão foi a DSM-IV publicada em 1994 (Editora Artes Médicas Sul, tradução de Dayse Batista), apesar de uma “revisão textual” ter sido produzida em 2000. (...) A seção de desordens mentais da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde - CID (International Statistical Classification of Diseases and Related Health Problems – ICD) é outro guia comumente usado, especialmente fora dos Estados Unidos. Entretanto, em termos de pesquisa em saúde mental, o DSM continua sendo a maior referência da atualidade” http://pt.wikipedia.org/wiki/Manual_Diagn%C3%B3stico_e_Esta%C3%ADstico_de_Transtornos_Mentais#As_fontes_do_DSM-IV <último acesso em 25/02/2012>

86 O bad ally bingo, seria o bingo do “mau aliado”. Ou seja uma ilustração que pretende mostrar a partir de argumentos dispostos em quadrantes simulando uma cartela de bingo em que quando se encaixa nos perfis representados por algumas frases, encaixar-se-ia, assim, no perfil do mau aliado. São algumas das frases que constam no bingo representado pela figura 14: “Me chamar a atenção é bullying”, “Mas eu escrevi um artigo sobre

fácil, sem se forçarem a repensar o qto o tempo todo vcs excluem, pq o francisco tem UMA posição e ele é a única pessoa assumidamente trans da lista, e vcs tomaram como fato, e ficam evocando ele como exemplo para se desculparem”



Ilustração 15: Imagem divulgada na lista. Simula um bingo do "mau aliado" (bad ally).

A forma de sua escrita informal e com diversos termos em inglês fora problemática, em alguma medida para a compreensão da mensagem que pretendia passar, assim como a maneira como esperavam que ela o passasse, em função do modelo de interação que tinham com Francisco, homem transexual que participa da lista já há bastante tempo. Francisco, jovem de pouco mais de 20 anos é morador de Brasília e mantém contato íntimo com as/os participantes da lista de diversas cidades, uma pessoa cuja personalidade solícita e paciente parecia ter convencionado um padrão quando se fizesse necessária qualquer explicação acerca das identidades trans*. De forma contrastiva, fazia com que a fala de Cintia fosse interpretada com teor ainda mais hostil. A manifestação de Cintia, percebida enquanto agressiva, desvelou diversas críticas, por exemplo, a utilização da expressão *die cis scum*, algo como “morte àqueles e àquelas que são transfóbicos e tansfóbicas”, ou da não percepção daqueles que gostariam de “aprender” a partir das suas experiências. Mas a pergunta já feita e o ponto já apresentado acima se repete, o porquê pressuposto

<x>”, “Você está sendo muito emotivo”, “Mas eu não posso entender corretamente se você não me ensinar”, “Você busca o conflito”, “Eu pensei que eu fosse <x> por um tempo, (logo eu sei tudo sobre o assunto)”, “Mas eu sou um bom aliado”, “Mas todas as pessoas que não são <x> concordam comigo”, “Eu sei como você se sente porque eu sou gay/bi/mulher, etc.”, “Mas o/a meu/minha amigo/a que é <x> concorda comigo”, “Por favor, na minha língua”, “Mas eu li na internet (então eu sei tudo)”, “Mas vocês precisam de todos os aliados que vocês consigam (então conviva com as besteiras que eu digo)”, “Mas eu li um livro (então eu sei tudo)”, “Anedota”, “Você é muito envolvido para ser objetivo”, “Mas eu não vejo aí um problema de raça/gênero/orientação etc.”, “Me dê uma quinta chance, eu ainda estou aprendendo”, “Me chamar de um mau aliado, faz com que eu me cale”, “Eu gostaria de também ser <x> (então eu saberia de tudo)”, “Você está se preocupando com detalhes insignificantes”, “Argumento do tom de voz (que diz que as as discussões teriam mais sucesso se o tom de voz empregado fosse mais agradável).

de ela (e outras e outros trans*) terem a necessidade de passar tais conhecimentos vividos a frente. Ao todo foram trocadas 199 mensagens, em um intervalo de 5 dias (me restringindo aqui a essa thread, pois várias outras surgiram a partir daí pelos mais diversos títulos como “Reconhecendo privilégios – me descobrindo cissexual”, “Esclarecimento sobre cissexualidade”, “Bem vind2s ao apartheid trans*”, “Perguntas sobre transfeminismos” além de outras várias questionando se a interpretação sobre determinado assunto, matéria de jornal ou até mesmo letra de música poderia ser considerada cissexual.).

A partir dessa discussão o padrão de discussões mudou. E a questão da cissexualidade e não mais somente da terminologia trans passou a fazer parte do vocabulário corrente. Ainda que com frequência pautado pela dúvida. Mas a partir de então a interseccionalidade ganhava mais uma categoria que até então era marginalizada por essas mulheres e homens cis que se propunham a reivindicar o feminismo como postura de vida. Os textos do blog que são assinados como de autoria coletiva do “Blogueiras Feministas” sem uma autora específica normalmente são escritos por Bianca Cardoso, com raras exceções. Em conversa travada ao longo de uma das reuniões de organização do II Encontro Nacional, me relatou que sua grande preocupação quando da escrita de qualquer um dos textos que viesse a escrever em seu nome, ou como Blogueiras Feministas – como chamadas para Blogagens Coletivas, manifestos, ou divulgação de eventos seja on ou offline – era a de falar pela maior diversidade possível. De forma que ela deveria atentar, sempre, e tentar, quando possível e de seu alcance, aludir ao maior número de mulheres, sejam jovens, idosas, negras, indígenas, brancas, trans, cis. A mera citação não representando dever cumprido, mas o mínimo esperado, o respeito atento para categorias que não somente as suas próprias de mulher cis, classe média, negra, como colocou. Mas apesar de toda essa cautela, quando algum descuido ocorre, este é prontamente apontado, e com o passar do tempo desde a primeira menção aos termos *cis* os deslizos são reconhecidos de imediato. Tal como ocorreu em uma sequência de post relacionados à Lei Maria da Penha (LPM) que foi retornou à lista a partir do alerta de Cintia sobre a invisibilidade trans* novamente corroborada, pois sequer foi citada em qualquer dos textos publicados naquela ocasião.

“Li os 3 textos em que se falava da LMP no blog e por mais que o último cite a problematização da aplicabilidade no caso de homens cis, em nenhum dos 3 foi remotamente citada violência doméstica contra mulheres trans* e devo dizer que também não vi dados sobre maior exposição de mulheres cis negras à violência doméstica (A Safiotti tem um estudo assim, creio - Marília vc deve saber algo, suponho?)

Porque o feminismo insiste em universalizar a categoria de mulher em textos que

colocam em mesmo pé de igualdade, e inclusive invisibilizam diferentes tipos de mulheres? Viessem a me falar que não havia espaço em um texto, mas TRÊS TEXTOS IGUAIS. Nada de novo em nenhum deles, nenhum dado INTERSECCIONAL relevante. E as mulheres cis lésbicas? Tem estudo já sobre casos de violência doméstica entre lésbicas, cade essa informação?

E sabe porque ninguém lembra de mulheres trans* - porque não existem estudos específicos de violência contra mulheres trans* NO GERAL, quanto mais violência machista/doméstica. " (Cintia Prado, 08/09/2012)

"Deixa eu voltar o tópico no ponto que eu queria: O blogueiras feministas em 3 textos não citou nem mencionou nenhum tipo de informação sobre a violência doméstica contra mulheres trans*, nem pra falar da ausência da aplicabilidade da lei, nem para NADA. Esse foi o ponto que eu questionei." (Cintia Prado, 09/09/2012)

"Como comentei no comentário da Flávia lá no blog, eu que esquematizei os textos dessa semana junto com Renata, Camilla e Cecilia (o texto que sai amanhã) e falhamos na questão de não colocar a questão trans, lésbica, negra. O problema é que todo recorte que pensei foi mesmo puramente informativo, com base em dados e tal.

O texto de segunda era só para dar as últimas notícias (INSS, 6 anos, etc), o da Renata é para responder uma dúvida que a gente recebe muito: "o que fazer num caso de violência?" e o da Camilla era só para responder juridicamente a questão: "por que a lei maria da penha só protege mulheres e não homens" que é outra dúvida que a gente vive recebendo. A ideia era fazer uma semana mais de textos com informações diretas, links, etc, do que problematizar a lei, suas aplicações e as seccionalidades. Porque senti que essa era uma demanda do nosso público majoritário, que é de pessoas cis. Mas sim, estamos contribuindo para a invisibilidade das questões, só que acho que é preciso posts específicos para abranger essas questões." (Bianca Cardoso, 09/09/2012)

7.1 Da invisibilidade ao discurso das margens

Michel Foucault, em diversas obras (1974,1977,1979,1985,2008,2011), não pretende fazer uma historia do comportamento, prefere, como diz, uma historia do pensamento, rompendo, assim, com a ideia de algo pré-dado. Afasta-se, também, da ênfase nas instituições, pois essa perspectiva acabaria negligenciando condições de marginalidade Como se dá a emergência e as transformações dos fenômenos? Quais são suas condições de possibilidades? Essas são suas perguntas norteadoras.

A condição de possibilidade do aparecimento do biopoder, por exemplo, teria sido a entrada da vida no cenário político, a partir de três fenômenos discutidos por ele, a higiene pública, os mecanismos de segurança e assistência e a relação com as cidades. O racismo apresentando-se como um mecanismo de Estado, de onde poderia emergir o biopoder, o único instrumento que legitimaria a morte depois da passagem do poder soberano sobre a morte para o poder do Estado

sobre o controle da vida. A morte, portanto, não seria dada de antemão pelo poder soberano, mas é por ele justificada.

Pensa o Estado enquanto um resultado de uma prática de governo, visto que ao mesmo tempo em que é governamentalizado, também é transformado por essas práticas. De onde emerge a outra questão, a de como relacionar pessoas, territórios e riqueza em uma mesma figura, recaindo, novamente, na figura do Estado. Mas apesar de tal pressuposta centralidade estatal, a subjetividade emerge, mas a partir dos discursos, opondo-se à diversas esferas, justamente para enfatizar e elucidar a sua posição enquanto sujeito. Os próprios sujeitos enunciam discursos de verdade sobre si. Dessa forma, para Foucault não há oposição entre moral e resistência, pois o discurso moral pode acabar produzindo resistência. A moral, assim, não se restringe à adesão ou resistência às regras, há de ser levado em conta as formas intermediárias, a partir de diferentes modos de subjetivação. O cuidado de si, então, podendo ser entendido como uma prática social, uma conversão a si.

Podendo, então ser relacionado com a forma de tratamento atribuída pelo sistema único de saúde à questão da transexualidade, o discurso médico, e todo um saber-poder que por traz disso molda subjetividades e dá condições de possibilidade de existência. Podendo trazer à baila o que de fato as formas de poder estão controlando? A existência em si, são pessoas cuja necessidade de se afirmar enquanto seres que existem. Uma existência ainda que pautada pela invisibilidade em diversos ambientes, um espaço vazio, pela perspectiva de Giorgio Agamben. (2007)

Giorgio Agamben inicia sua obra *Homo Sacer* diferenciando dois termos gregos utilizados para se referenciar ao que entendemos por “vida”, são eles: zoé, o viver de todos os seres; e bios, o modo particular de vida, uma vida qualificada, de um indivíduo ou de um grupo. No mundo clássico, a zoé seria excluída da pólis, ficando restrita ao oikos, como mera vida reprodutiva. Teria sido, justamente, o ingresso da zoe na esfera da polis o evento decisivo da modernidade, a politização da vida nua seria o que assinalava a mudança das categorias político-filosóficas do pensamento clássico. De acordo com Agamben, a vida é a estrutura fundamental do aparato jurídico do Ocidente. Ela própria marca a constituição do saber político.

O Estado ocidental moderno, dessa forma, seria a junção de 1. técnicas de individualização e 2. procedimentos de totalização objetivos. Este seria o duplo vínculo genuíno, que levou o autor a se questionar qual seria o ponto em que a servidão voluntária dos indivíduos se comunica com o poder objetivo. Tal ponto de intersecção entre o modelo jurídico institucional e o modelo biopolítico de poder. Assim sendo, a contribuição de um modelo de poder soberano é justamente a construção

de um corpo biopolítico, e a biopolítica nessa perspectiva seria tão antiga, portanto, quanto o próprio soberano, seria seu núcleo originário, ainda que encoberto.

Seria necessário, portanto, corrigir ou ao menos integrar a tese proposta por M. Foucault, pois o que caracteriza a política moderna não é a inclusão da zoé na polis mas sim o fato de a vida nua coincidir com o espaço político. O estado de exceção (que excluía e impingia a vida nua concomitantemente) constitui o fundamento oculto do moderno sistema político. É pela implosão das fronteiras em que a vida nua é sujeito e objeto do ordenamento jurídico, que se dá o ordenamento e a emancipação do poder estatal. O poder soberano, assim, não depende de um superior hierárquico, a decisão soberana envolvendo de conjunturas familiares a inovações tecnológicas. A fronteira é pública. E desse ponto surge a questão de até que ponto a lógica dos movimentos reivindicatórios não podem propiciar a própria vida nua, ou a criação de novas zonas de abandono, o surgimento de novos homo sacer, nesse paradigma do espaço vazio.

A zona de abandono percebida pelas mulheres e homens trans dentro do contexto de reivindicação feminista explorado era o seu próprio espaço, eram eles e elas que estavam deixados à margem da discussão, e até mesmo do próprio imaginário. Veena Das e Deborah Poole (2004) tentam aludir a perspectiva das margens de forma a pensá-la enquanto inclusão e pertencimento, pois mesmo através da sua exclusão o indivíduo ou grupo já faz parte da ordem política. A ordem constituída como parte da regra. Um paralelo podendo ser traçado com o pensamento de Giorgio Agamben (2007), em que a margem aqui para as autoras se aproxima como o estado de exceção do autor. A população das margens, nessa perspectiva seriam justamente aquelas que se mostram e são percebidos pelo poder estatal como disponíveis para sua ação. São eles e elas os corpos marcados.

A marcação do corpo, aqui, identifica-se pelo desejo de igual marcação do corpo do outro. Ou seja, questiona-se a não necessidade de se nomear, de se marcar com o prefixo cis o corpo do outro visto que o seu próprio não lhe é concedido desvincular-se do prefixo trans*. Situados na zona de abandono que chega a abranger o imaginário, defendem então a marcação da parcela hegemônica, da população cis, pois qualquer delimitação de consciência seria irracional a partir da exclusão do outro que existe, mas que até então não era visto. Tal como Donna Haraway (1995) alerta:

Este é o olhar que inscreve miticamente todos os corpos marcados, que possibilita à categoria não marcada alegar ter o poder de ver sem ser vista, de representar, escapando à representação (Haraway, 1995:18)

Apenas aqueles que ocupam as posições de dominadores são auto-idênticos, não marcados, incorpóreos, não mediados, transcendentais, renascidos. Infelizmente é possível que os subjugados desejem e até disputem essa posição de sujeito - e depois desapareçam de vista. O conhecimento do ponto de vista do não marcado é realmente fantástico, distorcido e, portanto,

irracional. (Haraway, 1995:27);

São propostas a respeito da vida das pessoas; a visão desde um corpo, sempre um corpo complexo, contraditório, estruturante e estruturado, versus a visão de cima, de lugar nenhum, do simplismo. (Haraway, 1995:30)

A criatividade das margens para Das e Poole (2004) estaria não só em momentos de resistência, mas entremeadas no cotidiano, tais como o porte de determinada documentação ou o atravessar fronteiras entre estados nacionais – ao se tratar de imigrantes, por exemplo. A potencialidade das margens enquanto construção de discursos melhor instrumentalizados a se tratar da questão da desigualdade também fora tratada por Donna Haraway, em seu artigo intitulado “Saberes Localizados”, como exposto nos trecho acima. Das e Poole (2004) tratam principalmente da relação dessas populações posicionadas na margem e suas relações com o aparelhamento estatal, mas é tem-se um arcabouço teórico profícuo para pensar as relações sociais estabelecidas por quem ocupa tal posição, visto que é sempre informado pela experiência particular de determinado mundo moral.

Como argumentamos na seção anterior, populações podem existir apenas enquanto entidades a ser administradas no imaginário estatal, mas os habitantes dessas margens não são objetos inertes: formas de governança, relações sociais entre diferentes zonas de experiências, e generos culturais em que a linguagem adquire vida, geram formas de engajamento no estado biopolítico que não podem ser alcançadas apenas por meio de especulações metafísicas, (...) apesar do estado biopolítico trabalhar com noções de uma massa de corpos, de uma forma ou de outra, as formas de gestão em meio a esses contextos são distintas. (Das; Poole, 2004:27)⁸⁷(tradução minha)

A perspectiva de James Scott (2009) a respeito da resistência pode ser interessante para pensar questões oriundas dessa abordagem. Ao enfatizar a sutileza das resistências, e daí empreendendo-se o poder das etnografias, o autor enfatiza que a resistência não pode jamais ser concebida somente em função de suas consequências, dessa forma não se pauta apenas por questões pragmáticas. Segundo ele, grandes revoltas são ao longo da história a minoria dos fenômenos, a resistência preponderante sendo, justamente a cotidiana. Uma forma de resistência não organizada, voltada a fins imediatos e não estruturais. Onde o anonimato é mais importante que a visibilização personificada, onde não há a dimensão moralizante, não há a pretensão de uma moralização coletiva, apenas a contemplação de reivindicações primárias. Outro ponto importante é o alvo da resistência, que nem sempre é o Estado como poder-se-ia pressupor, inicialmente, o mesmo

⁸⁷ “Populations, as we argued in the preceding section, may exist only as entities to be administered in the state imaginary, but the inhabitants of these margins are not inert objects: forms of governance, social relationships around different zones of experience, and the cultural genres within which the language acquires life generate ways of engaging the biopolitical state that cannot be arrived at through metaphysical speculation. (...) although the biopolitical state works with notions of mass bodies in one form or another, techniques of management across these contexts are quite different.” (Das; Pole, 2004:27)

podendo-se dizer acerca da luta de classes, que não se pode pressupor universal como padrão de resistência. Ao longo de sua obra, Scott passa a utilizar o conceito de infrapolítica, no lugar de resistência cotidiana, dessa forma aumentando ainda mais o escopo de importância de tais práticas corriqueiras, como no caso dos camponeses abordados por ele em que tinham como grande arma as táticas necessárias da “estupidez” e da “submissão”.

O próprio ato de trazer à tona determinadas pautas pode ser percebido enquanto resistência, e não somente a mitigação de certa dominação.

Mas como são abordadas essas questões referentes ao sofrimento trans* frente o privilégio cis se não a partir de um sofrimento não compreendido? Assim, como Erica Caple James (2010) se referiu em contexto deveras diferente, aqui também percebe-se certa fetichização do sofrimento. Ao se fetichizar o sofrimento, assim, ontologiza-se o lamento de forma que seus discursos tornam-se um arquétipo da experiência, instaurando-se, assim a retórica da queixa. Tal aspecto remete diretamente ao texto de Nancy Scheper-Hughes (2007) acerca dos tribunais de reconciliação na África do Sul, em que ela alerta para uma ideologia política do remorso que poderia estar lá emergindo. No caso abordado aqui, emerge um discurso da consciência, é necessário que pessoas cis* se reconheçam enquanto privilegiados, de outra forma não se poderia produzir um discurso conciliatório.

8. Considerações Finais

O título deste trabalho faz referência a uma fala de uma de minhas interlocutoras em campo, fala esta que trago em destaque pois a considerei de tamanha pertinência ao ponto de englobar, de fato, minha proposição inicial quando do primeiro insight de pesquisa, em meados de 2011. Neste momento percebia um aumento significativo da militância virtual de cunho feminista nas minhas redes sociais e também das pessoas ao meu redor que compartilhavam dessa impressão, mas não, necessariamente, de meu estranhamento que consistia basicamente em perceber com olhos positivos essa nova movimentação, o aproveitamento de uma possibilidade de ação política a distância, para usar o termo de Gustavo Lins Ribeiro (Ribeiro,2000:289).

Ao esmiuçar o título, portanto, é possível ter ideia do que pretendeu-se aqui abordar. “As questões que discutimos” deixa a entender, no mínimo, que há discussão, debate entre partes. As discussões focadas aqui, contudo, são de uma natureza especial, pois não são discussões quaisquer, mas aquelas desenvolvidas dentro de um universo online, o meio é sua característica preponderante, primeiro dão-se na rede, ou deu-se inicialmente através dela, ainda que possa ter se expandido posteriormente. “São a cara da nossa luta”, por sua vez, denota um embate, um embate com pessoas reais que tem cara e que dão cara a um movimento de militância, e essa cara, essa identidade é estabelecida por meio das questões, questões discutidas dentro dessa rede. A discussão, assim, não se dá em um vácuo, mas em um meio estabelecido e inovador, a internet, a luta, a militância, assim, é influenciada por aquilo que vai definir-lhe a cara, a “cara da luta”. Dessa forma, tem-se a questão da mudança da ação, mas também da permanência da identificação por parte de determinado segmento de usuárias/os da Internet acerca de uma questão específica, no caso, o feminismo.

Ensaçou-se, então, a aproximação entre esses dois universos, a internet e o feminismo, suas formas de interações, novas possibilidades e também condição de possibilidade para novidades, formas de se defender ideários compartilhados, e também de apreender outros que passam a fazer parte da agenda.

Uma pergunta, contudo, se impunha, por que optar pelo enfoque da internet? Talvez, justamente, porque para essa camada média urbana aqui enfocada, composta majoritariamente por classes médias e médias altas, a conectividade é parte do cotidiano, tal como defenderam a utilização da plataforma em função da disponibilidade em seus locais de trabalho. E como parte do cotidiano determina o alto fluxo de conectividade. A consequência dessa conectividade estando justamente nessas práticas do dia a dia que, para elas, passa pelo vislumbre das redes sociais, da

lista, e do blog. Não há como se imaginar, por exemplo, a dimensão tomada pelas Marchas das Vadias ao redor do mundo sem o auxílio da internet, do compartilhamento em redes sociais, e das inúmeras explicações e cobertura por parte dos blogs. No caso das Blogueiras Feministas, são mulheres e homens, trans e cissexuais, que escrevem periodicamente e vão promovendo uma nova forma de blogar, mais solidária, cumulativa, que amplia e incentiva a criação de novos blogs, que prega pela disseminação das ideias, pois foi por meio da blogosfera que muitas das que hoje participam do coletivo chegaram ao feminismo.

Ao se questionar o porquê da escolha pelo enfoque de um coletivo virtual, poder-se-ia fazer a mesma pergunta de forma contrária, e por que não o fazê-lo? O primeiro capítulo discorreu a respeito de algumas possibilidades de pesquisa na internet. Iniciando, assim, com um rápido histórico que vislumbrava de forma paralela relacionar tanto o próprio desenvolvimento da rede e do fomento teórico que proporcionou, como também as avaliações enquanto potencial para a pesquisa etnográfica. A passagem por algumas fases, tal como bem exposto por Fragoso et al (2010), faz com que hoje haja a possibilidade de se optar, tal como o fiz aqui, em não mais diferenciar entre pesquisas que se dão em meio a ambientes on e offline. Concebendo ambos como complementares e dialéticos. As *flames*, são bons exemplos de momentos em que emerge, no caso aqui focado, essa sobreposição entre on e offline, visto que a partir de uma discussão acalorada em que se tem a participação de mais participantes do que de costume, tem-se a negociação do que vem a ser o próprio coletivo, de como pretendem realizar essa militância. E, acredito, que meu trabalho de campo foi um bom exemplo de como ambas as esferas se entrecruzam, de forma que os discursos proferidos são vinculados majoritariamente a essa dimensão offline, para onde as ações podem vir a retornar, posteriormente, na forma de entrevistas ou ações pontuais. Da mesma forma que passam de comentaristas à produtoras de material informativo, que serve de guia para diversas outras que se veem como neófitas, já que “tem muito ainda o que aprender” como relatam.

Uma possível ressalva que pode vir a ser feita quanto às pesquisas realizadas nesses moldes é referente ao duplo vínculo da/o pesquisadora/or, visto que ela/e por também fazer uso de dada tecnologia acaba por ser nativa/o e pesquisadora/or de seu próprio campo. Deveria, assim, realizar um escrutínio acadêmico da posição (Fragoso et. Al, 2010) de forma a deixar claras as diretrizes metodológicas seguidas. No capítulo 2, procurei, assim discorrer acerca do meu posicionamento em campo, para que ele fosse o mais situado possível, de forma a se manter a objetividade, tal como concebida por Latour (2006) e Haraway (1995), ou seja, uma objetividade subjetivada, localizada. Localização esta que me foi apontada por uma participante, fazendo com que qualquer ingênua

consideração de que pudesse vir a ser invisível se esvaísse. Mostravam-me ali, que ainda que eu tentasse não me identificar como uma delas, não seria possível, pois em nada me diferia, eu já estava a correr com os balineses, para fazer uso do caso narrado por Clifford Geertz. A medida em que as algumas relações em campo estreitaram-se, e mais pessoas tinham conhecimento de minha atividade, minha postura, pode-se dizer, que quase se inverteu, passei então, a realizar algo semelhante ao que Tornquist (2007) relata, uma observação participante que se não se escondia, se ancorava no ativismo.

Mas ainda assim era um ativismo cujas diferenças não só de meio mas também de questões saltava aos olhos. A narrativa lógica do backlash e o quanto parecia se encaixar com a trajetória vivenciada pelo grupo, que de uma discussão política aglutinou questões cotidianas, como forma de demonstrar os avanços ainda não alcançados e aqueles cuja pressão contrária era premente. A chamada de ordem, então, sendo demonstrar que o feminismo vive, seu enterro prematuro (Hawkesworth, 2006) não fora realizado completamente. E como haveria de ser se ainda era viva a crença, que se renovava por este compartilhamento, esse estado de efervescência mental (Durkheim, 1996) que não pressupõe a contiguidade física, mas sim um alinhamento de ideias que levam a ação.

O contato inicial pode ter sido propiciado pela internet, mas a percepção da violência estrutural de gênero já estava posta, de outra forma não haveria a identificação, o compartilhamento de experiências não faria sentido, o testemunho jamais seria realizado. É essa crença compartilhada que dá força ao tecido que se constrói, a crença na possibilidade e necessidade do feminismo como ferramenta de mudança. Tal como Mahmood (2006) bem pontuou, o feminismo ocidental tem como postulado basilar a prescrição da liberdade, e assim se mostrou ao longo da pesquisa, de forma que a partir da identificação do feminismo como postura de vida a ser tomada, almeja-se a liberdade. Liberdade de ser, vestir, ousar, andar, gozar a cidade, liberdade frente ao cotidiano. De uma identificação seja de condição de opressão, como de postura a ser tomada, passa-se à consciência, nas palavras de Haraway

Essa identidade assinala um espaço construído de forma autoconsciente. Sua capacidade de ação pode ter como base qualquer identificação supostamente natural: sua base é a coalizão consciente, a afinidade, o parentesco político. (...) não existe, aqui, qualquer naturalização de uma suposta matriz identitária: essa identidade é o produto do poder da consciência de oposição (Haraway, 2009:49)

Os temas cotidianos que figuram entre os mais abordados são demonstrações do quão arraigada está a opressão, e do quanto as pequenas vitórias parecem ser seguidas de retrocessos

ainda maiores. O backlash parecendo estar-lhes confrontando diariamente, de outra forma não se teria um pronunciamento tal como o de Renata Olivon, em que diz que a lista de discussão poderia ser considerada como um apanhado geral de notícias veiculadas na mídia de importância ao feminismo e à militância.

“Pra mim a lista traz alguma informação e funciona um pouco como um clipping das principais notícias do dia. E tem muitas ativistas “mãos na massa”, digamos assim (ao contrário das “ativistas de sofá”, como um blog se autointitulou), gente incrível com quem eu talvez não tivesse tanto contato fora do grupo.” (Renata Olivo, 12/06/2012)

Dessas notícias parte-se para a discussão, da discussão emergem, eventualmente, as flames, que, em seguida, coloca-lhes a questão mesma do que vem a ser o coletivo do qual fazem parte. Como definir uma lista de discussão autogestionada, que poucas medidas são tomadas a fim de se gerenciar o conteúdo veiculado? Uma horizontalidade, contudo, que não abre espaço para que o feminismo que defendem seja transformado em significante flutuante, daí algumas tomadas de posição, tais como aquelas em que se contrapõem ao coletivo Femen Br.

Nessa dimensão pode ser situado o potencial emancipador contido no feminismo e nas novas perspectivas de análise trazidas por ele, onde se incluem os estudos de gênero. A isso soma-se o fato deste ter contribuído para transformar a situação da mulher numa questão social. Nesse sentido, o pensamento feminista representa uma possibilidade de repor em outros termos questões tão importantes, como as da cidadania, da socialização e da cultura política. Todavia, em se aceitando o feminismo como reflexo dos interesses da sociedade, também é possível ponderar o fato dele nem sempre ter sido capaz de agregá-los. Isso porém, não retira o caráter subversivo outorgado a ele em razão de sua resistência histórica ao conservadorismo e às desigualdades sociais. (Prá, 2012:157)

Não agregar todos os interesses da sociedade, tal como citou Jussara Prá no trecho acima, não significa contudo, não deles estar ciente. De forma que, essas jovens feministas, muitas que tiveram contato com o feminismo através da rede pela primeira vez, já o tiveram, com a inclusão de uma camada da população até então invisibilizada, ou ofuscada dentro do próprio movimento feminista. Passam, de um salto, a conhecer toda uma gama vocabular que antes era desconhecida, até para aquelas que já se diziam feministas há muito tempo. Demonstração de interesse em conhecer foram várias, mas não houve uma sequer que demonstrasse já ter familiaridade com a problemática da cissexualidade. “Todo conhecimento é um nódulo condensado num campo de poder agonístico” (Haraway,1995:10) diz Donna Haraway. Se assim não o fosse, não haveria a necessidade de pontuar a diferença privilegiada de posição de pessoas cissexuais. Essa lacuna que resta entre as três esferas, contudo, há de ser melhor problematizada em outra ocasião, pois, percebo que são discursos muitas vezes dissonantes os proferidos na acadêmia, na militância e na defesa

política institucional propriamente. Ainda que a SPM tenha se mostrado um ambiente aberto, ao menos ao contato, à palavra, ao questionamento, não se vislumbra a adoção do termo cissexual em suas próprias campanhas de saúde, por exemplo, ao menos não em um futuro próximo. De forma que, são discussões importantes de um mesmo plano, mas cujas arestas são ainda paralelas, podendo-se encontrar apenas a um longa distância.

A internet, assim, abre as portas para o feminismo de forma não só mais ampla em função de seu alcance, mas também mais profunda em relação às pautas discutidas. Contudo, inclusão segue sendo não só a grande preocupação, como também a dimensão em que as BFs mais se vêem de mãos atadas, o marcador de classe e de raça foi identificado como um problema a ser enfrentado urgentemente, e de forma conjunta com outras populações marginalizadas, tais como as mulheres indígenas, camponesas e transexuais. Tal como Bianca Cardoso em entrevista pontuou acerca dos limites dessa atuação pela rede comparando com a atuação da AMB – Associação de Mulheres Brasileiras, pois elas iriam até os rincões, acessando comunidades rurais e de situação precária, por exemplo, algo que a internet não faria. O mesmo em relação à desigualdade racial do país, considerando-se que a diferença na taxa de acesso à tecnologia é de mais de 10 pontos percentuais. Em pesquisa realizada em 2005, segundo dados do IBGE, 28,3% da população branca com 10 anos ou mais utilizou a internet nos últimos três meses anteriores à pesquisa, já entre os negros, essa porcentagem caía para 13,3%. Não espanta, portanto, a moderadora do blog e coordenadora da lista, mulher, cis, negra, dizer que, para ela, realmente não haveria como ocorrer a inclusão de forma plena, de forma que, “elas precisam de um espaço delas, elas precisam do Blogueiras Negras, digamos assim.” A ideia do Blogueiras Negras, de fato, veio a sair do papel em meados de janeiro de 2013, com Clara Cintra em meio a coordenação de mais esse projeto.

A internet parece estar suprindo, então, uma demanda pela discussão do cotidiano para essa camada média da população, que a academia ou as Ongs – instâncias a que normalmente se vincula o movimento feminista no Brasil – não abarcam. Cabendo dessa forma, atentar para o que Negrão chamou atenção quanto à lacuna existente entre ferramentas, habilidades e linguagem comum quando consideradas diferentes camadas femininas da população. A transmissão intergeracional do feminismo (Gonçalves;Pinto,2011), assim, pode agora se beneficiar de uma nova ferramenta cujo princípio da comunicação é fala de muitos para muitos, não tendo se alterado, contudo, reivindicações com frequência vinculadas à chamada segunda onda. Se o cotidiano é o que mais se discute, como se desvincular do slogan de “o pessoal é político”? A partir da convivência com as experiências, realidades e expectativas das Blogueiras Feministas, tendo a crer que só o fato de haver discussões em prol dessa luta ainda não vencida e que é instigada constantemente, pelo backlash, já é prova de que jamais fomos pós-feministas.

9. Bibliografia

ABDEL-MONEIM, Sarah Grussing. O Ciborgue Zapatista: tecendo a poética virtual da resistência no Chiapas cibernético. Em: Revista Estudos Feministas. Nº 39, 1/2002.

ABU-LUGHOD, Lila. "Melodrama egípcio: uma tecnologia do sujeito moderno?". Cadernos Pagu, n. 21, p. 75-102, 2003.

ADELSON, Naomi. Reimagining Aboriginality: an Indigenous People's Response to Social suffering. In: DAS, V.; KLEINMAN, A.; LOCK, M.; RAMPHELE, M.; REYNOLDS, P. (Org). *Remaking a world: violence, social suffering and recovery*. Berkeley, Los Angeles e Londres. University of California Press, 2001.

AGAMBEN, Giorgio. Homo Sacer. O Poder Soberano e a Vida Nua. BH, Editora da UFMG, 2007.

ANDRADE, Pedro. Corpo virtual e Web 2.0: escritas do feminino na Internet e na blogosfera. (s/d.)

BALSAMO, Anne. Forms of Technological Embodiment: Reading the Body in Contemporary Culture. In: FEATHERSTONE, Mike and BURROWS, Roger (eds). *Cyberspace/Cyberbodies/Cyberpunk. Cultures of Technological Embodiment*. London: Sage Publications, 1995. p. 215-238.

BATESON, Gregory. Naven : um exame dos problemas sugeridos por um retrato compósito da cultura de uma tribo da Nova Guiné, desenhado a partir de três perspectivas / Gregory Bateson ; tradução Magda Lopes. São Paulo : EdUSP, 2008.

BENETTI, Geórgia Maria Ferro. Gênero e subjetividade nas comunidades sobre menstruação no Orkut. Trabalho apresentado na Sessão Temática 36 – Vulnerabilidades e condições linguísticas de sobrevivência, 8º Fazendo Gênero, Florianópolis, 2008.

BANDEIRA, Lourdes; SIQUEIRA, Deis. A perspectiva feminista no pensamento moderno contemporâneo. Em: Feminismos e Gênero. Revista Sociedade e Estado. Dept. de Sociologia , vol. VII/2, nº 3, Brasília, 1997.

BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Rio de Janeiro: ed. Bertrand Brasil, 1998.

BOURDIEU, Pierre; WACQUANT, Loic. Symbolic Violence. In: SCHEPER-HUGHES, Nancy; BOURGOIS, Philippe. *Violence in War and Peace*. Victoria, Blackwell Publishing, 2010.

BOURGOIS, Philippe. US Inner-city Apartheid: The Contours of Structural and Interpersonal Violence. In: SCHEPER-HUGHES, Nancy; BOURGOIS, Philippe. *Violence in War and Peace*. Victoria, Blackwell Publishing, 2010.

BOSTIC, Adam I. Automata: Seeing Cyborg through the Eyes of Popular Culture, Computer-Generated Imagery, and Contemporary Theory. Em: Leonardo, Vol. 31, No. 5, Sixth Annual New York Digital Salon (1998), pp. 357-361

BRUCKMAN, Amy. Finding One's Own in Cyberspace. Technology Review Magazine, January

1996

CAROSIO, Alba. Feminismo Latino-americano: imperativo ético para la emancipación. Em: GIRON, Alicia (coord.) *Gênero y Globalización*. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciências Sociales – CLACSO, 2009

CARROLI, Linda. Virtual Encounters: Community or Collaboration on the Internet? *Leonardo*, Vol. 30, No. 5, Fifth Annual New York Digital Salon (1997), pp. 359-36

CARRETEIRO, Teresa Cristina. Sofrimentos Sociais Em Debate. *Psicologia Usp*: 14(3), 57-72, 2003.

CASTELLS, Manuel. *A galaxia da Internet*. São Paulo: Zahar, 2003

COKER, Elizabeth Marie “Traveling Pains”: Embodied Metaphors of Suffering Among Southern Sudanese Refugees In Cairo. *Culture medicine and Psychiatry*, Vol. 28:1, p15-39, 2004.

COLE Jennifer. Painful Memories: Ritual and the Transformation Of Community Trauma. *Culture, Medicine and Psychiatry*, Vol. 28:1, , p.87-105, 2004.

COSTA, Ana Alice Alcantara. O movimento feminista no Brasil: dinâmica de uma intervenção política. Em: MELO,H;PISCITELLI,A;MALUF,S.PUVA,V (org.). *Olhares feministas*. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009.

CSORDAS, T. J. A Corporeidade como um Paradigma para a Antropologia. In: CSORDAS, T. J. *Corpo/Significado/Cura*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 2008, p. 101-146.

DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur. Introdução. In: DAS, V.; KLEINMAN, A.; LOCK, M.; RAMPHELE, M.; REYNOLDS, P. (Org). *Remaking a world: violence, social suffering and recovery*. Berkeley, Los Angeles e Londres. University of California Press, 2001.

DAS, Veena. Language of the Body: Transactions in the Construction of Pain. In: In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK. M. *Social Suffering*. University of California Press. Berkely, 1997.

_____. *Life and Words. Violence and the Descent into the Ordinary*. Berkeley, Los Angeles e Londres. University of California Press, 2007

_____. O ato de testemunhar. Em: *Cadernos Pagu* (37), julho-dezembro de 2011:9-41.

DAS, Veena e POOLE, Deborah. “State and its Margins”. In: DAS, Veena e POOLE, Deborah (eds). *Anthropology in the Margins of the State*. Santa Fe: School of American Research Press, 2004, p. 3-33

DIAS, Adriana Abreu Magalhães. Os anacronautas do teutonismo virtual : uma etnografia do neonazismo na internet. Dissertação (mestrado). Universidade Estadual de Campinas . Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social. Campinas: UNICAMP, 2007

DIFRUSCIA Kim Turcot. Listening to Voices: an Interview with Veena Das. *Altérités*, vol. 7, no 1, p. 136-145, 2010.

DURKHEIM, Emile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

EDWARDS; Paul N. *The Army and the Microworld: Computers and the Politics of Gender Identity*. Em: Source: *Signs*, Vol. 16, No. 1, From Hard Drive to Software: Gender, Computers, and Difference (Autumn, 1990), pp. 102-127

FALUDI, Susa. *Backlash: O contra ataque na guerra não declarada contra as mulheres*. Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

FARMER, P. *On Suffering and Structural Violence: a View from Bellow*. In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK, M. *Social suffering*. Berkeley, Los Angeles, Londres. University of California Press, 1997.

_____. The Vicissitudes of structural violence. Em: BAUER,B.; WHITEFORD,L.; FARMER,P. (ed.) *Global Health in Times of Violence*. School for advanced research. Santa Fé, N.M. 2009a.

_____. Planting “seeds of health” - in the fields of structural violence. Em: BAUER,B.; WHITEFORD,L.; FARMER,P. (ed.) *Global Health in Times of Violence*. School for advanced research. Santa Fé, N.M. 2009b.

FASSIN, Didier. “Gobernar por los Cuerpos, Políticas de Reconocimiento Hacia los Pobres y los Imigrantes”. *Educação*, v. 28, n. 2 (56), Maio/Ago. 2005

_____. *When Bodies Remember. Experiences and politics of AIDS in South Africa*. Berkeley:Los Angeles, University of California Press, 2007.

FELDMAN, Allen. *Violence and Vision: the Prosthetics and Aesthetics of Terror*. In: DAS, V.; KLEINMAN, A.; LOCK, M.; RAMPHELE, M.; REYNOLDS, P. (Org). *Violence and subjectivity*. Berkeley, Los Angeles e Londres. University of California Press, 2000.

FRAGOSO, Suely. *Mediações espaciais da sociabilidade on-line*. Pré-print do capítulo publicado em Oliveira, I. de L. e Marchiori, M. (orgs) *Redes Sociais, Comunicação, Organizações*. S. Caetano do Sul: Editora Difusão, 2012.

_____. *As Múltiplas Faces da Exclusão Digital*. Ícone, Recife - PE, v. 6, n. 7, p. 110-122, 2004.

FRAGOSO, Suely; RECUERO, Raquel; AMARAL, Adriana. *Métodos de pesquisa para a internet*. Porto Alegre: Editora Sulinas, 2011

FOUCAULT, Michel. *Coleção Ditos e Escritos*. Vol. V, *Ética, Sexualidade e Política*. RJ, Forense Universitária, 2006

_____. *Seguridad, Territorio, Población: curso en el Collège de France: 1977-1978*. Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006. Pág. 1-219.

_____. *Estratégia, Poder, Saber*. Coleção Ditos e Escritos, Vol. IV. RJ, Forense Universitária, 2003.

_____. “Aula de 17 de Março de 1976”. Em *Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002, p. 285-315

_____. “A cultura de si”. *História da Sexualidade 3: O cuidado de si*. RJ, Edições Graal, 1985, p. 43-75

_____. *História da Sexualidade 2: O uso dos prazeres*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. *Microfísica do Poder*. RJ, Edições Graal, 1979.

_____. *História da Sexualidade 1: A Vontade do Saber*. RJ, Graal, 1977

GAGNEBIN, Jeanne Marie. *Feminino Plural*. Em: TIBURI, M.; VALLE, B. *Mulheres, filosofia ou coisas do genero*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2008.

GONÇALVES, Eliane; PINTO, Joana Plaza. Reflexões e problemas da “transmissão” intergeracional no feminismo brasileiro. Em: *cadernos pagu* (36), janeiro-junho de 2011:25-46.

GONÇALVES, Eliane. De Onda E Gerações: Transmissão Intergeracional No Feminismo Brasileiro. Discurso lido durante o encontro *Prazeres e Sertões*, organizado pelo SER-TÃO, na UFG, em 12 de abril de 2011.

GUIMARÃES JR., Mario J. L. Sociabilidade no Ciberespaço: Distinção entre Plataformas e Ambientes. Trabalho apresentado na 51ª Reunião Anual da SBPC – PUC/RS, julho de 1999. Disponível em: << http://www.cfh.ufsc.br/~guima/papers/plat_amb.html >> último acesso em 20/01/2013

_____. A Cibercultura e o Surgimento de Novas Formas de Sociabilidade. Trabalho apresentado no GT "Nuevos mapas culturales: Cyber espacio y tecnologia de la virtualidad", na II Reunión de Antropologia del Mercosur, Piriápolis, Uruguai, de 11 a 14 de novembro de 1997. Disponível em: << <http://www.cfh.ufsc.br/~guima/ciber.html> >> último acesso em 20/01/2013

HARAWAY, Donna Jeanne; KUNZRU, Hari; SILVA, Tomaz Tadeu da (Org). *Antropologia do ciborgue: as vertigens do pós-humano*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

_____. *Saberes Localizados*. Em: *cadernos pagu* (5) 1995: pp. 07-41.

HAWKESWORTH, Mary. A semiótica de um enterro o feminismo em uma era pós-feminista. Em: *Estudos Feministas*, Florianópolis, 14(3): 737-763, setembro-dezembro/2006

HOLSTON, James. *Insurgent Citizenship. Disjunctions of democracy and modernity in Brazil*. Princeton e Oxford, University of Princeton, 2008.

INGOLD, Tim. *Being alive: essays on movement, knowledge and description*. Londres: Routledge, 2011.

_____. *The Perception of the environment: essays on livelihood, dwelling and skill*. Londres: Routledge, 2000.

KAUFMAN, Michael. *Los hombres, el feminismo y las experiencias contradictorias del poder entre*

los hombres. Em: ARANGO, Gabriela et. al. (orgs.) *Genero y Identidad: ensayos sobre lo femenino y lo masculino*. Santafé de Bogotá: Ediciones Uniandes, 1995.

KELLNER, Douglas. *A cultura da midia*. Bauru, SP: EDUSC, 2001.

KILPIN, Carrie. *Beyond the digital diva: women on the world wide web*. Murdoch University, 2004.

KLEINMAN, Arthur; KLEINMAN, Joan. Suffering and its Professional Transformation: Toward an Ethnography of Interpersonal Experience. *Culture, Medicine and Psychiatry*, v.15, n.3, p. 275-301, 1991.

_____. The Appeal fo Experience; The Dismay of Images; Cultural Appropriations of Suffering in Our Times. In: KLEINMAN, A.; DAS, V.; LOCK. M. *Social Suffering*. University of California Press. Berkely, 1997.

KLEINMAN, Arthur. Pain and Resistance: the Delegitimation and Relegitimation of Local Worlds. Em: GOOD, Mary-Jo DelVecchio; BRODWIN, Paul E; GOOD, Byron J; KLEINMAN, Arthur; et al. (orgs.). Berkeley ; Los Angeles ; London : University of California Press, 1994.

LATOUR, Bruno. Como terminar uma tese de sociologia: pequeno diálogo entre um aluno e seu professor (um tanto socrático). Em: cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006

_____. *Jamais Fomos Modernos: ensaio de antropologia simétrica*. São Paulo: Editora 34, 1994.

LEMOS, André. CIBERCULTURA: Alguns pontos para compreender a nossa época. Em: Lemos, André; Cunha, Paulo (orgs). *Olhares sobre a Cibercultura*. Sulina, Porto Alegre, 2003; pp. 11-23

LÉVI-STRAUSS, Claude. *As Estruturas elementares do parentesco*; tradução de Mariano Ferreira. Petrópolis:Vozes, 1982.

LÉVY, Pierre. *O que é o virtual?*. São Paulo: Ed. 34, 1996

LEWGOY, Bernardo. A invenção da (ciber)cultura. Virtualização, aura e práticas etnográficas pós-tradicionais no ciberespaço. Em: *Civitas*, v.9, nº2, maio-ago 2009, pp. 185-196

LIMA, Claudia Costa; MACHADO, Rita Maria. www.portalfeminista.org.br: Uma Biblioteca Virtual Dos Estudos Feministas E De Gênero No Brasilestudos Feministas, Florianópolis, 12(N.E.): 264, setembro-dezembro/2004

MACHADO, Lia Zanotta. *Feminismo em movimento*. Sao Paulo: Francis, 2010.

MAHMOOD, SABA. “Teoria feminista, agência e sujeito liberatório: algumas reflexões sobre o revivalismo islâmico no Egito”. In: *Etnográfica*. V.10, n. 1. CRIA, Lisboa, 2006

MARIANO, Silvana Aparecida. Modernidade e crítica da modernidade: a Sociologia e alguns desafios feministas às categorias de análise. Em: *Cadernos Pagu*, n.30, Campinas jan./jun. 2008

MONTORO, Tania. A construção do imaginário feminino no cinema espanhol contemporâneo. Em: MONTORO, T.; CALDAS, R. (orgs.) *De olho na imagem*. Brasília: Editorial Abaré, 2006

MORAIS, Gustavo. Máquina Sensível: uma proposta para ciberetnografia. III Simpósio Nacional ABCiber - Dias 16, 17 e 18 de novembro de 2009

MURILO, Luis Felipe Rosado. Tecnologia, Política e Cultura na Comunidade Brasileira de Software Livre e de Código Aberto. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2009. [Dissertação de Mestrado]

NEGRÃO, Télia. Ciberespaço, via de empoderamento de gênero e formação de capital social. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2006. [Dissertação de Mestrado]

OLIVEIRA, Mercedes. Violência Femicida – Violence against Women and Mexico's Structural Crisis. *Latin American Perspectives*, Vol. 33, No. 2, The Mexican Presidency, 2006-2012: Neoliberalism, Social Movements, and Electoral Politics (Mar., 2006), pp. 104-114.

OKIN, Susan. Gênero, o público e o privado. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 16(2): 440, maio-agosto/2008

OLIVERA, Mercedes; FURIO, Victoria J. Violencia Femicida: Violence against Women and Mexico's Structural Crisis. Em: *Latin American Perspectives*, Vol. 33, No. 2, The Mexican Presidency, 2006-2012: Neoliberalism, Social Movements, and Electoral Politics (Mar., 2006), pp. 104-114

ONG, Aihwa. *Buda is Hiding. Refuges, Citizenship and the New America*. Berkeley, University of California Press, 2003, p. 1-24; 67-191.

PRÁ, Jussara Reis. Mulheres, memória(s) e feminismo acadêmico. Em: VIEIRA, E. M.; DAL MOLIN, N. (orgs). *A Construção da Memória Política*. Pelotas: UFPEL, 2012. pp 139-160

PERRY, Ruth; GREBER, Lisa. Women and Computers: An Introduction. Em: *Signs*, Vol. 16, No. 1, From Hard Drive to Software: Gender, Computers, and Difference (Autumn, 1990), pp. 74-101

PINTO, Celi Regina Jardim. *Uma História do Feminismo no Brasil*. São Paulo: Ed. Perseu Abramo, 2003.

PISCITELLI, Adriana. Reflexões em torno do gênero e feminismo. Em: COSTA, Cláudia; SCHIMIDT, Simone. *Poéticas e Políticas Feministas*. Florianópolis: Editora das mulheres, 2004.

PLANT, Sadie. *Mulher digital: O feminino e as novas tecnologias*. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1999.

RAMOS, Alcida. "Do Engajamento ao Despreendimento". *Série Antropologia da UnB*, n.414. Brasília, Departamento de Antropologia da UnB, 2007

RECUERO, Raquel da Cunha. MEMES E DINÂMICAS SOCIAIS EM WEBLOGS: informação, capital social e interação em redes sociais na Internet. Em: *Intexto*, Porto Alegre: UFRGS, v. 2, n. 15, p. 1-16, julho/dezembro 2006.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Cultura e Política no mundo contemporâneo*. Brasília: Universidade de Brasília, 2000.

ROSS, Fiona. Speech and silence: Womens Testimony in the First Five Weeks of Public Hearings of the south african Truth and Reconciliation Comisión. In: In:DAS, V.; KLEINMAN, A.; LOCK, M.; RAMPHELE, M.; REYNOLDS, P. (Org). *Remaking a world: violence, social suffering and recovery*. Berkeley, Los Angeles e Londres. University of California Press, 2001.

ROCHA, Cristina Tavares da Costa. Expressões do ciberfeminismo na contemporaneidade. Em: Revista Tecnologia e Sociedade. Disponível em: www.ppgte.edu.br/rev03/rev03_artigo02.pdf

SCHEPER-HUGHES, Nancy. Violence and the politics of remorse – Lessons from South Africa. Em: BIEHL, J; GOOD,B; KLEINMAN, A. Subjectivity – Ethnographic investigations. University of California Press, 2007.

SCHMIDT, J. . Blogging practices: An analytical framework. *Journal of Computer-Mediated Communication*, 12(4), article 13(2007). Disponível em: <http://jcmc.indiana.edu/vol12/issue4/schmidt.html> << Acessado em 23/01/2012>>

SCOTT, James. Domination and the Arts of Resistance: hidden transcripts. New Haven, Yale University Press, 1990

_____. Weapons of the Weak. Everyday Forms of Peasant Resistance. Yale University Press, 1985

_____. Moral Economy of the Peasant: Rebellion and Subsistence in the Southeast Asia. Yale University Press, 1977

SOIHET, Rachel. Formas de Violencia, Relações de Genero e Feminismo. Em: MELO,H;PISCITELLI,A;MALUF,S.PUVA,V (org.). Olhares feministas. Brasília: Ministério da Educação: UNESCO, 2009

SCHWARTZ, Juliana; CASAGRANDE, Lindamir Salet; LESZCZYNSKI, Sonia Ana Charchut; CARVALHO, Marilia Gomes. Mulheres na informática: quais foram as pioneiras? Em: cadernos pagu (27), julho-dezembro de 2006: pp.255-278

STRATHERN, Marilyn. O gênero da dádiva: problemas com as mulheres e problemas com a sociedade Melanésia. Campinas – SP: Editora UNICAMP, 2006.

_____. Out of Context – The persuasive fictions of anthropology. Em: Current Anthropology, vol. 28, no. 03 (jun), 1987

TODESCHINI, Maya. 2001. “The Bomb’s Womb? Women and the atom bomb.” In DAS, Veena; KLEINMAN, Arthur; LOCK, Margareth; RAMPHELE, Mamphela; REYNOLDS, Pamela (eds.): *Remaking the World – Violence, Social Suffering and Recovering*, pp. 102-156. Berkeley, Los Angeles e London: University of California Press.

TURKLE Sherry; PAPERT, Seymour. Epistemological Pluralism: Styles and Voices within the Computer Culture. Em: Signs, Vol. 16, No. 1, From Hard Drive to Software: Gender, Computers, and Difference (Autumn, 1990), pp. 128-157

TURKLE; Sherry . Cyberspace and Identity. Em: Source: Contemporary Sociology, Vol. 28, No. 6 (Nov., 1999), pp. 643-648

TURNER. Victor W. O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura. Petropolis: Editora Vozes, 1974.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. O nativo relativo. Em: *Mana* vol.8 no.1 Rio de Janeiro Apr. 2002

VELHO, Otávio. *Besta-fera: recriação do mundo – ensaios criticos de antropologia*. Rio de Janeiro: Relume – Dumará, 1995.

VICTORA, Ceres. “Querem Matar os Últimos Charruas”: Sofrimento Social e a “Luta” dos Indígenas que Vivem nas Cidades. *Revista Antropológicas*: 22(1), Recife, UFPE. 2011a.

_____. Uma Ciencia Replicante: a ausencia de uma discussão sobre o método, a ética e o discurso. Em: *Saúde Soc. São Paulo*, v.20, n.1, p.104-112, 2011b.

_____. Sofrimento Social e a Corporificação do Mundo: Contribuições a Partir da Antropologia. Artigo submetido para a *Revista Saúde e Sociedade* – em avaliação.

WELLMAN, Barry; HAMPTON, Keith Living. Networked On and Offline. Em: *Contemporary Sociology*, Vol. 28, No. 6 (Nov., 1999), pp. 648-654

WERTHEIM, Margareth. *Uma história do espaço: de Dante à Internet*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WILSON, Samuel M.; PETERSON, Leighton C. The Anthropology of Online Communities. Em: *Source: Annual Review of Anthropology*, Vol. 31 (2002), pp. 449-467

WINER, David. “What makes a weblog a weblog”, *Weblogs at Harward Law*, 23 mai. 2003. Disponível em: <http://blogs.law.harvard.edu/whatMakesAWeblogAWeblog>.

WEST, Robin. *Género y teoria del derecho*. Bogotá: Siglo del hombre editores, Facultad de Derecho de la Universidad de los Andes, Ediciones Uniandes, Instituto Pensar, 2000.

10. ANEXOS

A - MICHELLE BACHELET FALA SOBRE INTERNET ÀS BLOGUEIRAS FEMINISTAS

15/12/2011 | Filed under: [Feminismo](#), [Política](#) and tagged with: [conferência](#), [evento](#), [mulheres](#), [ONU](#), [políticas públicas](#)

Michelle Bachelet lutou contra a ditadura chilena e, em 2006, tornou-se a primeira presidenta do Chile. Atualmente ela é a diretora executiva da [ONU Mulheres](#), uma entidade das Nações Unidas dedicada à igualdade de gênero e ao [empoderamento das mulheres](#).



Na noite do dia 14 de dezembro, Michelle Bachelet discursou ([transcrição em espanhol](#)) na [3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres](#). Afirmou que não há desenvolvimento, nem sustentabilidade, sem que as mulheres sejam incluídas em todos os processos, áreas e níveis, inclusive em relação a participação política. Ressaltou a união das mulheres brasileiras em torno de um processo político de luta, que inclui mulheres dos mais remotos lugares da selva amazônica, do agreste nordestino, da periferia das grandes metrópoles, das comunidades rurais, entre outras. Todas representantes e conhecedoras da realidade cotidiana das mulheres e preparadas para construir juntas propostas e reivindicações fundamentais para uma sociedade mais justa e igualitária.

É a primeira vez que Michelle Bachelet visita o Brasil na qualidade de Subsecretária Geral da ONU e Diretora Executiva da ONU Mulheres, entidade criada em 2010, que iniciou suas atividades em 2011. A criação da Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres, denominada ONU Mulheres, é uma vitória para o movimento de defesa das mulheres no mundo. E reforça a importância da existência de órgãos governamentais específicos para mulheres.

Quando presidiu o Chile, Michelle Bachelet contou que percebeu que os programas econômicos não eram suficientes para acolher mulheres desempregadas, por exemplo. “Não pode haver políticas neutras porque elas não atingem as mulheres. As políticas precisam ter especificidade de gênero, senão o resultado não será sustentado e nem garantirá os direitos”, disse a representante das Nações Unidas (ONU), ao participar da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, iniciada na última segunda-feira (12).

Sobre desafios a serem superados, a diretora apontou o baixo número de mulheres em cargos políticos e também nos postos de negociação de acordos de paz em países com conflitos e guerras civis. Dos 194 países integrantes das Nações Unidas, somente 20 são chefiados por uma mulher e elas ocupam menos de 20% das cadeiras nos parlamentos mundiais. Para Michelle Bachelet, a reforma política é um bom caminho para mudar esse cenário trazendo como opção listas fechadas com número igual de candidatos homens e mulheres.

Continue lendo em [Michelle Bachelet defende que políticas econômicas e sociais levem em](#)

[conta as necessidades das mulheres](#). Matéria de Carolina Pimentel, repórter da Agência Brasil.



A secretária-geral adjunta da Organização das Nações Unidas e diretora-executiva de ONU Mulheres, Michelle Bachelet e as ministras Secretaria de Políticas para as Mulheres e direitos humanos, Iriny Lopes e Maria do Rosario participam da 3ª Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Foto de Valter Campanato/ABr

Bachelet lembrou semelhanças entre ela e a presidenta Dilma. Ambas, há trinta anos atrás, eram jovens comprometidas com a atividade política, militando pela democracia em contextos extremamente desfavoráveis em seus países. Naquela época a presença de mulheres em altos cargos era um sonho, mas hoje, afirma Bachelet: “nós podemos”. Ao finalizar seu discurso pediu a todas as mulheres presentes que tenham sempre em mente o que já foi conquistado para se inspirarem no futuro, pois, tomando emprestadas as palavras de Dilma: “tenho certeza, senhoras e senhores, de que este será o século das mulheres”.

[Maíra Kubik](#) e eu enfrentamos o sufoco criado por diversos jornalistas, fotógrafos e fãs que avançaram sobre Michelle Bachelet na sua saída do palco. No meio da confusão tivemos a oportunidade de perguntar sobre a importância da internet para mobilizar as mulheres. Confira o áudio com a resposta de Bachelet e abaixo a transcrição:

“É uma ferramenta moderna, que pode chegar aos jovens de uma maneira atrativa e interessante para uma mensagem muito importante, como a da liberdade da mulher. Mas também para informar, para denunciar, para democratizar a informação. Vimos um processo político na África do Norte, onde tive a oportunidade de estar com jovens da Praça Tahir, onde eles usaram meios novos e além disso, tinha uma reunião com elas e estavam mandando Twitter a todos os seus amigos e amigas. A reunião foi muito maior” [tradução de [Maíra Kubik](#)]

Texto elaborado em parceria com a [Srta. Bia](#).

B - BLOGUEIRAS FEMINISTAS NA POSSE DE ELEONORA MENICUCCI

14/02/2012 | Filed under: [Feminismo](#), [Política](#) and tagged with: [entrevista](#), [estado](#), [executivo](#), [governo](#), [posse](#), [SPM](#)

Este texto foi escrito coletivamente por [Lia Padilha](#), [Suely Oliveira](#), Natalia Silveira, [Marcelo Caetano](#), Catarina Correa e [Thayz Athayde](#).

Chegamos cedo ao Palácio do Planalto para a [posse](#) da nova ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), [Eleonora Menicucci](#).



Eleonora Menicucci e Iriny Lopes, na posse da nova ministra da SPM. Foto de Thayz Athayde/Blogueiras Feministas

O auditório lotado tinha a presença de 24 ministros, personalidades políticas, ex-presos políticos, feministas históricas e muita gente da sociedade civil. Ouvimos os discursos de Iriny Lopes, que esteve à frente da secretaria em 2011, de Eleonora Menicucci, que aguardamos com grande expectativa e, por último, o discurso da presidenta Dilma Rousseff.

Iriny Lopes, que chegou ao cargo sem experiência no executivo e sem trajetória feminista, nos emocionou em seu discurso que deixou transparecer, em vez de uma gestão recuada como pensávamos, uma tentativa de acertos travada com muito suor. Todo seu discurso exalava um orgulho e honra muito grandes por ter tido a oportunidade de contribuir para melhorar a vida de muitas mulheres brasileiras.

No momento dos agradecimentos, a ex-ministra deu ênfase ao movimento feminista: *“gostaria de agradecer às feministas, que lutam e sempre lutaram por igualdade e dignidade pras mulheres. Posso daqui reconhecer vários rostos feministas. Pobres daqueles sem causa. As pessoas precisam ter uma causa.”*

E, nos agradecimentos à equipe da SPM, agradeceu às mulheres e aos homens, segundo ela, tão feministas quanto às mulheres: *“O movimento feminista também precisa dos homens”*. Desejamos sucesso na sua candidatura à prefeitura de Vitória, Espírito Santo.

Era a vez de Eleonora Menicucci se pronunciar. Ex-presa política, feminista histórica que dedicou a vida aos seus ideais de igualdade e justiça social e, principalmente à luta pela pelo direito das mulheres. Seguiu carreira acadêmica e, como docente universitária, pesquisadora e pró-reitora

adquiriu experiência e conhecimentos vastos na temática de gênero, entre eles em direitos reprodutivos e sexuais, saúde integral da mulher e políticas públicas de saúde. Tendo posição pública e histórica a favor da descriminalização do aborto.

O discurso da Eleonora, com sua biografia ao fundo, transcendeu as palavras e nos levou a um imaginário de outro mundo possível. Porque dali parecia vir uma força política capaz de transformar a SPM em um instrumento eficaz de mudanças.

Sobre sua trajetória política a ministra afirmou que: *“o engajamento na luta contra a ditadura nos ensinou a lidar com as adversidades e a nunca nos omitir diante de uma situação, por mais difícil que venha a ser”*. Ao fazer uma homenagem às mulheres, suas companheiras, que lutaram e morreram na luta contra a ditadura, foi muito difícil conter as lágrimas. Todos os presentes se levantaram. A comoção foi geral.

A ministra também homenageou as vítimas de violência sexual e falou de sua trajetória profissional. Afirmou que buscará novos caminhos e novas soluções para garantir os direitos das mulheres, com atenção especial às empregadas domésticas, desprotegidas pela legislação trabalhista vigente. Ao agradecer à família, questionou até os plurais masculinos da língua portuguesa: *“agradeço também à Maria e Gustavo, minha filha e meu filho, porque não falo meus filhos...”*.

No discurso da Dilma, a presidenta também lembrou a luta pela democracia ao lado de Eleonora e quando dividiram a dura experiência no Presídio Tiradentes, em Minas Gerais: *“Foram momentos em que o caráter, a dedicação às convicções e às causas são testados à exaustão. Por isso eu tenho certeza que meu governo ganha hoje uma lutadora incansável pelo direito das mulheres”*.

A presidenta afirmou ainda que a feminista Eleonora vai compor o governo mais feminino que o Brasil já teve, não apenas porque tem uma mulher na Presidência da República e dez mulheres à frente dos ministérios. Mas porque homens e mulheres do governo reconhecem a importância da mulher e seus direitos na sociedade.

Sobre a discussão do aborto todos nós sabemos que estamos submetidos à agenda do poder legislativo e por um executivo acuado diante da configuração conservadora no parlamento. Dilma fez questão de deixar claro em seu discurso: *“a ministra respeitará seus ideais, mas vai atuar segundo as diretrizes do governo, sobre todos os temas os quais terá atribuição”*.

Apesar disso, há uma esperança interna do movimento feminista de que no interior do governo a ministra irá pautar a temática da descriminalização do aborto nas políticas públicas. E, adotando esse caminho, ela contará com o apoio de muitas mulheres brasileiras. Vamos torcer.

Em termos políticos o maior foco e destaque foram dados, pelas três, ao combate à violência contra a mulher. Todas ressaltaram a importância da Lei Maria Penha, fundamental e primordial nesse enfrentamento, e comemoraram a feliz coincidência da [decisão do Superior Tribunal Federal](#) no dia anterior, que reconheceu a constitucionalidade da Lei Maria da Penha e garantiu mecanismos legais para punir os agressores mesmo sem denúncia da vítima.

Encerrados os discursos nós sabíamos que tínhamos presenciado um momento único para todas as mulheres do país. Um momento histórico na política nacional em que discursos, sentimentos e pessoas estavam voltados para a superação das desigualdades de gênero. Foi também um momento de inspiração feminina ao nos ver representadas por três grandes mulheres, à frente do

governo, com trajetórias distintas de protagonismo e muita luta.

Da solenidade de posse, seguimos para o almoço no palácio do planalto, e participamos na SPM da cerimônia de transmissão de cargo. No evento, Eleonora novamente discursou e em homenagem ao movimento feminista disse que fez questão de se vestir de lilás. Concluídas as formalidades, conseguimos cumprimentar a nova ministra nos apresentando como blogueiras feministas. E para a nossa feliz surpresa, a ministra que parecia exausta, em meio ao assédio da multidão, abriu um sorriso pra gente, levantou os braços e vibrou: “*eeeeeeee, as blogueiras*”.



Da esquerda para direita: Natalia Silveira, Lia Padilha, Suely Oliveira, a Ministra Eleonora Menicucci e Thayz Athayde. Foto de Thayz Athayde/Blogueiras Feministas.

Finalmente chegamos ao auge do nosso dia, conseguimos participar de uma coletiva com a nova ministra. Segue a entrevista na íntegra:

BF: Na sua época de juventude, as bandeiras eram mais definidas. Como “abaixo a ditadura” “Viva o socialismo”. E hoje parece que o jovem está sem bandeira. Qual é pra você a principal bandeira do mundo de hoje e o mundo que você quer deixar para seus filhxs e netxs?

Ministra Eleonora: Muitas bandeiras são as mesmas da época da ditadura, e a principal delas é uma sociedade sem desigualdade social. A segunda delas é uma sociedade sem desigualdade de gênero em que as mulheres exerçam seus plenos direitos e sejam valorizadas. Mas por último eu diria que a bandeira é pelo amplo projeto democrático, ou seja, igualdade política, social, econômica, de gênero e o respeito a todas as diferenças. As diferenças não podem ser consideradas como desigualdades.

BF: Quais são os principais instrumentos, ferramentas e estratégias para derrotar o machismo na nossa sociedade? Como objetivamente enfrentar um problema que é cultural, e tão impregnado na mentalidade das pessoas?

Ministra Eleonora: Principalmente por meio de campanhas, muita campanha. Mas esse não é um fato que vai mudar de um dia pro outro. Não é porque está à frente do ministério das mulheres uma feminista, que o machismo vai acabar. Não é só porque eu gostaria que a violência contra a mulher não existisse, por exemplo, que ela deixará de existir. Essa luta depende de cada uma de nós; é um processo muito longo. Mas nessa luta, nós precisamos garantir a transversalidade com todos os ministérios para garantirmos esse trabalho em conjunto, como com o ministério da

educação, cultura e saúde, por exemplo.

BF: A sua nomeação foi bastante comemorada pelos movimentos feministas que andavam bastante incomodados com a MP557, especialmente com a inclusão do termo nascituro. A senhora é, portanto, uma feminista na gestão pública e eu queria saber quais os principais desafios para os próximos três anos?

Ministra Eleonora: Primeiramente, eu só posso fazer planos enquanto eu estiver aqui, na titularidade. Se forem três anos ótimo, mas não sabemos, a presidenta é quem vai dizer. Eu vou investir cotidianamente na relação concreta com todos os ministros desse governo. Eu quero um diálogo transformador. Vou investir na relação com a bancada feminina, que a SPM já vem estabelecendo há algum tempo. Por fim, queria vou defender sempre uma sociedade onde se respeite as diferenças, uma sociedade sem preconceitos, pois só assim é que se pode ser feliz.

BF: Nós gostaríamos de saber se tem alguma coisa que a senhora não falou ainda e que gostaria de falar para todas as pessoas.

Ministra Eleonora: Primeiramente gostaria de dizer que vocês são muito simpáticas e que as portas estarão sempre abertas para vocês. Gostaria também de dizer que continuem fazendo o controle social. Vocês estão entendendo o que eu estou falando? O bom controle social.

Sáimos confiantes da entrevista. O dia 10/02 é um dia que ficará marcado para nós Blogueiras Feministas, como um dia de esperança muito especial. Estamos na torcida e desejamos muito sucesso e realizações à nova ministra!

C - NOSSO BRASIL SE ESCREVE COM “S” E NOSSO MOVIMENTO NÃO É ASSIM NÃO

17/08/2012 | Filed under: [Corpo](#), [Feminismo](#) and tagged with: [manifestação](#), [movimento feminista](#), [protesto](#)

O Femen tem [atuado de forma polêmica](#) na Ucrânia na luta pelo fim da exploração sexual das mulheres. Desde que resolveu se abrigar, a polêmica também desembarcou por aqui. E não só por escolher o topless como principal forma de protesto, mas por causa da visão, digamos peculiar, que a integrante mais conhecida do grupo tem do feminismo.

A primeira vez que eu ouvi falar de Sara Winter foi na época da [Cúpula dos Povos na Rio +20](#). Participei da [Marcha das Mulheres](#), que repercutiu de uma forma muito interessante na mídia. Como muitas mulheres tiraram a roupa durante o protesto, a mídia ficou em alvoroço e no seu afã de tirar o caráter político do ato, [elegeu como musa a Brígida](#), integrante do grupo [Tambores de Safo](#) e militante da [Articulação de Mulheres Brasileiras](#).

Só que até ver as falas das meninas dos Tambores, o Fantástico dedicou uma parte da reportagem [‘Grupos feministas usam a nudez como forma de protesto’](#) para falar da Sara Winter, que estava na Ucrânia, participando de um curso de formação do Femen e de [protestos contra a Eurocopa](#). A princípio, me incomodou aquela coisa da Femen só ter mulheres loiras, jovens e bonitas, e de não ser muita gente, só uma ou duas ali esperneando algumas frases de protesto até a polícia chegar. Enfim, era só um incômodo.

Mas não é que a Sara virou quase uma celebridade? Deu [entrevista para a Marília Gabriela](#), para o [Superpop](#), para mais de uma [reportagem do G1](#). Eu não vi nem li quase nada disso, mas tava aqui iludida achando que era uma coisa legal, dar tanta visibilidade para o feminismo.

Doce ilusão, a coisa começou foi a desandar. A presença da Femen Brazil (sim, elas escrevem com “z”) na mídia brasileira faz parecer que o Brasil nunca teve feminista, que estamos aprendendo agora como é ser ativista com a representante de um movimento ucraniano (tinha que ser Europa, claro). E que um dos problemas que assolam o país e prejudicam as mulheres é, pasmem, a [pirataria de livros](#).

Achei ruim que a coisa virou isso, sabe? Eu não conheço nada de como o Femen atua na Ucrânia. Sequer conheço a Sara, nem sei se ela queria tanta atenção e visibilidade. Não sei o que ela conhece dos movimentos feministas pelo o país, se já teve a chance de militar em um movimento organizado, se tem interesse em dialogar.

Eu, particularmente, queria conversar com ela sobre o movimento feminista brasileiro. Porque o movimento que eu conheço é bem diverso, mas não a ponto de abrir mão de suas pautas históricas. Tenho certeza que seria legal discutir a questão de raça, porque as feministas negras têm ideias muito interessantes sobre as intersecções entre racismo e feminismo, que ajudam a perceber porque é um problema que todas as ativistas da Femen sejam brancas.

Ah, queria defender também que o movimento feminista é um movimento político, na medida em que para libertar as mulheres e livrá-las da exploração sexual, a gente precisa reivindicar e garantir direitos, formular políticas e se unir a outros movimentos sociais na luta contra as diferentes formas de opressão.

Por fim, falei todo o tempo na Sara nesse texto porque ela é a pessoa que mais aparece, que se coloca como liderança do grupo, e só está rolando incorporação de novas ativistas agora. Mas é importante pontuar que um movimento não é uma pessoa. Não é um problema protestar sozinho, mas é complicado reivindicar para si uma identidade coletiva sem entender o que ela significa. Como eu disse, o movimento feminista é muito diverso e seria legal se o Femen estivesse disposto a se juntar a nós nessa luta, e não fazer escolhas ou dar declarações que às vezes contrariam coisas importantes da nossa agenda de luta.

Nós estamos em um momento muito legal do feminismo, que renovou seu fôlego com a [Marcha das Vadias](#). Só que vivemos em um contexto muito difícil de conservadorismo e, nesse caso, retrocessos dentro do próprio movimento não fazem sentido.

D - CARTA A FEMEN BR

20/08/2012 | Filed under: [Feminismo](#), [Mídia](#), [Política](#) and tagged with: [diálogo](#), [manifestação](#), [movimento feminista](#)

Saudações feministas!

Esta carta não é uma recriminação, tampouco um empurrão contra o muro. É mais para que a gente se entenda, sabe como é. Eu sou feminista, vocês se classificam como neofeministas, então suponho que tenhamos coisas em comum, não?

Primeiro de tudo: o que é esse tal de neofeminismo? Uma das representantes de vocês diz que é um feminismo baseado em uma nova forma de protesto, como é isso exatamente?

Porque olha, é de fato uma particularidade de vocês o protesto sem roupa, mas novo ele não é. Não vivemos sequer uma daquelas épocas em que não se vê gente pelada pela frente (eu penso sempre no Luis Fernando Verissimo, em uma das suas crônicas, dizendo algo como “a molecada que hoje tem mulher nua em profusão não sabe como a gente sofria pra ver um pedaço de coxa no cinema” – claro, ele foi rapazote lá na metade dos anos 1950, mas sabemos que ele tem lá sua parcela de razão quando ressalta que eram outros tempos). Não vamos longe demais no tempo, as [Marchas das Vadias](#) ocorreram pelo país todo e contaram com participantes de *topless*. Então, sigo buscando a novidade que vocês apregoam, tentando entender de onde exatamente ela vem.

“*Veja, estamos na mídia, somos notícia*”. Ótimo. Esse é um dos pontos espinhosos na conversa. Eu não sei como parece a vocês, como é a avaliação que vocês fazem da repercussão das suas aparições (em grupo ou de representantes isoladas, caso da Sara no [programa da Marília Gabriela](#)) e, do que pode ter ficado da mensagem que vocês dizem procurar passar. Mas, sinceramente, eu desconfiaria.

Porque em primeiro lugar, sabemos que nem tudo que sai da nossa boca, das nossas mãos e nem tudo o que sobra das nossas ações repercute da mesma forma e em consonância com nossas intenções. E, isso aposto que vocês já perceberam, inclusive depois da divulgação de [notícias sobre Sara Winter](#). Você fala ou faz uma coisa e quando vê, ela aparece do avesso (como vocês podem ver estou aqui considerando a versão oficial divulgada, de que um suposto envolvimento de uma das integrantes da Femen Brazil com nazistas e fascistas é passado. Também não vou discutir aqui o conceito de passado ou presente ou as percepções individuais de passagem do tempo).

Então, fico pensando até que ponto a visão sobre vocês é séria ou é baseada em um olhar de exotismo, de um “feminismo folclórico” ou pitoresco. Sobre o moralismo nem preciso comentar, é a primeira manifestação frente a algo tão simples como um corpo nu (e eu lamento bastante que isso ocorra porque o direito ao uso do próprio corpo deveria ser encarado como básico, fundamental, inalienável).

Mas, voltando, o que sobrevive para além desse aparente interesse pelo que é novo e exótico? Meninas de *topless* e coroas de flores [protestando no vão do MASP em São Paulo](#)? Parte da cobertura da imprensa sobre as manifestações de vocês e a [inclusão de novas manifestantes](#) no grupo assemelhou cada uma das mulheres a uma candidata a concurso de beleza, sob o pretexto de traçar um “perfil”. E foi isso, basicamente isso. Há que se ter cuidado, estar em evidência não é, necessariamente, associar consistência à imagem ou ser levad@ a sério.

O que estou querendo saber, na verdade, é o que vocês pretendem oferecer além dos protestos em grupo ou individuais? Falo de propostas mesmo, sabem como é? Quais as bandeiras do grupo? Como o grupo se organiza? Como pretende lutar? Como pretende agregar pessoas e como elas devem participar?

Fiz visitas à página da [Femen Brazil](#) e da [Sara Winter](#) no Facebook e vi que há pessoas interessadas em fazer parte da Femen Brazil, mas o que elas vão encontrar aí? Se eu resolver mandar uma foto minha com os seios pintados, vou ter a mesma acolhida que teriam candidatas com, digamos, 15 anos a menos que eu? Não pergunto para apontar dedo não, mas é porque me espantei um pouco com essa ideia de “[processo seletivo](#)”.

Vocês se apresentam como um grupo que não tem líder, mas vejam só, a pessoa que é no momento o rosto mais conhecido da Femen Brazil deu aquela entrevista à Marília Gabriela em que diz: “*Eu estou atualmente com uma equipe de umas XX pessoas...*”.

Então, é uma contradição que não me cai bem, porque integro um grupo (as Blogueiras Feministas) de estrutura horizontalizada, onde as decisões são tomadas de forma coletiva, em que há deliberação. Para mim, basta a hierarquia que sou obrigada a seguir em função do trabalho. Também estranho muito que a hipereposição da mesma pessoa que é apontada como “representante” não dê espaço para outras pessoas — então não conhecemos qualquer outra face do grupo.

Na verdade, meu incômodo principal é resumido da seguinte forma: não sei qualquer coisa sobre a Femen Brazil. Não me chamem de desinformada, não me mandem ler. Eu já li, na verdade, sobre a “matriz” ucraniana, mas não encontrei material **consistente** disponível sobre a luta de vocês e seus projetos.

O que tenho é um conjunto de declarações um pouco desencontradas e muito vagas em uma série de veículos da mídia. Sei um pouco sobre alguns movimentos de mulheres atuantes no Brasil, como a [Marcha Mundial das Mulheres](#), as [Católicas Pelo Direito de Decidir](#), a [Articulação de Mulheres Brasileiras](#), o [SOS Corpo](#), entre outros. Sobretudo, porque há um diálogo constante entre pessoas das Blogueiras Feministas e esses grupos — assim como procuramos sempre uma intersecção com outros movimentos, com outras lutas.

Enxergo uma pauta em comum entre vários grupos e vejo muita solidariedade. Mas não vejo vocês além das telas, das fotografias, das declarações apressadas e pouco esclarecedoras. Li, inclusive, uma [carta aberta de Gabi Santos](#), militante que decidiu abandonar a Femen Brazil por se ressentir com a falta de esclarecimentos para uma série de questionamentos postos, tanto a respeito do grupo em si, quanto sobre posicionamentos da Sara em relação a política e sociedade.

Não vim aqui passar receita de bolo, sou uma dessas pessoas jocosamente chamadas de “militante de sofá” — acho que uma das coisas que posso fazer é produzir e repercutir conteúdos, debater, discutir e, não me furto a essa participação, ainda que tenha gente disposta a dizer que a militância só vale se sair à rua de cartaz na mão. Porém, sinto falta em vocês de clareza, abertura, transparência e diálogo. De maturidade. De consciência de que para brincar com a mídia não tem que ter só disposição, mas tem que ter habilidade, tem que ter jogo de cintura e muita, muita reflexão, muita autocrítica, muita atenção às contradições internas e às aparentes.

Posso dar um exemplo? Questionada pela Marília Gabriela sobre a hipótese de aceitar algum convite para posar nua em uma revista masculina, Sara Winter, apresentando-se naquele contexto

como representante da Femen Brazil, fez uma diferenciação entre o “nu artístico” e o nu com “poses sensuais”. Então, olha só, não parece a vocês tênue demais a linha entre o “nu artístico/político” e o “nu sensual”? Eu acho caduca essa negação da sensualidade, essa insistência na separação do que é “artístico” e “sensual”. Moralista mesmo.

Nu é nu. a [Demi Moore grávida na capa da Vanity Fair](#) era grávida, a mulher grávida tem aquela aura de sacralidade, mas é sensual também. A italiana, [Cicciolina](#), protestava com os seios de fora, era declaradamente política e era sensual, vinte anos atrás ou mais. Daí, tenho essa dificuldade gigante em entender um movimento feminista cujo carro-chefe é o uso do corpo para fins políticos e que deixe ir a público uma posição recalcitrante de julgamento sobre o uso do corpo — e se declare apolítico (embora eu ache que vocês confundem “apolítico” com “apartidário” e embora também eu ache que [essa história de desvinculação político-partidária pode não estar muito bem contada](#)).

Sara Winter falou sobre o posicionamento da Femen (não necessariamente o grupo brasileiro) e sobre prostituição. Disse que a educação pode ser um instrumento de combate à prostituição, que a pessoa que recebe educação não vai precisar escolher se prostituir. Então, vem cá, não tem prostituição onde as pessoas são “educadas”? Onde há altos níveis de escolarização e conscientização da sociedade? Por que essa vitimização da prostituta como alguém que precisa ser “salva”, nos moldes do clichê “eu vou tirar você desse lugar”? Complicado, não? Não se preocupem, a prostituição é um dos pontos de grande discussão entre feministas. Poré, o debate precisa partir de alguma base e deve prescindir de julgamento.

Então é isso. Há muitas de nós nos organizando em grupos pelo mundo. Um deles é o de vocês, que acabaram de trazer a Femen ao Brasil e não deixaram muito claro a que vieram. O movimento feminista no Brasil tem pautas estabelecidas, lutas e reivindicações. O feminismo ao qual me integro é coletivo, colaborativo e inclusivo. Não “seleciona”, mas busca acolher (e se bate duramente se isso não ocorre). Meu feminismo é aquele que se questiona, se aperfeiçoa, bate cabeça, mas dialoga. Questiona e responde perguntas, se coloca à prova. Aprende, reflete e busca a coerência, prima pela solidariedade. Nesse feminismo, o melhor é o plural. Seria bom poder dialogar para sabermos se o neofeminismo está na luta conosco também.

Boa sorte a vocês.

E - A RESISTÊNCIA DOS GUARANI-KAIOWÁ E DE OUTROS POVOS INDÍGENAS

25/10/2012 | Filed under: [Violência](#) and tagged with: [denúncia](#), [estado](#), [indígena](#), [mulher indígena](#)

Independente de ser um suicídio coletivo ou não, está havendo um massacre indígena no estado do Mato Grosso do Sul. Após receber mais uma ameaça de despejo das suas terras, a comunidade indígena Guarani-Kaiowá, da aldeia de Pyelito Kue/Mbarakay, que vive no município de Iguatemi, Mato Grosso do Sul (MS), apresentou uma carta que declara sua resistência no momento em que a morte parece ser o destino dessas pessoas, de todo um povo.

[+] [Nota sobre o suposto suicídio coletivo dos Kaiowá de Pyelito Kue.](#)

[+] [Carta da comunidade Guarani-Kaiowá de Pyelito Kue/Mbarakay-Iguatemi-MS para o Governo e Justiça do Brasil.](#)

O suicídio entre os Guarani-Kaiowá já ocorre há tempos e é mais comum entre os jovens. De acordo com o [CIMI – Conselho Indigenista Missionário](#), entre 2000 e 2011 foram 555 suicídios motivados principalmente por situações de confinamento, falta de perspectiva, violência aguda e variada, afastamento das terras tradicionais e vida em acampamentos às margens de estradas.

[+] [Brasil: O grito da resistência Guarani Kaiowá.](#)

Além da ameaça do rico agronegócio da região, que não encontra obstáculos para sua expansão, interpretações desencontradas da Justiça acerca dos direitos constitucionais dos Guarani-Kaiowá também têm contribuído para o clima de extrema insegurança entre os indígenas.

Em setembro, a Justiça Federal de Navirai ordenou o despejo da comunidade de Pyelito kue/Mbrakay, em Iguatemi, o que levou os indígenas a anunciar, em carta, a intenção de morrer na área caso a expulsão ocorra.

“Sabemos que não temos mais chance em sobreviver dignamente aqui em nosso território antigo, já sofremos muito e estamos todos massacrados e morrendo em ritmo acelerado. Sabemos que seremos expulsos daqui da margem do rio pela Justiça, porém não vamos sair da margem do rio. Como um povo nativo e indígena histórico, decidimos meramente em sermos mortos coletivamente aqui. Não temos outra opção esta é a nossa última decisão unânime diante do despacho da Justiça Federal de Navirai-MS”.

Porém, é preciso lembrar que a questão indígena no Brasil não se resume a esse episódio. Em vários estados há comunidades indígenas, constantemente ameaçadas, seja pelo [agronegócio](#), pela [especulação imobiliária](#) ou pela [disputa de terras](#). Nos últimos nove anos, 503 índios foram assassinados no Brasil, uma média de 55 por ano. Em 2011, os estados que registraram maior número de homicídios foram Mato Grosso do Sul, Bahia e Pernambuco. No ano passado, 42 reservas foram invadidas em diferentes regiões do Brasil.

Hoje, publicamos o relato de Daiara Tukano, indígena que tem sua origem no município de São Gabriel da Cachoeira (AM) e que vivencia com sua comunidade muitos casos de violência. Porque não é de hoje que a população indígena é marginalizada.

Uma rede de pedofilia vem se consolidando no município de São Gabriel da Cachoeira (a 858 quilômetros de Manaus), no extremo norte do Amazonas, sem que os envolvidos sejam

investigados e muito menos punidos. As vítimas são meninas indígenas entre 10 e 16 anos de idade. Pessoas vinculadas a instituições sociais são ameaçadas caso façam as denúncias e as vítimas são coagidas a ficarem caladas. Ver: [Meninas indígenas são vítimas de rede de pedofilia no Alto Rio Negro \(AM\)](#).

Texto de [Daiara Tukano](#).

Somos 240 povos e falamos 183 línguas distintas. Somos 817.963 autodeclarados ao [IBGE](#), mas somos mais. Somos mais nos 74 pontos isolados nas florestas onde o IBGE não chega e, somos mais nas cidades onde a sociedade teima em não nos reconhecer, onde muitos de nós deixaram de reconhecer nossa origem e nossa cultura.

Nosso genocídio começou faz 513 anos com a chegada de outros humanos que não nos reconheceram como iguais. Assassinatos, abusos sexuais, escravidão, assédio moral, racismo e alienação cultural são as principais violências que assombram nossos povos e nossos descendentes desde então. A maior violência de todas ainda é a psicológica, pois a discriminação alojada no consciente e subconsciente brasileiro, século após século, pintou uma caricatura que facilitasse, justificasse e omitisse tamanha violência.

Em 1757, fomos oficialmente libertados da escravidão e, dizem que em 1888 ano da lei áurea, 80% da população brasileira era negra. Afirmam isto porque além do extermínio causado pelas guerras e epidemias da colonização éramos invisíveis e poucos se deram o trabalho de nos contar.

Em 1988, 321 anos depois de nossa “libertação” fomos reconhecidos plenamente como cidadãos brasileiros: deixamos de ser considerados incapazes... ganhamos RG, CPF, direitos e até nos tornamos “patrimônio”. Nos anos 60 a 80 houve uma redescoberta dos povos indígenas no Brasil. Não éramos mais estudados por missionários, mas por antropólogos que ajudaram a revelar um pouco de nossa realidade e a grande miséria em que nos encontramos.

Foram precisas muitas batalhas em várias frentes e de muitos povos para chegar à vitória democrática da constituinte, após séculos de colonização, escravidão, invisibilidade e chumbo.

Parece bobo tentar resumir 513 anos em tão poucas palavras, mas Doétiro, meu pai, nasceu “incapaz”. Como sua língua era “errada”, os missionários mudaram seu nome para Alvaro. Como seus deuses não existiam, foi batizado Sampaio e não Tukano. Como eram generosos, recebeu educação, foi catequizado, completou o magistério para poder continuar a catequizar seu povo e até poderia tornar-se diocesano e “casar”. Uma oferta de “futuro brilhante”, em troca daquilo que se configura hoje como trabalho escravo.

Essa troca não foi de todo mal. Como professor, Doétiro participou da alfabetização de seus parentes e começou uma insurgência diante da cultura cristã que lhes fora imposta. Perdeu o trabalho, mas ser considerado “incapaz” não impedia um indígena de cumprir o serviço militar, assim meu pai foi conhecer o mundo. Mal sabiam esses religiosos e esses militares que, em 1980, esse “incapaz” denunciaria na ONU a destribalização e o etnocídio praticados pela igreja e pelas ditaduras militares na América latina.

Nasci dois anos depois, filha de uma geração indígena que NÃO SE CALA.

Há quem argumente que os crimes cometidos há 500 anos não podem ser justificativa para que cada vez mais nos organizemos, politizemos e lutemos, denunciando os crimes praticados contra nossos direitos e liberdades. A falta de visão histórica dessas pessoas prolonga, de maneira sistemática, nosso genocídio. Sem conseguir evitar que este se torne cada vez mais aparente e consciente, tornando a sociedade cúmplice de uma das maiores tragédias da humanidade.

O grito de desespero dos Guarani-Kaiowá é mais um entre centenas de outros povos indígenas no mundo. Aqueles que estão à margem de uma cultura dominadora, cujos valores ironicamente consomem a si mesma.

Esta cultura que se auto-consome, consome nosso planeta. Nosso grande choque cultural está na maneira em que observamos e vivenciamos o mundo. O que para eles são minerais, plantas e animais, para nós são mãe, espiritualidade e sustento.

Temos prioridades diferentes com relação aquilo que consideramos equilíbrio global, mas ainda em minoria não nos calaremos, porque nossos territórios são nossos santuários e, é ali que construímos nossas aldeias seja na floresta ou na cidade.

Somos todos parentes.

Quando a aldeia maracanã é demolida sentimos a fratura.

Quando o Santuário dos Pajés é incendiado nosso sangue arde.

Quando os Guarani Kaiowá morrem nossa alma grita!

Hayaya!

Duhigô Tukano / Daiara Figueroa; Brasília 24/10/12

F - O ESTUPRO E A AMEAÇA AOS GUARANI-KAIOWÁ

02/11/2012 | Filed under: [Violência](#) and tagged with: [estupro](#), [indígena](#)

Publicamos, semana passada, o [texto de Daiara Tukano](#) sobre as inúmeras violências que os povos indígenas sofrem no Brasil. Especialmente no caso das mulheres, a violência sexual tem sido o elemento mais cruel.

Além das denúncias de [redes de pedofilia e prostituição infanto-juvenil](#), uma índia guarani-kaiowá de Pyelito Kue foi estuprada por oito pistoleiros em Iguatemi/MS, no final do mês de outubro. Uma clara tentativa de coagir sua comunidade por meio da violência, agora que o caso da disputa territorial finalmente está ganhando a mídia.

Enquanto M.B.R se dirigia do tekoha Pyelito Kue para o centro urbano de Iguatemi, Mato Grosso do Sul, nesta quarta-feira, 24, o motoqueiro que a levava mudou de rota, entrou numa fazenda chamada São Luís e lá oito pistoleiros aguardavam a indígena, que passou a ser violentada sexualmente.

De acordo com relatos da própria indígena, os pistoleiros a amordaçaram antes do início das sessões de estupro. Enquanto se revezavam, um sempre mantinha a ponta de uma faca no pescoço de M.B.R. Logo após as sucessivas violências, um dos homens apontou a espingarda que trazia para a cabeça da indígena e passou a dirigir perguntas sobre Pyelito Kue e suas lideranças.

“Ela contou que depois disso os homens deixaram ela largada por lá. Outro homem a viu e prestou socorro. Foi toda machucada para o Hospital São Judas Tadeu e recebeu medicação, atendimento”, relata Líder Lopes, de Pyelito Kue. M.B.R já está na comunidade e aguarda nova ida ao hospital.

Referência: [Kaiowá e Guarani de Pyelito Kue é violentada por oito pistoleiros em Iguatemi, MS](#). CIMI – Conselho Indigenista Missionário.

Pelo que demonstram, os senhores brancos que se apossaram das terras não deixarão que essa disputa seja decidida nos tribunais ou por decisão do Estado, de maneira limpa. Exercerão seu poder com violência, ameaçando os guarani-kaiowá e tantos outros grupos indígenas.

▪

Marcha indígena por terra e justiça em Dourados/2011. Foto de [Egon Heck/CIMI – Conselho Indigenista Missionário](#).

Essa semana, enquanto os guarani-kaiowá recebiam a notícia da [cassação da liminar](#) que determinava a desocupação de área na Fazenda Cambará, em Iguatemi/MS, a [Polícia Federal iniciou a retirada de 60 famílias Kadiwéu](#) de uma área de cerca de 160 mil hectares de terra indígena demarcada no município de Porto Murtinho, na região do Pantanal do Mato Grosso do Sul. A área fica dentro da Terra Indígena Kadiwéu.

Segundo, [Marta Maria Azevedo, presidenta da Funai](#), a solução dos conflitos também passa pelo reconhecimento dos governos estadual e federal de que promoveram ‘colonização em terras tradicionalmente ocupadas por terras indígenas’. Marta cobrou a criação de ‘espaços de diálogo, de concertação, de tratamento desses conflitos’.

A sociedade brasileira, que vive no território que pertenciam aos indígenas há mais de 500 anos atrás, tem que reconhecer sua face exploratória e lutar para que os direitos humanos dos indígenas sejam respeitados. Dia 31 de outubro, aconteceram manifestações nas ruas em [Brasília/DF](#) e [Vitória/ES](#), em defesa dos guarani-kaiowá.

É fundamental que a sociedade se envolva nessa questão, justamente para compreendermos que o processo de colonização custou a vida desses povos, de sua cultura e tradições. Por isso, apoiamos a Carta Aberta e Manifesto organizada por acadêmicas e ativistas dos movimentos feministas e de mulheres, que cobram da presidenta Dilma Rousseff e da Ministra da Secretaria de Políticas para Mulheres, Eleonora Menicucci de Oliveira, uma postura que solucione o problema e que não permita que a violência sexual contra as indígenas siga impune.

CARTA ABERTA E MANIFESTO

À Presidenta do Brasil

Sra. DILMA ROUSSEFF

À Ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – Sra. ELEONORA MENICUCCI DE OLIVEIRA

Prezadas Senhoras,

Nós, acadêmicas/os e ativistas dos movimentos feministas e de mulheres (e outras pessoas solidárias às nossas causas) abaixo assinadas/os, vimos manifestar nossa veemente indignação e repúdio ao descaso do Estado brasileiro com a situação de extrema violação dos direitos humanos dos índios e índias guarani kaiowás, acirrada pela situação intolerável e alarmante de genocídio dessa etnia e exigimos providências urgentes diante de tal situação.

A situação dos guarani kaiowá tem sido abordada em relatórios nacionais e internacionais, de organizações da sociedade civil, de órgãos governamentais, pelo Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e por acadêmicos de áreas diversas e, nesses vários documentos, o dado mais alarmante se refere à violação dos direitos humanos dos índios guarani kaiowá e de outras etnias, em todo o Brasil.

Vimos nos manifestar e solicitar urgentes providências aqui, de forma mais específica, contra a permanente situação de violência a que mulheres e crianças guarani kaiowá têm sofrido durante um processo de luta que perdura por mais de 40 anos, na vã tentativa de demarcação das terras desses indígenas e pelo cumprimento efetivo daquelas leis que determinaram essa demarcação. Nos últimos meses, como todos sabemos, o conflito entre fazendeiros e políticos do Mato Grosso do Sul e os guarani kaiowá tem se acirrado e as suas mulheres e as crianças têm sido um dos mais atacados alvos das forças que impedem a conclusão desta disputa. Elas, como é comum em conflitos e guerras ao redor de todo o mundo, têm sido foco de inúmeros e continuados episódios de tortura e de humilhações que ferem brutalmente não só a sua dignidade e humanidade, amplamente defendidas na Declaração Universal dos Direitos Humanos, mas também a de tod@s nós, mulheres e homens brasileir@s que compartilham com elas o conjunto desses direitos inalienáveis.

A notícia recente de que uma índia guarani kaiowá foi raptada, estuprada por um grupo de homens que estavam em um carro oficial da prefeitura da cidade e que foi posteriormente

abandonada em uma estrada é eloqüente por si só de que tais torturas já superaram, em muito, o limiar do aceitável e do digno em termos humanos. Esta notícia estarecedora se junta a outros fatos narrados pelas/os guarani kaiowá sobre inúmeros outros episódios de torturas, lesões e agressões corporais às mulheres dessa etnia. A violência sexual praticada contra mulheres guarani kaiowá é, como já afirmado, característica entristecedora de contextos de conflito e guerra e tem efeitos sórdidos e humilhantes para as mulheres, para a toda a etnia guarani kaiowá e para todos os brasileiros e brasileiras. Neste sentido, a permanência da omissão/inação do Estado brasileiro será tão criminosa quanto são criminosos tais atos de violação dos direitos básicos desses brasileiros e seres humanos.

Diante desses inaceitáveis acontecimentos que afetam as/os guarani kaiowá, e em especial de suas mulheres e crianças, e que ultrajam a humanidade de todas/os nós, exigimos, em caráter de urgência, ações IMEDIATAS da primeira mulher Presidenta deste país – Sra. Dilma Rousseff – e da ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – Sra. Eleonora Menicucci de Oliveira. Medidas imediatas destinadas à assegurar os direitos básicos de preservação da integridade humana dessas mulheres e crianças guarani kaiowá, bem como a IMEDIATA punição dos agentes desses crimes, e também a instauração de ações mais enérgicas no sentido da efetiva resolução PACÍFICA E JUSTA DESTE CONFLITO. Se estamos efetivamente num Estado que se apresenta à comunidade internacional como sendo um Estado Democrático de Direitos, nossas dignas representantes e dirigentes não poderão se furtar a mediar uma solução urgente para tais impasses e violações que são completamente intoleráveis.

Assinam esse Manifesto,

G - MATRIARCADO.COM?

06/04/2011 | Filed under: [Cultura](#), [Trabalho](#) and tagged with: [consumo](#), [e-commerce](#), [internet](#), [redes sociais](#), [tecnologia](#)

As mulheres já são maioria nas universidades.
 As mulheres já são maioria entre os empreendedores.
 As mulheres já são maioria entre os eleitores.

Manchetes como essas se repetem no noticiário como filmes de cachorro na Sessão da Tarde. São números que muitas vezes trazem informações importantes, mas que são maltratados pelos analistas. A mais nova integrante da lista é a manchete que aponta que mulheres já são maioria na internet.

Na semana passada, o texto [“Why Women Rule the Internet?”](#) (Por que as mulheres dominam a internet?), de Aileen Lee, causou bastante repercussão. A autora juntou diversos dados para mostrar que mulheres estão em maior número e usam com mais intensidade as redes sociais e são as principais compradoras em alguns sites de comércio eletrônico. Ela conclui com um apelo para que as empresas levem em conta esse mercado em suas decisões, que pensem nas mulheres como público que merece atenção, e chama a atenção para a importância de ter mulheres na equipe, para atingir isso.

À primeira leitura, parece empolgante. Afinal, a internet é um espaço que, por ser novo e por ser aberto, oferece uma promessa de expressão para grupos – como nós, mulheres – que não têm o mesmo espaço em ambientes tradicionais. Este blog e a lista que o originou são isso: ferramentas para a construção de uma auto-expressão feminina. Que estejamos presentes é, no mínimo, um bom começo.

A análise de Aileen Lee tem dois pontos que merecem um olhar mais atento. O primeiro é onde estão as mulheres que ela menciona. Os sites de comércio eletrônico que têm maioria de consumidoras são o Zappos (de moda), Groupon (compras coletivas, com muitas ofertas ligadas a moda e beleza), Gilt Groupe (marcas de luxo), Etsy (artes e artesanato) e Diapers (artigos para bebês). Ou seja, nada de novo em relação aos shopping centers do mundo offline: lojas de nicho, ainda que movimentando grandes quantias de dinheiro. São sites que, em geral, funcionam na lógica de separação dos gêneros, de papéis marcados para homens e mulheres.

O segundo ponto é a relação feita entre consumo e poder. As mulheres são responsáveis por uma fatia muito maior dos gastos da família, mas isso não significa controle e sim mais um aspecto da atribuição feminina de cuidar da família. O poder de consumo em parte se relaciona à independência financeira, mas não compra igualdade.

□

O texto ainda traz pistas sobre como as mulheres usam as redes sociais. No Facebook, além de estarmos em maior número, criamos mais mensagens e temos mais amigos. O mesmo se repete em outros sites, chamados de matriarcados em um artigo de [Brian Solis](#). As mulheres estão falando mais (nenhuma novidade para quem já ouviu inúmeras piadas sobre mulheres tagarelas), mas aparentemente ainda são pouco ouvidas. Nossa [presença em eventos](#) de informática e internet ainda é pequena e causa espanto e [poucas empresas de internet](#) pertencem a ou são dirigidas por mulheres.

A internet é um meio importante para a discussão, mobilização e visibilidade para as mulheres. O quadro atual pode não ser tão favorável como querem pintar – e é importante reconhecer isso para podermos mudá-lo –, mas também é preciso reconhecer algumas vitórias. Poder escrever este post é uma delas.

UPDATE: Na publicação online [Mulheres de Expressão](#) (recomendo!), da ONG Artigo 19, há dados sobre o uso da internet por homens e mulheres no Brasil.

No Brasil, segundo pesquisa realizada pelo Comitê Gestor da Internet (CGI.br) em 2009, 60% dos homens utilizam um computador diariamente contra 55% das mulheres. A diferença é maior quando se considera o acesso no ambiente de trabalho: 25% dos homens têm acesso a um computador e à Internet no trabalho, contra 20% das mulheres com acesso ao computador e 18% à Internet.

Além disso, há diferenças quanto ao caráter do uso da rede: enquanto 17% dos homens usuários de Internet a utilizam para atualizar blogs ou páginas eletrônicas, apenas 14% das usuárias mulheres o fazem; 15% dos usuários do sexo masculino usam a Internet para participar de listas de discussão e fóruns, contra 10% das do sexo feminino. A situação se inverte quando se trata da busca de informações relacionadas à saúde: 34% dos homens buscam esse tipo de informação, contra 43% das mulheres, o que mostra como a rede pode ser uma fonte importante para o público feminino em determinados temas.

H - PRESENTE DE NATAL DE MAU GOSTO DA PRESIDENTA PARA AS MULHERES: MP 557

15/01/2012 | Filed under: [Política](#), [Saúde](#) and tagged with: [aborto](#), [gravidez](#), [legislação](#), [maternidade](#), [política pública](#)

O presente de natal da presidenta para as mulheres não poderia ser mais inquietante: no dia 27 de dezembro a [Medida Provisória 557](#) foi publicada no Diário Oficial. Seu objetivo é instituir o Sistema Nacional de Cadastro, Vigilância e Acompanhamento de Gestante e da Puérpera para Prevenção da Mortalidade Materna.

Logo que a medida foi publicada, diversas feministas se posicionaram criticamente e levantaram questões muito importantes sobre o atendimento médico às mulheres grávidas e as reais implicações da medida.

O primeiro estranhamento é sobre a necessidade de uma medida provisória com caráter de urgência. Na exposição de motivos apresentada, os ministros Alexandre Padilha, Guido Mantega e Miriam Belchior alegam que apesar dos esforços empreendidos nos últimos anos, seria preciso instituir imediatamente um cadastro nacional e público de todas as mulheres grávidas, que por sua vez receberiam uma quantia de R\$50 como ajuda de custos para continuarem o pré-natal durante toda a gestação. Assim, seria possível reduzir a mortalidade materna, compromisso assumido pelo país com as metas do milênio.

Segundo [o Ministro da Saúde, Alexandre Padilha](#), e a [Portaria nº 68, publicada em 11 de janeiro](#), o cadastro não é obrigatório, embora seja necessário para quem deseja receber o benefício. A questão é que o SUS já tem diversos mecanismos de acompanhamento das mulheres grávidas e inclusive um cadastro para controle da mortalidade, o SIM, como os próprios ministros admitem na [exposição de motivos](#):

[...] foi criado no Sistema de Informação de Mortalidade (SIM), do Ministério da Saúde, o Módulo de Investigação de Óbitos de Mulheres em Idade Fértil, que permite o registro das ações de investigação e estudo de cada óbito, pelo Distrito Federal e Municípios, contribuindo para o monitoramento dessa prática. Os resultados oriundos desse sistema permitiram identificar que mais de 70% dos óbitos de mulheres em idade fértil ocorridos em 2010 foram investigados.

Se o SUS já tem um cadastro, por que tentar criar outro, por meio de Medida Provisória? Segundo o assessor do Ministério da Saúde, Fausto Pereira, em entrevista ao [Viomundo](#), com a MP 557, “a subida desse cadastro para o Ministério torna-se obrigatória. Isso vai melhorar o monitoramento, que terá mais agilidade. Esse é o objetivo do cadastro”. O cadastro, portanto, é obrigatório para todas as mulheres que quiserem receber o benefício.

Segundo Beatriz Galli, em entrevista ao portal Viomundo, o problema no SUS não é estrutura do pré-natal para as gestantes, o problema é que não há controle de qualidade do atendimento. “A MP 557, nesse sentido, não garante acesso a exames, diagnóstico oportuno, profissionais treinados em emergência obstétrica, transferência imediata e vaga para uma unidade de maior complexidade. Isso sim nos faria cumprir as metas do milênio e os outros acordos internacionais”.

Aliás, [segundo Fátima Oliveira](#), o respeito às metas do milênio integrante da justificativa de

medida não pode ignorar os outros compromissos assumidos pelo Brasil no âmbito da própria ONU e em outros acordos internacionais. Especialmente no que diz respeito à Conferência sobre População e Desenvolvimento, que aconteceu no Cairo, em 1994, há orientações claras sobre os conceitos relacionados à saúde e direitos reprodutivos e que fala de um assunto do qual a débil argumentação do Ministério tenta fugir: o abortamento inseguro como principal causa da mortalidade materna no Brasil.

A MP 557 não só não enfrenta o problema como empurrou um item muito presente em outros projetos de lei, conjunto integrante do “Estatuto do Nascituro”. O ponto de maior discussão do movimento feminista é o Artigo 19-J, que estabelece que “Os serviços de saúde públicos e privados ficam obrigados a garantir às gestantes e aos nascituros o direito ao pré-natal, parto, nascimento e puerpério seguros e humanizados”. Segundo Fátima Oliveira, ao dizer “garantir às gestantes e aos nascituros”, a medida deixa de considerar a mulher como sujeito das ações de saúde, principal beneficiária, e estabelece direitos para o nascituro.

Como lembra Beatriz Galli, o Supremo Tribunal Federal (STF) já se manifestou sobre a questão do nascituro, em maio de 2008, no julgamento histórico da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 3.510, que liberou a pesquisa com células-tronco embrionárias no Brasil, o ministro-relator Ayres Brito:

O Direito infraconstitucional protege por modo variado cada etapa do desenvolvimento biológico do ser humano. Os momentos da vida humana anteriores ao nascimento devem ser objeto de proteção pelo direito comum. O embrião pré-implanto é um bem a ser protegido, mas não uma pessoa no sentido biográfico a que se refere à Constituição.” (ADI 3.510, Rel. Min. Ayres Brito, julgamento em 29-5-2008, Plenário, DJE de 28-5-2010.)

“O nascituro não existe sem a mãe. Logo, ao se cuidar da mãe, está se cuidando dele. Não tem sentido dar-lhe personalidade civil, como tenta a MP 557. É inconstitucional”, [afirma Sônia Corrêa, da ABIA](#). Para Guacira César, do CFEMEA, [“o direito da mulher não pode ser preterido em relação ao direito do que ainda não é vida. É uma menção muito perigosa, pois equipara direitos distintos e abre brecha para que, em casos de estupro, o feto gerado tenha mais força que o direito da mulher a interromper a gravidez”](#), argumenta a diretora do CFEMEA.

Nesse sentido, a MP 557 acrescenta muito pouco em termos de efetividade à luta pela diminuição da mortalidade materna. Na verdade, o que ela faz é retroceder, já que o pagamento de R\$50 para as gestantes dá contornos clientelistas à política, não garante a melhora do atendimento e ainda provoca um imenso retrocesso no debate sobre o atendimento ao abortamento inseguro.

Pelo caráter de urgência, o Congresso começa a discutir a MP 557 logo no início dos trabalhos, e, fevereiro e até março deve decidir sobre a proposta. Cabe aos movimentos de mulheres se manifestarem e exigirem dxs parlamentares que a medida não seja aprovada retrocedendo em todas as conquistas alcançadas até agora e contrariando os compromissos assumidos pelo Governo na última Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres.

I - MP 557: QUANDO O NOSSO CORPO É MOEDA DE TROCA ELEITORAL

11/05/2012 | Filed under: [Política](#), [Saúde](#) and tagged with: [eleição](#), [legislação](#), [maternidade](#)

Desde 27 de dezembro, os [movimentos feministas de todo o país vem se mobilizando contra a MP 557](#). Mesmo depois de [reeditada](#) pela presidenta sem o termo nascituro, a medida vigilantista continua tramitando no Congresso Nacional [sob os cuidados do Ministério da Saúde](#), provavelmente por causa de interesses eleitorais.

Como eu já tinha contado no post de denúncia sobre a MP, ela é inteiramente questionável, desde a sua necessidade como medida provisória, quanto aos problemas que ela carrega em relação aos nossos direitos, mesmo depois de reeditada, quando perdeu a [questão do nascituro](#).

O que nem se comenta é que não há dinheiro para distribuir bolsas de auxílio transporte para todas as grávidas atendidas pelo [SUS](#). E pior, que a MP 557 no fundo não ajuda em nada na redução da mortalidade materna.

A presidenta vem batendo na tecla da sua capacidade de [ser uma boa mãe para esse país](#). É lamentável, contudo, que o seu papel seja de uma mãe dos [moldes mais conservadores](#), e não a de uma mãe forte, lutadora e com autonomia para alavancar avanços em relação aos nossos direitos.

As [feministas](#) estão batendo perna no Congresso tentando entender porque insistir tanto nessa proposta e cada vez fica mais claro que a questão é eleitoral. Não é segredo para ninguém que não seria nada ruim ter uma bolsa-auxílio começando a ser distribuída em pleno ano eleitoral. E não seria má ideia que essa história vingasse e servisse de trunfo nas eleições seguintes, como bem devem saber a [Presidência](#) e o Ministério da Saúde.

Em nome desses interesses, o nosso corpo está lá, descrito na MP como algo a ser controlado e vigiado, [um pedaço de carne tão insignificante que serve mesmo é de moeda de troca eleitoral](#). Não importa se queremos uma proposta de política efetiva, que definitivamente enfrente o problema do abortamento inseguro e que garanta o atendimento de qualidade em todas as etapas das nossas vidas, inclusive quando queremos ser mães. Importa mais ter visibilidade, negociar barganhas ideológicas que só comprometem as poucas conquistas que temos em relação aos direitos sexuais e reprodutivos, como a última decisão do Superior Tribunal Federal (STF) favorável a interrupção da gravidez em casos de fetos anencéfalos.

J - CONVERSA COM A MINISTRA IRINY LOPES

19/10/2011 | Filed under: [Feminismo](#), [Política](#) and tagged with: [encontro](#), [evento](#), [internet](#), [movimento feminista](#)

“Vocês estão em todos os lugares”. Vocês, no caso, somos nós Blogueiras Feministas. A frase foi ouvida por uma das participantes do grupo, no Encontro da [Rede Feminista de Saúde](#), em referência à nossa presença em outros eventos e atividades ao longo deste último ano. No mesmo dia em que saboreávamos esse reconhecimento, chegou o convite para uma conversa com a ministra da [Secretaria Especial de Políticas para Mulheres \(SPM\)](#), Iriny Lopes.

O encontro aconteceu no dia 3 de outubro, em São Paulo. Estiveram presentes [Barbara Lopes](#), [Carolina Moreno](#), [Conceição Oliveira](#), [Cynthia Semíramis](#), [Fabiana Motroni](#), [Iara Paiva](#), [Maria Julia Monteiro](#), [Renata Correa](#) e [Tica Moreno](#). A conversa durou uma hora e meia e foi registrada – o vídeo está sendo editado e depois será publicado.

▪

Blogueiras Feministas e a Ministra Iriny Lopes

Foi uma semana depois da avalanche de notícias, comentários e acusações sobre o pedido feito pela SPM ao Conar pela suspensão do [comercial da Hope](#), estrelado por Gisele Bündchen. Muitas pessoas estavam descobrindo naquele momento que há uma Secretaria para mulheres e que Iriny é sua titular. Então, se para nós comunicação já é um tema importante – é o que fazemos aqui no blog, nas redes sociais – naquele momento seria inevitável.

Iriny falou sobre a polêmica gerada pelo caso. Muita gente acha que denunciar um comercial ofensivo é uma tarefa “menos importante”, mas discursos reproduzem preconceitos e a luta pela igualdade entre homens e mulheres passa também pelo aspecto cultural. E as reações foram muitas vezes machistas, pintando uma ministra feia que tem inveja da top model (“mas nós somos lindas”, ela brincou na entrevista). Nós e muitas entidades feministas, como a [Marcha Mundial das Mulheres](#) e a [Articulação de Mulheres Brasileiras \(AMB\)](#), [manifestamos](#) nosso apoio à ministra e repúdio a essas grosserias.

Mas as ações da Secretaria não se resumem a isso, como dava a entender parte do noticiário. Há uma renovação do [Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres](#), o [Plano de Autonomia Econômica para Mulheres](#) e a ampliação de canais entre os ministérios e do governo federal com os governos estaduais e municipais, que executam as políticas nas pontas.

A ministra não apenas falou. Ela também ouviu nossas sugestões e opiniões. E manifestou a intenção de continuar ouvindo, estreitando a comunicação da SPM com blogueir@s (não só do nosso grupo) e marcando outros encontros. Aliás, está em pleno curso o processo das [Conferências de Políticas para as Mulheres](#), que são espaços para que a sociedade participe da construção de políticas públicas. A Conferência Nacional acontece em Brasília, de 12 a 15 de dezembro.

O diálogo com Iriny é mais um dos lugares em que chegamos desde que começamos a nossa caminhada. Hoje, nossa [lista de discussão](#) completa um ano de existência. Resultado de uma troca de emails entre feministas discutindo sobre a eleição 2010. Na descrição é um grupo para reunir blogueiras e twitteiras feministas, mas quem está desde o início sabe que é bem mais que isso. Tornou-se um espaço de aprendizagem e diversidade. Diferentes visões do feminismo dialogando.

Nesse momento somos 430 pessoas inscritas na lista. Até hoje foram trocadas 55.450 mensagens. A média de emails por dia é de 96 mensagens. Há moderadoras no grupo, mas não há hierarquia. O blog é nossa representação externa, uma tentativa de representar nossa diversidade, desejos, conflitos e escolhas. O Feminismo é nossa bandeira e o diálogo nosso instrumento de mudança.

K - ESTATUTO DO NASCITURO: COMO GARANTIR UMA MULHER-INCUBADORA

21/06/2012 | Filed under: [Corpo](#), [Política](#) and tagged with: [aborto](#), [ciência](#), [gravidez](#), [legislação](#), [machismo](#)

Tramita na Câmara dos Deputados o [Projeto de Lei 478/2007](#), que cria o [Estatuto do Nascituro](#). Sua base ideológica é a de que, desde a fecundação do óvulo pelo(s) espermatozóide(s), o amontoado de células geradas nesse primeiro estágio deve ser considerado como um ser humano. Definido como: "o ser humano concebido, mas ainda não nascido", incluindo os seres "concebidos *in vitro*, mesmo antes da implantação no útero da mulher".

Contudo, a proposta não para por aí, pois assegura que o embrião deva ser entendido como um ser humano com direito prioritário à vida, à saúde e ao desenvolvimento. Pergunto-me, o termo "prioritário" refere-se a quem? Obviamente não diz respeito à mulher grávida; na verdade, não se prioriza a mulher em qualquer momento, já que este organismo vivo jamais estará no corpo de um homem [cissexual](#).

Ou seja, este Projeto de Lei declara uma desigualdade constitucional voltada à mulher. Pois o embrião, uma vida em potencial, terá direito prioritário sobre a vida, o corpo e as decisões da mulher. Esse projeto afeta a sociedade como um todo, porque define "plena proteção" e "prioridade absoluta" ao nascituro, além de determinar a punição de qualquer "violação" de seus direitos, por "ação ou omissão". Dessa maneira, impede a pesquisa com células-tronco embrionárias, restringe o acesso de mulheres grávidas ao aborto em casos de estupro ou de risco de vida para a mulher e a uma série de tratamentos de saúde. Mulheres grávidas poderão perder acesso a tratamentos que envolvam quimioterapia, radioterapia, cirurgia cardíaca e até mesmo analgésicos, pois esses medicamentos podem afetar o embrião fertilizado. Além disso, pode criminalizar gestantes por atos simples como trabalhar.

Toda sociedade brasileira perderá muito com o fim das pesquisas científicas com células-tronco embrionárias. Porém, as principais afetadas serão as mulheres grávidas. [Especialmente as mais pobres](#), em sua maioria negras. Porque a abastada financeiramente poderá dispor da opção de viajar para algum país estrangeiro ou pagar pelo serviço de médicos que realizem abortos clandestinos e que preservem sua identidade, se assim escolher.

De qualquer forma, parece que a esse segundo sexo não basta parir, tem de parir da forma como o [Estado quer](#) e com a qualidade gestacional que o Estado pretende exigir. Seguindo preceitos do patriarcado e da igreja, como vimos essa semana durante as decisões envolvendo o [documento final da Rio +20](#), em que o [Brasil cedeu ao Vaticano](#). No texto final, a ser encaminhado aos chefes de Estado, a expressão "direitos reprodutivos" (estabelecido em 1995, na Conferência Mundial Para as Mulheres de Pequim), que afirma a autonomia das mulheres para decidir quando ter filhx(s), foi excluído. Só restou o termo "saúde reprodutiva", que designa apenas o direito a métodos de planejamento familiar. Neste contexto, o Estatuto do Nascituro caminha para retirar ainda mais direitos das mulheres brasileiras.

Uma vez que uma medida com tais proporções seja implementada, ficará declarada a alienação do corpo da mulher e a usurpação de sua integridade física, psicológica e ético-moral. Isso configura atitudes decorrentes de um Estado com gestão ditatorial e misógina porque, voltemos

a frisar, esta é uma violência declaradamente contra a mulher. Por isso, saiba [quem apoia o projeto de lei](#) e não merece seu voto.

O Estatuto do Nascituro parte do pressuposto de que toda mulher em estado gestacional é uma criminosa em potencial, pois qualquer malefício que venha a ocorrer ao feto, passará a ser diretamente imputado à gestante, cabendo aos agentes públicos verificar o dolo.

Pela legislação atual, o aborto é crime punido com detenção de um a três anos. Segundo o Estatuto do Nascituro, uma vez comprovado que o aborto foi induzido, a mulher será indiciada por um crime considerado hediondo, ou seja, crime de extremo potencial ofensivo, assim como é o estupro, por exemplo.

Uma mulher que induz um aborto, isto é, que decide não querer ser mãe naquele momento, muitas vezes arriscando a própria vida em um procedimento abortivo clandestino porque está desesperada e não deseja estar grávida e nem ter um(a) filhx, aos olhos da justiça deve ser comparada a uma pessoa que comete um estupro, que abusa sexualmente do corpo de alguém? Segundo este Projeto de Lei, sim! A mulher que aborta e um estuprador serão tratados como igualmente nocivos à sociedade, logo, merecedores de punições semelhantes. E então, pergunto-me, o que querem dizer por “sociedade”?

Se o Estatuto do Nascituro for aprovado, o Estado estará declarando não só a prioridade do feto sobre a mulher, mas também [do homem sobre a mulher](#) e isso, claramente fere o art. 5º, onde fica assegurado que: *“Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: I – homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição.”*

De todo modo, essa não é, e nunca foi, uma sociedade que preze pela integridade física e/ou emocional das mulheres. Não respeita sua integridade ao deixar de fomentar medidas públicas que diminuam os casos de violência sexual. Quanto apoio o Estado tem oferecido para propagandas com o fim de conscientizar a sociedade civil acerca da vulnerabilidade da mulher?

Julga e pune da pior forma a mulher, ao jogar sob ela toda a responsabilidade pela gravidez indesejada e, conseqüentemente, pelos [casos de aborto](#). Sobretudo, a sociedade não respeita a integridade da mulher ao forçá-la a ceder seu corpo durante dado período, para gerar um ser humano que ela não escolheu gerar e/ou trazer ao mundo.

O Estado, em suma, ainda parece não ter compreendido a ideia radical de que mulheres são gente, pois continua usando a máquina pública para implementar a ideia não consensual, sob qualquer aspecto, de que um embrião com vida em potencial poder ter mais direitos que uma mulher adulta, trabalhadora, que na maioria das vezes tem outrxs filhxs.

Se fôssemos uma espécie ovípara ou não houvesse um determinismo biológico sobre quem gestará, certamente teríamos de chegar juntos a um consenso sobre as práticas abortivas. Contudo, aborto é uma questão que só diz respeito ao corpo individual da mulher. Não é o Estado ou sistemas religiosos ou alguns homens que devem dizer o que pode ser considerado aceitável ou não no corpo de uma mulher. Aceitar uma arbitrariedade intrusiva de tal natureza significa legalizar a violência sistemática contra a mulher.

Violência não é apenas sofrer agressões físicas, verbais e/ou sexuais, mas também ter seu

corpo e desejos subjugados a interesses alheios. O corpo é uma esfera individual e o Estado não tem o direito de pretender normatizá-lo de acordo com seus valores antidemocráticos.

Além de se tratar de um Projeto de Lei misógino, o Estatuto do Nascituro é inimigo dos avanços médico-científicos, pois pressupõe a proibição ou interrupção das pesquisas que são desenvolvidas com o uso de células-tronco.

A grande aposta para um futuro humano com melhor qualidade de vida será relegado ao campo da ficção científica, se o Estatuto do Nascituro for aprovado. Áreas como, por exemplo, a neurociência serão irremediavelmente afetadas, com prejuízos à sociedade civil.

Por isso, é hora de refletirmos acerca das violências a que estamos sistematicamente sujeitas, lutarmos contra elas e, sobretudo, impedirmos que outras tantas sejam impostas. Se o corpo é da mulher, a decisão sobre tudo aquilo que esteja nele deve caber apenas a si. Lutamos por um mundo em que o ser humano prioritário seja quem tem história, desejos e sonhos para concretizar. Lutamos por um mundo onde o machismo não ouse nos subjugar em qualquer esfera de poder.

Estamos na luta para que o Estatuto do Nascituro não seja aprovado. Torcemos para que você se junte a nós, pela luta contra a perseguição das mulheres e pela garantia de seus direitos. Porque não somos incubadoras. Somos sujeitos de nossa história.

L - CIBERATIVISMO FEMINISTA. POR QUE CONTINUAR?

30/10/2011 | Filed under: [Cultura](#), [Feminismo](#), [Mídia](#) and tagged with: [ciberativismo](#), [comunicação](#), [feminismo](#), [internet](#), [redes sociais](#), [web](#)

Já se passou algum tempo desde que eu finalmente me entendi por feminista. Foi um caminho que, a princípio, fez com que eu tivesse muitas dúvidas, anseios, receios. E quando isso foi sanado, outra questão passou a chamar minha atenção: como manifestar as minhas idéias e lutar por aquilo que acredito em uma sociedade que tudo faz para “calar” a minha voz?

Ser feminista é, antes de tudo, desempenhar um papel político. Papel que engendra o coletivo e dentro deste contexto, há uma pluralidade enorme de significados. E em virtude deste movimento ser tão plural, há variadas formas de militância. E devo dizer que estou feliz com a maneira pela qual optei para exercer a minha.



A "Marcha das Vadias", manifestação contra a violência contra a mulher, foi convocada pela internet e é exemplo da efetividade desta como ferramenta de mobilização.. Manifestantes participando da "Marcha das Vadias" de São Paulo. Foto de Cris Faga. Fonte: Terra

Boa parte daquilo que penso é compartilhada na web através das redes sociais ou de blogs. E tenho percebido que desta forma, consegui aprender e ensinar muita coisa. É tão gratificante quando alguém chega até mim dizendo que refletiu sobre alguma questão depois de ter lido um texto meu, ou algum tuíte. Saber que tem gente repensando seus conceitos ou procurando entender outros pontos de vista.

Contudo, assim como há um retorno positivo em relação a isto, sempre surgem os já conhecidos *trolls*. Pessoas que não buscam pelo debate mas sim agredir, desmerecer ou desqualificar posturas ou pensamentos que divergem daquilo que acreditam ser uma verdade absoluta. Foi difícil e desgastante lidar com el@s no começo, mas nada que não pudesse ter sido rebatido com muita paciência e com muito embasamento e capacidade para argumentação.

Na minha opinião, um dos nossos maiores desafios é trazer uma ótica feminista para questões do cotidiano. O feminismo (ou os feminismos) está muito claro para nós, que já o conhecemos e vivenciamos. Mas e para os outros? Sugiro que perguntem para pessoas que não são militantes o que pensam a respeito do tema: boa parte das respostas, certamente, será de conotação negativa, tendo em vista os diversos tabús que ainda existem em torno do assunto.

Tal fato denota a importância da internet para o nosso ativismo. Muitos movimentos sociais

já se deram conta da força que esta ferramenta tem para as suas articulações e organização. E apesar da existência de vários portais e blogs feministas, ainda há muito a ser explorado e alguns preconceitos em relação à militância na web a serem superados. Tenho tentado fazer a minha parte participando deste blog coletivo e mantendo um blog pessoal, além de manter minhas atividades em redes sociais.

E vocês? O que pensam a respeito da internet como meio de ativismo?